

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho

**CULTURA POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES
SOCIAIS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO: O caso de Minas Gerais**

JUIZ DE FORA

2025

THAÍSE SEIXAS PEIXOTO DE CARVALHO

**CULTURA POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES
SOCIAIS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO: O caso de Minas Gerais**

Tese apresentado ao Programa de Pós Graduação do Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Área de concentração: Gestão de Políticas Sociais

Orientador: Prof^ª. Dra. Carina Berta Moljo

JUIZ DE FORA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nº PPG: 116

Formato da Defesa: () presencial (X) virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa da () dissertação (X) tese intitulada "CULTURA POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO: O caso de Minas Gerais", para fins de obtenção do título de () mestra(e) (X) doutor(a) em Serviço Social, área de concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, pelo(a) discente Thaise Seixas Peixoto de Carvalho (matrícula 103230007 - início do curso em 13/03/2019), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Carina Berta Moljo.

Ao 24º dia do mês de setembro do ano de 2025, às 15 horas, na plataforma de webconferência disponibilizada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora da () dissertação (X) tese em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação, conforme a seguinte composição:

Titulação Prof(a) Dr(a) / Dr(a)	Nome	Na qualidade de:	Vínculo Institucional
Profa. Dra.	Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras	Presidente	UFJF
Profa. Dra.	Alexandre Aranha Arbia	Titular Interno	UFJF
Prof. Dr.	Ana Luiza Avelar de Oliveira	Titular Interno	UFJF
Prof. Dr.	Claudio Henrique Miranda Horst	Titular Externo	UFOP
Profa. Dra.	Susana Maria Maia	Titular Externo	UFF
Profa. Dra.	Claudia Monica Santos	Suplente Interno	UFJF
Profa. Dra.	Antoniana Dias Defilippo	Suplente Externo	UFF

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Membro titular interno
- Membro titular externo
- Membro titular externo e Coorientador(a)
- Orientador(a) e Presidente da Banca
- Suplente interno
- Suplente externo
- Orientador(a)
- Coorientador(a)

*Obs: Conforme §2º do art. 54 do Regulamento Geral da Pós-graduação stricto sensu, aprovado pela Resolução CSPP/UFJF nº 28, de 7 de junho de 2023, "estando o(a) orientador(a) impedido(a) de compor a banca, a presidência deverá ser designada pelo Colegiado".

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Stricto sensu e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

() APROVADO CONDICIONALMENTE, sendo consenso da banca de que esta ata é provisória e condicional

Novo título da Dissertação/Tese (só preencher no caso de mudança de título):

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre a dissertação/tese e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Descrição de todas as condicionalidades para a aprovação (só preencher no caso de Aprovação Condicional):

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de mestre(a)/doutor(a), a versão final da dissertação/tese, considerada Aprovada, devidamente conferida pela Secretaria do Programa de Pós-graduação, deverá ser tramitada para a PROPP, em Processo de Homologação de Dissertação/Tese, dentro do prazo de de 60 ou 90 dias, para discentes aprovados condicionalmente, a partir da data da defesa. Após o envio dos exemplares definitivos, o processo deverá receber homologação e, então, ser encaminhado à CDARA.

Se as condições descritas nesta ata não forem atestadamente atendidas dentro do prazo de 90 dias, a aprovação condicional será convertida em reprovação.

Esta Ata de Defesa é um documento padronizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Observações excepcionais feitas pela Banca Examinadora poderão ser registradas no campo disponível acima ou em documento anexo, desde que assinadas pelo(a) Presidente(a).

Esta Ata de Defesa somente poderá ser utilizada como comprovante de titulação se apresentada junto à Certidão da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA) atestando que o processo de confecção e registro do diploma está em andamento.



Documento assinado eletronicamente por Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a), em 26/09/2025, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Claudio Henrique Miranda Horst, Usuário Externo, em 06/10/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Alexandre Aranha Arbia, Professor(a), em 06/10/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Susana Maria Maia, Usuário Externo, em 07/10/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Ana Luiza Avelar de Oliveira, Professor(a), em 10/10/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho, Usuário Externo, em 14/10/2025, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFJF (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2622561 e o código CRC B0720DC1.

Ao meu pai, exemplo de fortaleza e amor à vida... Este trabalho é para você, ainda que não esteja à sua altura.

AGRADECIMENTOS

Termino esta etapa da minha vida em meio ao caos, assim como ela começou... Quando fiz a seleção para a primeira turma de doutorado em Serviço Social da UFJF eu havia acabado de perder a mama direita em razão de um câncer. Fiz o projeto finalizando a quimioterapia, por insistência do meu amigo, Fillipe. Eu nem sabia que havia sido selecionada quando ele me avisou sobre o dia da entrevista. Entrevista esta que realizei ainda careca, pouco mais de um mês depois de ter realizado a mastectomia e ainda fazendo radioterapia. Por tudo isso, te agradeço compa!

Neste momento em que finalizo esta tese, meu pai está no CTI lutando pela vida...

Se escrever é um processo solitário, ele só se faz possível porque na retaguarda existem muitas mãos. As primeiras mãos que agradeço são as dos meus amigos que, mesmo me conhecendo em profundidade, tiveram a coragem e ousadia de permanecerem na minha vida e continuam segurando a minha mão. Aqui faço um agradecimento especial ao meu querido Rafa, com quem eu dei as melhores risadas nestes últimos anos.

Agradeço imensamente às minhas colegas e amigas de trabalho que, por inúmeras vezes, me protegeram e permitiram que eu respirasse em meio à toda bagunça da minha vida. Muito obrigada pelo carinho e acolhimento diário.

Agradeço às minhas alunas e alunos que confiaram em mim e dividiram muitas noites de cansaço comigo em sala de aula e que me fizeram amar a docência e buscar todos os dias o aprendizado.

Agradeço aos meus colegas e amigos do CRESS-MG com quem divido a paixão por essa profissão e pela militância. Talvez se tivesse me dedicado menos à ela e mais à tese, o resultado deste trabalho seria muito melhor e maior... Mas, com certeza, eu seria muito pior e menor!

Deixo aqui o meu agradecimento cheio de admiração e afeto à professora Carina Moljo, minha querida Cari. Muito obrigada por toda a paciência, confiança e dedicação... Sem você este trabalho nunca teria sido possível.

Minha irmã, você não faz ideia do quanto eu amo você e do quanto te admiro. Obrigada por abrir as portas da sua casa e do seu coração sem medo da minha bagunça!

Minha Bu e minha Maria... vocês são a mais completa tradução do amor na minha vida!

Baby, meu queridão... a sua tia ama profundamente você.

Meu irmão... você não sabe a falta que me faz e a saudade que sinto todos os dias de você. Obrigada por se fazer presente mesmo distante! Obrigada por ser abrigo na tempestade! Obrigada por me permitir continuar sendo criança quando estou ao seu lado!

Mayra, minha querida, você e o Rodrigo me deram os melhores presentes que uma tia pode querer... Laís e Laura! Como eu amo essas meninas, como eu me esforço para estar presente nas vidas de vocês!!!

Cado, eu nunca me esqueci nem esquecerei de tudo o que fez por mim, quando não tinha nenhuma obrigação! Devo minha vida à você.

Mãe, a senhora é o alicerce da nossa família. Como pode alguém ser tão forte e nunca descansar?! Obrigada por cada ato de cuidado e de carinho com cada um de nós. Talvez a senhora não faça ideia do quanto eu te amo.

Pai, escrever para você foi o mais difícil até aqui... Quem nos conhece sabe a conexão que temos e o mais profundo amor que sentimos um pelo outro... Termina esta tese com medo. Medo de que este trabalho que dedico inteiramente à você, não esteja à sua altura. O senhor é o maior exemplo de ser humano que conheço! Seja forte, fique firme e volte logo pra casa, pois não estou preparada para a sua ausência... Já superamos dias ruins antes e iremos superar muitos outros... O meu coração está com você nesse momento e eu sempre estarei aqui com você e por você. Te amo...

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder*

*(Sonho impossível, Francisco Buarque De Hollanda, Mitch Leigh, Joseph Darion,
Rui Alexandre Guerra Coelho Pereira)*

RESUMO

A presente tese tem como objetivo a análise da cultura e organização política da categoria profissional dos assistentes sociais no processo de virada crítica da profissão ocorrido entre os anos de 1960 a 1990. Nosso objetivo está em analisar o contexto sociopolítico em que ocorre este processo, especialmente no estado de Minas Gerais e como ele impactou a construção da cultura política profissional do Serviço Social mineiro. Para tanto, nossa escolha foi pela análise das duas principais instâncias de organização política da categoria sendo elas: a organização sindical e o conjunto CFESS/CRESS, por considerarmos que estas instâncias tiveram papel decisivo no processo de virada, construção e disseminação da cultura política profissional. Nos detivemos, mais especificamente, no caso de Minas Gerais, ou seja, no processo de virada crítica ocorrido nas terras mineiras e como os eventos aqui ocorridos contribuíram para a virada crítica da profissão em nível nacional. Para a pesquisa foi realizada ampla pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevista aberta com duas profissionais que estiveram diretamente envolvidas no processo, a fim de conhecermos as entranhas deste movimento tanto por dentro, quanto por fora da profissão. Em razão dos limites da pesquisa, esta tese concentrou-se nos desdobramentos ocorridos, especialmente, na região metropolitana de Belo Horizonte. Verificamos que o Serviço Social mineiro protagonizou vários momentos da virada crítica em âmbito nacional e consolidou uma forte cultura política crítica na profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Cultura política profissional; Organização política; Virada crítica profissional; CFESS/CRESS

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the culture and political organization of the professional category of social workers in the critical turning point of the profession that occurred between 1960 and 1990. Our objective is to analyze the sociopolitical context in which this process took place, especially in the state of Minas Gerais, and how it impacted the construction of the professional political culture of Social Work in Minas Gerais. To this end, we chose to analyze the two main instances of political organization of the category, namely: the union organization and the CFESS/CRESS group, as we consider that these instances played a decisive role in the process of change, construction, and dissemination of professional political culture. We focused more specifically on the case of Minas Gerais, that is, on the critical turning point that occurred in the state and how the events that took place there contributed to the critical turning point of the profession at the national level. For the research, we conducted extensive documentary and bibliographic research, as well as open interviews with two professionals who were directly involved in the process, in order to understand the inner workings of this movement both inside and outside the profession. Due to the limitations of the research, this thesis focused on the developments that occurred, especially in the metropolitan region of Belo Horizonte. We found that social work in Minas Gerais played a leading role in several critical turning points at the national level and consolidated a strong critical political culture within the profession.

Keywords: Social Work; Professional political culture; Political organization; Professional critical turn, CFESS/CRESS

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - CÓPIA DA PORTARIA Nº 8 DE 17 DE JANEIRO DE 1962.....	88
IMAGEM 2 - TERMO DE POSSE DIRETORIA CFAS - 1984-1987.....	98
IMAGEM 3 - TERMO DE POSSE DE RECOMPOSIÇÃO DE DIRETORIA CFAS 1984-1987.....	99
IMAGEM 4 - ATA DE INSTALAÇÃO DA MESA REGIONAL ELEITORAL DO CFAS TRIÊNIO 1987-1990.....	102
IMAGEM 5 - TERMO DE POSSE DO CONSELHO PLENO DO CFAS TRIÊNIO 1987-1989.....	104
IMAGEM 6 - TERMO DE POSSE DIRETORIA CFAS 1990-1993.....	109
IMAGEM 7 - IMAGEM DA PRIMEIRA SEDE DA ESCOLA DE S.S. DE MINAS GERAIS 141	
IMAGEM 8 - RECORTE DO JORNAL DIÁRIO EDIÇÃO DE 15 DE MAIO DE 1962.....	145
IMAGEM 9 - INAUGURAÇÃO DA SEDE DA APAS-MG EM BELO HORIZONTE.....	146
IMAGEM 10 - RECORTE DE JORNAL DATADO DE 3 DE MAIO DE 1961.....	147
IMAGEM 11 - TERMO DE POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CFAS 6ª REGIÃO..... 149	
IMAGEM 12 – TERMO DE POSSE SEGUNDA DIRETORIA DO CFAS 6ª REGIÃO (1966) 152	
IMAGEM 13 - RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS NO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS - ELEIÇÕES 1968.....	153
IMAGEM 14 - LISTA DE VOTANTES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS 1971.....	154
IMAGEM 15 - NORMAS DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS PARA A ELEIÇÃO SINDICAL 1971.....	162
IMAGEM 16 - CARTA DE 2ª CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS 1971.....	163
IMAGEM 17 - ATA GERAL DE APURAÇÃO DE ELEIÇÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS.....	164

IMAGEM 18 - INSCRIÇÃO CHAPA SINDICATO DOS ASSISTENTE SOCIAIS DE MINAS GERAIS 1971.....	165
IMAGEM 19 - TERMO DE POSSE DA TERCEIRA DIRETORIA DO CRAS 6ª REGIÃO....	166
IMAGEM 22 - PÁGINA DE JORNAL REFERENTE À COLUNA DE ROBERTO ARAÚJO SOBRE SITUAÇÃO DE EMPREGO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL EM 1981..	170
IMAGEM 20 - LISTA DE PRESENÇA REUNIÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS - 1978.....	171
IMAGEM 21 - PESQUISA REALIZADA PELO SASEMG SOBRE A SITUAÇÃO SALARIAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE BELO HORIZONTE.....	174
IMAGEM 22 - JORNAL DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS ANO 2, Nº 3, FEVEREIRO DE 1980.....	179
IMAGEM 23 - TERMO DE POSSE CRAS 6º REGIÃO TRIÊNIO 1981-1984.....	181
IMAGEM 24 - CAPA DE PANFLETO DE PROGRAMA DA CHAPA ÚNICA PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS DE 1980	183
IMAGEM 25 - PROGRAMA DA CHAPA ÚNICA PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS DE 1980.....	184
IMAGEM 26 - CHAPA ÚNICA CONCORRENTE ÀS ELEIÇÕES DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS TRIÊNIO 1980-1983.....	184

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2 CAPÍTULO 1. CULTURA POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL.....	26
2.1 BREVES NOÇÕES SOBRE, CULTURA, CULTURA POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.....	27
2.2 O CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1930 E 1960.....	34
2.2.1 O contexto de institucionalização do Serviço Social no Brasil.....	37
2.2.2 O Serviço Social e a reprodução dos valores burgueses na cultura profissional.....	41
2.2.3–Serviço Social brasileiro e sua aproximação com a teoria social crítica.....	51
2.2.4 - A organização política dos assistentes sociais no Brasil entre as décadas de 1960-1980 - as chaves para a virada.....	55
2.2.4.1 - A intenção de ruptura e o “Método BH” - O embrião da virada em Minas Gerais....	62
2.2.4.2 - O “Congresso da Virada” - marco da virada crítica da profissão.....	65
2.2.4.3- Pós Congresso da Virada - a consolidação da hegemonia da teoria social crítica como cultura política projeto profissional.....	70
3. CAPÍTULO 2. ESPAÇOS HISTÓRICOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS.....	74
3.1- OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS - PERCURSO E LEGADO HISTÓRICO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PROFISSIONAL.....	76
3.1.1 As diferenças políticas e disputas internas no interior da organização sindical dos assistentes sociais.....	79
3.1.2 - A opção do Serviço Social pela sindicalização por ramo de atividade.....	81
3.2 - CONJUNTO CFESS/CRESS - ORGANIZAÇÃO E CONFORMAÇÃO DA CULTURA PROFISSIONAL.....	84
3.2.1 - O percurso histórico do conjunto CFESS/CRESS enquanto instâncias de organização política: dos primórdios à virada crítica.....	87
3.2.2 - O conjunto CFESS/CRESS e sua importância na consolidação da cultura política profissional na “virada crítica” do Serviço Social brasileiro - rompendo e avante!.....	96

4. CAPÍTULO 3 - A VIRADA CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL MINEIRO.....	113
4.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO EM MINAS GERAIS ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1990.....	114
4.2 A VIRADA CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL MINEIRO: RAÍZES DE UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO.....	137
4.2.1 A organização política dos assistentes sociais mineiros a partir dos anos de 1960 e o movimento da profissão pré-virada.....	144
4.2.2 A experiência de Belo Horizonte: o Método BH no horizonte das possibilidades de ruptura.....	156
4.2.3 Dos anos de 1970, a década da virada, à 1990 a, década da consolidação.....	161
5 CONCLUSÕES.....	197
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistada: Lea Lúcia Cecílio Braga.....	216
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistada: Consuelo Quiroga.....	218
ANEXO C - Parecer Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos - Pesquisa: Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e memória - Plataforma Brasil....	220

1. INTRODUÇÃO

A presente tese é pré-requisito para a obtenção do título de doutora em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, modalidade *Stricto Sensu*, e se constitui parte de uma pesquisa mais ampla de título: “Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e Memória”, sob a coordenação da Prfª Dra. Carina Berta Moljo e financiada pelo CNPq através da bolsa PQ-CNPq. O objetivo geral da pesquisa é “realizar uma construção histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil”. Como subtema desta pesquisa estamos investigando através desta tese a cultura política e a organização político-profissional do Serviço Social, no processo da virada crítica da categoria que se deu entre as décadas de 1960 e 1990, culminando no que ficou conhecido como movimento de “Renovação crítica do Serviço Social” brasileiro. Nesta tese analisamos como a cultura política dos anos 1960 a 1990, contribuiu para o processo de aproximação da profissão com suas bases críticas e, conseqüentemente, sua organização política, resultando na sua “virada crítica”.

Examinados o caso de Minas Gerais, sendo este, um estado com características bastante particulares com marcas conservadoras, mas que também se colocou na vanguarda do movimento. Nas suas singularidades a cultura política mineira é produto da definição do papel do estado no conjunto do país, já que este é um estado mediterrâneo, situado geograficamente no centro do território nacional, ligando-se ao nordeste, sul e centro oeste numa encruzilhada de caminhos. Dessa maneira, sua posição privilegiada lhe confere a possibilidade de criar uma identidade política de interlocução e conciliação de interesses (Dulci, 1985). Desse fato não escapou o Serviço Social mineiro que, historicamente, manteve intensa interlocução com a categoria, não só, em todo o território nacional, como também, em território internacional possibilitando o protagonismo de Minas em alguns momentos do processo de virada crítica da profissão no país.

A motivação da pesquisa pelo objeto aqui proposto, ou seja, a referência fundamental que moveu os primeiros passos dessa pesquisa, se deu em função da minha atividade como servidora pública municipal na cidade de Ouro Branco desde 2009, já tendo trabalhado em diferentes espaços como CRAS, CREAS e atualmente encontro-me na Gestão do Cadastro Único do município. Ao longo dos anos de profissão, em vários momentos o exercício profissional tensionou-me a revisitar os fundamentos da profissão e sua história, para que eu não perdesse de vista a luta histórica dessa profissão em favor dos interesses da classe trabalhadora. Esta trajetória trilhou o caminho do meu mestrado - também foi cursado na

UFJF - e me levou a pesquisar sobre os desafios, limites e possibilidades do exercício profissional dos assistentes sociais na política de Assistência Social, especialmente no CREAS. A pesquisa levantou ainda mais questionamentos sobre a profissão. Ademais, a minha participação ativa como conselheira do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6^a Região nas gestões 2020-2023 e 2023-2026 e o fato de que entre 2017 e 2022 fui docente e coordenadora do curso de Serviço Social do Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete e, atualmente encontro-me lecionando no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, campus Barbacena, também influenciaram na decisão pelo objeto. Neste sentido, no doutoramento, participo como membro do Projeto de Pesquisa Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e Memória que tem como pesquisadora responsável a Prof^a. Dra. Carina Berta Moljo, o que possibilitou, não só a aproximação com o tema, mas a viabilidade desta tese. Como trabalhadora, docente, membro do projeto de pesquisa e conselheira do CRESS- MG, foi possível verificar o quão pouco os assistentes sociais têm se dedicado a analisar a história profissional, o que, muitas vezes contribui para o distanciamento dos fundamentos da profissão.

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 2005, p.65). Desse modo, a nossa preocupação prioritária não foi, simplesmente, recontar o passado de forma linear, como se este se construísse de forma espontânea e caminhasse *ad eternum* em linha reta. Ao contrário, buscamos explicações para as diversas cenas protagonizadas pelos assistentes sociais mineiros, num processo que resultou na subversão e superação das bases conservadoras fundamentais da profissão. Para tanto, optamos pela análise dos processos históricos nos quais o Serviço Social mineiro construiu sua auto-imagem, considerando, hegemonicamente, uma profissão vinculada à teoria social crítica. Entendemos, como necessário, nas palavras de Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo” no sentido de desvendar como se deu a organização e articulação política da categoria nesse processo.

Consideramos esse debate relevante para a categoria profissional, entendendo que, a história nos permite conhecer as diferentes mediações que contribuíram para a conformação da atual direção política da profissão que se materializa naquilo que conhecemos atualmente como o Projeto ético-político profissional do Serviço Social (PEP)¹. Entendendo que as

¹ Para um maior aprofundamento sobre a construção do projeto ético-político do Serviço Social consultar NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 141-160, 2006.

mediações do projeto ético-político profissional hegemônico do Serviço Social, são fruto do processo de renovação da profissão e emergem como uma ruptura profissional conservadora (Moljo et al., 2012).

O Serviço Social, como profissão, se afirma como uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social (Iamamoto, Carvalho, 2005). Ainda que goze de um estatuto de profissional liberal², o Serviço Social se consolidou, historicamente, como profissão assalariada, seja vinculado à esfera pública ou privada. Nesse sentido, em se tratando de um trabalhador que vende a sua força de trabalho, este goza de relativa autonomia, no seu cotidiano do exercício profissional, que lhe é garantida pelos estatutos jurídicos da profissão (Ibidem).

Essa relativa autonomia é também condicionada nas lutas hegemônicas presentes na sociedade que podem tanto ampliar, como estreitar as possibilidades de o assistente social imprimir na sua prática profissional a direção social projetada por este que se encontra permeada por interesses de classes e grupos sociais distintos (Ibidem). O Serviço Social, como categoria, baliza-se em princípios éticos, políticos, teóricos e metodológicos construídos e reconhecidos coletivamente pela profissão. Mas é preciso considerar que, o assistente social, enquanto partícipe da divisão sócio-técnica do trabalho, assim como, qualquer outro trabalhador assalariado, está exposto aos mais diversos processos de alienação típicos da sociedade capitalista.

Para tanto, o estranhamento também é parte do trabalho do assistente social e dessa maneira, “o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, o afronta como ser estranho, como um poder independente do produtor” (Marx, 2004, p.80). Reitero aqui, que não estamos desconsiderando a dimensão de autonomia relativa no trabalho profissional do assistente social. Todavia, há que considerar que sua condição de trabalhador assalariado tem rebatimento direto na conformação de seu exercício profissional e, para tanto, na sua autoimagem. Como afirma Marx: (2004, p.81)

A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é sua objetivação. Esta efetivação do trabalho na economia política aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão dos objetos, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung).

Esse estranhamento e alienação em relação ao produto do trabalho é inerente ao próprio movimento da sociedade capitalista. Dada a conjuntura atual de desempregabilidade

² O Serviço Social é reconhecido como profissão liberal regulamentada no Brasil, atualmente, através Lei Federal nº 8.662/93, sendo uma das primeiras profissões da área social a conquistar o reconhecimento legal pelo Estado, ainda na década de 1950, através da Lei Federal nº 3.252, de 27 de agosto de 1957 e do Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962.

crônica, que se manifesta como crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) e, no caso da sociedade brasileira, se apresenta agravada pela conjuntura política e social que teve profunda repercussão cultural nos últimos tempos.

Nesta perspectiva, reiteramos que a direção política atual do Serviço Social é produto de um longo processo histórico que sofreu distintas determinações, tanto do campo político social expresso na conjuntura na qual a profissão se insere, quanto pelo seu movimento interior que se expressa na necessidade de responder às distintas demandas (que se modificam e se dinamizam historicamente, ainda que sua base comum seja a questão social) postas à profissão. Hoje reconhecemos, hegemonicamente, a profissão como uma profissão crítica, vinculada aos interesses da classe trabalhadora, comprometida com um projeto societário emancipador que vem buscando há mais de 5 décadas a superação do conservadorismo profissional³ e vem assumindo uma direção distinta dos seus primórdios.

Posto isto, entendemos que o exame da “virada crítica da profissão” deve ser realizado em concomitância ao exame da realidade social em que a profissão encontrava-se inserida, já que a “história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”” (Benjamin, 2005, p.119). Tal exame nos permite identificar os caminhos traçados pelos profissionais e os motivos da escolha de determinada direção político-profissional em detrimento de outras que rebatem até os dias de hoje e conformam nossa identidade profissional.

Compreendemos que a identificação desse processo, contribui para a compreensão própria do Serviço Social contemporâneo, a partir do entendimento dos diferentes eventos, acontecimentos, escolhas, atores/atrizes que direcionaram as escolhas, e caminhos da profissão. Neste sentido, “O objeto das Ciências Sociais é histórico”(Mynaio, 2009, p.13), ou dito em outras palavras, “o objeto de estudo das ciências sociais possui *consciência histórica*” (Ibidem, p.14, grifo da autora). Para tanto, não se pode lançar mão de uma investigação sem considerar o momento histórico que esta se inscreve, vez que cada momento histórico está marcado por suas particularidades.

Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido ao seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções na medida em que as estruturas sociais nada mais são, que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das ciências sociais está referenciado no nível de consciência histórica social. (Mynaio, 2009, p.14)

³ Aqui reconhecemos que a superação do conservadorismo não se dá em um movimento estanque, mas se trata de um processo contínuo da categoria, dada a própria pluralidade profissional e, em especial, a precarização da profissão e do processo de formação contemporâneo que tem se transformado em solo fértil para a reprodução de práticas e narrativas conservadoras, na atualidade.

Assim como é necessário considerar também os processos anteriores que situam o objeto na atualidade posto que todo o conjunto da sociedade que constrói e reconstrói a sua história e à ela imprime seus significados.

Destarte, esta tese investigou o processo da “virada crítica” do Serviço Social mineiro, a partir da análise da cultura política e organização política dos assistentes sociais, e sua inserção na história. Dessa forma, se consideramos que “toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida”,(Ibid. p.16) nossa pergunta geradora é: como a cultura política da época rebateu na profissão e contribuiu para a sua organização política e a própria cultura profissional?

Antes de iniciarmos a discussão sobre a cultura política profissional, é necessário conceituarmos aqui, o que chamamos de cultura e cultura política. Dessa maneira, é importante demarcar que a apreensão de cultura como categoria analítica e como expressão de um modo de ser, pela pesquisadora, se inscreve na tradição marxista que compreende tal conceito a partir de um produto social e histórico, intrinsecamente ligado às relações de produção e à estrutura de classes presentes na sociedade capitalista. Para tanto, a compreensão de cultura política dentro desta tese, deriva dos mesmos pressupostos.

A cultura, e para tanto, a cultura política, é tomada neste trabalho, não de forma restrita, vinculando-se apenas às expressões artísticas e intelectuais, mas pela compreensão de que esta, deve ser percebida de forma abrangente, englobando todos os aspectos da vida social, incluindo as práticas, costumes, crenças e valores de uma determinada sociedade. Neste sentido, se tomarmos a posição marxiana de que o ser social é quem determina a consciência (Williams, 2011), entendemos que as condições materiais de produção, como as relações de propriedade e o sistema econômico, são as bases que moldam a forma como a sociedade pensa, interpreta e produz ideias e conceitos. Segundo Marx, “Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”(Marx, Engels, 2007, p. 85).

Ainda conforme Marx e Engels (2007, p.93) “indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas”. Portanto, partimos aqui, da compreensão de que a cultura é produto histórico e nos é legada e imposta, vez que, o processo de consciência do homem é resultado das determinações presentes em sua realidade concreta.

Para Marx e Engels

Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, ENGELS, 2007, p. 94)

Posto isto, as diferentes formas onde a cultura se manifesta, são produtos das condições materiais da sociedade e servem para reproduzir e justificar as relações ali existentes (Idem). Neste sentido, a cultura não é um elemento neutro, mas está permeada de contradições e de disputas que são próprias da sociedade que ela representa. Dessa forma, então depreende-se de que a cultura, na sociedade burguesa, assim como a cultura política é reprodutora das contradições e conflitos inerentes ao modo de produção capitalista, bem como nas relações de classe inseridas neste. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que dentro da dinâmica de reprodução das relações sociais, não há nenhum movimento estanque. Neste sentido, a cultura política enquanto categoria em movimento também é resistência, é contradição, e pode se colocar como possibilidade de mirada da superação da ordem e construir “um novo modo de ser que determina uma nova forma de consciência”, nos termos de Gramsci (1972, p.301).

Assim, Gramsci aponta que:

A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. (Gramsci, 1976, p.83)

Por outro lado, a sociedade capitalista cunhou, ao longo da história, um modo de ser e de se reproduzir dos homens, estruturado no pensamento e no modo de vida burguês, uma vez que, concordamos aqui que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (Ibidem, p.47). A classe que dispõe dos meios de produção material, dispõe também dos meios de produção imaterial, dos meios de propagação de ideias, idealizando assim seu modo de viver, de pensar, de produzir e de compreensão do mundo.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX, ENGELS, 2007, p. 47)

A partir do exposto, nossa argumentação é de que a cultura e a cultura política são influenciadas pelas ideias e valores da classe dominante, que detém os meios de produção e controla os recursos econômicos e, no nosso caso, estamos falando da sociedade capitalista, em sua fase madura que molda determinada forma de pensamento. Portanto, a cultura e a cultura política, sendo compreendida como atividade humana de um conjunto de práticas sociais, reflete e promove os interesses da classe dominante, ainda que, esses interesses possam ser permeados pela classe subalterna, como já apontado anteriormente.

A incapacidade de compreender a realidade em sua totalidade e essência se infiltram em maior ou menor proporção na estrutura do pensamento, criando brechas para a compreensão do real apenas pela sua aparência. O modo de produção capitalista é mistificador da realidade dando à ela a aparência de que as relações sociais são, na verdade, relações entre coisas. A mercadoria produzida pelo homem é fetichizada e assume uma preponderância nas relações sociais.

Dessa forma, as coisas assumem uma independência na sua dinâmica, subsumindo o próprio homem que passa a ter um papel secundário (Sweezy, 1976). A reificação das relações sociais são, portanto, o próprio véu que encobre a essência das relações sociais, onde todos os homens aparentam estar nas mesmas condições de igualdade para a venda de suas distintas mercadorias, sejam elas coisas, sejam elas a própria força de trabalho. “A capacidade de trabalho do operário é alienada dele e a ele contraposta como qualquer mercadoria é contraposta a seu dono.”(Sweezy, 1976, p.67). Essa, na verdade, é só a aparência das relações que, quando tomadas acriticamente como naturais, resultam no processo de alienação.

Entendemos ser importante tratar desse processo, na compreensão de que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 1982). Sendo assim, as escolhas, direções e sentidos e objetivos da profissão vinculam-se diretamente à sociedade e ao momento histórico no qual ela se insere. Nos interessa aqui resgatar todo o processo histórico que culminou na “virada crítica” da profissão, quando esta vincula-se à teoria social crítica num processo de ruptura com o conservadorismo profissional.

Temos aqui que considerar que o desenvolvimento profissional e político do Serviço Social mostra diferenças substanciais entre a emergência da profissão e sua face contemporânea (Montaño, 1998). No Brasil, especialmente na década de 1980, com as obras de Iamamoto, o Serviço Social se aproximará da teoria social marxista e assumirá uma postura mais crítica no que diz respeito à análise societal e, consequentemente, à própria função social da profissão.

Se, num primeiro momento, as bases teóricas da profissão são dadas pela apropriação distintas matrizes teóricas, naquilo que Iamamoto (1998) vai chamar de arranjo teórico-doutrinário que se vale da junção do positivismo com o conservadorismo da igreja católica, com a doutrina social da igreja - numa tentativa de dar um caráter mais técnico à intervenção, no momento atual a profissão tem produzido significativos estudos nas mais diversas áreas, garantindo um sólido corpo teórico, especialmente no âmbito dos cursos de pós-graduação. O Serviço Social, ao longo dos últimos 50 anos, vem se reconstruindo e se refazendo teórica e tecnicamente. A profissão assume a questão social como razão para a sua existência e as expressões da questão social como objeto de intervenção e a compreende como fruto da contradição entre capital e trabalho, vinculada à dinâmica própria da sociedade burguesa, desse modo a compreende como uma expressão histórica. Assim, é dentro do próprio movimento da dinâmica social, que a profissão vai se desenhando e se configurando.

Ainda que a direção crítica da profissão não seja homogênea, apesar de hegemônica, a profissão contempla o pluralismo teórico e político, fruto do processo de renovação da profissão datado dos anos de 1964 a 1985, portanto, consideramos importante o desvendamento dos desdobramentos do que foi o processo de renovação da profissão, especialmente, em Minas Gerais, entendendo que, as escolhas da profissão constroem sua cultura política profissional e a organização política dos assistentes sociais materializa e concretiza nossa prática profissional.

Dessa forma, para a análise da cultura política e a organização política profissional do Serviço Social no momento da virada crítica da profissão no estado de Minas Gerais, refizemos o percurso histórico dos acontecimentos que contribuíram para a mudança de direção ideo-política da profissão, também fizemos o esforço de analisar a conjuntura que propiciou a virada crítica no estado de Minas Gerais, para que assim pudéssemos compreender os elementos condicionantes da formação de uma cultura política profissional dentro do Serviço Social, identificando e analisando as principais instâncias de organização política da profissão.

É verdade que desvendar determinada realidade é sempre uma tarefa difícil. Tal tarefa requer curiosidade aguçada, indagação e a impressão do esforço na ação de investigar. O Serviço Social, situado como profissão historicamente construída e inserida no real (Yazbek, 2009), se coloca como uma profissão não só de caráter interventivo como também investigativo, na medida em que este último impacta diretamente em uma forma de atuar que supera o pragmatismo, e imprime intencionalidade e clareza na intervenção.

Se, partimos da compreensão de que a investigação qualifica a intervenção, partimos também da ideia de que a compreensão do real é *a via crucis* para sua transformação. Nesta perspectiva concordamos com Yamamoto que reconhece que a pesquisa, como dimensão constitutiva do exercício profissional do assistente social, é:

(...) uma condição de se formular respostas capazes de impulsionar a elaboração de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. (Yamamoto, 1998, p. 56).

Analisar o campo contraditório do processo histórico da profissão, requer um olhar totalizante que só é possível pela vertente crítico-dialética que se coloca como um modo de pensar e agir que parte de uma realidade contraditória. O método crítico-dialético foge ao empirismo adotado pelas linhas funcionalistas e positivistas, bem como ao idealismo culturalista, trazendo uma perspectiva relacional, complexa e inovadora, entre sujeito e objeto (Behring, Boschetti, 2011). A opção por esse método também se justifica, uma vez que a observação inicial não se revela como uma realidade pronta e acabada, e sim como parte dela. “A dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*.” (Kosik, 1976, p. 9. Grifos do autor). Trata-se, portanto, do reconhecimento de que a realidade não se encontra compartimentada em blocos isolados ou independentes, mas sim que os acontecimentos se entrelaçam e se espalham por todo o tecido social. Sendo assim, o objeto deve ser tomado a partir de suas múltiplas dimensões (Almeida, 1996) e condicionamentos sofridos pela realidade onde se insere.

Quando aqui nos comprometemos com a compreensão do real, na direção e busca da essência do fenômeno, ou seja, da sua realidade, não dada de forma imediata, mas sim colocada em sua totalidade, concordamos novamente com Kosik que afirma que:

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (...) Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético. (Kosik, 1976, p.35)

Ao procurar um desencadeamento lógico perseguindo respostas para as indagações aqui formuladas, este trabalho, em sua redação final, assumiu a seguinte configuração: iniciamos com uma revisão bibliográfica que teve a pretensão de compreender a dinâmica social e política na qual se desenvolveu o Serviço Social, especialmente no momento de virada crítica da profissão. Dialogamos com diferentes formulações teóricas com o objetivo de jogar luz à noção de cultura política profissional, ao mesmo tempo em que fomos

identificando a organização política da profissão e como estas se retroalimentam. Avaliamos que por esse caminho, obtivemos algumas respostas sobre o conjunto de determinações que incidiram sobre o Serviço Social mineiro e, conseqüentemente, moldaram sua cultura e organização política.

Assim, como caminho metodológico para a apreensão de um novo conhecimento sobre o tema proposto, optamos por trabalhar com a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Mynaio, 2001, p.21)

Consideramos a abordagem qualitativa como a mais adequada, por reconhecer a singularidade do fenômeno, permitindo uma melhor compreensão deste a partir do contexto em que este ocorre e do qual também faz parte, analisando-o de um ponto de vista integrador. Dessa forma, buscou-se a apreensão do fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos nele envolvidos considerando todos os aspectos relevantes (Godoy, 1995). A opção por um estudo predominantemente qualitativo, pretende enfatizar a natureza socialmente construída da realidade, assumindo-se assim, a íntima relação entre pesquisadores e seus objetos de estudo (Denzin e Lincoln, 2006, *apud* Yonaha, 2024). Nesse paradigma, considera-se, sobretudo, que o conhecimento vem de algum lugar (Yonaha, 2024).

Embora o nosso recorte geográfico seja o estado de Minas Gerais, o levantamento documental realizado, concentrou-se no acervo da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte no campus Coração Eucarístico (PUC-BH) que foi palco do movimento de vanguarda mineiro que ficou conhecido como “Método BH”. Além disso, foi realizada pesquisa documental junto ao CFESS, sendo pesquisado todas as atas de posse da instituição que se encontravam disponíveis desde 1975 até 1993, bem como a pesquisa documental do acervo do CRESS MG- 6ª região, onde, além das atas de posse de suas diretorias também encontravam-se sob sua guarda grande parte da documentação remanescente do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais (SASEMG), cujas atas de posse, teses, recortes de jornais e outros documentos foram analisados, a fim de compreender o papel destas instituições, enquanto espaço de organização política da profissão, na virada crítica.

Esclareço que a pesquisa documental foi o processo mais desafiador de elaboração desta tese, já que, boa parte dos documentos do SASEMG encontram-se fragmentados, incompletos e com lacunas temporais. Já a documentação do CFESS, não tivemos acesso

direto, tendo esta sido enviada pela entidade através de e-mail, o que limitou a nossa possibilidade de escolha sobre o que analisar, mais profundamente.

Ao estabelecer esse recorte espacial, entendendo-o como necessário à viabilização da pesquisa, o que se buscou não foi o entendimento parcial ou recortado do processo estudado, como entidade distinta e separada. A escolha se deu pelo fato do estado de Minas Gerais ter uma dimensão territorial, particularmente, expandida em relação aos outros estados, com seus 853 municípios, o que tornou impraticável assumir uma busca por todo o estado, do período estudado. “Dessa forma, a localidade ou região não pode ser encarada como objeto de pesquisa em si mesmo e, os dados, ali estudados, devem ser compreendidos como uma janela aberta para uma realidade mais ampla” (Almeida, 1996). Neste sentido, optamos por nos concentrar nos eventos e articulações ocorridas, especialmente, na região metropolitana de Belo Horizonte, por entendermos que esta localidade foi palco privilegiado do processo de virada crítica do Serviço Social mineiro. A pesquisa documental se mostrou pertinente e muito vantajosa, uma vez que, o uso de documentos permitiram acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do processo.

Segundo Esteban (2010, p.193) “Os pesquisadores qualitativos abordam fundamentalmente questões relacionadas às ações e não aos atos”, dessa forma, a pesquisa qualitativa é a “interpretação do significado de ações humanas e sociais”. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, “grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” como nos aponta Cellard (2008, p. 18). Portanto, o uso da análise documental como recurso metodológico, busca identificar informações factuais, bem como memórias, nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse, utilizando o documento como objeto de estudo. Dessa maneira, a riqueza de informações que se pode extrair e resgatar dos documentos justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista que, possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Junior, et.al., 2021).

Desse modo, o documento escrito institui uma fonte preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele não pode ser substituído em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, uma vez que não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Ao mesmo tempo, ele continua como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (Junior, et.al., 2021, p.40)

Concomitantemente à revisão bibliográfica e à pesquisa documental foi realizado trabalho de campo com a pretensão de colher informações diretamente dos sujeitos

envolvidos no objeto da pesquisa, ou seja, de assistentes sociais que participaram da construção e consolidação do processo de virada crítica da profissão no estado de Minas Gerais.

Para o levantamento dos dados referentes ao campo de estudo, foi realizada entrevista aberta com a assistente social Consuelo Quiroga que atuou como docente da ESSUC-MG durante o processo de construção e implementação do “Método BH”, além de ser uma das criadoras do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Também foi entrevistada a assistente social Léa Lúcia Cecílio Braga, que fez parte da diretoria do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, foi membro da diretoria da ANAS entre 1989-1991, Vice-presidente do CFESS na gestão 1999-2002 e presidente do CFESS gestão 2002-2005. Lea atuou nestas instâncias, no momento em que a categoria fazia a opção pela sindicalização por ramo de atividade. Lea também foi presidente do CRESS-MG na gestão 1993-1996 e na gestão 1996-1999. Estas profissionais tiveram um significativo papel na construção da cultura política profissional de caráter social crítico que se despontou na primeira metade da década de 1970 em Minas Gerais e que mais tarde ressoou para o conjunto da categoria. Foram contemplado todos os requisitos referentes a pesquisa com seres humanos presente na plataforma Brasil⁴.

A entrevista permite o acesso a dados de difícil alcance por meio da observação direta somente, tais como sentimentos, pensamentos e intenções. Sendo assim, o propósito da entrevista é a aproximação direta com a perspectiva do entrevistado. Esta abordagem nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, bem como, correções e esclarecimento de dúvidas imediatas. Consideramos que, através desta metodologia, possamos recuperar a memória dos acontecimentos, através de seus protagonistas.

Intentamos aqui, trabalhar com a história oral das entrevistadas buscando ampliar o conhecimento sobre o processo de virada crítica do Serviço Social em Minas Gerais, “por meio de estudos em profundidade, partindo dos sujeitos, das suas memórias e experiências” (Moljo; Domingues, 2017, p.1354). Essa metodologia busca conhecer o sujeito a partir do seu cotidiano, recuperando as histórias através do trabalho com fontes orais, com a realização de entrevistas em profundidade. O objetivo aqui é conhecer as dimensões da vida dos sujeitos, daqueles que construíram e vivenciaram a história, entendendo que a maior parte dessas

⁴ Como sinalizado no início, esta tese é parte da pesquisa: “Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e Memória”, sob a coordenação da Prfª Dra. Carina Berta Moljo e financiada pelo CNPq através da bolsa PQ-CNPq. Em anexo encontra-se o relatório do comitê de ética e os Termos de Consentimento Livre e esclarecido assinados pelas entrevistadas.

histórias permanecem no âmbito do privado, sem ser conhecidas e reconhecidas pela “história oficial” (Ibidem).

Optamos aqui pelo modelo de entrevista aberta por entendermos que, este modelo permite explorar as memórias das entrevistadas em sua riqueza de detalhes, conforme a percepção das mesmas. Acreditamos estarem aí elencados os recursos metodológicos que utilizamos para a pesquisa realizada, ressaltando que a abordagem qualitativa, enquanto metodologia de pesquisa não se coloca como proposta rigidamente estruturada (GODOY, 1995), o que permite certa amplitude de possibilidades ao pesquisador.

Isto posto, a tese foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo tratamos da cultura política e organização política profissional da categoria dos assistentes sociais, sendo que, no primeiro momento, nossa preocupação foi a de esclarecer de onde partimos na conceituação e entendimento das categorias cultura, política, cultura política e organização política. Consideramos este um passo importante para não haver ambiguidades de sentido ou ainda interpretações equivocadas. Logo após, nossa preocupação foi de situar historicamente a profissão no Brasil, considerando os traços conservadores de sua gênese e sua posterior aproximação com a teoria social crítica. Finalmente, tratamos dos principais eventos que antecederam o processo da virada e como tais eventos incidiram na cultura política profissional e balizaram a organização política da categoria no país.

No segundo capítulo analisamos as instâncias de organização política da profissão que assumiram o protagonismo nos anos de 1960 a 1990 como a organização sindical dos Assistentes Sociais, e o conjunto CFESS/CRESS. Investigamos neste capítulo o processo de organização das instâncias representativas da profissão, seus principais atores e sua relação com as lutas mais amplas da sociedade que levaram a uma virada na direção do projeto profissional. Nosso desejo foi o de investigar a consolidação de tais instâncias, as disputas internas em torno de diferentes projetos e como se deu o direcionamento crítico nesses espaços. Optamos por nos determos na análise sindical, bem como do CFESS e CRESS-MG, por compreendermos que, dado o limite do objeto desta tese, não há espaço aqui para a análise de outras entidades.

Finalmente, no terceiro capítulo, tratamos do processo de virada crítica no estado de Minas Gerais, quem foram os principais atores envolvidos, como se organizaram, como entenderam e vivenciaram a experiência da virada crítica e qual foi o legado deixado para a profissão na atualidade. No ano de 2023 o CRESS-MG completou 60 anos de história. Nossa intenção foi a de investigar a cultura política profissional em Minas Gerais, tratando-se de um

estado de características conservadoras, que protagonizou diversos momentos da virada crítica da profissão no Brasil.

Ao "escovar a história a contrapelo", a pesquisa analisa as complexas mediações que permitiram ao Serviço Social mineiro assumir um papel de destaque na vanguarda desse processo de renovação e ruptura da profissão. A elucidação de parte dos acontecimentos históricos que moldaram o Projeto Ético-Político Profissional hegemônico atual, permite a compreensão do passado e fortalece o compromisso com um projeto societário emancipador, alinhado aos interesses da classe trabalhadora. Desse modo, foi possível verificar que a construção do atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro se deu imbricada ao processo de organização e lutas da classe trabalhadora que incidiram e rebateram diretamente na profissão, sendo o Serviço Social mineiro parte ativa do movimento que resultou na virada crítica da profissão.

2 CAPÍTULO 1. CULTURA POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

No presente capítulo, discutiremos a questão da cultura política e organização política dos assistentes sociais, desde a institucionalização da profissão no Brasil, ocorrida na década de 1930 até sua virada crítica que se inicia nos anos de 1960 e atinge sua maturidade na década de 1990. Esse percurso histórico nos permite compreender o que foi, quais foram os determinantes e como se deu esse processo no Brasil, especialmente, em Minas Gerais que é o nosso objeto de análise nesta tese.

O recurso à história, portanto, não é secundário ou lateral, mas fundamental para que se possa conceber a imagem socialmente consolidada da profissão como expressão do movimento real. e nesse sentido ela não é estática ou insuperável, mas se constrói, fortalece ou subsume a partir das relações estabelecidas entre as classes sociais em determinado momento histórico (Ortiz, 2010, p.13)

A nossa compreensão acerca da profissão está vinculada à perspectiva de que o Serviço Social encontra-se situado como um tipo de especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista e, para tanto, inscrito na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 1982). Dessa forma, como apontado acima por Ortiz, para capturar o movimento histórico da profissão, é necessário, capturar o movimento histórico da sociedade em que este encontra-se inserido. Destarte, a história do Serviço Social não se conta a partir dela mesma, de forma

endógena, mas a partir do movimento real e concreto da sociedade na qual esta profissão se insere. Assim concordamos com Iamamoto (1982, p.73):

Isso supõe, como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

Posto isto, iniciaremos o capítulo tratando de conceituar o que aqui chamamos de cultura/ política/ cultura política/ organização política, para que posteriormente possamos adentrar nessas categorias tomadas para dentro da profissão ao longo de sua história. Entendemos que é necessário esclarecer sob quais matrizes teóricas os termos estão cunhados nesta tese, bem como, quais as determinações que envolvem a cultura política e a organização política profissional dos assistentes sociais no Brasil, a partir das contradições sociais e históricas que são particulares de nosso país. Entendemos como importante o esclarecimento destes conceitos e categorias para a apreensão mais precisa de determinados fenômenos.

No segundo momento deste capítulo, trataremos do resgate histórico da profissão no país, contextualizando o cenário que molda a cultura profissional desde sua gênese e os acontecimentos históricos que impulsionam o processo de virada crítica profissional. Nossa pretensão é esclarecer os elementos e acontecimentos sustentadores do processo da virada crítica do Serviço Social brasileiro e mineiro, para que, no segundo capítulo possamos aprofundar no que diz respeito ao papel das entidades representativas da categoria nesse processo.

2.1 BREVES NOÇÕES SOBRE, CULTURA, CULTURA POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Julgamos imprescindível o esclarecimento dos conceitos e categorias utilizados neste trabalho, para que fique nítido desde o início, de onde partimos e a qual teoria nos filiamos na presente análise.

Consideramos importante reiterar que, a apreensão de cultura, pela pesquisadora, descende da tradição marxista que compreende tal conceito a partir de um produto social e histórico, intrinsecamente ligado às relações de produção e à estrutura de classes presentes na sociedade capitalista. Entendendo que, nas ciências sociais a grande maioria dos conceitos são

polissêmicos, com o conceito de cultura a situação não é diferente. Sua imprecisão muitas vezes escamoteia sua real intenção. Segundo Sodré,

Os antropólogos Kroeber e Kluckhohn puderam catalogar pouco mais de 150 definições, que só fazem atestar a natureza, ao mesmo tempo, movediça e tática, do conceito. Cultura é uma dessas palavras metafóricas (como por exemplo, liberdade) que deslizam de um contexto para outro, com significações diversas. É justamente esse “passe livre” conceitual que universaliza discursivamente o termo, fazendo de sua significação social a classe de todos os significados. A partir dessa operação, cultura passa a demarcar fronteiras, estabelecer categorias do pensamento, justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção. É preciso não esquecer, assim, que os instáveis significados de cultura atuam concretamente como instrumentos das modernas relações de poder imbricadas na ordem tecno-econômica e nos regimes políticos, e de tal maneira que o domínio dito “cultural” pode ser hoje sociologicamente avaliado como o mais dinâmico da civilização ocidental (Sodré, 1983, p.8)

Neste sentido, demarcamos que as categorias **cultura** e **cultura política** são tomadas, neste trabalho, não de forma restrita, vinculando-se apenas às expressões artísticas e intelectuais, mas pela compreensão de que estas, devem ser percebidas de forma abrangente, englobando todos os aspectos da vida social, que incluem as práticas, os costumes, as crenças e os valores de uma determinada sociedade. Assim, a cultura é o modo com o qual nos relacionamos com a nossa situação sócio-histórica (Williams, 2011). “Efetivamente, se nós compreendemos corretamente a cultura de uma época, compreendemos em suas raízes o desenvolvimento do conjunto dessa época, como se tivéssemos partido da análise de suas relações econômicas.” (Lukács, 1920, p.1).

Marx e Engels (2007) apontam que, é a partir da produção real e material da vida imediata, das condições materiais de produção de uma sociedade, ou seja, da forma como a produção é organizada, que se explica o sistema de crenças do homem, portanto, esta é a base sobre a qual se erguem as instituições políticas, ideológicas e culturais de uma determinada sociedade. Daí se identifica a importância de se compreender a história a partir de como as experiências, vivenciadas concretamente pelos indivíduos em seus diversos espaços, são trabalhadas, decodificadas, assimiladas e incorporadas nas tradições e nos sistemas de valores e como, a partir daí, se estabelecem os mecanismos de resistência ou acomodação em relação às práticas de dominação (Almeida, 1996, p.29).

Nas palavras de Marx e Engels (2007, p.87),

Esse modo de produção [O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida] não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma

determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Segundo Lukács (1920, p.2), “a vida econômica deixou de ser um instrumento para a função vital da sociedade e se colocou no centro: se converteu em fim em si mesmo, o objetivo de toda a atividade social”. A consequência de tal relação é a transformação de todo o conjunto da vida social em uma grande relação de troca de mercadorias e, assim, a existência dos indivíduos enquanto sujeitos sociais só pode se realizar, na medida em que, este sujeito consegue trocar a mercadoria força de trabalho em outras mercadorias essenciais à sobrevivência como alimentação, moradia etc.

Posto isto, se consideramos que a produção material é a base sustentadora da produção de ideias, caminhamos então, ainda junto de Marx e Engels que, na sociedade burguesa, a classe que detém os meios de produção material da vida, detém também as formas de produção e reprodução das ideias de um tempo. Para tanto, “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes.” (Marx e Engels, 2007, p.47).

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.(Ibidem)

A partir dessas colocações, podemos afirmar que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, “não por serem inerentemente burguesas, mas porque o acesso a ideias com real poder de mobilização social permanece restrito à classe dominante” (Tupinambá, 2016, p.4). Dito de outra forma, na ordem burguesa, há uma tendência à fusão entre a aparência e a essência, resultando na transformação da superfície sensível das coisas em sua própria representação definitiva. Nesse contexto, a aparência subjacente a uma determinada imagem tende a ser aceita como a própria realidade. Especialmente em uma ordem social composta por classes sociais em conflito, como a ordem burguesa, a imagem que reveste essa aparência tem a tendência de incorporar e refletir os valores dominantes nessa sociedade. Dessa forma, os valores da burguesia tendem a ser incorporados não como dominantes, mas como universais e como se fossem estanques a determinados interesses históricos e de classe (Ortiz, 2010).

Segundo Williams (2011) em cada momento histórico, tem-se um conjunto de práticas sociais e ideias, efetivas e dominantes que são centrais e constituem-se em processos

organizados e vividos. O processo de formação de cultura é, portanto, um processo ativo e em movimento, ou seja, um processo histórico, cujas expressões incluem tudo o que contribui para a identidade e o significado de uma comunidade. Para tanto, segundo o autor, a cultura é ativa, mutável, dinâmica e está em constante desenvolvimento, moldada pela interação de diferentes grupos sociais e pelas mudanças históricas, econômicas e políticas. Ela não é fixa, mas sim um campo em contínua transformação, onde o significado e o valor das coisas são negociados e redefinidos ao longo do tempo.

Todavia, ainda que as ideias dominantes de uma época, sejam as ideias da classe dominante, como apontam Marx e Engels (2007), Williams (2011) destaca a necessidade de reconhecer que a cultura não é apenas produto das elites intelectuais ou artísticas, ainda que, estas exerçam certa centralidade na direção geral, mas também é construída a partir das experiências e práticas cotidianas das pessoas comuns.

Esclarecido aqui, de onde partimos para a compreensão de cultura, avançamos, neste momento, no conceito de cultura política. Consideramos, pois, que o estudo dos fenômenos culturais “pode ser pensado como o estudo do mundo sócio-histórico constituído como um campo de significados” (Thompson, 2011, p.165). Dessa forma, sendo a cultura, como dito acima, um processo ativo, o estudo de seus fenômenos nos permite perceber “como expressões significativas de vários tipos são produzidas, construídas e recebidas por indivíduos situados em um mundo sócio-histórico” (Ibidem).

Observe que falamos aqui de “expressões de vários tipos ” e não de expressão, pois, ainda que, como aponta Marx e Engels, as ideias dominantes de um tempo sejam as ideias da classe dominante, o campo das ideias não está dado. Desse modo,

Nas palavras de Marshall Sahlins, a cultura tanto pode ser "historicamente reproduzida na ação" - sendo que, nestes casos, "as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultura " -, como, inversamente, ser "alterada historicamente na ação", o que ocorre quando os homens "criativamente repensam seus esquemas convencionais", a partir da constatação de que "as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos". (Almeida, p.36)

Este é um campo em disputa, de luta e resistência desempenhando um papel crucial na formação de uma determinada sociedade onde a identidade de classe é forjada e contestada e refletirá a própria disputa cotidiana pela sobrevivência versus exploração entre as diferentes classes. Em outros termos,

[...]a classe deve ser compreendida como uma instância constitutiva do sujeito social que engloba componentes presentes simultaneamente no plano da materialidade e no plano simbólico. Isto é, as experiências vivenciadas

social e historicamente pelos homens, são sempre permeadas por relações de exploração e resistência e se expressam nos conflitos, nas lutas, mas também nas acomodações. Por isso mesmo, elas são fortes mananciais alimentadores de uma cultura onde os trabalhadores encontram referências fundamentais para a construção de sua identidade coletiva.(Almeida, 1996, p.31)

Ora, se compreendemos a cultura como um conjunto de práticas sociais que, situadas na história, balizam determinados significados à uma sociedade, por política, a consideramos “[...]como forma de atividade ou de práxis humana, (que) está estreitamente ligado ao de poder [...] O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem.” (Bobbio et al., 1998, p.955), dessa maneira, o conjunto de elementos que configuram a percepção/concepção de uma sociedade a respeito do poder, podemos chamar de cultura política. Para tanto, política não é uma atividade auto expressiva, mas sim uma atividade que tem como fim promover um certo efeito sobre o mundo, ou no sentido de transformá-lo, ou no sentido de mantê-lo (Miguel, 2018).

Assim como tantas outras denominações nas ciências sociais, a palavra política também é bastante polissêmica e carregada de uma série de interpretações. Fechar um conceito sobre ela é tarefa difícil. Segundo Miguel (2018), o único consenso existente em torno da palavra política é a ideia de disputa de poder, dessa forma, seria mais fácil

(...)compreender a política como um conjunto de práticas sociais, historicamente determinadas, cuja abrangência é fruto também das lutas sociais. Dito de outra maneira, ela é o processo pelo qual se obtém acesso ao exercício do poder e, por meio dele, à organização da vida coletiva numa determinada sociedade. (Miguel, 2018, n.p).

Assim temos que,

Uma cultura, e mais especificamente, uma cultura política, qualquer que seja ela, está associada diretamente a uma realidade concreta e objetiva, surgindo, então, como fruto das experiências históricas vividas ao longo do tempo e, somente assim, será possível a apreensão, bem como, o respectivo exame do objeto.(Lena Júnior, 2012, p.156)

A noção de cultura política é tão antiga quanto a própria reflexão da vida política de uma sociedade. Desde a origem da civilização ocidental tem existido a preocupação em compreender de que forma a sociedade organiza e processa suas crenças, imagens e percepções acerca do seu entorno político e de que maneira isso influencia tanto na construção de instituições e organizações políticas, quanto na manutenção das mesmas e nos seus processos de mudança (Peschard, 2001).

Podemos inferir que a cultura política pode ser resumida como a “expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população” (Almond, Verba 1963, *apud* Lena Júnior, 2012, p.158), entendida como um

fenômeno social que é determinado pelas relações de produção, dito de outra maneira, se trata de compreender de como uma determinada sociedade percebe, significa e externaliza esse universo de relações contidos nas diferentes estruturas sociais de poder. Em última instância, o núcleo duro da cultura política enquanto categoria de análise, é o conjunto de relações de dominação e de sujeição, isto é, das relações de poder e autoridade e os eixos ao redor dos quais se estruturam a vida política. É o imaginário coletivo construído em torno dos assuntos de poder, de influência, de autoridade e na sua contraface de sujeição, submissão, obediência e, obviamente, de resistência e rebeldia (Peschard, 2001, p.10)

Se é verdade que “uma cultura política, seja ela qual for, somente existe em uma realidade concreta e objetiva” (Ibidem, p.161), Lênin (1987) nos aponta que o materialismo histórico dialético é o caminho mais consequente para o desvendamento do real concreto. Portanto, é na compreensão de como se dá o processo de produção material da vida humana, que é possível compreender a reprodução dos sistemas de valores e de crenças de uma sociedade.

O materialismo histórico de Marx é uma conquista formidável do pensamento científico. Ao caos e à arbitrariedade que até então imperavam nas concepções da história e da política, sucedeu uma teoria científica notavelmente integral e harmoniosa, que mostra como, em consequência do crescimento das forças produtivas, desenvolve-se de uma forma de vida social uma outra mais elevada, como, por exemplo, o capitalismo nasce do feudalismo. (Lenin, 2003, p.2)

Neste sentido, Lenin reforça o fato de que processos políticos são forjados sobre as relações sociais de produção, erguendo-se a partir daí as instituições políticas.

Assim, como o conhecimento do homem reflete a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, também o conhecimento social do homem (ou seja: as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) reflete o regime econômico da sociedade. As instituições **políticas** são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica. Assim, vemos, por exemplo, como as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado. (Lenin, 2003, p.2 grifo nosso)

Qualquer tentativa simples de conceituar cultura política incorreria no erro. Aliás, pensar em cultura política implica pensar para além de conceitos simples e estáticos. Como dito anteriormente, sua concepção se dá na compreensão da mesma como processo que se forja no campo histórico e dialético da produção da existência. Não há como buscar explicações simples para realidades complexas. À vista disto, quando pensamos em cultura política, pensamos no desnudamento das questões que a constroem. Pensamos nas distintas

determinações que a compõem e, finalmente, pensamos nas formas possíveis de não sermos envolvidos pela fumaça que camufla e esconde a realidade concreta da luta de classes.

Os homens sempre foram em política vítimas ingênuas do engano dos outros e do próprio e continuarão a sê-lo enquanto não aprendem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os interesses de uma ou de outra classe. Os partidários de reformas e melhoramentos ver-se-ão sempre enganados pelos defensores do velho, enquanto não compreenderem que toda a instituição velha, por mais bárbara e apodrecida que pareça, se mantém pela força de umas ou de outras classes dominantes. (Lenin, 2003, p.4)

Na própria concepção histórica, como nos apontam Marx e Engels (2007), não se pode separar as ideias de seus idealizadores. Para tanto, é necessário identificar os produtores das ideias e em que condições estas foram produzidas e quais condições mundiais constituem os fundamentos dessas ideias. Por conseguinte, as ideias políticas se explicam nas práticas e relações sociais e, assim como afirma Coutinho (1992, p.52) com base em Gramsci, “tudo é política”, dito de outra forma, no campo das relações sociais, todas as interações estão imbuídas de uma perspectiva política, seja na filosofia, na cultura ou na práxis em geral.

Dessa forma, ainda com Coutinho (1992, p.53) e ele com Gramsci, entendendo que todas as esferas do ser social estão atravessadas pela política, assim

(...) política em Gramsci é sinônimo de catarse. Pode-se empregar o termo catarse - diz ele - para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, elaboração superior de estrutura e superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.

Neste sentido, a política adquire um caráter universal e a catarse se daria, segundo Gramsci, na ultrapassagem dos interesses econômico-corporativos imediatos para interesses coletivos e universais capazes de gerar novas iniciativas, momento em que a classe deixa de ser “classe em si” e torna-se “classe para si” (Ibidem). Para tanto, é necessária organização coletiva dos sujeitos para que uma classe atue na totalidade, ou seja na modificação de uma realidade concreta.

Posto isto, por organização política entendemos como o momento em que os sujeitos, por condições e interesses que lhes são comuns, se organizam coletivamente em uma luta política. Tal condição pressupõe a ultrapassagem do plano de ideias à uma ação efetiva sempre orientada por uma finalidade que, por sua vez, pressupõe ainda, sair da condição de militante ideal e arriscar essa identidade em nome da produção de consequências efetivas no mundo.(Tupinambá, 2016, p.3).

[...] quando reconhecemos (1) que a organização é o sítio onde a teoria e a prática se misturam de maneira localizada e experimental [...] então torna-se possível afirmar que a organização é o campo propriamente inventivo da política. (Ibidem)

Para nós, é imperativo compreender como a cultura política e, por consequência, a organização política profissional dos assistentes sociais contribuíram para a virada crítica da profissão. Tal fenômeno só pode ser capturado pela análise do próprio momento histórico da época. Pois, se a organização é o campo que faz a mediação imanente entre a teoria e a prática, há uma dimensão da consciência que envolve a nossa capacidade de disputar e nos servir de ideias (Ibidem).

Isto posto, avançaremos aqui para a análise de como se deu o processo de organização política dos assistentes sociais brasileiros, especialmente, os mineiros e como esse processo contribuirá para sua virada crítica.

2.2 O CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1930 E 1960

Salientamos que, a apreensão dos processos internos da profissão só se realiza na compreensão do movimento histórico em que esta se localiza. É importante destacar, novamente, que a implantação da profissão no país não se deu de forma isolada, mas diretamente relacionada às profundas modificações econômicas, sociais e políticas que atravessaram a sociedade brasileira. Desta maneira nossa análise da história profissional se imbrica à análise da história social e política do Brasil e de Minas Gerais. Consideramos importante recuperar a história da profissão no país, entendendo que a compreensão do passado é a chave explicativa dos processos sociais, sendo então, fundamental para compreender os desafios do presente.

Ao considerarmos o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo, assumimos a tese histórico-crítica de que a abertura desse campo profissional só se torna possível no momento histórico em que se torna necessário. Dessa forma, compreendemos que essa profissão tem um significado social na sociedade capitalista (Iamamoto e Carvalho, 1982), e se insere no campo contraditório das relações sociais em determinado tempo histórico qual seja, na emergência do capitalismo monopolista, quando o Estado toma para si às respostas à questão social.

[...] a reprodução das relações sociais é entendida (cf. IAMAMOTO, 2011) como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Desta forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de toda a trama de relações da sociedade. (Yazbek, 2020, p.294)

A idade do monopólio, representa uma etapa crucial no desenvolvimento do sistema capitalista, caracterizada pelo acentuado aumento da concentração e centralização do capital. Esse fenômeno resulta na supressão da concorrência de preços em setores específicos, culminando na formação de vastos impérios econômicos que exercem domínio sobre os mercados de mercadorias essenciais. Sendo esta a configuração do capitalismo monopolista, verifica-se que este processo conduz ao ápice de sua contradição elementar que é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Lênin (2011) dará ao capitalismo monopolista o nome de imperialismo, afirmando ser esta uma fase particular do capitalismo onde, os grandes trusts e cartéis, controlam grandes porções da produção e da riqueza cimentando seu poderio econômico e político. Ele descreve ainda, o imperialismo como sendo uma forma avançada de capitalismo, donde a exportação de capital para países estrangeiros, em busca da maximização de lucros, é uma característica-chave deste modelo. Ademais, Lênin destaca como a exploração desenfreada de recursos naturais e da mão de obra das nações colonizadas ou dependentes se tornaram uma manifestação central do imperialismo. Nesse sentido, ele aponta que o imperialismo não é apenas uma extensão/continuação do capitalismo, mas sim sua fase mais desenvolvida e predatória, que leva a uma concentração ainda maior de riqueza e poder nas mãos de poucos e, por consequência, uma maior exploração da classe trabalhadora. O capitalismo monopolista foi responsável por um processo de aprofundamento e agudização das principais contradições da sociabilidade burguesa.

Outra questão a se destacar é a modificação na dinâmica funcional e estrutural da relação entre o Estado e a economia no período monopolista do capital. Para garantir a taxa de lucros cada vez mais altas, o monopolismo demandará saídas extra-econômicas. “Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância, por excelência do poder extra-econômico, o Estado.” (Netto, 2009, p.21). Sob o domínio do imperialismo as funções políticas e econômicas do Estado se transformam em instrumentos a serviço da acumulação de capital e da manutenção do sistema imperialista.

Segundo Netto (2009, p. 22), na idade do monopólio, além da preservação das condições externas de produção capitalista, o Estado também irá atuar *desde dentro* e suas

funções políticas irão se imbricar orgânica e sistematicamente com as funções econômicas. O Estado irá operar para assegurar o conjunto de condições necessárias para a ampliação e valorização do capital monopolista. Dentre essas condições estão a divisão do custo social da reprodução da força de trabalho. Se na fase anterior do capitalismo (capitalismo concorrencial) o Estado agia coercitivamente junto às sequelas da exploração da classe trabalhadora, na fase monopolista o Estado atuará na preservação e controle contínuos da força de trabalho não só ocupada, mas também a força de trabalho excedente (Ibidem).

A necessidade de se legitimar politicamente levará o Estado à ampliação da legislação social e ao reconhecimento de outros protagonistas sócio-políticos, como forma de conter a crescente luta do proletariado e o fará especialmente através de sistemas de previdência e segurança social. É esse o chão histórico em que germina a possibilidade do Serviço Social como profissão.

Assim Netto (2009, p.73) aponta que:

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio [do capital] que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social e técnica do trabalho, constituam-se um espaço onde se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.

Nas palavras de Montaño (2007, p.30):

[...]o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”.

Neste sentido, podemos afirmar que a emergência da profissão só se torna necessária e possível em razão das sequelas da sociabilidade burguesa expressas na contradição capital x trabalho, especialmente, no processo de urbanização/industrialização característico de sua fase monopólica e na forma como o Estado irá incidir nela a partir de então. Conforme Netto (2009) essas contradições fundamentais, materializadas na exploração e alienação, são recolocadas em patamares ainda mais altos e combinadas com novas contradições e antagonismos, além da cooptação do Estado pelo capital. Nas palavras de Montaño:

Neste sentido, entre a necessidade social e a demanda profissional do mercado (ou institucional) deve mediar um processo de conversão, que transforme necessidades sociais em demandas e reivindicações da população, e estas em respostas institucionalizadas por parte da sociedade. Este processo de conversão é histórico, dinâmico. Portanto, só quando esta conversão de necessidades a respostas assume a forma de políticas e serviços sociais e assistenciais desenvolvidos fundamentalmente pelo Estado, socializando a responsabilidade e universalizando o direito à satisfação da necessidade, é que aparece

legitimamente instituída uma profissão como a de Serviço Social. (Montaño, 2007, p.59)

O Serviço Social brasileiro não nasce de forma distinta de outros lugares no mundo, portanto, nasce de uma necessidade social circunscrita na fase monopolista do capitalismo brasileiro. Todavia, há que se considerar as particularidades históricas da incidência do capitalismo tardio no Brasil, bem como nossa formação social e política cunhada no escravismo, clientelismo e patrimonialismo que contribuíram para um aprofundamento da questão social no país. Assim, cabe aqui explicitar, ainda que de forma mais geral, as particularidades do contexto em que o Serviço Social brasileiro e, especialmente, o mineiro encontraram no seu processo de desenvolvimento e institucionalização.

2.2.1 O contexto de institucionalização do Serviço Social no Brasil

O surgimento e desenvolvimento dessa profissão, no Brasil, se deram no irrompimento da classe operária na cena política, como uma das alternativas que a classe dominante utiliza para administrar a “questão social” e manter as massas sob controle (Iamamoto e Carvalho, 2005). A profissão nasce, portanto,

(...) no Brasil e no mundo por dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à questão social e de frear o movimento operário, por um lado; e no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital no momento fordista-keynesiano, após a Segunda Guerra Mundial, por outro. (Bhering, Santos, 2009, p. 7)

O desenvolvimento desigual e combinado⁵ do capitalismo brasileiro não se deu na forma clássica burguesa, mas sim pela imbricação de uma estrutura burocrática arcaica herdada do período colonial, com o progresso da industrialização. Neste sentido, é necessário lembrar que se trata de um país constituído pela exploração colonial que se utilizou até o fim do século XIX da mão de obra escrava e, com uma economia voltada, essencialmente, para a exportação de produtos primários e a ampla exploração dos recursos naturais.

Portanto, é importante salientar que a expansão do capitalismo brasileiro se deu no centro de uma sociedade colonial, dependente, cuja economia se desenvolveu com a imbricação do atraso e do moderno, onde as particularidades da revolução burguesa no Brasil irão determinar o curso de como se dará nosso desenvolvimento societal. O padrão de dominação colonial irá se perpetuar nas entranhas de nosso sistema político e da dinâmica da

⁵ Conforme Iamamoto (2010, p.129) A noção de desenvolvimento desigual e combinado é utilizada em sua acepção clássica (Marx, 1985b, t. I, v. II): a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista.

sociedade como um todo, estabelecendo assim, um “tipo legal e político de dominação colonial cujo caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores”, (Fernandes, 1975, p.13) moldará as formas concretas de expansão do capitalismo no Brasil.

Dessa forma, Fernandes (2006) afirma que o capitalismo introduzido na periferia mundial, marcada pelo processo de colonização, irá se defrontar com a estrutura colonial pré-existente que irão se ajustar apenas parcial e superficialmente aos novos padrões de vida econômica. A economia colonial brasileira irá se adaptar rapidamente à dupla polarização de negócios de exportação e importação, todavia a mesma estrutura mostrou-se rígida na absorção de outros dinamismos essenciais à expansão interna, implicando na manutenção, em grande parte, dos interesses econômicos e políticos da aristocracia agrária.

Sobre o processo de transição da economia colonial para a economia escravista e, posteriormente para o capitalismo comercial e, finalmente, o industrial, Fernandes (1975) irá afirmar que irão produzir três fenômenos diversos:

Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais, e políticas em diferentes "épocas históricas", mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extra capitalista, descrita por alguns autores como "colonialismo interno"). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (essa exclusão variava, em 1964, de um quarto até a metade ou três quartos da população, conforme os países). (Fernandes, 1975, p.20)

Para tanto, a burguesia nacional se adaptou ao processo de industrialização na consolidação do capitalismo monopolista no país, onde a ordem escravocrata e senhorial, herdeira do modelo de exploração escravista/colonial não se abriu facilmente aos requisitos socioculturais e políticos do capitalismo. O resultado de tal processo foi a não participação popular na conformação do Estado nacional, bem como, a formação da burguesia nacional profundamente vinculada ao setor agrário de raiz escravista, que contribuíram decisivamente para a relação capital x trabalho que se estabelecerá no país, onde se verificará uma altíssima exploração da classe trabalhadora distanciada do bloco de poder e das decisões políticas,

sendo esta submetida à diferentes formas de anulação e repressão, num processo de desenvolvimento enviesado⁶ do conceito de cidadania.

Historicamente, o Estado é capturado pelo bloco do poder, seja através de meios violentos ou da cooptação de interesses. Como resultado, verificou-se um crescente distanciamento entre o Estado e as classes subalternas, fenômeno este que persistiu, mesmo diante das formulações político-jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas (Behring, e Santos, 2009). Neste sentido, “Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização "pelo alto", em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem” (Iamamoto, 2010, p.132).

Neste quadro da sociedade brasileira do início do século XX onde a aliança entre o oligárquico/patrimonial e o financeiro/industrial se estabelece, a situação da classe trabalhadora se deteriora. As desigualdades irão se agravar num processo de intensificação e diversificação da exploração e serão expressas nas mais diversas lutas sociais. A burguesia nacional irá se aproveitar desse quadro de desagregação social legatário da abolição da escravatura e universalização do trabalho livre - realizado sem qualquer tipo de construção política que permitisse alguma possibilidade de autonomia dos povos escravizados - para cimentar um modo de superexploração da força de trabalho.

Conforme Ianni (1968) o modelo de substituição de importações de produtos manufaturados irá se desenvolver de forma acelerada entre os anos de 1930 a 1962 exigindo assim, a recomposição dos padrões de produção e de dominação. Nesse período é criado um vigoroso setor industrial e o Estado se tornará o centro nacional mais importante das decisões político-econômicas no país. Entretanto, a participação cada vez maior do Estado na economia não avançou ao ponto de possibilitar o domínio e a eliminação das desigualdades e distorções estruturais (Ibidem).

Dessa forma, é diante desse quadro que as lutas sociais do proletariado urbano, principalmente, se engendram. “É no século XX que o povo brasileiro aparece como categoria política fundamental” (Ianni, 1968, p.13), especialmente depois da Primeira Guerra Mundial.

O florescimento da cultura nacional, ocorrido em especial nas décadas de vinte a cinquenta, indica a criação de novas modalidades da consciência nacional. Nesse quadro é que se inserem os golpes, as revoluções e os movimentos que assinalam os fluxos e refluxos na vida política nacional. (Ianni, 1968, p.14)

⁶ Chamo de enviesado devido ao fato de que a cidadania no país se constituirá de forma regulada pelo Estado e, mesmo com a universalização jurídica, na prática, os acessos aos bens nacionais se perpetuarão de forma desigual aos cidadãos.

As duas primeiras décadas do século XX serão marcadas por grandes mobilizações da classe operária e a questão social irá atravessar toda a sociedade, obrigando o Estado e frações da classe dominante a se posicionarem diante dela (Iamamoto, 2004). À medida em que a classe trabalhadora enfrentava condições extremas de exploração, suas crescentes lutas pela sobrevivência começaram a ser percebidas pela sociedade burguesa como uma ameaça aos valores morais, religiosos e à ordem pública. Isso levou à percepção de que era necessário implementar um controle social sobre a exploração da força de trabalho. (Iamamoto, 2005, p.126). Tal controle se fará através do Estado pela via das políticas sociais que se constituirão como necessidade primeira, na medida em que as sérias condições de vida da classe trabalhadora se mostram para o conjunto da sociedade brasileira.

Em resumo, no contexto brasileiro, conforme Iamamoto (2010), a expansão monopolista ocorreu ao mesmo tempo em que se perpetua a dominação imperialista. Tal situação intensificou as discrepâncias internas no desenvolvimento social do país. Essa dinâmica aprofundou as diferenças econômicas, sociais e regionais, favorecendo a concentração de renda, prestígio e poder em determinados grupos sociais, regionais e raciais, resultando assim, na criação de uma forma típica de dominação política, caracterizada por um viés contra-revolucionário, onde o Estado desempenhou um papel crucial não apenas na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, mas também na imposição e disseminação de seus interesses, valores e ideologias por toda a esfera societal (Iamamoto, 2010, p.131). É nesse chão histórico que estão germinadas as possibilidades para o Serviço Social como profissão.

Dessa forma, é somente na década (1930), o Serviço Social se institucionaliza como profissão. Sua implantação se dará no decorrer desse processo histórico. Todavia, *a priori*, o Serviço Social não nascerá vinculado ao Estado e suas ações coercitivas, ao contrário: “Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica” (Iamamoto, 2005, p.127). A profissão, segundo Netto (1996), emerge enraizada no pensamento conservador e legitimador das práticas sociais da sociedade burguesa o que a torna extremamente funcional para conceber as expressões da questão social como problemas autonomizados e individuais.

Segundo Ortiz (2010, p.88), a criação do de serviços e políticas sociais, juntamente com uma estrutura institucional socioassistencial para operá-los, especialmente, durante a década de 1940, foi um elemento central no esforço do Estado brasileiro para a sua legitimação. Sendo assim, este esforço, aliado à uma tradição nacional conservadora, legatária do período colonial, visava enfrentar as diversas facetas da "questão social" através de um

projeto de caráter reformista-conservador. Nesse contexto, o Serviço Social emerge como mais uma profissão, cuja participação na divisão social e técnica do trabalho se deu através de sua vinculação orgânica com os fundamentos e princípios desse projeto. E foram, justamente, as abordagens adotadas para o enfrentamento das manifestações da "questão social", fundamentadas nos pilares desse projeto, que criaram as condições objetivas para o surgimento e consolidação da profissão, que por sua vez, consolidou sua prática profissional também influenciadas por esses mesmos princípios.

2.2.2 O Serviço Social e a reprodução dos valores burgueses na cultura profissional

Consideramos importante reforçar neste trabalho, ainda que já dito, que nossa análise parte da compreensão do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e que emerge na fase do capitalismo monopolista quando o Estado irá intervir nas refrações da questão social, não mais pela via apenas da repressão (visto que, na prática, o Estado nunca deixou de usar a violência contra a classe trabalhadora), mas por outros mecanismos, dentre eles as políticas sociais. Demarcamos essa posição, pois nossa discussão a respeito da cultura profissional desde sua gênese até a virada crítica tem como referência esse pressuposto.

Contudo, tal maneira de compreender a profissão só se dá com a aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica na década de 1980 com a compreensão da profissão inserida nas relações sociais onde Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto e outros intelectuais da profissão contribuíram indelevelmente na construção desse referencial. Essa compreensão permitiu que o Serviço Social ressignificasse, não só seu papel social, assim como a própria cultura profissional.

Disto isto e, compreendendo que o resgate do processo histórico da profissão nos permitirá apreender sua organização política e a cultura que a orientava no momento da virada crítica profissional que ocorrerá na década de 1980, nosso esforço aqui neste tópico, nas palavras de Benjamin é o de “escovar a história a contrapelo”, identificando os processos internos e externos que propiciaram o giro de cultura dentro da profissão. Neste sentido, consideramos importante resgatar as matrizes teórico metodológicas e ético-políticas que orientavam a ação profissional desde sua gênese.

A emergência da profissão, inicialmente, se dará vinculada ao “bloco católico que manterá por um período, relativamente longo, um quase monopólio dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social quanto, como de sua doutrina e

ideologia” (Iamamoto e Carvalho, 2005, p. 213). Os primeiros agentes foram recrutados do movimento do apostolado leigo, especialmente constituído por jovens moças participantes da Juventude Operária Católica (JOC) e da (JUC) Juventude Universitária Católica. Este fato marcou profundamente a auto-imagem da profissão, assim como sua prática e cultura profissional vinculada aos valores cristãos e moralizantes.

Incorporando os princípios doutrinários da Igreja católica, compreendendo a questão social como uma questão *moral e religiosa*, a ação profissional estará voltada ao desenvolvimento da família operária através de uma ação individualizadora e psicologizante (Iamamoto, 2004).

A chamada psicologização da vida social torna-se bastante funcional à lógica monopólica, uma vez que esvazia o significado sócio-histórico das demandas sociais, confinando-as à subjetividade daquele que demanda os bens ou os serviços institucionais. Além disso, o enfrentamento das refrações da “questão social” toma, assim, novo encaminhamento: a mudança comportamental, enquanto prerrogativa para solucionar os problemas que das políticas e programas sociais solicitam respostas eficientes. (Ortiz, 2010, p.79)

Dessa forma, o catolicismo terá singular relevância na conformação do perfil profissional dos assistentes sociais que começam a se despontar no país, posto que, a Igreja Católica será a responsável pelo processo de formação dos primeiros profissionais. A prática profissional desses primeiros sujeitos volta-se para uma ação direcionada ao “desenvolvimento” moral da família operária, onde os atendimentos privilegiaram mulheres e crianças (Iamamoto, 2004), na direção individualizadora e atomizada dos problemas sociais.

É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador, contrários ao ideário liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social”. (Yazbek, 2009b, p.131)

Para tanto, a Ação Social e a Ação Católica se tornaram as principais fontes de recrutamento deste profissional dando à profissão uma intervenção ideológica, claramente voltada aos interesses da sociedade burguesa, marcada pelo enquadramento dos sujeitos com o papel de reforçar a mútua colaboração entre capital e trabalho (Ibidem). Não há, neste momento, no que tange ao papel do assistente social, qualquer questionamento ou crítica relativos à estrutura da sociedade capitalista.

Observa-se que o assistente social terá como público atendido a classe social oposta àquela em que seu trabalho se encontra subordinado. Nesse contexto, a profissão emerge imediatamente imersa em uma contradição inerente, uma vez que a mediação profissional é

influenciada pelos interesses conflitantes das classes sociais envolvidas. De um lado, encontram-se os trabalhadores que vivenciam situações de extrema pobreza e marginalização, reivindicando seus direitos, enquanto, do outro lado, a classe hegemônica busca gerenciar os conflitos sociais. “Assim podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (Yazbek, 2009b).

Desse modo, o profissional atuará como agente mediador desses dois pólos de interesses contraditórios. “Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente.” (Iamamoto, 2005, p.127). Cabe acrescentar que apesar de trabalhar no atendimento das necessidades classe trabalhadora, não necessariamente trabalhará para o atendimento de suas demandas, muitas vezes a demanda atendida será do agente empregador, ou seja, a classe atendida terá seu atendimento imposto ao que a classe dominante tem a oferecer, o que marca de certa forma, naquele momento, a ausência de legitimidade do Serviço Social frente aos sujeitos que formarão sua *clientela* (Ibidem, p.127). Desse modo, a profissão ao se inscrever na divisão social e técnica do trabalho a partir de sua institucionalização, a atuação profissional é necessariamente polarizada pelos interesses de classes.

Assim:

A pressão exercida pelo proletariado – presente mesmo nas conjunturas específicas em que sua luta não se faz imediata e claramente presente enquanto manifestações abertas – permanece constantemente como pano de fundo a partir do qual diferentes atores sociais mobilizam políticas diferenciadas. Estas políticas demarcarão os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social – a caridade e a repressão – limites em relação aos quais deve se constituir como uma alternativa (Iamamoto, 2005, p.129).

No ano de 1932, em São Paulo, sob a influência doutrinária da Igreja Católica criou-se a primeira instituição de formação do Serviço Social, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que tinha como objetivo, a preparação de agentes para intervir junto à classe operária. As atividades orientavam para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.173). Cumpre saber, que neste momento histórico, a formação desses profissionais não incluía qualquer discussão ou mesmo apontava para assuntos ligados à formação da sociedade ou as relações sociais de classe. Neste sentido, as ações profissionais apontavam uma perspectiva de atendimento individual, psicologizante e moralizador da questão social, tendo como referencial o pensamento social da Igreja, de cunho humanista conservador, onde o

sujeito era o único responsável por suas mazelas, não estabelecendo nenhum nexos com a totalidade da vida social (Idem, 2005). O trabalho voltava-se para o “reajustamento do indivíduo ou grupos às condições normais de vida” (Idem, 1982, p. 175), organizando para tal o Serviço Social de casos.

Em 1936 é fundada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social do país, em São Paulo. Em seguida, outros cursos foram sendo criados, como o do Instituto de Educação Familiar, por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS) em 1937 no Rio de Janeiro, que inaugurou a formação técnica para a prática da assistência e no decorrer da década de 1940 surgiram diversas escolas de Serviço Social nas capitais do país, sendo realizado o primeiro congresso de Serviço Social no ano de 1947. No II Congresso Panamericano de Serviço Social ocorrido em 1949, Nadir Kfoury⁷ apresentou os dados que informam que das 15 escolas de Serviço Social existentes no Brasil, 12 eram vinculadas às organizações católicas e apenas 3 foram constituídas por iniciativa do governo (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.186). Nesse mesmo período, ainda foram fundadas as Escolas da Bahia, do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amazônia que dominaram a formação até a década de 1970. A partir de então, outras escolas de Serviço Social também foram criadas em instituições de ensino superior públicas em universidades federais, estaduais e instituições públicas de ensino superior municipais no Brasil (Battini, 2016).

O primeiro curso de Serviço Social em Minas Gerais foi fundado em 1946 junto à Universidade Católica de Minas Gerais, instalando-se então a Escola de Serviço Social de Minas Gerais (ESSMG), cujo foco de atuação era o trabalho comunitário. Dessa forma, a ESSMG, em 1954 vai se incorporar ao projeto da Universidade Católica, uma vez que a criação da Universidade dependia de sua vinculação, já que naquela época, não possuía outro curso na área das Ciências Sociais. Em maio de 1958 é criado o primeiro curso de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, que foi a primeira escola de Serviço Social pública no estado.

Neste sentido, Serviço Social brasileiro e mineiro não só se originam do bloco católico, como se desenvolvem num momento em que a Igreja passa por uma profunda reordenação de suas bases, com vistas à recuperação e interesse de seus privilégios corporativos. A vinculação da profissão aos ideários da doutrina social da Igreja conforma

⁷ Nadir Gouvêa Kfoury foi professora na Escola de Serviço Social, então agregada à PUC-SP, nos anos de 1940, Foi também diretora e assistente social da Legião Brasileira de Assistência LBA em São Paulo e da Secretaria do Bem-Estar Social do município de São Paulo, e, em 1972, Nadir se tornou Diretora do Centro de Ciências Humanas da PUC São Paulo em 1976 assumiu a função de Reitora da PUC-SP, por indicação do então Grão-Chanceler Dom Paulo Evaristo Arns, que precisou interceder junto ao Papa Paulo 6º para quebrar o tabu de ser a pioneira entre as mulheres a ser indicada para esse cargo em uma universidade católica.

certa legitimidade da profissão dando um caráter missionário à sua prática (Iamamoto, 2005). Assim, é por meio da relação com a Igreja que o Serviço Social no Brasil estabeleceu as bases de sua identidade profissional, direcionando suas práticas para uma abordagem de cunho humanista conservador, tendo sua emergência vinculada a organizações e grupos dominantes (Yazbek, 2009a).

Essa relação com a Igreja vai reproduzir na profissão as marcas do apostolado, onde a “questão social” é vista e tratada como problema moral e religioso, o que pressupunha uma intervenção voltada à formação da família e do indivíduo para a solução de seus próprios problemas, cujo atendimento se remetia a satisfação de suas necessidades materiais morais e sociais. Nesse contexto, o papel social do assistente social era o de promotor do bem, direcionado principalmente para influenciar os valores e comportamentos de sua clientela, visando à sua integração nas relações sociais existentes (Yazbek, 2009a, p. 146).

No entanto, é inegável que, embora a Igreja tenha desempenhado um papel fundamental como fonte legitimadora na origem da formação profissional, ao longo do tempo, sua crescente utilização pelo Estado e pelo empresariado conferiu novos patamares de legitimidade e institucionalização à profissão. (Yazbek, 2009). No contexto brasileiro, apesar de os primeiros profissionais formarem-se na segunda metade dos anos 30, é somente na década de 40 que se gestam as primeiras grandes instituições sociassistenciais que se conformaram como legítimo espaço de intervenção profissional (Ortiz, 2010, p. 126).

Desse modo, é especialmente na década de 1940 com a intensificação das demandas sociais que necessitam de respostas mais contundentes, que o Estado passa a enfrentar as expressões da questão social, a partir de um caráter reformista/conservadoquer, criando legislações sociais mais amplas para responder às reivindicações dos trabalhadores. Dessa forma, abrem-se as portas para o emergente Serviço Social “que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio do bloco católico” (Yazbek, 2009b, p. 132).

Iamamoto (2004) aponta que o Serviço Social irá se diferenciar da prática caritativa tradicional propondo uma ação educativa para a família trabalhadora numa linha, não somente curativa, mas também preventiva dos problemas sociais. Esses profissionais formataram seu trabalho voltados à ideia de que a ordem social se baseava na justiça e na caridade, por conseguinte, suas ações eram voltadas para a adaptação dos indivíduos ao meio, tendo por objeto remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.202). Assim sendo, negam as formas como a estrutura da sociedade capitalista rebate

diferentemente em cada sujeito, homogeneizando os “problemas sociais” entendendo que o trabalho socioeducativo se constitui como uma eficaz ferramenta para a solução destes.

A partir do panorama social e econômico brasileiro das décadas de 1940 e 1950, a profissão expande sua área de atuação e assumirá o lugar de executora terminal das políticas sociais advindas do Estado e seu desenvolvimento estará fortemente conectado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização das Políticas Sociais (Ibidem, p.133).

Vale sublinhar, ainda que rapidamente e sem grandes aprofundamentos, que o Serviço Social brasileiro, apesar de seu estatuto de profissão liberal e da existência de um código de ética profissional que o norteia, se consolidará numa estreita ligação tanto com o setor público como também com empresas privadas. Em vista disso, ele se consolida como uma profissão intrinsecamente ligada a alguma forma de instituição, e o profissional, por sua vez, estabelece um vínculo de assalariamento, ou seja, ele vende sua força de trabalho. Esse tipo de vínculo confere ao profissional uma "autonomia relativa" (Iamamoto, 1982), onde nem sempre (ou até, comumente) a direção do trabalho realizado está alinhada com sua vontade e controle. Portanto, é fundamental reconhecer que o significado social da profissão está inseparavelmente ligado a essa realidade determinante.

Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor. A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. (Iamamoto, 1998, p.23)

A partir desse pressuposto, podemos afirmar que a profissionalização do Serviço Social se dá de forma “institucionalizada”, o que faz com que os assistentes sociais, mesmo anunciando uma auto-representação e um discurso autônomo em valores e vontades, no âmbito da intervenção, a organização, conteúdo, recursos e objetivos são determinados para além de seu controle (NETTO, 2009, p.71).

Retomando a análise do espaço sócio ocupacional que o Serviço Social irá ocupar na divisão social e técnica do trabalho como “executor terminal de políticas sociais” (NETTO, 2009), tendo em vista que, o Estado irá se tornar o maior empregador dos assistentes sociais e a legitimação da profissão se dará vinculada à ampliação dos serviços públicos sociais, tale este espaço exigirá determinado perfil profissional. O Serviço Social buscará um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua

modernização nas teorias positivistas “e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (YAZBEK, 2009a, p.149).

Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Yamamoto (1992, p. 21) denomina de "arranjo teórico doutrinário", caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora pelas ciências Sociais). (Yazbek, 2009a, p.147)

A assimilação, pelo Serviço Social, dessas matrizes conformou um perfil profissional voltado à tecnificação da ação de caráter ajustador e manipulador, atrelada a burocratização das atividades institucionais, onde a proposta de trabalho se voltava para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de intervenção (Ibidem). Yazbek (2009b) direciona sua argumentação para o fato de que a fundamentação e formulação dos primeiros objetivos político-sociais da profissão não só no Brasil, mas também na América Latina, se darão na relação com a Igreja católica por posicionamentos de cunho humanista conservador oposto aos ideários liberal e marxista.

Postas estas condições o Serviço Social cumprirá o papel de controle da classe trabalhadora como reproduzidor dos ideários da sociedade burguesa, especialmente no sufocamento dos ânimos revolucionários, tendo em vista o seus direcionamentos teórico-metodológicos e ético-políticos vinculados ao pensamento católico. Assim, nesse primeiro momento, a profissão conformou sua atuação na repetição acrítica dos valores, na assimilação rígida de preceitos e modos de comportamento, no pensamento ultrageneralizador, no preconceito, no conformismo, na discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequava aos padrões de comportamento estereotipado como corretos” (Barroco, 2010, p. 74).

Destarte, como apontam observado por Dal Moro e Marques (2011, p.16), o Serviço Social brasileiro irá se aproximar mais tardiamente dos setores populares e de seus interesses. Isso se deve às suas origens vinculadas à Igreja Católica e ao contexto reformista, caracterizado por uma abordagem empirista e pragmática predominante no continente até o final da década de 1950, sob os auspícios do pensamento conservador das Ciências Sociais.

É somente na entrada dos anos de 1960 e mais intensamente em meados dos anos, 1970, num contexto de grandes transformações sociais, políticas econômicas e culturais que caracterizam a expansão do capitalismo mundial e impõe não só ao Brasil, mas à América

Latina como um todo, um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado (Yazbek, 2009a), que o Serviço Social, num esforço político e teórico de superação do tradicional, matizado por práticas fundamentadas na ética liberal burguesa, começa a avançar no sentido de gestar uma massa crítica e romper com a atuação conservadora (Carvalho, 2016).

A profissão assume as inquietações e insatisfações desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (Yazbek, 2009a, p.153)

Tal aproximação se deu de modo heterogêneo e sem disputas dentre os profissionais e tampouco se configurou como prática hegemônica, mas sem dúvida marcou decisivamente a profissão no sentido de seu amadurecimento.

Esse processo que vai de meados da década de 1960 até os anos 1980 se dá atrelado ao contexto de efervescência de lutas sociais que aconteciam no país e que tencionam o Serviço Social, não só brasileiro, mas também o latino-americano a olhar para dentro de si e repensar sua prática (Carvalho, 2016). Este movimento chamado de “reconceituação” que se dá na América Latina se colocou como um limite na fronteira do campo profissional desencadeando um processo de revisão crítica do Serviço Social, representando a primeira aproximação da profissão à teoria social crítica (Iamamoto 1998, p.205). No Brasil, nos dizeres de Netto (2006), tratou-se de um processo de *renovação do Serviço Social*, acontecido no período marcado pela autocracia burguesa⁸, sob o comando do grande capital, onde o Estado irá reconfigurar suas funções, no mesmo bojo em que ocorrem profundas mudanças na sociedade que engendram um mercado nacional para os assistentes sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas, na moldura sociopolítica peculiar da autocracia burguesa, saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da “questão social” hipertrofiadas com a sua administração crescentemente centralizada pelas políticas sociais do Estado ditatorial. Donde a generalização de *loci* na estrutura sócio-ocupacional a serem preenchidos por assistentes sociais (e não só), quer nos aparelhos burocráticos-administrativos do Estado, quer no âmbito dos setores diretamente geridos pelo capital. (Netto, 2006, p. 119)

⁸ Sobre o processo de autocracia burguesa que vai de 1964 até 1979 conferir Netto (2004) itens 1.2 e 1.3.

Reiteramos que o entendimento sobre o significado social da profissão está vinculado, intrinsecamente, à dinâmica das relações sociais que se estabelecem na sociedade burguesa. Para tanto, se insere em um amplo processo histórico que conforma a maneira como os indivíduos estabelecem suas relações na sociedade regida pelo capital. Portanto, as conjunturas sociais e políticas, tanto nacionais quanto internacionais, que marcaram o final do século XX e o início do século XXI, desempenham um papel contundente na produção e reprodução das relações sociais dentro do sistema capitalista (Carvalho, 2016). A crise que afeta esse modo de produção desde a década de 1970 ganha uma nova dimensão no âmbito da reestruturação produtiva, exercendo um impacto direto sobre as esferas social, cultural, política e econômica dos países de capitalismo periférico, com destaque para o Brasil (Monteiro, 2020).

Nesse sentido, o quadro histórico posto neste momento molda as bases ideais de um novo perfil da categoria profissional com uma expressiva expansão do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais que exigirá uma real inserção do Serviço Social no âmbito da universidade, expandindo a interlocução do mesmo com outras ciências afins (ciências sociais) e reconhecendo-o progressivamente como contribuinte do diálogo no espaço acadêmico (Carvalho, 2016). Assim, é no quadro de um regime ditatorial com um Estado capturado pela lógica do grande capital que são criadas as condições da maturação acadêmico-profissional do Serviço Social.

Este processo (Renovação do Serviço Social) se expressa num conjunto de novos distintivos que durante a repressão da autocracia burguesa o Serviço Social, articulando elementos de sua tradição e tendências do pensamento social contemporâneo, procura mostrar legitimidade na prática, na medida em que, procura responder às demandas sociais, sistematiza e tenta a legitimação teórica mediante o indulto das teorias e disciplinas das ciências sociais (Netto, 2006).

Destarte, o que se verifica é uma mudança no discurso, nos métodos e prática profissional na perspectiva de legitimação da profissão junto às instâncias demandantes da profissão conformando o Serviço Social à ideologia dos governantes. Essas mudanças, segundo Iamamoto (1998), se convertem numa tecnificação pragmatista do Serviço Social, onde suas construções teóricas são permeadas pelo funcionalismo e positivismo, onde a leitura marxista é realizada com alguns (senão muitos) equívocos, que se conformou em um ecletismo teórico e na “aproximação a um marxismo sem Marx” (Ibidem, p. 211). As inquietações se condensam em torno do aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, o que a autora vai chamar de fetiche do metodologismo. Disso resultarão práticas

profissionais culpabilizatórias e imediatistas, onde a situação de pauperização do indivíduo é atribuída às suas dificuldades subjetivas de adaptação social.

Posto isto, Netto (2006, p. 157) aponta que o processo de renovação do Serviço Social no Brasil é marcado por três direções distintas: a *perspectiva modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*.

- 1- A *perspectiva modernizadora* é marcada pela expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa, donde buscava-se a afirmação e legitimação dos procedimentos profissionais, num esforço de adequar o Serviço Social (instrumentos e técnicas profissionais) no marco de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64.
- 2- A *reatualização do conservadorismo* trata-se da direção na qual se recupera os elementos mais estratificados da herança conservadora da profissão e os recoloca sob uma nova base teórico-metodológica. Essa vertente que se inicia no segundo lastro dos anos 70, recusa as matrizes positivistas, bem como, as de natureza crítico dialética de raiz marxiana, recorrendo à fenomenologia como aporte teórico, não rompe com a visão microscópica da sociedade, dessa maneira, conferem às concepções conservadoras da profissão uma nova roupagem.
- 3- E a terceira trata-se da *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional⁹ e conservador, que ao contrário das anteriores, procura romper tanto com a herança teórico-metodológica, quanto com os paradigmas de intervenção do pensamento conservador, com uma maior aproximação da teoria social crítica no que diz respeito à análises textuais, todavia ainda enfraquecida no sentido de se consumir como indicativos prático-profissionais. Na crise da autocracia burguesa com o ingresso da classe operária na cena política brasileira, onde se desenvolve uma nova dinâmica de resistência democrática, essa perspectiva transcenderá as fronteiras acadêmicas e polarizará os segmentos profissionais. Segundo Netto temos 3 tempos na Intenção de Ruptura: a emergência que o professor vincula a experiência da Escola de Belo Horizonte, (72-75), a consolidação da IR expressa na produção de Imamoto de 1982, na qual se apresenta uma apropriação madura da teoria social de Marx, e finalmente o terceiro momento denominado como de espraçamento, no qual a perspectiva crítica é

⁹ Sobre o Serviço Social tradicional, Netto (1981, p.60) aponta que este deve ser entendido como uma “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam, efetivamente na América Latina”, parametrado numa ótica liberal burguesa de teleologia correcional, “desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.”

assumida pela profissão de forma hegemônica¹⁰. É na crise do modelo ditatorial do país que a profissão se reencontra com as inquietudes dos anos iniciais do movimento de Reconceituação da profissão ocorrido na América Latina¹¹, todavia, assim como a sociedade brasileira, a profissão havia amadurecido historicamente e pôde avançar no debate e análise da teoria social crítica que resultou num movimento de continuidade e ruptura com o tradicional:

Seu desenvolvimento crítico, adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na sociedade brasileira, criou as condições daquela ultrapassagem. Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo, assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão[...]. (Iamamoto, 1998, p.218)

A seguir, trataremos melhor da aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria social crítica.

2.2.3–Serviço Social brasileiro e sua aproximação com a teoria social crítica

Segundo Netto (1989), é preciso destacar que o Serviço Social e Marx têm como denominador comum a configuração da sociedade burguesa e, como resultado desta, a questão social. Todavia, o que os aproxima também os distancia, tendo em vista que, para Marx, a eliminação da questão social só se dá pela própria eliminação da sociedade do capital e, para o Serviço Social tradicional, o enfrentamento da questão social se dá mesmo dentro da própria sociedade capitalista.

Netto (1989) aponta que as primeiras aproximações de profissionais do Serviço Social com a teoria social crítica se deram ainda na década de 1960, especialmente entre os docentes. Ocorrendo, neste momento, “uma aproximação enviesada dos setores do serviço social à tradição marxista” (Netto, 1989, p.98), que se aproximaram muito mais de intérpretes de Marx, do que das fontes marxianas, propriamente o que acabou por contribuir com um grande ecletismo teórico.

É patente que a teoria social de Marx tenha sido efetivamente incorporada ao exercício profissional do Serviço Social no Brasil, especialmente por meio dos escritos de Marilda Iamamoto no início dos anos de 1980. Essa base teórica continuou a se desenvolver ao longo

¹⁰ Sem dúvida os tempos analisados por Netto nos auxiliarão para analisar como se processa a ruptura, e portanto, a virada crítica em Minas Gerais.

¹¹ O movimento de reconceituação foi um movimento ocorrido na América Latina entre meados da década de 1960 e 1970 suscitando um denso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais, numa tentativa de revisão das bases conservadoras da profissão.

dos anos de 1990, desempenhando um papel crucial na orientação da ação profissional no país. Essa influência se estendeu às iniciativas de formação profissional e até mesmo à regulamentação da profissão, sendo refletida no código de ética que rege o trabalho do Assistente Social. (Yazbek, 2009a). Sob este signo a profissão ganha novos horizontes e recria as suas bases buscando romper com seu conservadorismo genético. É importante ressaltar que o Serviço Social abraça um projeto profissional com uma clara orientação social, fundamentado na busca por uma transformação societária, cujas diretrizes são delineadas no código de ética profissional. Este projeto, em particular, é conhecido como o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Iamamoto (1998, p.230) salienta que a ampliação do debate histórico-crítico que vai crescendo progressivamente no interior da profissão, contribuindo de forma decisiva na luta pela consolidação das bases sociais de legitimação do Serviço Social “para além do Estado e do patronato de modo que incorpore o público alvo das ações profissionais: os diferentes segmentos dos trabalhadores”. Destaca-se que a interpretação da realidade sob o prisma marxista apreende o ser social a partir de mediações, entendendo que a natureza relacional do ser social não é entendida em sua imediatez, dessa forma as:

(...) relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc, que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto, de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (Yazbek, 2009a, p. 159)

Neste sentido direciona a ação profissional para uma prática que busca compreender o sujeito para além da aparência imediata procurando sua essência, correlacionando-o com seu contexto social mais amplo, ou seja, preocupa-se com o modo de ser e direção da sociedade capitalista como uma totalidade e, dessa forma, o ser social contido dentro dela e as determinações impostas na vida desse sujeito. A crítica marxista ancora-se na compreensão do todo carregado de historicidade capturando a essência do meio que não se percebe no imediato, rejeitando a visão naturalizada do processo social, bem como, do indivíduo isolado desse processo. Destarte, a

[...] perspectiva marxista se empenha em [...] captar simultaneamente estrutura e ação, indicando por *detrás* da estrutura, a ação que é a sua *gênese*, e, de certo modo, seu *telos*, ao mesmo tempo, mostrando a estrutura que

condiciona e limita as ações. Esse duplo movimento faz parte da essência da *reflexão* ontológica marxista e, portanto, está na base da crítica que o marxismo empreende às ciências sociais particulares. (Coutinho, 1989 apud Yamamoto, 1998, p.225, grifo da autora)

A orientação teórica com base na teoria social crítica irá atravessar o processo de formação do assistente social no país, desde o currículo de 1982 e também as atuais diretrizes curriculares da ABEPSS aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999, até os próprios fundamentos legais da profissão, bem como em seu código de ética. Na medida em que o Serviço Social vai alcançando maturidade teórica, a vertente marxista vai se ampliando e se legitimando, aparecendo hegemonicamente como referência básica nas produções teóricas da profissão, como também na direção da intervenção profissional.

O processo de construção dessa hegemonia (de novos referenciais teórico-metodológicos vinculados à tradição marxista) se deu em amplo debate no interior da profissão nos mais diferentes espaços, sejam eles organizativos ou de natureza acadêmica. O que importa saber, como apontado por Yazbek (2009a, p.161), é que tal debate se dá de forma plural com diferentes tendências, uma vez que, o pluralismo teórico no Serviço Social está presente desde os anos de 1980 gerando certa polêmica, mas, todavia, a produção assume, indubitavelmente, uma direção hegemônica.

A ruptura com o conservadorismo contribuiu com uma renovação teórico-cultural da profissão e possibilitou um alargamento das produções teóricas desenvolvendo no interior da categoria um segmento de trabalho vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos. “Constituiu-se uma intelectualidade do Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o ‘mercado de bens simbólicos’ da profissão” (Netto, 1996 p. 112). Esse domínio da tradição marxista nas produções do Serviço Social contribuirá decisivamente para que seus intelectuais dialoguem em uma condição horizontal com outras áreas de conhecimento trazendo não só credibilidade, mas consolidando de vez essa vertente de pensamento como hegemônica na profissão.

A tendência marxista privilegiada no processo de formação profissional a partir dos anos 1980 e que vai se consubstanciando nos anos 1990 e avançando na virada do século, busca uma apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade, com base na análise do movimento histórico da sociedade, com vistas à apreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista (ABEPSS, 2004). Essa perspectiva, para além do amadurecimento teórico, também aponta um amadurecimento profissional no sentido da

intervenção que busca rompimento com o conservadorismo da ação (ainda que não tenha sido superado de fato no interior da profissão).

Essa maturação ganha projeção na sociedade brasileira, dentre outras coisas, pela participação dos assistentes sociais, através dos seus órgãos de representação, no processo de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993. Neste contexto, de descentralização das políticas públicas, verifica-se uma maior diversificação das demandas profissionais o que permitiu, inclusive, que os assistentes sociais saíssem da condição de meros executores terminais de políticas sociais para ocupar posições de planejamento e gestão dessas políticas (Yazbek, 2009a, p.162).

O contexto social vivido nos anos 1990 é de uma conjuntura econômica dramática, com crescente aumento da desigualdade social que coloca a pobreza em lugar central na agenda social. Neste momento temos um avanço da ofensiva neoliberal com suas reformas e consequentemente a redução da autonomia dos Estados nacionais traz a adoção de medidas de ajuste fiscal que intensificaram ainda mais a pobreza e a indigência (Yazbek, 2009a). Tem-se um cenário de enxugamento das políticas sociais com a subordinação destas às políticas econômicas de ajuste em contrapartida a precarização e vulnerabilização do mundo do trabalho somadas à outros tantos ataques à sociedade.

Neste cenário adverso onde as políticas sociais públicas são desmontadas, o Estado trará novo ordenamento para o tratamento da “questão social” com ações de apelo à solidariedade, à filantropia, à participação da sociedade civil como co-responsável pela prestação de serviços sociais. Este panorama traz para a profissão novos desafios tanto do ponto de vista do exercício profissional quanto da produção teórica, no que diz respeito ao desvelamento das novas lógicas do capitalismo, especialmente no que tange às consequências no mundo do trabalho e também na desestruturação do sistema público de proteção social (Yazbek, 2009a).

Essa nova lógica irá impor ações focalizadas, fragmentadas, seletivas de enfrentamento à pobreza, pautadas no discurso de “sociedade solidária”, transferindo assim, para o campo da sociedade civil o trabalho de enfrentar a pobreza e a exclusão social. Neste contexto, insere-se o Serviço Social, compelido a intervir neste conjunto de transformações societárias que redimensionam a “questão social” expressa na mais efetiva precarização do trabalho e, consequentemente, penalização do trabalhador na sociedade capitalista sobreposta por um desmonte dos direitos sociais anteriormente adquiridos (ibidem, p.165).

Salienta-se que neste contexto histórico de profundas transformações sociais, o Serviço Social brasileiro encontra-se consolidado e maduro tanto no que tange o campo

teórico, quanto no aspecto próprio da intervenção¹², tendo em vista que, ao longo da década, com ampla mobilização da categoria profissional será construído o projeto ético-político profissional que compõe a direção ideológica, ética, política, bem como as opções teóricas e interventivas da profissão, o debate crítico dos processos sociais e seu compromisso com um projeto de sociedade específico, como já dito anteriormente.

A direção social assumida pelo projeto ético político do Serviço Social no país “tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8662 de 07/06/93)” (YAZBEK, 2009a).

O Projeto ético político profissional, conforme apontado por Netto (1999, p.15), compromete-se especialmente com as questões de ponta: com a **liberdade** como valor central considerando o compromisso com a autonomia e a emancipação plena dos indivíduos sociais; no que tange a dimensão política, compromete-se com a **equidade e justiça social**, com a ampliação e consolidação da cidadania declarando-se **radicalmente democrático**, considerando a democratização como socialização da riqueza socialmente produzida; o compromisso com a **competência** profissional que se vincula à formação qualificada e aperfeiçoamento intelectual; o compromisso com **os usuários** na perspectiva de dar qualidade aos serviços prestados e finalmente a direção ético-política, afirmando que só poderá se potencializar na medida em que se articular a outras categorias profissionais que comungam de tal projeto de sociedade, bem como, com os movimentos sociais que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

Tal projeto profissional, como brevemente descrito acima, encontra-se na contra-mão do contexto social em que se insere marcado pela ofensiva neoliberal, promotora do desmantelamento das políticas sociais, privilegiando as políticas de cunho econômico, com privatização do Estado, mercantilização dos serviços sociais, sucateamento do aparelho estatal e intensificação da precariedade nas condições de vida da classe trabalhadora. Dessa forma, a ofensiva neoliberal constitui-se uma ameaça real à implementação do projeto ético-político profissional, conforme colocado por Netto (1999).

2.2.4 - A organização política dos assistentes sociais no Brasil entre as décadas de 1960-1980 - as chaves para a virada

¹² Entendendo que teoria e prática são matérias indissolúveis do exercício profissional do assistente social

De acordo com Ramos (2005), a organização política do Serviço Social pode ser compreendida em três dimensões fundamentais: a dimensão do exercício profissional, a dimensão formativa e a dimensão estudantil. Em cada uma dessas esferas, existem entidades representativas que mantêm uma relação de articulação política entre si, com o propósito de unificar esforços na defesa das lutas e campanhas que se apresentam em cada uma das áreas (Sousa, 2018).

Ao longo da história do Serviço Social, a aproximação com as necessidades da classe trabalhadora e as complexidades das mudanças societárias, especialmente no que se refere à luta de classes, permitiu que a categoria profissional fosse além da mera condição de executora terminal das políticas sociais. Isso a levou a refletir sobre as diversas dimensões que compõem a profissão, notadamente a dimensão ético-política. Assim, compreender essas particularidades sob a perspectiva da totalidade histórica implica reconhecer que as lutas mais amplas da classe trabalhadora impulsionam e fortalecem a construção de uma sociabilidade que transcende o domínio do capital. Essa mesma perspectiva orienta o atual projeto ético-político da profissão, que compartilha desse mesmo princípio (Monteiro, 2020).

A organização política do Serviço Social, como uma das dimensões centrais de seu projeto profissional, desempenha um papel significativo na formação do perfil dos assistentes sociais. Por sua vez, esses profissionais contribuem para a retroalimentação dos princípios, valores e objetivos que são defendidos como a direção social e estratégica da profissão (Ibidem).

É necessário retomar que a organização política da profissão se estrutura, não de forma homogênea, mas assentada numa pluralidade de concepções, com inúmeras perspectivas que conduzirão o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Nos tópicos anteriores nos concentramos em tratar da profissão no processo histórico e da sua aproximação com a teoria social crítica. Aqui nos interessa entender determinados acontecimentos que contribuíram para a organização política profissional e que culminaram na “virada crítica da profissão”.

Até a década de 1930 o Estado brasileiro, como já apontado na primeira parte deste capítulo, tratava a “questão social” como caso de polícia, ou seja utilizando-se de meios violentos e coercitivos. No entanto, durante o período da ditadura Vargas, especialmente durante o Estado Novo, houve a necessidade de se regulamentar as relações entre o capital e o trabalho para impulsionar o crescimento econômico do capitalismo e, consequentemente, aumentar suas taxas de lucro. Nesse contexto, a gestão do capital estava fundamentada no modelo fordista-taylorista de “produção em massa para consumo em massa” (Abramides, 2016, p. 458). Iamamoto (1982, p.236) aponta que:

Essa particularidade da estrutura corporativa que aparecerá com maior intensidade a partir de 1945, mas cuja existência se faz notar - pelo menos enquanto projeto - desde 1930 se origina do crescimento do proletariado urbano que lança no quadro político amplo contingente de população. Como foi visto, a pressão desses setores emergentes sobre o Estado, [...] cria nova dimensão política, que se traduz na necessidade de absorver e controlar esses novos setores que crescem aceleradamente a partir de sucessivos surtos de industrialização e da consolidação progressiva do polo industrial como centro motor da acumulação capitalista.

Isso levou o Estado a implementar programas sociais destinados à população economicamente ativa que estava inserida no mercado formal de trabalho. Ao mesmo tempo, o governo incorporou algumas demandas dos trabalhadores (Abramides, 2016). Nessa perspectiva, foram estabelecidos sistemas de previdência, seguros e a introdução do salário mínimo, juntamente com mecanismos regulatórios das relações entre o capital e o trabalho. Um marco importante desse período foi a criação da CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, que estabeleceu a organização sindical no governo de Getúlio Vargas (Abramides, 2016, p.458).

Dado o quadro acima, com o aumento do número de trabalhadores urbanos e a sua crescente organização coletiva, a questão social já não poderia mais ser tratada na base da violência. O Estado precisava dar respostas que pudessem garantir, de certa forma, algum consenso no seio da classe trabalhadora. Dessa maneira, as respostas estatais passam a se dar pela via das políticas sociais, o que abrirá o espaço para a institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Neste quadro histórico, de profundas transformações nas bases econômico-sociais que foram desencadeadas pelo desenvolvimento capitalista no país, a profissão, apesar de ter suas primeiras escolas na década de 1930, irá se institucionalizar em 1945, quando o Estado assumirá a função de zelar pelo disciplinamento e reprodução da força de trabalho. É aí que se encontra a necessidade de um profissional especializado para atuar neste campo contraditório, atuando diretamente nas expressões da questão social, qual seja, o assistente social. “O reconhecimento da “questão social”, a racionalização e o controle do operariado, por parte do Estado, estavam presentes na ação das jovens pioneiras motivadas pela justiça social sustentada na doutrina social da Igreja. (Abramides, 2016 p.459).

Essa concepção de Serviço Social encontrou na realidade brasileira condições objetivas para sua materialização nas instituições estatais, paraestatais ou privadas, espaços sócio-ocupacionais das/os assistentes sociais, como das instituições de formação dessa mão-de-obra estratégica à reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista, a qual estabelecia vínculo direto com a perspectiva conservadora da Igreja católica, onde os profissionais eram chamados a exercer segundo Yamamoto, Carvalho

(2013) funções meramente de racionalização dessas entidades institucionais, como funções técnicas pragmáticas. (Monteiro, 2020, p.38)

“O sentido mais geral da atuação do Serviço Social será dado pelas funções econômicas, políticas e ideológicas que presidem o surgimento e o desenvolvimento das instituições às quais é incorporado” (Iamamoto, 1982,p.313). Isso requer um tipo de trabalho especializado que fará emergir no interior da profissão instâncias de organização coletiva na tentativa de qualificar e aprimorar o trabalho.

A organização do Serviço Social brasileiro, terá como referência a dinâmica de mobilização dos assistentes sociais em nível internacional, especialmente na América Latina que já vinha demonstrando profundo associativismo desde a década de 1930, procurando caminhos coletivos para o enfrentamento das questões que permeiam a profissão ao longo de sua história (Ramos, 2005).

Os anos entre 1945-1961 foram marcados por um período de sucessivos Congressos na área do Serviço Social latino-americano e terá grande influência no Brasil. “O primeiro se realizou em Santiago do Chile, em 1945, e foi seguido do segundo, no Rio de Janeiro, em 1948. Porto Rico sediou o terceiro, só em 1957, seguido do quarto, em San José da Costa Rica, em 1961” (Cornely, 2004, p.52 *apud* Ramos, 2007, p.73).

Após o primeiro promovido pelo CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), em 1945 é realizado a nível internacional o Congresso Pan-Americano, cujo principal objetivo foi o de discutir normas para o funcionamento das escolas especializadas que se multiplicavam (Monteiro, 2020)

[...] dentro desse debate duas outras questões assumirão relevância: a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional, que influíram no surgimento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) (Iamamoto, Carvalho, 1982, p. 348).

Esses congressos constituíram-se como importante espaço de organização dos assistentes sociais, especialmente no que diz respeito à direção teórico-prática dos profissionais.

Em 1946, foi fundada a Abess (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), que posteriormente se tornou a Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), 10 anos após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil. A ABESS, segundo Koike (2003) tinha como objetivo principal, impulsionar avanços no âmbito do processo de formação profissional. Os estágios iniciais dessa organização estão centrados na busca pela regulamentação do ensino universitário, promovendo uma mobilização intensa

em prol da definição de um padrão mínimo compartilhado por todas as instituições de ensino superior.

Logo após a criação da ABESS foi criada a ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais), que foi precursora da APAS (Associação Profissional de Assistentes Sociais) e que mais tarde se tornaria a ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais) com funções e objetivos sindicais na organização da categoria (Ibidem). Essas primeiras entidades articuladas desempenharam um papel fundamental na organização da categoria profissional, além de terem impulsionado a realização dos primeiros congressos de Serviço Social no Brasil. Elas também desempenharam um papel significativo no processo de desenvolvimento do Serviço Social no país (Monteiro, 2020).

Esse marco histórico coincidiu com a instalação de diversas escolas de Serviço Social no país e o desenvolvimento dos primeiros projetos de formação profissional em cursos de graduação. Em 27 de agosto de 1957, foi promulgada a primeira lei que regulamentou a profissão (Ibidem).

As exigências de regulamentação da profissão levaram à criação do CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais. Em 15/05/1962 formou-se o conjunto CFAS/CRAS o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), que posteriormente, a partir de 1993 passariam a ser chamados como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)(Abramides, 2016). Estas instituições tinham a função de normatizar e fiscalizar a profissão além da defesa de seu exercício em todo o território nacional. Elas foram criadas em um contexto profissional marcado pelo conservadorismo.

Até os anos 1980, essas entidades foram dirigidas por profissionais de tendências tecnicistas e conservadoras, ocasião em que se estabeleceu um movimento de renovação no processo de democratização dessas entidades por meio de uma articulação, por todo o país, de profissionais de esquerda que atuavam no movimento sindical classista da categoria e estavam inseridos nos movimentos sindicais e populares. (Abramides, 2016, p.459)

Consideramos importante destacar que, ainda no contexto dos anos de 1960 e 1970 temos o surgimento da ALAETS (Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social), em 1965, e do CELATS (Centro Latino Americano de Trabalho Social), em 1972, e, que, até a década de 1980, vão constituir a vanguarda da profissão na América Latina (Ramos, 2007). A vinculação e influência do debate latinoamericano irá influenciar fortemente a categoria profissional no Brasil em sua virada crítica.

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro surgiu como resposta à erosão do modelo tradicional de Serviço Social na América Latina, cujas bases começaram a enfraquecer a partir do final da década de 1950. Esse movimento histórico foi impulsionado por uma complexa interação de fatores internos e externos à profissão. Ele ocorre em um contexto de crise no padrão de desenvolvimento capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial, como descrito por Netto (1991). Essa crise se caracterizou pela crescente desigualdade e pelo aumento das tensões nas lutas sociais, com a participação ativa de trabalhadores, grupos progressistas associados à Igreja Católica, intelectuais e artistas. Nesse período de efervescência política e cultural, algumas das forças envolvidas no movimento adotaram uma postura anti-imperialista e anticapitalista (Brites e Sales, 2000, p.37). Isso demonstra como a renovação do Serviço Social não se limitou apenas à redefinição da profissão, mas também refletiu a dinâmica política e social mais ampla da época.

O conservadorismo irá marcar as orientações éticas e políticas do Serviço Social brasileiro desde sua gênese até a “explicitação da disputa pela hegemonia entre, pelo menos, três projetos profissionais distintos, no interior do processo de renovação do Serviço Social brasileiro durante os anos de 1960, 1970 e meados de 1980” (Brites, Sales, 2000, p.36).

Conforme Abramides (2016, p.460), até os anos de 1970 o Serviço Social brasileiro era permeado, basicamente, por três tendências sendo elas:

- a) *Modernização Conservadora*: cuja abordagem tinha uma orientação tecnicista e funcionalista, visando principalmente à manutenção do status quo.
- b) *Desenvolvimentista e Reformista dos Anos 1950 e 1960*: Durante as décadas de 1950 e 1960, o Serviço Social adotou uma postura desenvolvimentista e reformista, buscando promover mudanças sociais.
- c) *Renovação da Profissão*: que teve seu início por volta da década de 1960 e se dividiu em três tendências:

- Modernizadora: Essa tendência se baseava nos documentos de Araxá e Teresópolis, nos quais o Serviço Social era concebido como um instrumento de intervenção a ser operacionalizado dentro dos moldes capitalistas.
- Reatualização do Conservadorismo: Esta concepção se apoiava na fenomenologia, na auto representação da profissão, na rejeição ao positivismo (presente na tradição modernizadora) e na teoria social de Marx.
- Marxismo e Ruptura com o Conservadorismo: A terceira tendência se manifestava por meio do legado marxiano e da tradição marxista, com a intenção de romper com o conservadorismo. Essa abordagem ganhou hegemonia a partir de 1979. Nos deteremos

um pouco mais sobre ela no próximo tópico por entendermos que se concentram neste processo as chaves da virada crítica da profissão.

Essas tendências refletem a complexidade e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil até os anos 1970, com diferentes perspectivas e abordagens ideológicas que moldaram a profissão ao longo desse período. Os anos de 1960 e 1970 compõem um importante período na história mundial, que irá afetar não só a classe trabalhadora brasileira como um todo, também os assistentes sociais. Essas décadas foram marcadas pela disputa de projetos societários no interior da “Guerra Fria”.

Dinâmica sobre a qual emergiram manifestações e protestos envolvendo inúmeras reivindicações e lutas, explicitando tendências de caráter econômico-político e ideoculturais, como movimentos de contracultura, da esquerda revolucionária, de ascensão do protagonismo de jovens e mulheres na luta por sua emancipação. (Brites e Sales, 2000, p.38)

Tal dinâmica irá favorecer um contexto de questionamento dos valores tradicionais, ainda que tais questionamentos assumam diferentes vertentes. No caso brasileiro as respostas a tais questionamentos e organização social (além de uma série de acontecimentos econômicos e políticos) “culminaram recrudescimento das forças opressoras da ditadura empresarial-militar instituída pelo golpe de abril de 1964, que perdurou entre nós até meados dos anos 1980”(Ibidem).

O surgimento da ALAETS e do CELATS se dará neste contexto e ganha inteligibilidade nessa ambiência sociopolítica (Lemos, et al 2018). É importante destacar que ambas organizações desempenharam um importante papel político-formativo no que diz respeito ao processo de contestação do conservadorismo da profissão em diversos países (Ramos, 2007), especialmente na luta contra o arbítrio das ditaduras militares que aconteciam no continente. A articulação internacional dessas organizações possibilitou um intenso intercâmbio entre pensadores do Serviço Social dos países do cone sul. É inegável a influência desse processo no Serviço Social brasileiro.

Todo o contexto histórico-social da época, especialmente com a eclosão das lutas sociais contribuíram para forjar uma cultura política profissional atenta às demandas da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que os anos de 1960 e 1970 foram marcados por inúmeros golpes de Estado na América do Sul. Iniciando no Brasil no ano de 1964, esse ciclo de ditaduras militares espalhou-se pelo continente, chegando à Bolívia também no ano de 1964, na Argentina 1966, e depois em 1976, no Chile e no Uruguai no ano de 1973. Esses regimes impuseram uma militarização do Estado, além do autoritarismo, sendo que as Forças Armadas assumiram a direção política. Os militares mantiveram-se no poder por meio de violenta

repressão contra as forças populares e as instituições democráticas. Para ocupar os cargos econômicos e jurídicos foram destacados técnicos ligados ao grande capital privado e ao pensamento conservador (Sader, [2007]).

Nesse período diversas universidades, que já estavam consolidadas, sofreram ataques em suas estruturas curriculares, algumas foram fechadas e reabertas sob intervenção com currículos regressivos que levaram a um retrocesso na formação (Montaño, 2008). Associado à este processo temos ainda um contexto de crise capitalista a partir de 1973 cuja saída para tal crise se deu sob a hegemonia do capital financeiro e a incidência do neoliberalismo, causando um profundo impacto nas relações de trabalho, na sociedade em geral e também nas funções do Estado, especialmente no âmbito das políticas sociais (Ibidem).

Com todo este contexto a década de 1970 e início dos anos 1980 são marcados por um intenso movimento de lutas sociais no Brasil e um profundo processo de reinstitucionalização democrática não só no país, como em diversos países latino-americanos. Dessa forma, “[...] a profissão e as universidades, em geral, reiniciam seu caminho histórico de reestruturação, com uma defasagem de mais de 15 anos.”. (Montaño, 2008, p.134).

2.2.4.1 - A intenção de ruptura e o “Método BH” - O embrião da virada em Minas Gerais

Para entendermos como se deu o processo da intenção de ruptura, precisamos inicialmente situá-lo condicionado e, posteriormente e contraditoriamente¹³, expandido pelas inflexões do regime autocrático burguês. É mesmo no desenvolvimento, consolidação e erosão da ditadura civil-militar instaurada no país a partir de 1964, que se explicam as particularidades assumidas pelo movimento de Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro, como também o que foi o processo da intenção de ruptura – na medida em que ele intenta romper, por meio de uma crítica sistemática, com o Serviço Social tradicional em seus aportes teóricos metodológicos e ideológicos – numa conjuntura nacional e profissional que não tinha abertura a vetores progressistas e críticos. Esse episódio foi de tamanha importância que Netto(1991, p. 247) ressalta na nota de rodapé 283 que esse foi o movimento que mais se aproximou do espírito crítico da reconceptualização. (Souza e Neves, 2012, p.24).

Netto (1991, p.247) aponta que a perspectiva renovadora que se despontava neste momento histórico, o que o autor designou como *intenção de ruptura*, irá se aflorar nos

¹³ Dizemos contraditoriamente por entendermos que os mesmos mecanismos repressivos, violentos e de silenciamento da classe trabalhadora imposto pelo regime militar, na sua contraface produziram as forças necessárias para a resistência e oposição ao regime.

quadros das universidades brasileiras, sendo que sua formulação inicial terá como cenário principal a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). A *intenção de ruptura*, marcou o movimento de renovação crítica do Serviço Social brasileiro e determinou os contornos do que é o atual projeto ético político da profissão (Souza e Neves, 2012). O que caracteriza essa perspectiva, mais fortemente, é o fato de constituir-se sobre bases quase inteiramente novas, rompendo decisivamente com o tradicionalismo conservador da profissão.

O projeto da Escola de Serviço Social da UCMG acontece na primeira metade dos anos 1970, logo após a instituição do Ato Institucional n. 5 (AI-5)¹⁴ da ditadura civil-militar, a expressão mais acabada desse período, que irá vigorar até dezembro de 1978, num contexto de forte repressão e no auge da violência policial militar. O AI-5 produziu um conjunto de ações arbitrárias de efeitos duradouros. O regime autocrático instaurado submeteu as forças sociais e políticas democráticas e de esquerda sobreviventes, ao isolamento, à prática de resistência fragmentada, clandestina, residual e molecular (Batistoni, 2019, p.541). A militarização do Estado implicou na institucionalização de um aparato repressivo atuando continuamente na manutenção da ordem social com a função de coibir qualquer manifestação contrária à ordem instaurada (Camargos, 2016).

O estado de Minas Gerais foi palco político das elites reacionárias que participaram na articulação do golpe de 1964, todavia, a região metropolitana de Belo Horizonte, que se encontrava num processo amplo de industrialização e modernização desde meados da década de 1950, foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais e com forte tradição estudantil — democrática e de perspectivas revolucionárias e socialistas (Batistoni, 2019).

Batistoni (2019, p.543) destaca que o cenário mineiro era efervescente de lutas operárias como foi o caso da greve que aconteceu em Contagem em 1968, num confronto direto contra a ditadura que cerceava tanto as liberdades e autonomia sindical, como confrontava também a superexploração do trabalho imposta pela economia. A greve contou com o apoio de diversos setores, entre eles os estudantes, intelectuais, quadros da Igreja Católica e setores da esquerda. Essa conjuntura permitiu que Belo Horizonte se tornasse o locus privilegiado da expressão inicial do projeto de ruptura. Essa militância teve fortes rebatimentos no projeto da ESS da UCMG.

¹⁴ Em 13 de dezembro de 1968, num contexto de crescimento da oposição à Ditadura civil-militar, o então presidente Artur da Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), iniciando os “anos de chumbo”, período mais repressivo da Ditadura Militar (1964-1985). O AI-5 concedeu plenos poderes ao presidente da República, que foi autorizado a cassar mandatos eletivos, a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios, além de suspender o direito ao *habeas corpus*.

Vale lembrar que as universidades se tornaram alvo da ditadura civil-militar no imediato pós-golpe num esforço de controle e quebra da organização docente e discente, de pesquisadores, bem como de experiências voltadas à democratização da educação. Tal cobrança não foi diferente na ESS da UCMG, resultando, inclusive, em prisão de professores e alunos pelo regime militar, invasão e fechamento da Escola logo após o golpe militar.

Em meio ao regime ditatorial e a forte repressão das ideias no campo universitário, o projeto, audacioso que era para a época, ficou sufocado e se manteve à margem até o fim da década de 1970 (Netto, 1991). Além disso, sua perspectiva era de oposição e contestação dos movimentos anteriores dentro da profissão. O Projeto foi encerrado em 1975.

De acordo com Batistoni (2019, p540),

Ressalte-se que o isolamento da experiência belo-horizontina é acrescido pelo fato de que no meio acadêmico-profissional a reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) conduzidas pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) com traços de funcionalidade ao regime autocrático, demarcando projetos em oposição na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro. No entanto, as formulações Escola de Serviço Social da UCMG ganharam ampla visibilidade nas universidades latino-americanas, afirmando-se como uma de suas referências exemplares, dada a sintonia com a feição crítica da reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina.

Não se pode prescindir de garantir os devidos créditos ao processo que foi considerado o “embrião da virada” acontecido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) que emergirá na primeira metade dos anos de 1970 sob o contexto da ditadura civil-militar no Brasil - o “Método BH”. É necessário reconhecer a importância do que foi esse projeto e de como ele influenciou a cultura profissional dos assistentes sociais mineiros e, apesar da pouca ressonância inicial em outras partes do Brasil, foi bastante divulgado na América Latina. Este foi, sem dúvida, um importantíssimo passo para a ruptura com o conservadorismo da profissão e um momento emblemático na construção do pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. Ponderamos aqui os limites do alcance inicial desse projeto em face da própria conjuntura vivida na época pelo país.

O projeto realizado pela equipe da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais ficou conhecido como “Método BH” e representou um marco no que diz respeito à organização teórica e metodológica de uma alternativa global ao tradicionalismo da profissão. O “Método BH” se configurou como a primeira elaboração cuidadosa, no marco do regime ditatorial, de uma proposta profissional preocupada em atender critérios tanto teórico e

metodológicos, quanto interventivos de uma configuração de trabalho que pudesse expressar os interesses das classes e camadas subalternas da sociedade (Netto, 1991).

Em 1975, em meio à uma crise interna, conforme informa Batistoni (2019, p.540):

A proposta reconceituadora da escola foi interrompida em 1975, em meio a uma crise interna, no processo contraditório de uma greve estudantil, gerando o pedido de demissão de todo corpo docente, acatado pelas instâncias superiores de UCMG, inclusive sua equipe formuladora e dirigente, inviabilizando sua continuidade naquele momento e espaço. Paradoxalmente, seu desfecho ocorreu no momento em que se abria a crise da ditadura militar e as primeiras manifestações abertas de resistência e oposição se enunciavam.

Contraditoriamente, esse episódio ocorre em meio à crise da ditadura militar, quando essa começa a dar sinais de esgotamento, e quando as resistências e oposições ao regime autocrático se dão de forma aberta. “A curta durabilidade objetiva dessa experiência não diminui seu ineditismo para o Serviço Social brasileiro, nem o impacto posterior que projetará para a profissão em seu desenvolvimento no marco democrático” (Souza e Neves, 2012, p.25).

A retomada do projeto apresentado nessa experiência que se encerra em 1975, irá acontecer para alguns segmentos do Serviço Social brasileiro no final da década de 1970 e início da seguinte, sob novas configurações sociais e políticas do país, com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica (Ibidem). Isto posto é consenso dentro da profissão o papel preponderante do Serviço Social mineiro no processo de virada crítica da profissão no Brasil. Retomaremos a discussão sobre o “Método BH” no capítulo 3 para delinear como se deram as entranhas deste processo tão importante para a virada crítica da profissão e sobre como se deu a participação dos assistentes sociais mineiros.

2.2.4.2 - O “Congresso da Virada” - marco da virada crítica da profissão

Como descrevemos acima, das três vertentes que irão permear a direção política do Serviço Social, é o projeto de intenção de ruptura que assumirá a hegemonia na década de 1980 e que será responsável por incorporar a perspectiva crítica no âmbito do Serviço Social brasileiro aproximando-o da teoria social crítica. Um marco importantíssimo nesse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais acontecido no ano de 1979, no Centro de Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”. Destacamos que em 1979, em Natal, aconteceu a XXI Convenção Nacional da

ABESS, que aprovava um novo currículo mínimo para o Serviço Social incorporando a perspectiva crítica na profissão.

Na segunda metade dos anos 1970 o Brasil presenciou um momento de grande ebulição da luta de classes. Com a crise do Estado ditatorial iniciada no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, no contexto das greves operárias no ABC paulista, da reorganização do movimento popular e sindical, verifica-se o surgimento de um sindicalismo bastante combativo contra a ditadura, contra o imperialismo que irá se expressar na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), em 1978, e posteriormente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, com sua fundação (Abramides, 2017).

Os movimentos sociais foram, sem dúvida, os grandes protagonistas do processo de resistência e combate ao autoritarismo da ditadura civil-militar instaurada no país a partir de 1964, propondo a instituição de uma ordem democrática e o reconhecimento da cidadania e garantia de direitos da classe trabalhadora (Silveira, 2000).

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. A resistência à ditadura toma forma aberta e as franjas burguesas, que até então vinham exercendo a direção da frente democrática, deixam de ter a exclusividade na oposição pública ao regime. (Netto, 2009b, p.660)

Essa experiência histórica foi refletida também no interior do Serviço Social brasileiro que, desde a década anterior, já vinha ampliando a sua interlocução com a teoria social crítica, como já dito anteriormente, o que aproximou a profissão aos movimentos sociais que efervesciam na época. Outro fato importante a ser ressaltado é a dimensão política sempre presente na profissão, desde sua gênese - ainda que em seu início sob matrizes conservadoras - que reforçou a participação política dos assistentes sociais nesse processo. Ademais, temos a influência do movimento de Reconceituação latino-americano que estava em curso, além do ambiente de lutas políticas no período de transição democrática motivou não só os assistentes sociais, mas uma parte importante da sociedade brasileira a se somar ao coro progressista em defesa das liberdades democráticas e da democratização do Estado (Mota, 2020).

Abrimos um parêntese aqui, para enfatizar que essa aproximação do Serviço Social com as lutas das classes populares, bem como com a tradição marxista não se deu de forma orgânica e homogênea. Ao contrário, o corpo profissional do fim dos anos de 1970 é bastante heterogêneo e plural. Sublinha-se que as características do conservadorismo na profissão estavam bastante presentes no grosso da categoria, que pouco ou nenhum movimento fez

contra o processo ditatorial. Todavia, também há que se considerar que não foi todo o corpo profissional que foi anuente com o autoritarismo. É justamente o engajamento de uma diminuta parte dos assistentes sociais vinculados aos movimentos sindicais e à esquerda nacional que assumirá a hegemonia crítica dentro da profissão.

Segundo Netto (2009b, p.265) uma situação particulariza a postura política do Serviço Social diante dos anos de chumbo, a tardia oposição à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional. Para o autor, o que se observou foi uma “olímpica neutralidade” dessas instâncias frente ao regime ditatorial, cujo silêncio e omissão, que imperaram até o III CBAS, refletiram a alienação da profissão frente aos ditames da autocracia burguesa. Alienação esta exponenciada pela inércia do conselho maior da categoria o antigo CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) reproduzida pelos CRAS (Conselhos Regionais de Assistentes Sociais) onde também não se eximiu a ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social).

É justamente na ultrapassagem dessa alienação que reside a importância do “Congresso da Virada”. Disto isto, retomamos os passos que levaram à este evento. Abramides (2017, p.183) relembra que o Serviço Social em 1978 volta a se organizar a partir dos sindicatos que estiveram fechados desde 1969 (quando foram proibidos pela Ditadura Militar), sendo que os profissionais que irão dirigir essas entidades vinham de setores da esquerda que atuaram na clandestinidade e estiveram na vanguarda do movimento de reconceituação da profissão na América Latina e, estiveram à frente de movimentos populares que se iniciavam, a exemplo do movimento feminista, de saúde, moradia, custo de vida, entre outros.

Essa politização à esquerda, que se traduziu numa virada do Serviço Social brasileiro, certamente não foi resultado de um lampejo de consciência política dos e das Assistentes Sociais: a rigor, sob o influxo da rebeldia operária de então (PAULO NETTO, 2009b), foram criadas as condições para sintonizar a profissão com as tendências progressistas mais substantivas da sociedade brasileira. (Mota, 2020, p.201)

Desse modo a virada crítica da profissão se dá a par da atuação de uma vanguarda da categoria, engajada com a luta sindical e alinhada com o movimento de resistência à ditadura através da Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) e da sua articulação nacional com a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) (Ibidem). “Esse esforço de sindicalização da categoria, ao aproximar a sua organização política da organização operária, tomou impulso com a fundação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS)” (Mota, 2020, p.201). A organização

sindical dos assistentes sociais possibilitou o reconhecimento da categoria como classe trabalhadora e sua condição de assalariamento.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi realizado entre os dias 23 e 27 de setembro de 1979 na cidade de São Paulo. O evento acontece em um contexto marcado pela ascendente luta de classes no país. Assim como no fim dos anos de 1970 aconteceu uma reinserção da classe operária na arena política brasileira, o III Congresso irá operar uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país (Netto, 2009b).

Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto-reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político. (Ibidem, p. 266)

O III CBAS torna-se então uma referência na virada crítica da profissão no país, pois demarca o giro para uma nova direção política hegemônica na profissão, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país (Mota, 2020). Uma situação foi bastante emblemática no evento, quando a mesa oficial do congresso que contava com representantes do regime ditatorial foi substituída por representantes dos trabalhadores contando com a presença, inclusive, do então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Essa substituição não tem apenas um significado simbólico, mas também “foi a imantação operada pelo protagonismo operário que precipitou e catalisou possibilidades concretas existentes no campo do Serviço Social, favorecendo a sua objetivação e dando suporte societário amplo à sua conversão em realidade” (Netto, 2009b, p. 267).

O III Congresso possibilitou que, posicionamentos que travavam até então uma luta surda no interior da categoria contra a predominância conservadora, ocupassem o centro. Permitiu o ingresso da profissão na cena política como partícipe não só das lutas abertas da resistência democrática como também no interior da vanguarda profissional a luta anticapitalista (Ibidem). Os impactos do Congresso foram sentidos nas diferentes instâncias da profissão como é o caso da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), que se transformou, posteriormente, em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e que contribuiu para um novo formato das instâncias de regulação do exercício profissional, fazendo nascer então o conjunto CFESS/CRESS que ultrapassou estrutura dos Conselhos Federais de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) (Mota, 2020, p.201).

Como, insistentemente, apontado nesta tese, não se desvelam os processos da profissão sem vinculá-los diretamente com a realidade social concreta onde eles se expressam. Para tanto, o protagonismo do operariado, nas lutas sociais no processo de redemocratização, abriu o devido espaço para que as tendências democráticas e anti capitalistas, no seio da profissão, sufocadas tanto pelo regime autoritário vivido na época, quanto pela predominância conservadora do Serviço Social, fossem ecoadas. Como aponta Netto (2009b) a rebeldia operária abriu os caminhos necessários para a ruptura com o conservadorismo instituído até então, possibilitando assim, a “virada”.

O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional. E se o fez tardiamente, a responsabilidade deve ser debitada à força do conservadorismo que, derrotado naquele episódio histórico, nem por isto viu suprimida a pesada e duradoura hipoteca que impôs e impõe ao Serviço Social no Brasil. (Netto 2009b, p. 667)

O que se verifica é que o III Congresso se coloca como um marco na virada da cultura política profissional marcando a ruptura da profissão com a hegemonia conservadora. Tratou-se de um movimento coletivo por parte de alguns atores do Serviço Social que se articularam entre colegas de diferentes regiões do país que já caminhavam no mesmo sentido. A organização insistente trouxe a possibilidade de reconhecimento de lideranças que se espalhavam Brasil afora. O evento foi marcado pela coragem da categoria que reivindicou concretamente a democracia, se opondo duramente ao regime ditatorial se vinculando com as demandas dos trabalhadores (Ibidem).

O “Congresso da Virada” se tratou de um evento que extrapolou o plano imediatamente político da profissão, pois “a ruptura com o monopólio político conservador teve implicações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento global do Serviço Social no Brasil” (Netto, 2009b, p.669). A categoria ampliou sua organização em torno dos sindicatos, no seu reconhecimento como classe trabalhadora.

O III CBAS se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo de ligação dos assistentes sociais com os trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação. (Faleiros, 2012, p.53)

A repercussão do evento se deu também na revisão dos conteúdos da formação profissional, na vinculação dos assistentes sociais com os movimentos sociais e com as demandas do operariado, seu reconhecimento enquanto classe, na adoção dos referenciais

teórico-metodológicos vinculados ao pensamento crítico de inspiração marxista. Assim, a virada impactou decisivamente a formação profissional como foi o exemplo da criação do novo currículo de 1982, resultante da disputa pela hegemonia entre os segmentos mais combativos da categoria e os de tendência conservadora e tecnicista ocorrida em 1979 na XXI Convenção Nacional da ABESS (Mota, 2020). Tem-se aí “o marco para o desenvolvimento da profissão a partir de um processo de politização e mobilização profissional com tendências críticas” (Souza e Neves, 2012, p.24).

É precisamente nos anos de 1980 que esta direção ideo-política e teórica ganha força e se amplia conquistando a hegemonia, no plano intelectual, entre os assistentes sociais brasileiros. Este caldo cultural e teórico irá se expressar de forma mais imperativa no âmbito da pós-graduação criando uma verdadeira cultura anti conservadora (Netto, 2009b). Não obstante de se dar mais fortemente no campo acadêmico, este caldo cultural também se permeabilizará no universo profissional dinamizando a cultura profissional por toda a década de 1980 e 1990 (Ibidem).

Neste sentido é incontestável a importância do que foi o III CBAS para o giro de cultura política do Serviço Social. Não se pode negligenciar que o evento se dá em uma conjuntura favorável à esse giro e que teve, nos assistentes sociais antenados à realidade que se impunha, o mérito de sua realização.

2.2.4.3- Pós Congresso da Virada - a consolidação da hegemonia da teoria social crítica como cultura política projeto profissional

Desde a década de 1970 a vanguarda do Serviço Social brasileiro vinha imprimindo um esforço coletivo no sentido de realizar uma ruptura teórica e política com o lastro liberal-conservador que permeia a profissão desde sua gênese. A crescente aproximação e relação entre o Serviço Social e marxismo como marco para a ruptura com o Serviço Social tradicional que se ampliou na década de 1980, traçou o caminho para a maturação do Projeto Ético-Político (PEP) profissional hegemônico entre os assistentes sociais como o conhecemos hoje.

Tal caminho não se deu sem disputas e tensionamentos, ao contrário ainda são projetos em disputa até os dias de hoje. É certo que a direção crítica assumiu a hegemonia na cultura profissional, mas seu caminho foi clivado de polêmicas e conflitos. O que chamamos aqui de “virada crítica” representa todo um processo de uma reformulação do próprio significado social da profissão.

Evidentemente, o processo de Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro não se deu de forma isolada mas, tanto influenciou quanto sofreu influência do que foi um movimento muito maior, um movimento que envolveu vários países da América Latina: o Movimento de Reconceituação. Esse movimento contestava propostas exógenas ao Serviço Social latino-americano, bem como a virada dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político (Iamamoto, 2019).

No período entre o fim da década de 1960 e início da década de 1980 é marcado pela emergência do imperialismo norte-americano e das três “décadas de ouro do capital” (1945-1973) e pelas contradições advindas desse processo, que culminam com a crise estrutural do capital e a imposição de medidas de ajuste que procuravam garantir a restauração das taxas de lucro nas décadas de 1970-1980 na América Latina. Essa conjuntura incidirá junto ao Serviço Social no Movimento de Reconceituação Latino Americano (MRLA) - que tem lugar entre 1965/1975 (Iamamoto e Santos 2016).

O movimento de Reconceituação (ALAYÓN, 1975; 2005; NETTO, 1975; 1981; IAMAMOTO, 1998) expressa um amplo questionamento sobre a profissão do Serviço Social (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica-profissional). Nele estão presentes várias vertentes e dispõe de nítidas particularidades nacionais. Mas, a unidade desse movimento assenta-se na afirmação de um Serviço Social latino-americano, com aproximação à realidade de vida e de trabalho e às lutas de segmentos “oprimidos” (camponeses, operários, populações originárias, residentes nas periferias das cidades, etc), em consonância com os interesses e necessidades desses sujeitos sociais. (Iamamoto e Santos 2016, p.9)

Para tanto, somado a toda essa conjuntura internacional, ainda haviam os determinantes nacionais que se impunham sobre a sociedade brasileira e, conseqüentemente, sobre o Serviço Social brasileiro. As forças acadêmico-profissionais acumuladas pelo Serviço Social na América Latina e pelos assistentes no Brasil foram decisivas nesse processo de “virada” do Serviço Social. Elas remontam ao movimento de reconceituação do Serviço Social (1965 e 1975), que cria bases materiais, intelectuais e políticas à sua renovação (Iamamoto, 2019, p.542). A inquietude daqueles tempos de explosão contestatória evidenciaram uma cultura predominantemente à esquerda (Batistoni, 2019).

A “virada” expressa a sintonia do Serviço Social brasileiro com as mobilizações de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas — na criação de forças de resistência à ditadura do grande capital (Ianni, 1981) e no apoio ao processo de construção democrática. (Iamamoto, 2019, p.541)

Conforme discorre Netto (2009b, p.681) é nos anos 1980 que a direção ideo-teórica da profissão perspectivada na teoria social crítica, onde concorrem entre muitos, Vicente Faleiros e Marilda Iamamoto, ganha força e, de fato, conquista no plano ideal, a hegemonia na produção intelectual dos assistentes sociais brasileiros. Essa significativa bibliografia que incide sobre a história, os fundamentos e práticas do Serviço Social, será elaborada no marco da pós-graduação, e criará uma verdadeira cultura anti-conservadora, vulnerabilizando o tradicionalismo profissional. Com ela se inaugura um pluralismo antes inexistente na profissão.

Essa pluralidade irá se expressar, no interior da categoria profissional das mais diversas formas. Até porque em se tratando de um profissional que se expressa enquanto projeto coletivo, estes são os mais diversos possíveis. Dessa forma, pode-se afirmar que um projeto que conquista hegemonia não será exclusivo, uma vez que alguns segmentos profissionais podem propor outros projetos divergentes e até antagônicos ao hegemônico, quando analisam a sociedade e a profissão sob outros fundamentos e possuem, inclusive, concepção, forma e método diferentes de fazer política (Ramos, 2008).

Neste sentido, o Projeto ético-político profissional dos assistentes sociais que se desenha a partir dos anos de 1980 pós “virada” se trata de um projeto crítico vinculado aos interesses da classe trabalhadora que conquista a hegemonia no interior da categoria, todavia a conquista da hegemonia não quer dizer que ele foi ou é homogênea. O projeto que irá se consolidar a partir de então tem como uma de suas características pensar a profissão a partir da dimensão histórica e considerando as suas particularidades diante dos outros sujeitos sociais e coletivos profissionais.

Netto (1991), nos lembra que até a primeira metade da década 1960, o Serviço Social brasileiro quase não apresentava polêmicas de relevo, com uma relativa homogeneidade dentro de seu campo interventivo, com certa unidade nas suas propostas profissionais e uma formal assepsia de participação político-partidária. A profissão não dispunha, nesse momento, de uma significativa elaboração teórica e plasmou-se numa consensual direção interventiva e cívica.

Portanto, a construção de uma nova direção social hegemônica para o projeto profissional, não se dá a partir de um movimento endógeno, mas integra uma conjuntura mais ampla: a societária. (Ramos, 2008). O movimento de “virada” se dá a partir da compreensão da profissão e de seus desafios, no contexto sócio-histórico das determinações postas pela sociabilidade do capital. Suas demandas se expressam, por um conjunto de mediações e contradições das classes sociais em disputa na sociedade. A partir da perspectiva de totalidade

adotada é que se torna possível fazer essa articulação do projeto profissional ao projeto societário (Ibidem, p. 33).

Nesse sentido, na primeira metade da década de 1980, as demandas democrático-populares sufocadas por um longo tempo se irrompem na superfície da vida social brasileira. Os movimentos sociais emergentes e a grande movimentação dos trabalhadores urbanos, com o renascimento de suas organizações sindicais, juntamente com a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a reorganização de suas entidades representativas; a emergência na cena política de movimentos de cunho popular e democrático, a dinâmica da vida cultural, que retoma o protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos, inclusive da Igreja católica, dentre outras situações – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais (Netto, 2006, p. 10.).

É diante deste cenário que o conservadorismo do Serviço Social brasileiro que o acompanha desde sua gênese, tantas vezes reatualizado, reciclado, confronta-se pela primeira vez com uma conjuntura que permite sua contestação – uma vez que, no corpo profissional, reverberaram, as exigências políticas e sociais postas pela resistência democrática (Ibidem). As lutas sociais e políticas em prol da democracia na sociedade brasileira, criou as condições necessárias para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social, uma vez que irão incidir diretamente no corpo profissional. Sendo assim, no processo da derrocada da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto e de uma nova cultura profissional (Netto, 2006)

Com relação à conquista da hegemonia que o projeto ético-político profissional assume, Ramos, (2008, p.33) ressalta que há três momentos importantes nesse processo que dizem respeito tanto à produção de conhecimento por parte da categoria, quanto à organização política que se estabelece nesse momento no interior do Serviço Social brasileiro, quanto ainda nos marcos legais da profissão:

Em relação à conquista da hegemonia desse projeto, é, sobretudo, na primeira metade da década de 1990, que esta se verifica no interior da profissão, expressa, notadamente, em três níveis: na produção do conhecimento, nos marcos legais e na organização política. Esse processo foi articulado por intermédio da vontade político organizativa de segmentos profissionais numa definida direção social estratégica, que apontava a necessidade de alianças com o movimento democrático e popular, nas suas lutas contra o projeto neoliberal (NETTO, 1999).

Este compromisso se expressará no desenho do Projeto Ético-político profissional dos assistentes sociais que será trilhado a partir dos anos de 1980, se consolidando nos anos de

1990 a partir de diferentes instrumentos normatizadores da profissão, entre eles os Códigos de Ética Profissional aprovados nos anos de 1986 e 1993. Ambos marcam o rompimento com o tradicionalismo e conservadorismo da profissão.

O processo da “virada” teve como tarefa romper com o autoritarismo conservador e ousar lutar para construir um projeto de profissão articulado a um projeto societário não capitalista (Boschetti, 2009). Trata-se de um processo extenso que se inicia no fim dos anos 1970 e irá se consolidar hegemonicamente na profissão somente nos anos de 1990, quando as normativas da profissão também indicarão esse componente.

Podemos afirmar que o III Congresso deixa um legado indelével para os assistentes sociais brasileiros. A ruptura ideo-política com as bases conservadoras da profissão levaram a categoria profissional a trilhar um novo projeto profissional que se imbrica com um novo projeto de sociedade. Se admitimos que a história é processo em movimento, o movimento realizado por esta profissão foi no sentido do reconhecimento de que seu papel histórico está atrelado aos interesses da classe trabalhadora. O Serviço Social brasileiro, corajosamente, não só rompe com os interesses liberais burgueses, mas assume aqui, um compromisso histórico, assume um lado na história da humanidade sob o modo de produção capitalista; assume que não há neutralidade nas escolhas e que toda escolha - especialmente desta categoria profissional - é uma escolha política. Assumimos a partir da “virada crítica” da profissão o nosso compromisso de classe, o nosso compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

3. CAPÍTULO 2. ESPAÇOS HISTÓRICOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Neste capítulo, vamos nos limitar à análise de três espaços fundamentais de organização política dos assistentes sociais: a organização sindical dos assistentes sociais, o CFESS e os CRESS, sendo que, nosso foco principal é o CRESS- MG. Consideramos que estes são os principais espaços que organizaram e - dois deles, em Minas Gerais - ainda organizam a categoria. Acreditamos também que são estes os espaços privilegiados pela consolidação e difusão da cultura política profissional hegemônica.

Antes, cabe elucidar que estamos de acordo com Behring (2012, p. 98) no sentido de que:

Parto do pressuposto de que organização política é muito mais que forma (as entidades, suas estruturas, suas atribuições formais e legais), mas envolve

conteúdo: direção ético-política, campo programático e campo de alianças. Estes elementos são decisivos para desencadear ações políticas táticas e estratégicas na conjuntura, com as quais os assistentes sociais coletivamente (mas também individualmente) fazem disputa social, disputa de hegemonia, dentro e fora da categoria.

Portanto, não se confunde organização política com organização sindical e com instâncias representativas apenas. Nosso entendimento é de que a organização política é movimento, é ação, é aproximação e distanciamento, a organização política não é só forma, mas também é conteúdo. Portanto, a organização política é *práxis*.

Dito isto, discutiremos no capítulo 2 a história da formação desses espaços, as disputas internas pela direção política destes, bem como sua incidência no espraiamento da cultura política profissional do Serviço Social. Como já tratamos anteriormente, a virada crítica da profissão se deu dentro de um longo processo com múltiplas expressões. Não se trata de um episódio estanque e estático onde, magicamente, ocorreu uma virada de chave no Serviço Social, mas sim de um processo enraizado na própria dinâmica societal brasileira, assim como, nas questões internas da profissão. Assim, assumimos que a virada é histórica e rica em influências e determinações tanto interiores quanto exteriores ao Serviço Social.

Neste sentido, no que diz respeito ao movimento que se deu no interior da profissão, optamos por analisar duas instâncias que, decisivamente, impactaram no processo de virada crítica, a organização sindical da categoria e, o principal órgão regulatório dos assistentes sociais, o conjunto CFESS-CRESS. Nossa opção pela análise do movimento sindical da categoria se dá por reconhecermos seu protagonismo no processo de virada crítica da profissão no Brasil, bem como na construção dos primeiros passos do projeto ético-político profissional, que se deu, como veremos, numa profunda sintonia com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com destaque para o nascimento do novo sindicalismo¹⁵ (Behring, 2012).

Quanto ao conjunto CFESS-CRESS, nosso foco é o CRESS-MG, mais especificamente, já que nosso objeto busca capturar como se deu o processo de virada em Minas Gerais, por isso, consideramos importante analisar o papel e a representatividade dessas instâncias nesse processo.

¹⁵ Segundo Abramides e Cabral (1995, p.15) “O novo sindicalismo no Brasil se manifesta no âmbito da independência e autonomia de classe em relação ao Estado e o patronato e se direciona para um sindicalismo de lutas, de massas, de base, que rompe com a estrutura sindical vertical prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e constrói a nova estrutura sindical a partir da CUT.” A concepção e a prática desse novo sindicalismo se vincula ao compromisso imediato e histórico com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira rumo à democracia e ao socialismo.

3.1- OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS - PERCURSO E LEGADO HISTÓRICO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PROFISSIONAL

A crise da Ditadura Militar que se evidenciará a partir do fim da década de 1970 (cf. Netto, 1991), como já exposto neste trabalho, impulsionou a emergência da classe trabalhadora novamente na cena política brasileira, agudizando e até mesmo acelerando o processo de derrocada da autocracia burguesa e de retomada da democracia no Brasil. Nesse mesmo período, a profissão vivenciou um denso processo de renovação, quando, juntamente com a apropriação de um referencial teórico crítico da realidade social, pôde refletir criticamente sobre de sua história e de sua inserção na divisão social (e técnica) do trabalho, apontando para os limites e as possibilidades históricas da superação do lastro conservador que a acompanhava (Toniolo, Zanetti, 2011, p.7).

As lutas operárias que serão travadas nos últimos anos da década de 1970, e aqui destacamos o movimento gestado em 1977 no ABC paulista que culmina com a declaração de uma massiva greve em 1978 e se alastra por toda a grande São Paulo, darão início a um tipo de organização sindical de massas que será conhecido como *novo sindicalismo*. (Abramides; Cabral, 1995). Esse novo sindicalismo que surgiu a partir de 1978 foi um marco na luta de classes brasileira por conta de sua diferença abissal em relação aos sindicatos existentes nos períodos anteriores e durante a ditadura militar que se caracterizava por sua institucionalização e burocracia. Do ponto de vista político nacional, esse novo sindicalismo, se trata de um sindicalismo classista de luta que se constrói desde sua base em um campo autônomo e independente (Ibidem, p.97)

Todo esse contexto social e político que efervescia entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980 propiciou ao Serviço Social o seu reconhecimento como classe trabalhadora, na condição de trabalhador assalariado “condição esta fetichizada na literatura tradicional da profissão como o ‘profissional da ajuda’, o ‘profissional do desenvolvimento’ ou, ainda, o ‘agente da mudança’” (Ibidem, p.7). Tanto o messianismo quanto o voluntarismo, influenciados pela vinculação congênita com a Igreja Católica, como a vinculação com os projetos das classes dominantes escamoteavam as particularidades da profissão como inserida na divisão social e técnica do trabalho dentro das relações cunhadas no sistema de produção capitalista (Toniolo, Zanetti, 2011). Desse modo, a conjuntura societal da época irá rebater na profissão e será refletida na sua forma e conteúdo de organização política interna da categoria.

Sendo assim, o processo de organização e lutas dos assistentes sociais, nesse período, se dará articulado à reorganização do movimento sindical em nível nacional, “ancorado no solo histórico de lutas e respostas organizativas no âmbito político sindical que imprimiu uma direção classista às suas reivindicações” (Abramides, 2014, p.231). A conjuntura da luta de classes que se despontava no cenário brasileiro estabeleceu uma direção político-sindical que incidiu na direção social da profissão no fim dos anos de 1970 e início de 1980.

Desse modo, os assistentes sociais irão se organizar, em nível nacional, em sindicatos através da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais (CENEAS), de 1978 a 1983 e da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), entre 1983 e 1988. Essa organização teve início em agosto de 1978 com a realização do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que aconteceu na capital mineira e contou com a presença de 4 entidades com sedes em São Paulo, Bahia, Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. O evento contou com os dirigentes das 4 entidades e participação da base mineira. O Encontro foi realizado em meio ao irrompimento desse *novo sindicalismo* classista e os assistentes sociais, reconhecendo-se como parte da classe trabalhadora, retomam a sua organização reativando suas entidades sindicais e pré-sindicais em todo o país a partir de 1977. Já neste momento, a categoria compreende a necessidade de uma articulação em âmbito nacional, bem como, a inserção de suas lutas no conjunto das lutas da classe trabalhadora (Abramides, Cabral, 1995).

Nos dois outros encontros nacionais organizados posteriormente, verifica-se uma forte adesão dos assistentes sociais e de suas entidades sindicais representativas. Um exemplo disso é que no II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais ocorrido ainda no ano de 1978, participaram 9 entidades e no III Encontro Nacional, ocorrido em 1979, participaram 19 entidades da categoria, entre elas: sindicatos e Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APAS), pró entidades, oposição sindical e entidades culturais com ação sindical (Ibidem). Com a amplitude da participação, os representantes das entidades compreenderam como necessário a criação da CENEAS para que este pudesse dialogar com as diferentes entidades sindicais e pré-sindicais de todo país e assim, pudessem unificar as lutas nacionais deliberadas nos encontros (Abramides, Cabral, 1995)

Posto isto, a CENEAS também se destaca como uma importante instância de organização política da categoria sendo responsável pela articulação nacional das instâncias sindicais do Serviço Social e funcionará até 1983, quando da criação da Associação Nacional Pró-federação dos Assistentes Sociais. Cabe aqui destacar, a importância da CENEAS que, durante o III CBAS, o famigerado “Congresso da Virada”, contribuiu para colocar em cena o

descontentamento dos assistentes sociais presentes no congresso, dando nova direção política ao mesmo. A movimentação nos bastidores do III CBAS realizada pelos assistentes sociais participantes da CENEAS foi responsável por dar voz ao campo crítico do corpo profissional e sua articulação conquistou três pontos importantes:

- A deliberação da plenária de depor a comissão de honra e eleger como tal todos os trabalhadores que morreram e lutaram pelas liberdades democráticas;
- transformar o congresso em assembleia de deliberação política da categoria;
- a deliberação de que caberia às entidades sindicais, por meio da CENEAS, organizar os próximos congressos. (Abramides; Cabral, 1995, p.129).

A CENEAS ficará responsável pela coordenação ainda tanto do IV como do V Encontro Nacional de Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, lembrando que o V encontro teve como tema principal a elaboração do IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS que, pela primeira vez, se daria sob a coordenação de entidades sindicais dos assistentes sociais. o IV Congresso terá um conteúdo sindical e apontará para a necessidade da criação da I Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, entendendo que, já era o momento de os assistentes sociais consolidarem um fórum máximo de deliberação sindical. (Abramides; Cabral, 1995)

A ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais foi criada em outubro de 1983, no mesmo ano de fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e só foi extinta em setembro de 1992. Nesses anos de história a ANAS será responsável pela inserção, organização e luta da categoria junto aos trabalhadores no serviço público e da classe trabalhadora no geral, além da articulação com a categoria no continente latino-americano. A sua extinção acontecerá após a IV Assembléia Nacional Sindical, quando a organização sindical da categoria dará um passo à frente no patamar político. O Serviço Social compreenderá, nesse momento, a necessidade de se inserir em espaços sindicais majoritários e se incorporar nas lutas mais gerais da classe trabalhadora (Ibidem).

Como pudemos perceber, a organização sindical da categoria foi bastante expressiva entre meados dos anos 1970 e fim da década de 1980. Essa atividade permitiu aos assistentes sociais se vincularem às lutas mais gerais da classe trabalhadora, como já dito anteriormente

Vale ressaltar que a história da ANAS também foi permeada de disputas e tensionamentos internos com uma forte polarização de interesses. A direção da entidade estava dividida entre duas forças, que era o que Abramides e Cabral denominaram de polo cutista, vinculado à CUT e o outro pólo vinculado à CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

O pólo cutista consolidou-se como maioria no interior da ANAS com cerca de 75 a 80% dos componentes.

3.1.1 As diferenças políticas e disputas internas no interior da organização sindical dos assistentes sociais

A atividade sindical da categoria teve um papel muito mais ativo nos primeiros anos do processo que culminou na “virada crítica” do Serviço Social brasileiro, dadas as matrizes teóricas e políticas com as quais se filiava, do que as instâncias representativas como CFAS e CRAS, propriamente ditos. A ruptura com o conservadorismo se dará mais tardiamente nestes dois últimos espaços que serão palco de intensa disputa política, como veremos no próximo tópico.

O período entre 1979 e 1982 foi marcado por divergências políticas de caráter secundário no interior da organização sindical da categoria (Abramides e Cabral 1955). As divergências e embates se iniciaram, mais especificamente, no interior do CENEAS a partir do V Encontro de entidades ocorrido em 1982. Duas vertentes se formam nesse período estando, de um lado, o chamado bloco cutista que se identificava com o movimento nacional conhecido como Polo Combativo, opositor da estrutura sindical da época que estava vinculada e subordinada ao Estado. Este Polo tinha como base um sindicalismo classista em oposição ao atrelamento dos sindicatos ao aparelho estatal e o imposto sindical e a favor da auto-sustentação financeira do movimento sindical pelos trabalhadores. Em outras palavras, o polo combativo, defendia um sindicalismo independente e auto-gestionado pela classe trabalhadora, vinculado à perspectiva socialista. O Polo Combativo foi responsável pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Ibidem).

Por outro lado, havia um segundo pólo nacional que se agrupava em torno da Unidade Sindical e defendia reformas na estrutura sindical. Ademais defendia que os sindicatos deveriam se organizar a partir da supremacia das diretorias sindicais em detrimento da democracia de base. Esse polo foi responsável pela fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1985 e não acataram a deliberação do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (1º CONCLAT) acontecido em agosto de 1981 em Praia Grande, São Paulo (lembrando que a deliberação pela criação da CUT sai do 1º CONCLAT) (Abramides, Cabral, 1955, p.156).

Dessa forma, como dito anteriormente, essas duas vertentes em oposição, também se manifestaram no interior do Serviço Social, especialmente, a partir do V Encontro de

entidades, em 1982. Essas divergências no movimento sindical, no que tange à construção da CUT, tornam-se mais explícitas e mais acirradas, visto a diferenciação das concepções sindicais para os assistentes sociais. Neste momento trava-se uma luta política em nível nacional no interior da categoria (Ibidem).

Vale lembrar que a CENEAS nasce integrada à construção do novo sindicalismo brasileiro, sendo influenciada diretamente por essa concepção em toda a sua trajetória, inclusive na criação da ANAS. Desse modo, o bloco cutista se consolida como maioria perfilando a organização e sua hegemonia não chegou sequer a ser ameaçada (Ibidem).

Posto isto, percebe-se que já no início da década de 1980 a organização sindical dos assistentes sociais irá assumir a hegemonia em torno do Polo Combativo, numa perspectiva societal vinculada aos interesses da classe trabalhadora. Esse fato se expressa nos dados apresentados por Abramides e Cabral (1995, p.157) onde apontam que, no quadro das entidades da categoria e da ANAS que se formaram no movimento sindical a partir de 1983 temos que 72,7% das entidades sindicais eram filiadas a CUT, 6% filiadas a CGT e 20, 6% sem filiação.

A história da organização dos assistentes sociais se mescla de forma viva com o surgimento e construção do novo sindicalismo no Brasil. Sua presença é contínua e comprometida com o projeto sindical em que os sujeitos coletivos vão dando contornos à prática sindical. (Abramides, Cabral, 1995, p.159)

Sendo assim, tendo a profissão sido permeada pela luta sindical do conjunto dos trabalhadores no país, cujo polo combativo, do qual o Serviço Social se filiou em sua maioria, era crítico do “sindicalismo corporativo” - típico do movimento sindical brasileiro - e ainda, o seu amadurecimento teórico-político e o reconhecimento da categoria enquanto classe trabalhadora, os assistentes sociais irão avançar no debate sobre a organização sindical, especialmente no fim da década de 1980, para o investimento do “sindicalismo por ramo” (Toniolo, Zanetti, 2011).

A mudança se deu pelo fato de que o chamado “sindicalismo corporativo” teve, em diferentes momentos históricos, o papel de fragmentação e desmobilização das lutas dos trabalhadores. No fim da década de 1980 o quadro que se tinha era de uma crescente inserção de assistentes sociais em entidades sindicais organizadas por ramo de produção. Isto afetou inclusive a recomposição dos quadros nos sindicatos da categoria, ademais, houve entre os profissionais o entendimento sobre o fortalecimento de entidades sindicais que abrangiam o conjunto dos trabalhadores (Ibidem). Neste sentido, abordaremos melhor o assunto no próximo tópico deste trabalho.

3.1.2 - A opção do Serviço Social pela sindicalização por ramo de atividade

Como discutido no tópico anterior, a luta política e a organização sindical dos assistentes sociais é marcada pelo processo de ruptura com o conservadorismo da profissão e com a sua “virada crítica”. Entre fins da década de 1970 e fim da década de 1980 a organização sindical do Serviço Social é marcada, preponderantemente, por uma organização por categoria profissional. É a partir de 1989 que o corpo profissional opta, em sua maioria, pela organização sindical por ramo de atividade econômica (Abramides, 2014).

Como já afirmamos e reafirmamos nesta tese, a história da profissão não se descola da história da classe trabalhadora brasileira. Dessa maneira, a explicação pela opção política que o Serviço Social faz por uma organização sindical por ramo de atividade, e não por categoria, tem suas bases explicativas numa conjuntura societal impressa entre fins da década de 1970 e 1980, cuja luta de classes estabelecida no Brasil nesse período pelos fatores já expostos no capítulo anterior, incidirá na direção social que a profissão irá assumir, se posicionando em favor dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Há, neste momento, uma clara articulação entre o projeto profissional de ruptura - cujo marco histórico se deu em 1979 com os acontecimentos do III CBAS - e o projeto societário emancipatório em que a organização político-sindical assume um papel central (Abramides, 2014,).

É importante lembrar que a estrutura sindical existente no Brasil desde os anos de 1930, na “Era Vargas”, era uma estrutura corporativista, vinculada ao Estado, balizada pela carta “Del Lavoro” de Mussolini, herdeira do período da Itália Fascista (Ibidem). Em 19 de março de 1931, o Governo Provisório da época, expedia a primeira Lei de Sindicalização, que obrigava todos os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério do Trabalho e impunha uma série de limitações à sua organização e atuação como contrapartida desse reconhecimento oficial (Boito Junior, 1991). Esse modelo sindical fundou uma rígida estrutura que se distanciou do modelo de liberdade sindical, estabelecendo assim, um sistema de agrupamento de profissões idênticas, similares e conexas em categorias organizadas pelo Estado através de comissão de enquadramento sindical (Souza, 2012).

Dessa forma, o sindicalismo combativo dos anos de 1930 acabou disputando os sindicatos oficiais com o sindicalismo pelego, de colaboração de classe, já que não seria reconhecido nos processos de negociação das categorias por intermédio do sindicato livre e se desvincularia da classe trabalhadora, caso não disputasse os sindicatos legalizados. O sindicalismo combativo assumiu então, os sindicatos oficiais, travando constantemente uma

luta pela autonomia sindical, pela organização classista, organizada desde a base e que tivesse protagonismo na direção social e de lutas (Abramides, 2014).

Nessa trajetória histórica os assistentes sociais também iniciaram sua organização sindical a partir dos anos de 1950, organizando-se por categoria, já que eram os sindicatos existentes por legislação. As principais lutas dentro dessas organizações serão travadas por reivindicações trabalhistas, salários, serviços públicos de qualidade, dentre outros. Até a década de 1970, eram 5 estados com sindicatos de assistentes sociais que foram fechados, assim como a maioria dos sindicatos durante a ditadura militar iniciada em 1964 (Ibidem, p.232). Os anos iniciais da década de 1970 foram os mais sangrentos do período ditatorial militar brasileiro, sendo que muitos sindicalistas, operários e outras categorias de trabalhadores brasileiros foram presos, torturados, assassinados e muitos exilados. Nesse mote, houve um expressivo enfraquecimento do sindicalismo nacional, restando assim, um sindicalismo pelego, de conciliação de classe e de sustentação ideológica da ditadura militar.

É só no fim da década de 1970, que num movimento de resistência, o MOSMP - Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, organizou-se formando militantes aguerridos que se vincularam ao sindicalismo classista e deram a direção, no fim dos anos 1970, no processo de organização sindical que ficou conhecido como o “novo sindicalismo” (Abramides, 2014). Todo este cenário irá impactar na organização política dos assistentes sociais que irão reorganizar seus sindicatos no fim da década de 1970 e suas direções, de imediato, se alinharam aos sindicalismo classista e irão desenvolver a ação sindical voltada aos interesses imediatos da classe trabalhadora (Ibidem).

Portanto, os assistentes sociais, quando retomam sua organização sindical no final dos anos 1970, retomam já articulados à ANAMPOS, que era a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical, participam dos encontros de oposição sindical, ou seja, estão colados naquilo que viria a se construir com autonomia e independência sindical, um sindicalismo de luta, classista. (Abramides, 2011)

Diante deste quadro, o Serviço Social, mesmo tendo um sindicalismo de categoria, suas ações, historicamente, assim como em outras categorias profissionais como bancários, médicos e engenheiros, estiveram voltadas para uma trajetória classista como trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, como já se sabe, historicamente a profissão teve como seu maior empregador o Estado, sendo assim, havia na época um grande número de assistentes sociais que eram servidores públicos tanto no âmbito municipal, quanto estadual e federal e até a Constituição Federal de 1988, os servidores públicos eram proibidos por legislação de se

organizarem sindicalmente¹⁶. Dessa forma, entre 1978 e 1988 as entidades sindicais de categorias profissionais que se aliaram ao sindicalismo classista e que tinham um grande contingente de profissionais em serviço público, como era o caso dos assistentes sociais, tiveram um papel decisivo na luta sindical dos trabalhadores em serviço público, incentivando suas lutas e organização (Abramides, 2014).

Os acontecimentos aqui descritos, ocorridos da década de 1978 a 1988, contribuíram para o processo de amadurecimento político dos assistentes sociais, bem como, a compreensão da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo, como apontado anteriormente. Neste sentido, Abramides (2011) aponta que no interior desses sindicatos de ramo, estariam todos os trabalhadores, porque estão na divisão sociotécnica do trabalho e, portanto, são trabalhadores coletivos e estariam sendo abarcados por estes ramos. Sobre isso a autora aponta que:

Ora, se o trabalhador é coletivo, participe do trabalho socialmente combinado, a luta sindical deve-se desenvolver a partir da inserção das (os) trabalhadoras (es) na divisão social e técnica do trabalho. Posto que é nessa relação direta da inserção no mundo do trabalho que se negociam as questões trabalhistas e sindicais nas esferas da produção e reprodução social. (Abramides, 2014, p. 236)

Dessa forma, a compreensão é de que os sindicatos por categoria representaram um grande avanço na luta e resistência da classe trabalhadora, especialmente em espaços, como era o caso do serviço público, em que a organização sindical não era possível. Todavia, com o advento da Constituição Federal de 1988, onde a atividade sindical passou a se constituir por atividade, como é o caso dos trabalhadores da saúde e da previdência, por exemplo, e por contratação, como no caso dos sindicatos de servidores municipais, os sindicatos por categoria perderam a razão de ser. Neste sentido, no ano de 1992, durante a IV ANAS (Assembleia Sindical da Associação Nacional dos Assistentes Sociais), numa ação histórica, a categoria deliberou, unanimemente, pela organização sindical por ramo de atividade e pela extinção da ANAS.

Compreende-se aqui uma maturação política por parte da categoria, na medida em que a profissão se compreende participe da divisão do trabalho coletivo e inserida no conjunto das lutas sociais empreendidas pela classe trabalhadora. Neste sentido, a organização política da categoria a partir da década de 1990 se dará, especialmente, dentro do conjunto

¹⁶ Já desde o início da década de 1930 o decreto 19.770 de 19 de março de 1931 que regulamentou as sindicalizações das classes patronais e operárias no país, excluiu desse direito os funcionários e empregados públicos. Já a CLT, por sua vez, proibiu, em seu art. 566, as sindicalizações de servidores estatais e paraestatais.

CFESS/CRESS, além da ABEPSS. Nos interessa aqui, o aprofundamento de como se dará a organização dentro do conjunto que será aprofundada no tópico seguinte.

3.2 - CONJUNTO CFESS/CRESS - ORGANIZAÇÃO E CONFORMAÇÃO DA CULTURA PROFISSIONAL

No Brasil, a criação das primeiras instituições de fiscalização do exercício profissional, data da primeira metade do século XX, mais especificamente nos anos de 1930. Essas instituições surgem quando o Estado passa a regulamentar as profissões e ofícios considerados liberais. Nota-se já na Constituição de 1934, no que concerne à atuação e intervenção do Estado nas relações em geral e, especialmente, naquelas do exercício de atividades profissionais, que estas deixam de ser restritas ao campo privado e passam a compor o âmbito de controle do Estado (Alencar, 2013).

Além da modificação do trato constitucional dado ao exercício e controle profissional, a primeira metade do século XX observou também, o início e crescimento da criação de pessoas de caráter jurídico para controle do exercício de determinadas profissões devidamente regulamentadas, dando origem assim, aos conselhos de fiscalização profissional no Brasil. A estes coube, desde sua criação, o dever de registrar em seus quadros os profissionais devidamente habilitados ao exercício da profissão, segundo critérios estabelecidos em lei. Neste sentido, os conselhos deveriam valer-se de ditames legais e impedir somente a inscrição daqueles que não atendessem às exigências previstas em lei. E continuam com a mesma atribuição até os dias atuais (Ibidem). Na Era Vargas, no escopo da expansão da regulação da cidadania onde o acesso a determinados direitos estava condicionado ao reconhecimento pelo Estado da condição de cidadão do sujeito, os conselhos se formam dentro de uma lógica burocrática e autoritária onde as decisões se davam pelo alto (Ramos, 2005).

O Serviço Social é uma profissão de caráter liberal e será uma das primeiras profissões da área social, no país, a alcançar o reconhecimento legal do Estado, ainda na década de 1950 com a Lei Federal nº 3.252, de 27 de agosto de 1957 e o com Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962 (Felippe, 2018). É o decreto 994 de 15 de maio de 1962 que trará em seus artigos 4º e 6º, respectivamente, a obrigatoriedade da inscrição e a determinação da fiscalização e disciplinamento do exercício profissional do Assistente Social sob a responsabilidade dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CRAS):

Art. 4º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma de Assistente Social expedido no Brasil por Escolas de Serviço Social Oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953;

II - Os diplomados em Serviço Social, por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas Leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor;

III - Os Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, que tiverem seus direitos resguardados, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único, da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

§ 1º Aos Assistentes Sociais, para que possam exercer a profissão, é obrigatório o registro do diploma no órgão competente, assim como **inscrição no respectivo Conselho Regional de Assistentes Sociais**, previsto no art. 6º deste Regulamento.

§ 2º Aos Agentes Sociais, referidos no item III deste artigo, para que possam exercer a profissão de Assistente Social **é obrigatório a inscrição no respectivo Conselho Regional de Assistentes Sociais**, de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais.

Art. 6º A disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Assistente Social caberão ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (C. F. A. S.) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (C. R. A. S.), criados por este Regulamento. (Brasil, 1962, grifo nosso)

Esse dispositivo legal inaugura, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), que passaram a ser assim designados após a promulgação da lei 8662/1993 que revogou a 3252/1957. Dessa forma, inicialmente, o território nacional foi dividido em 10 Regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e/ ou território (exceto São Paulo), para que pudessem ser definidas as jurisdições e abrangências de cada CRESS e que, progressivamente, se desmembraram e chegaram em 2008 a 25 CRESS e 2 Seccionais de base estadual (CFESS, [s.d].).

Atualmente são 27 CRESS no Brasil, sendo divididos em 27 regiões mais 24 seccionais distribuídas conforme quadro abaixo:

Região	Estado	Nº de Seccionais
CRESS 1ª região	Pará	2
CRESS 2ª região	Maranhão	
CRESS 3ª região	Ceará	
CRESS 4ª região	Pernambuco	
CRESS 5ª região	Bahia	

CRESS 6ª região	Minas Gerais	3
CRESS 7ª região	Rio de Janeiro	2
CRESS 8ª região	Distrito Federal	
CRESS 9ª região	São Paulo	11
CRESS 10ª região	Rio Grande do Sul	2
CRESS 11ª região	Paraná	2
CRESS 12ª região	Santa Catarina	
CRESS 13ª região	Paraíba	1
CRESS 14ª região	Rio Grande do Norte	1
CRESS 15ª região	Amazonas	
CRESS 16ª região	Alagoas	
CRESS 17ª região	Espírito Santo	
CRESS 18ª região	Sergipe	
CRESS 19ª região	Goiás	
CRESS 20ª região	Mato Grosso	
CRESS 21ª região	Mato Grosso do Sul	
CRESS 22ª região	Piauí	
CRESS 23ª região	Rondônia	
CRESS 24ª região	Amapá	
CRESS 25ª região	Tocantins	
CRESS 26ª região	Acre	
CRESS 27ª região	Roraima	

O conjunto CFESS/CRESS se constitui como importante instância de organização política da categoria, ao lado da ABEPSS. O trabalho do conjunto teve um papel bastante relevante no processo de virada crítica da profissão, além de sua preponderância na consolidação da hegemonia de uma cultura crítica no interior da profissão. Dessa forma, consideramos importante retomar a trajetória histórica do conjunto, para que possamos, a partir daí, realizar a análise de sua incidência no processo de “virada”, bem como na

cimentação crítica hegemônica do projeto profissional do Serviço Social que se consolida a partir dos anos de 1990.

3.2.1 - O percurso histórico do conjunto CFESS/CRESS enquanto instâncias de organização política: dos primórdios à virada crítica

Retomando o contexto histórico de criação dos CRESS e do CFESS, temos que essa nomenclatura só é dada ao conjunto a partir da lei 8662 de 1993, que regulamenta a profissão. Anteriormente, como já dito no tópico anterior, os órgãos disciplinadores da profissão que foram criados no ano de 1962 através do decreto 994 de 15 de maio de 1962, receberam a nomenclatura de Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS). Em janeiro daquele ano foi constituída uma comissão para a elaboração de anteprojeto que tinha por finalidade regulamentar a lei 3252 de 1957 que dispunha sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Essa comissão foi presidida pelo então representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o senhor Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira que à época atuava como técnico do ministério e após o golpe militar de 1964 foi designado chefe de gabinete do ministro do Trabalho, Arnaldo Süsskind. A comissão contou ainda com um representante do Ministério da Educação e Cultura, o professor Guilherme Augusto Canedo de Magalhães que, inclusive chegou a ser Ministro da Educação interino no governo do presidente Castelo Branco, durante os anos mais opressores da ditadura militar. Como representante do Ministério da Saúde contou com Heloísa Sampaio Fagundes; já do Departamento Nacional do Trabalho, a representação se fez pela Assistente Social, Zenith Rocha Maia, formada em 1952 pela Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro e atuou no Ministério do Trabalho e Previdência Social¹⁷; a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social teve como representante a assistente social Dra. Maria Amalia Soares Arozo que coordenou o curso de Serviço Social na Escola de Enfermagem Ana Nery no período de 1949 a 1967 e foi diretora da Escola de Serviço Social da UFRJ, de 1967 a 1975, além de ter sido vinculada à Ação Católica e secular consagrada do Instituto Secular Caritas Christi, tendo ocupado a direção da Conferência do Instituto Secular do Brasil – CISB – no período de 1986 a 1992 (Iamamoto, 2016b, p.64). Compuseram ainda a comissão a Assistente Social Maria Augusta de Luna Albano, representando o Sindicato dos Assistentes

¹⁷ Essa informação foi retirada do DECRETO Nº 65.228 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1969 que Retifica o Decreto nº 55.564, de 18 de janeiro de 1965, que classificou os cargos de nível superior do Quadro de Pessoal - Parte Permanente - do Ministério do Trabalho e Previdência Social. disponível em <<https://legis.senado.leg.br/norma/487867/publicacao/15669867>> Acessado em 28/05/2024.

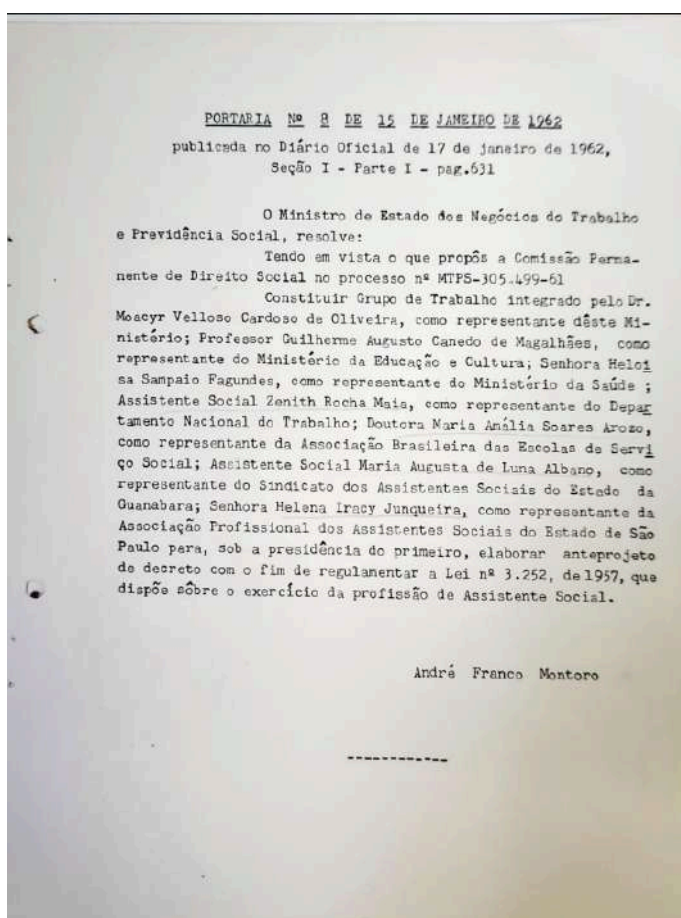
Sociais do Estado da Guanabara que, inclusive, compôs a primeira diretoria da ABAS e participou da construção do código de ética de 1965 (Sousa, 2020) juntamente com a Assistente Social Helena Iracy Junqueira que era professora da Escola de Serviço Social de São Paulo e representava a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo.

Em 27 de junho daquele ano foi publicada, no diário oficial da união, a portaria 194A que instruiu a eleição da primeira diretoria para o CFAS. A eleição foi realizada e no dia 28 de agosto de 1962 e, conforme a portaria, somente entidades específicas de Assistentes Sociais com funcionamento há mais de dois anos, poderia nomear delegado-eleitor para votar nas chapas candidatas e indicava em seu artigo 5º que só poderiam se candidatar os Assistentes Sociais que estivessem habilitados conforme o Art. 4º Inciso I do decreto 994 que previa:

Art. 4º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma de Assistente Social expedido no Brasil por Escolas de Serviço Social oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal nos termos da lei nº 1889 de 13 de junho de 1953.

IMAGEM 1 - CÓPIA DA PORTARIA Nº 8 DE 17 DE JANEIRO DE 1962



FONTE: ACERVO CFESS

Observa-se que ficaram de fora da possibilidade de se candidatarem os assistentes sociais formados em escolas estrangeiras, bem como os Agentes Sociais¹⁸. Dessa maneira, foi eleita a primeira diretoria do CFAS em a quem coube a tarefa de criar condições de funcionamento do CFAS e dos CRAS e ainda promover a revisão do código de Ética de 1947. Conforme verificado junto ao CFESS, em seu acervo não foi encontrada a ata de posse da diretoria de 1962. Contudo, verifica-se que participaram da elaboração do Código de Ética de 1965 as/os assistentes sociais: Helena Iracy Junqueira, Maria Augusta de Luna Albano, Arlette Braga, Nair Cruz de Oliveira, Abelardo Vieira de Araújo e Nair de Souza Motta.

À época da criação dos conselhos da categoria, tratava-se de um período fortemente marcado pelo autoritarismo e burocracia dos quais os conselhos não escaparam. Vale lembrar que, quando da instituição do conjunto CFAS/CRAS no início da década de 1960, no período que irá anteceder a Ditadura Militar (1960-1964) os assistentes sociais serão cada vez mais, absorvidos pelo Estado a partir de um quadro de referência onde o objeto de intervenção profissional, irá se configurar pelas disfunções individuais e sociais e os objetivos profissionais irão se voltar para a integração social, não havendo qualquer divergência entre os objetivos profissionais e os institucionais. Os valores que nortearão a profissão, nesse momento, são ainda de caráter humanista. (Silva e Silva, 2002).

Suas atividades iniciais eram caracterizadas por uma fiscalização perspectivada na postura policalesca e punitiva, haja vista que já no ano de 1964, é instituída, no Brasil, a Ditadura Militar.

No que se refere ao CFAS, sua trajetória foi marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico do estado. Como resultado, o CFAS funcionou, durante muito tempo, no interior da categoria, especialmente no período da ditadura, como uma entidade repressiva, controladora e burocrática. (Silva e Silva, 1994 p. 10 apud Ramos, 2005, p. 127)

Cabe ressaltar que durante a década de 1960 e início da década de 1970 boa parte da categoria profissional dos assistentes sociais permaneceu inerte aos influxos do processo

¹⁸ Quando da gênese do Serviço Social no Brasil, nos primeiros anos do séc. XX, os agentes sociais eram pessoas, em grande parte, membros da Igreja Católica, especialmente mulheres, vinculadas através de movimentos como a Ação Católica e a Ação Social, por exemplo. Elas atuavam em apostolado junto à família operária, visando qualificar o laicato e promover a assistência social junto à essas famílias. Além disso, a Igreja Católica teve forte influência na formação e institucionalização do Serviço Social, com a criação de escolas e a disseminação da doutrina social cristã, como já discutido. A Lei 1889 de 13 de junho de 1943 previa em seu artigo 14 que: A'rt. 14. Ficam resguardados os direitos dos atuais Agentes Sociais com função nos vários órgãos públicos, sendo-lhes facultado obter o diploma de Assistente Social, mediante provas prestadas nas Escolas de Serviço Social, das matérias constantes do currículo escolar e não incluídas nos cursos que hajam frequentado” e no Parágrafo Único previa: “Aos Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, serão assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que venham, em caráter de assistente social, exercendo a profissão há mais de cinco anos.”

ditatorial. Netto (1991) aponta que havia um claro componente de validação e reforço do Serviço Social “tradicional” no que diz respeito tanto ao discurso quanto à ação governamental da época. Especialmente na direção do CFAS e dos CRAS existentes naquele período, não se observaria uma clara oposição ao regime ditatorial. As influências do Serviço Social tradicional irão configurar as direções do CFAS e dos CRAS até o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro.

Não há aqui um posicionamento crítico por parte dos profissionais e a cultura profissional predominante neste período, parte de um arcabouço político, teórico e prático gestados no interior de correntes psicológicas, psicanalíticas e sociológicas, onde o positivismo e o funcionalismo irão se destacar. A despolitização e a apreensão acrítica da realidade encontrava-se expressa não só no cotidiano do exercício profissional, mas também nos instrumentos normativos do Serviço Social como é o caso do Código de ética de 1965. Passados 18 anos da formulação do Código de Ética de 1947, tendo em vista a regulamentação Lei 3252/1957, que criou a profissão ocorrida em 1962, além disso as transformações conjunturais do país e ainda o questionamento a respeito da metodologia utilizada pela profissão e as questões teleológicas, verifica-se que o conteúdo e os princípios do novo código de 1965 continuaram assentando-se nas influências dogmáticas do neotomismo. Prevalecendo assim, a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores mestres do Serviço Social (Oliveira; Chaves, 2017). Identifica-se uma estreita relação entre os deveres fundamentais e os princípios do Código de Ética de 1965 com as tendências, paradigmas e linhas de reflexão no Serviço Social que, neste período, concorrem para a afirmação da modernização conservadora, conforme salienta Netto (2006). Se consideramos, pois, que um código de ética pode ser entendido como expressão de um movimento sócio-histórico, este revela o quadro axiológico que sobre ele sobre o qual ele é erguido (Guedes, 2016).

Por outro lado, não se pode desconsiderar a existência um pequeno grupo de assistentes sociais que serão influenciados pelo posicionamento dos cristãos de esquerda, cujo processo de conscientização e politização, mais engajado com os interesses da classe trabalhadora, serão influenciados pela conjuntura da época. Esse reduzido grupo parte de uma análise mais crítica das contradições sociais e imprimirá no trabalho de Desenvolvimento de Comunidade, um caráter político, crítico e classista. Nesse período, muitos desses profissionais, que assumem um posicionamento dos cristãos da esquerda, engajaram-se no

MEB (Movimento de Educação de Base), assumindo o papel na educação popular, depois de animadores populares e daí para a sindicalização (Silva e Silva, 2002, p.28). Contudo, em 1964 instaura-se no Brasil o regime de Ditadura Militar e acaba sufocando, nos primeiros anos de regime, a vertente de profissionais mais críticos.

No período que se segue, um grande contingente de assistentes sociais vai sendo absorvido pelo Estado que se tornará o principal empregador da categoria profissional. Os programas e políticas sociais em expansão, neste momento, se tornarão um amplo espaço sócio-ocupacional para a categoria, especialmente no trabalho de desenvolvimento de Comunidade e os profissionais terão a função de trabalhar para a superação das resistências culturais às inovações e integrar as populações aos programas de desenvolvimento (Ibidem).

Neste sentido, Netto (1991, p. 119) vai apontar que:

Vale dizer: um dos componentes das relações entre a autocracia burguesa e o Serviço Social operou para a manutenção, sem alterações de monta, das modalidades de intervenção (auto)representações que matrizavam a profissão desde o início dos anos cinquenta. Se se leva em conta a força da inércia no bojo da institucionalidade profissional (inércia ela mesma potenciada pelos referenciais ideais do Serviço Social “tradicional”), é possível agarrar a significância deste componente da postura ditatorial [...]

O processo ditatorial irá investir na reiteração das formas tradicionais da profissão (Ibidem). Os primeiros anos de ditadura militar incidirão sobre o conjunto CFAS/CRAS, tendo em vista que, encontra-se ainda em seu processo embrionário de organização. O campo dos Conselhos de categorias, como um todo, era caracterizado por um perfil conservador, corporativo e burocrático, tendo como princípio uma concepção de fiscalização pautada pela dimensão meramente punitiva (Ramos, 2005).

A profissão tem é marcada, neste período, por uma prática profissional acrítica,

[...] empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 6).

É importante destacar que em meados da década de 1960, entre 1965-1975 se articula e se gesta no cone sul da América Latina o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social que irá canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais e que vêm num processo progressivo de politização, dada a conjuntura nacional e internacional vivida neste período. Essas insatisfações se situavam, tanto no plano teórico-metodológico, quanto no plano ídeo-político (Silva e Silva, 2002). Na particularidade latino-americana, o Movimento de

Reconceituação representou a crítica e contestação do “Serviço Social tradicional” (Netto, 2005).

Do início do regime ditatorial até meados da década seguinte, período que coincide com o movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, o Brasil viverá um dos momentos mais acirrados no que diz respeito à repressão política do Estado, ao mesmo tempo em que a dominação burguesa realiza uma “modernização conservadora” estimulando o desenvolvimento das forças produtivas e fomentando a criação de instituições de ensino e pesquisa à eles funcionais (Netto, 2005). Neste sentido, o movimento de Reconceituação impactou de maneira muito peculiar no Brasil. Com exceção da experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte em 1972, que ficou conhecida como “Método BH” (e que iremos nos debruçar de forma mais demorada nele), o movimento de Reconceituação em nosso país, praticamente, reduziu-se à incorporação de vetores desenvolvimentistas por um viés desenvolvimentista-modernizante, completamente compatível com as exigências do projeto ditatorial consolidando um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo (Ibidem, p. 8). Vale lembrar que no período entre 1964 e 1979 apenas uma diminuta camada de assistentes sociais, de fato, fez oposição ao regime anti-democrático e a maioria absoluta do corpo profissional atravessou esse período, mas palavras de Netto (2009b, p.29) “sem tugar nem mugir”.

No âmbito da profissão, as maiores forças opositoras ao Regime Militar se constituíram dentro do movimento estudantil. Muitos desses estudantes que, à época, assumiram as frentes de diretórios acadêmicos e outras instâncias organizativas estudantis e se uniram a movimentos de resistência, se tornarão a vanguarda crítica da profissão, à exemplo de José Paulo Netto, Marilda Villela Iamamoto, Maria Rosângela Batistoni, Maria Beatriz Costa Abramides, Joaquina Barata Teixeira, Vicente de Paula Faleiros, dentre muitos outros.

Netto (2009b) sinalizou que a manifestação opositiva das **instâncias e fóruns** representativos da categoria ao regime militar se dará de maneira tardia. Isso inclui o posicionamento do conjunto CFAS/CRAS que encontrava-se alinhado à ditadura, sem estabelecer nenhum tipo de resistência, significativa, até então, como pode ser verificado mesmo na configuração do Código de Ética profissional de 1975. Este documento caracteriza-se por conteúdo insuficiente no que tange às questões fundamentais da profissão. Nele há o reconhecimento de que o Estado é o gestor do bem comum, numa perspectiva neotomista e acrítica e os princípios, nele elencados, apenas reproduzem a ordem estabelecida (Oliveira; Chaves, 2017).

A alienação do CFAS frente a um posicionamento crítico diante da estrutura da sociedade capitalista, era refletida também nos CRAS. Até então, a postura do CFAS/CRAS era de uma pretensa neutralidade, além do silêncio e da omissão em face à Ditadura e de uma crítica ausente no que se refere às contradições da sociedade capitalista.

Ocorre que, se considerarmos o conjunto CFAS/CRAS como instâncias refletoras da auto-imagem e, para tanto, de uma cultura política da profissão, temos que, até o fim da década de 1960, o Serviço Social brasileiro encontrava-se impregnado de um conjunto de ideias e práticas de uma cultura social dominante de caráter liberal-conservador e, especialmente após 1964, de caráter autoritário, moralizante e disciplinador. Aqui, bebemos da água de Williams (2011) para a defesa de que, o Serviço Social enquanto profissão, reverbera, em muitos planos, o pensamento dominante hegemônico de uma época. Esse pensamento satura o tecido social de tal forma que, sob sua influência, muitas pessoas passam a compreender a realidade de sua experiência social como a própria materialização do pensamento dominante. Para tanto, há aí uma inversão na forma de compreensão da realidade que se dá não a partir do fato de o ser social ser anterior ao pensamento, mas de o próprio pensamento moldar a realidade do ser social.

Assim, se consideramos que o conjunto CFAS/CRAS assenta-se enquanto instância difusora¹⁹ da cultura profissional do Serviço Social, verifica-se que a profissão, hegemonicamente, até o fim da década de 1970, - apesar de alguns contingentes de profissionais se colocarem em oposição ao “tradicionalismo” profissional, já nessa época, tendo sido, inclusive alvos de perseguições e prisões durante o Regime Militar - não faz nenhum tipo de contestação ou crítica à realidade social brasileira, encontrando-se até mesmo, organicamente vinculada ao governo ditatorial, sendo que muitos assistentes sociais assumiram, através de indicação política, cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos. Muitos profissionais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus (Netto, 2009b, p.29).

Dessa forma, é somente no fim da década de 1970 que se constroem as condições históricas para a ruptura do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo e, para tanto, seu processo de “virada crítica”. É no contexto sócio-político nacional, de erosão da Ditadura Militar, e internacional onde a crise econômica engendrada pelo exaurimento do padrão de desenvolvimento capitalista iniciado no pós-segunda guerra, provocam um levante da classe

¹⁹ Veja que aqui utilizamos a palavra difusora e não criadora, já que consideramos que a criação da cultura profissional se dá na complexa e contraditória relação do sujeito com as diferentes matizes que permeiam o exercício profissional.

trabalhadora em defesa de seus interesses imediatos que o Serviço Social brasileiro encontrará terreno fértil para um salto no processo de virada e ruptura com o tradicionalismo da profissão.

Na passagem dos anos de 1970 para 1980 houve um significativo fortalecimento da resistência ao regime repressor e um avanço das forças democráticas. A reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos “novos sujeitos sociais” (Netto, 2005) embebeu o Serviço Social num caldo cultural e político abrindo novas perspectivas para os assistentes sociais que eram afetos à ruptura. É nesse momento que acontece o “Congresso da Virada” marcando a ruptura do Serviço Social com a base conservadora da profissão. O CFAS será tomado pela vanguarda crítica da profissão que inicia um amplo processo de articulação para uma ação estratégica em todo o país para concorrer ao pleito do conjunto CFAS/ Cras, que até 1979 encontrava-se sob a hegemonia dos setores conservadores e tecnocratas da profissão (Abramides, 2017).

A partir desse evento coletivo, massivo, da categoria, designamos emblematicamente a erupção do projeto de ruptura com o conservadorismo por sua direção social nos anos 1980 e pelo Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1990. (Abramides, 2017, p.186)

Reforçamos aqui o sentido de que a virada crítica do Serviço Social ocorrida nesse período se constroi a partir da ambiência de mobilização e lutas travadas no seio da sociedade brasileira e organização política do operariado nacional que incidirá sobre a profissão nos mais diversos espaços, inclusive, no campo acadêmico onde a “introdução do Serviço Social no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, com a criação dos primeiros mestrados na área em 1972, nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP e da PUC-RJ” (Yazbek; Bravo; Raichelis 2019, p.136), contribuiu para a ampliação da produção de conhecimento e divulgação do Serviço Social crítico com fundamentação marxista.

Como já debatemos no capítulo anterior, a virada crítica da profissão não se tratou de um momento estanque e plasmado no tempo, mas sim de um processo vivo, cambiante, atravessado por contradições, por disputas e conciliações. Muitos foram os fatores que contribuíram, influenciaram e mesmo determinaram esse processo, contudo, não se pode negar que o III CBAS foi, sem dúvida, um marco para a virada crítica do Serviço Social brasileiro. Se o processo já se encontrava em curso no interior da profissão, seja na propositura de novos aportes teóricos por parte de vários assistentes sociais, na direção política mais progressista e mais à esquerda que muitos vinham assumindo, na vinculação orgânica de diferentes atores da profissão em distintos movimentos sociais, ou seja, se o

processo já vinha se desenrolando no cotidiano da vida social, influenciado pela efervescência das lutas da época, é no III CBAS que ele mostra toda a sua envergadura e ganha ressonância pelo país.

O fim da década de 1970 demarcou uma fronteira para o Serviço Social. Ainda que essa fronteira não tenha suas linhas de divisa claras ou mesmo não se trate de uma linha divisória, podemos afirmar esse período como fronteira, na medida em que, a crítica à sociedade capitalista e a defesa dos interesses da classe trabalhadora se tornam hegemônicos na profissão. A partir dali, as instâncias de organização política da profissão e difusoras da cultura política profissional foram encharcadas pelo posicionamento crítico e contestatório do Serviço Social tradicional. O conservadorismo foi perdendo espaço, pouco a pouco, nas instâncias de organização profissional.

Reforçamos que não se trata de uma visão ingênua que afirma a superação do conservadorismo profissional dos assistentes sociais, a partir desse marco histórico. Sabemos que o projeto profissional está e estará em disputa por diferentes direções, assim como o próprio projeto societário como um todo. Todavia, há que se reconhecer o papel indelével desse momento histórico e da sua importância para o Serviço Social brasileiro, no que diz respeito ao giro profissional em direção à luta pelos interesses das classes subalternas e, na compreensão do significado social da profissão. Como afirma Netto (2006, p.3)

É neste contexto que o histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro, tantas vezes reciclado e metamorfoseado, confrontou-se pela primeira vez com uma conjuntura em que a sua dominância no corpo profissional (que, sofrendo as incidências do “modelo econômico” da ditadura, começa a reconhecer-se como inserido no conjunto das camadas trabalhadoras) podia ser contestada – uma vez que, no corpo profissional, repercutiam as exigências políticas e sociais postas na ordem do dia pela ruptura do regime ditatorial.

Para tanto, em se tratando de processo em movimento, a virada irá se desenrolar ao longo da década de 1980 e sua fase mais madura acontecerá na década de 1990 (e ainda em curso...).

A seguir, nosso objetivo é adentrar nos anos de 1980 e realizar a análise documental do conjunto para que possamos perceber como se deu a direção política destas instâncias. Orientamos que estes documentos se tratam de materiais dos próprios conselhos, tanto o CFESS como o CRESS - MG que serão analisados minuciosamente, na intenção de identificarmos as formas de organização e consolidação da cultura política profissional, especialmente no que tange o processo de virada crítica.

3.2.2 - O conjunto CFESS/CRESS e sua importância na consolidação da cultura política profissional na “virada crítica” do Serviço Social brasileiro - rompendo e avante!

De antemão, esclarecemos que o acervo documental do CFESS e do CRESS-MG possuem uma significativa gama de documentos que foram se somando ao longo de décadas de existência destas entidades. Contudo, os documentos não são de fácil análise, visto que, muitos são redigidos à mão e possuem ainda informações incompletas, o que dificulta muito o trabalho de pesquisa. O contato com a documentação do CFESS foi realizado através de documentos digitalizados que foram enviados por e-mail, com a permissão dos atuais Conselheiros do CFESS que compõem a gestão do triênio 2023-2026. Já a documentação do CRESS-MG foi acessada pessoalmente pela pesquisadora, assim como a documentação do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais (que se encontra em poder do CRESS-MG), visto que, a mesma compõe a atual diretoria do CRESS-MG na condição de 2ª Secretária²⁰.

A opção pela análise documental se deu em razão de que a pesquisa através de documentos permite extrair um conjunto de informações, bem como, identificar o contexto social e histórico em que o documento é produzido. Minayo (2009, p. 14) afirma que as Ciências Sociais “[...] abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados”. Desse modo, nos parece que o documento escrito constitui uma fonte muitíssimo instrutiva para todo pesquisador nas ciências sociais. Não se pode prescindir-lo em qualquer análise referente a um passado relativamente distante, uma vez que não é raro que ele seja um dos poucos vestígios da atividade humana em determinadas épocas e ao mesmo tempo, ele continua como testemunho material de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008).

A década de 1980 irá marcar uma significativa mudança de direção política nas entidades da categoria, principalmente nos CRAS a partir de 1981 e no CFAS a partir de 1983 quando foi eleita uma chapa de direção de centro-esquerda e cujo mandato teve como marco a promulgação do Código de Ética de 1986 que propõe o compromisso do Serviço Social com a perspectiva da defesa dos interesses da classe trabalhadora (Yazbek, Bravo, Raichelis, 2019). Essa década inaugura “a travessia para a *maioridade intelectual e profissional dos assistentes*

²⁰ Mesmo compondo a atual diretoria do CRESS-MG, a liberação dos documentos por parte da entidade para que a pesquisa pudesse ser realizada, passou pela aprovação do Conselho Pleno.

sociais para a sua cidadania acadêmico-política” (Bonetti, [et.al.](#) 2001, p.90). Essa evolução e amadurecimento intelectual da profissão foram resultado da inserção de boa parte da categoria profissional nas lutas mais amplas pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social. “Foi esse processo que gerou o alicerce sociopolítico que tornou possível e necessária aquela maturação cívico-profissional na área do Serviço Social expressa no seu processo de renovação. (Ibidem, p. 91)

É necessário resgatar que a conjuntura nacional marcada, à época, por um processo de redemocratização política em decorrência do acirramento das lutas operárias e do esgotamento do regime militar que já se encontrava em declínio desde meados da década de 1970, aliados à reabertura de diversos espaços organizativos dos trabalhadores e à renovação teórico-metodológica, ética e política do Serviço Social brasileiro, configuraram-se como determinações decisivas para impulsionar transformações no interior da categoria profissional e, conseqüentemente, no âmbito dos conselhos de fiscalização profissional. Outro fator importante é que a formação profissional se consolida no ensino de pós-graduação e a produção científica que cresce quali e quantitativamente, neste período, bem como as atividades de pesquisa afirmam-se nessa área, até mesmo em função da modificação curricular ocorrida em 1982, com a inserção de currículo mínimo para os cursos de graduação (Bonetti, [et.al.](#), 2001).

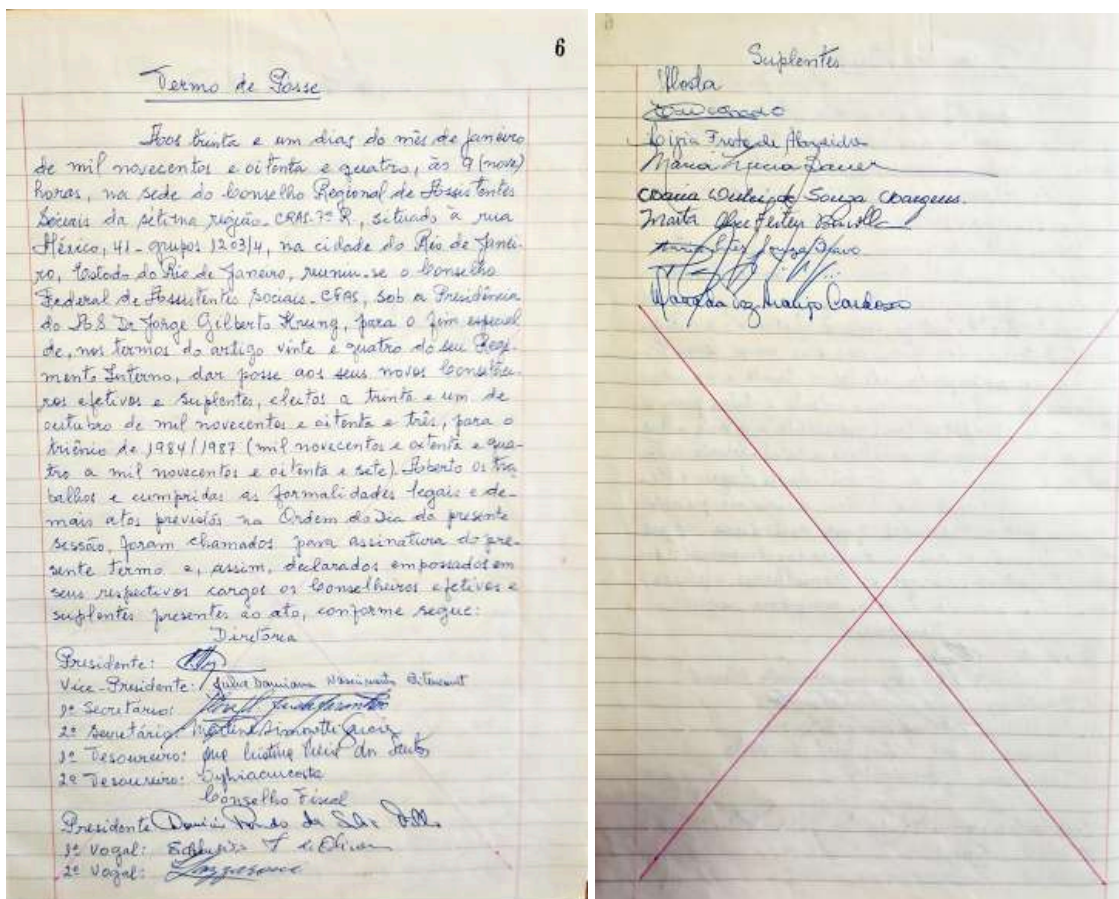
Por conseguinte os CRAS e o CFAS passaram a incorporar, em sua composição, assistentes sociais com perfil mais crítico, militantes, oriundos do movimento sindical, o que contribuiu de forma decisiva para a redefinição de suas diretrizes, orientando-as na perspectiva da democratização das relações internas e do fortalecimento da articulação com as demais entidades representativas da categoria em âmbito nacional, notadamente a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Ramos, 2005, p.127).

Os Conselhos que até então eram caracterizados por um perfil conservador, controlador, repressivo, corporativo e burocrático, tendo como princípio uma concepção de fiscalização pautada pela dimensão meramente punitiva, passaram a incorporar profissionais oriundos/as dos movimentos mais progressistas da sociedade, contribuindo para a redefinição de suas diretrizes, na perspectiva, especialmente, da democratização das suas relações internas e de sua articulação com as outras entidades nacionais do Serviço Social. (CFESS, 2016, p.1). A conjuntura nacional de redemocratização política, com a reabertura de diversos espaços organizativos dos/as trabalhadores/as, bem como a renovação profissional pela qual passava o

Serviço Social, foram decisivos para marcar tal mudança na esfera dos conselhos de fiscalização profissional.

Neste sentido, em 31 de outubro de 1983 foi eleita a nova diretoria do CFAS para assumir a direção da entidade no triênio de 1984-1986. Os novos conselheiros eleitos que assumiram em 31 de Janeiro de 1984 foram: Yelson José Luzano, presidente; Julia Damiana Nascimento Bittencourt (BA), Vice-presidente; Flora El-Jaick Maranhão (RJ), 1ª Secretária; Marlene Simonetti Garcia (ES), 2ª Secretária; Ana Cristina de Souza Vieira (PE), 1ª Tesoureira; Sylvia César Martins Costa (MG), 2ª Tesoureira. O Conselho fiscal teve como titulares os assistentes sociais: Presidente - Domício Rosendo da Silva Filho (RN) 1ª- Vogal - Edelweiss Falcão de Oliveira (PA) 2ª-Vogal - Lia Brun Lazzaroni (RS). Na suplência do CFAS inicialmente ficaram: Sandra Maria Torres da Costa (MA), Maria da Paz Araújo Cardoso (PA), Ednéia Maria Machado (PR), Maria Lucia Bauer (SP), Maria Dulcí de Souza Marques (SP), Paulo Roberto de Aguiar Lopes (AM), Maria Inês Souza Bravo (RJ) e Marta Alice Feiten Buriolla (SP), sendo os três últimos suplentes do Conselho Fiscal, conforme consta no Termo de Posse, cuja cópia se encontra na FIGURA 2 logo abaixo:

IMAGEM 2 - TERMO DE POSSE DIRETORIA CFAS - 1984-1987

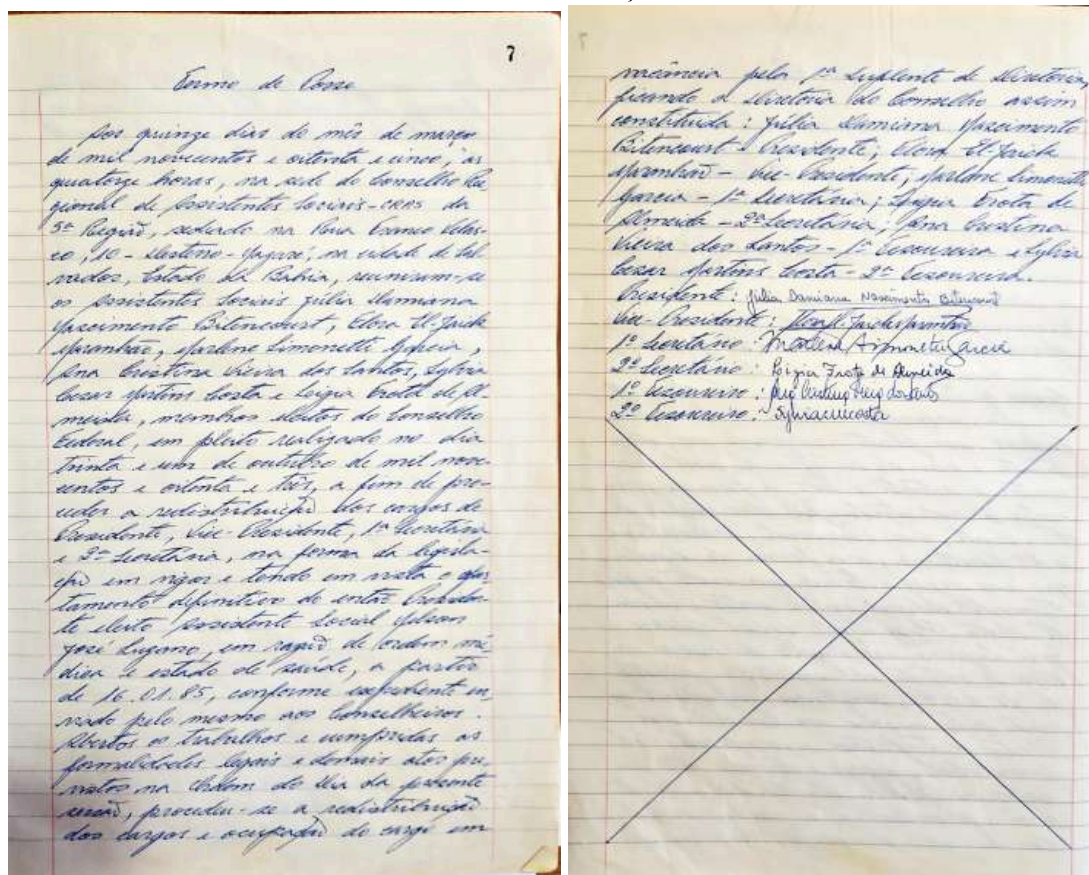


FONTE: ACERVO CFESS

Em 15 de março de 1985 o CFAS foi recomposto em razão do afastamento definitivo do então presidente em razão de ordens médicas e permaneceu com a seguinte composição, conforme mostra a FIGURA 3: Presidente - Júlia Damiana Nascimento Bitencourt (BA); Vice – Presidente - Flora El-Jaick Maranhão (RJ); 1ª- Secretária - Marlene Simonetti Garcia (ES); 2ª - Secretária - Ligia Frota de Almeida (AL); 1ª - Tesoureira - Ana Cristina de Souza Vieira (PE) e 2ª - Tesoureira - Sylvia César Martins Costa (MG).

A grande maioria dessas profissionais que assumiram a direção do CFAS vinham de uma trajetória de militância, como é o caso de Flora El-Jaick que atuou junto ao movimento estudantil na UNE e também fez parte da Ação Popular no período da ditadura e no Programa Nacional de Alfabetização (PNA) além da atuação orgânica junto à sindicatos de trabalhadores rurais (Maranhão, 2024). Sandra Maria Torres da Costa esteve à frente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Maranhão na década de 1980 (CRESS - MA, 2019), Maria Inês de Souza Bravo, que se destacou como grande militante da Reforma Sanitária no Brasil, dentre outras.

IMAGEM 3 - TERMO DE POSSE DE RECOMPOSIÇÃO DE DIRETORIA CFAS 1984-1987



FONTE: ACERVO CFESS

Essa mudança de rota do CFAS a partir de 1983 é reflexo de uma nova perspectiva profissional que se encontrava em processo de construção e amadurecimento e que vinha sendo forjada desde a década de 1960. Como já enfatizado em alguns parágrafos acima, o cenário societário em que o Brasil se encontrava na década de 1980 proporcionou solo fértil para essa transformação.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (Netto, 2006, p. 10).

O CFAS operou, ainda nesse período, uma importante redefinição na estruturação das atividades de fiscalização profissional. Foram instituídas as comissões de fiscalização, proporcionando a abertura de vias de comunicação com as bases, através de fiscalizações institucionais (Ramos, 2005). Duas outras questões importantes marcaram a segunda metade da década de 1980. A primeira foi a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, que representou um enorme avanço no sentido de afirmação da direção profissional na defesa das lutas mais gerais e dos interesses da classe trabalhadora.

Sobre o Código de ética Profissional de 1986, nos detemos aqui para enfatizar a importância que este documento tem como baliza do Projeto ético-político profissional que se desenhava na profissão. Esse documento foi fruto do amadurecimento teórico, acadêmico e político acumulado pela profissão ao longo das décadas anteriores e representou uma ruptura com as bases que, historicamente sustentaram a prática profissional do Serviço Social cunhadas numa “concepção abstrata e ahistórica dos valores, na defesa de uma pretensa neutralidade política, num conservadorismo ético-político e numa tendência à moralização da questão social.” (Barroco, 2017, p.178). Sua construção foi realizada em um movimento coletivo e contou com a contribuição de outras entidades da categoria à exemplo da ABESS/ABEPSS, por exemplo.

Entendendo que o Código de Ética Profissional não se refere aos valores do Serviço Social, mas sim, aos valores incorporados pelo Serviço Social em determinada época e em determinado contexto social (Barroco, 2017), o de 1986 incorporou em seu texto a problemática social imposta pelo modo de produção capitalista. Tal incorporação não se deu somente no viés da mera negação e denúncia ao tradicionalismo profissional mas, especialmente, no trato efetivo dos dilemas e impasses tanto do arcabouço teórico quanto do efetivo exercício profissional (Bonetti, et al, 2001). O Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986 refletiu a cultura política profissional hegemônica neste período,

embebida numa prática social voltada para novos valores de novos sujeitos coletivos com uma vontade política voltada para a construção de novas relações sociais (Iamamoto, 2001, p. 93), imperando uma perspectiva humana emancipatória.

Inserido neste movimento, a categoria de assistentes sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva histórica e acrítica, onde os valores são tidas como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria, através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (CFAS, 1986, p. 07)

É importante destacar que esse processo vivido dentro do conjunto não se deu sem conflitos e disputas. Barroco (2009) afirma que os embates políticos mais expressivos entre os setores conservadores e as vertentes de ruptura se deram nos momentos de reformulação tanto do Código de Ética de 1986 quanto no de 1993. Segundo a autora: “Estavam em oposição nesses contextos, modos de ser éticos e políticos buscando conservar e romper o *ethos* tradicional do Serviço Social, embora a tensão ética e política não se explicitasse como total” (Barroco, 2009, p.33). O que se verificava nos embates era o fato de a vertente conservadora ser fortemente contrária à politização profissional que confrontava-se diretamente com a dita “neutralidade” do Serviço Social, já a vertente de ruptura combatia veementemente o tradicionalismo profissional, defendendo a politização da profissão e o compromisso com os interesses gerais da classe trabalhadora.

Pensando em termos de cultura política profissional, a partir do exposto, podemos afirmar que “o divisor de águas entre a ruptura e a oposição conservadora é o caráter de classe do compromisso político afirmado pela vertente progressista” (Barroco, 2009, p.35). Em termos mais objetivos, a reformulação do Código de Ética de 1986 demarcou uma superação inédita na profissão: inaugurou o primeiro código de ética, desde que o Serviço Social se institucionalizou, que, a partir do marxismo, afirmou seu compromisso histórico com os sujeitos de sua intervenção - a classe trabalhadora (Ibidem).

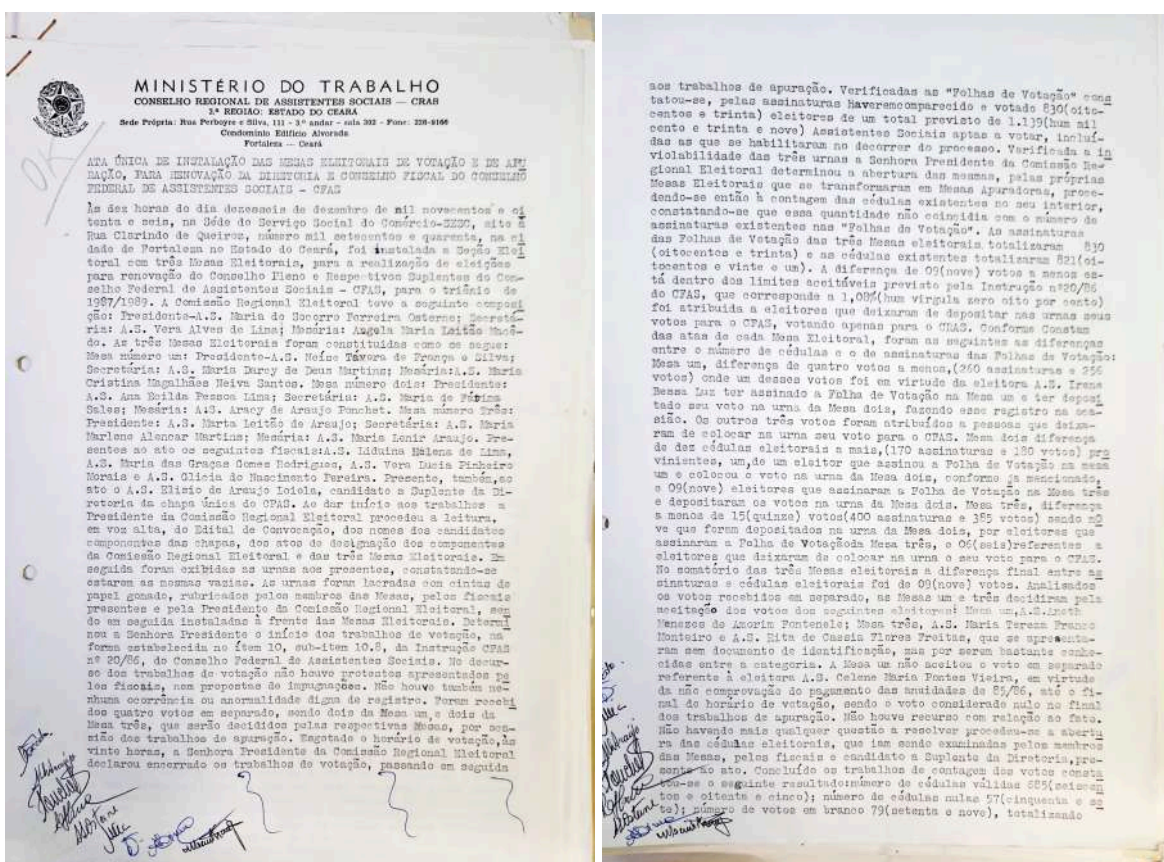
É na efervescência política, acadêmica, teórica, sindical e organizativa que se construiu o Código de Ética Profissional de 1986, no fórum do conjunto CFAS/CRAS, em que, pela primeira vez, os participantes têm a hegemonia marxista e a possibilidade de ruptura com o conservadorismo. (Abramides, 2016, p.468)

A segunda questão importante para o CFAS na segunda metade dos anos de 1980 refere-se à realização das primeiras eleições, livres e diretas com voto não obrigatório, para o Conselho Federal (CFAS), que aconteceram nos últimos dias de 1986, para a composição do

triênio 1987-1989 que representava a consolidação do processo de democratização da entidade (Ramos, 2005, p.128).

As eleições ocorreram em 16 de dezembro de 1986, em Fortaleza, Ceará e a ata abaixo registra a instalação das mesas regionais eleitorais de votação e apuração para a eleição de renovação da Diretoria e Conselho Fiscal do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) para o triênio 1987/1989. De acordo com o documento, foram registrados 830 eleitores votantes de um total de 1.139 aptos, A apuração totalizou 840 votos, sendo 702 votos válidos atribuídos à chapa única concorrente na época.

IMAGEM 4 - ATA DE INSTALAÇÃO DA MESA REGIONAL ELEITORAL DO CFAS TRIÊNIO 1987-1990



821(oitocentos e vinte e um) votos. A Comissão Regional Eleitoral apurou em seguida 19(dezenove) votos por correspondência recebidos até vinte horas. Examinadas as sobrecartas menores, de cor amarela, já separadas das sobrecartas brancas que continham votos de CFA3 e estando em conformidade com as normas previstas, foi determinada a sua abertura e feita a contagem dos votos que revelou o seguinte resultado para o CFA3: 17(dezenove) votos válidos, 01(um) voto nulo e 01(um) voto em branco. Somando-se esses votos aos apurados nas três Mesas Eleitorais, constatou-se o seguinte resultado: 702(setecentos e dois) votos válidos, 58(cinquenta e oito) votos nulos e 80(oitenta) votos em branco, totalizando 840(oitocentos e quarenta) votos. Havendo apenas uma chapa concorrente o total de 702(setecentos e dois) votos válidos foram atribuídos a essa chapa. Os trabalhos de apuração transcorreram em ordem e não foram apresentados protestos ou recursos perante as Mesas. Cumpridas, assim, todas as formalidades e concluídos os trabalhos de apuração às vinte e duas horas e dez minutos, foi lavrada esta ata que, lida e aprovada, é assinada pela Presidente da Comissão Regional Eleitoral, demais membros dessa Comissão, membros das Mesas Eleitorais e fiscais presentes.

Portaleza, 15 de dezembro de 1986

Maria do Socorro Lemos Oliveira
Presidente da C.R.E.

João Alves de Almeida
Secretaria da C.R.E.

Angela Maria Pinto de Sá
Membros da C.R.E.

Membros das Mesas Eleitorais e Fiscais

Uiracy de Araújo Pouchet

Marta Maria Leite de Araújo

Edson de Fátima de Almeida

João Carlos Pinheiro de Moraes

Uiracy de Fátima de Almeida

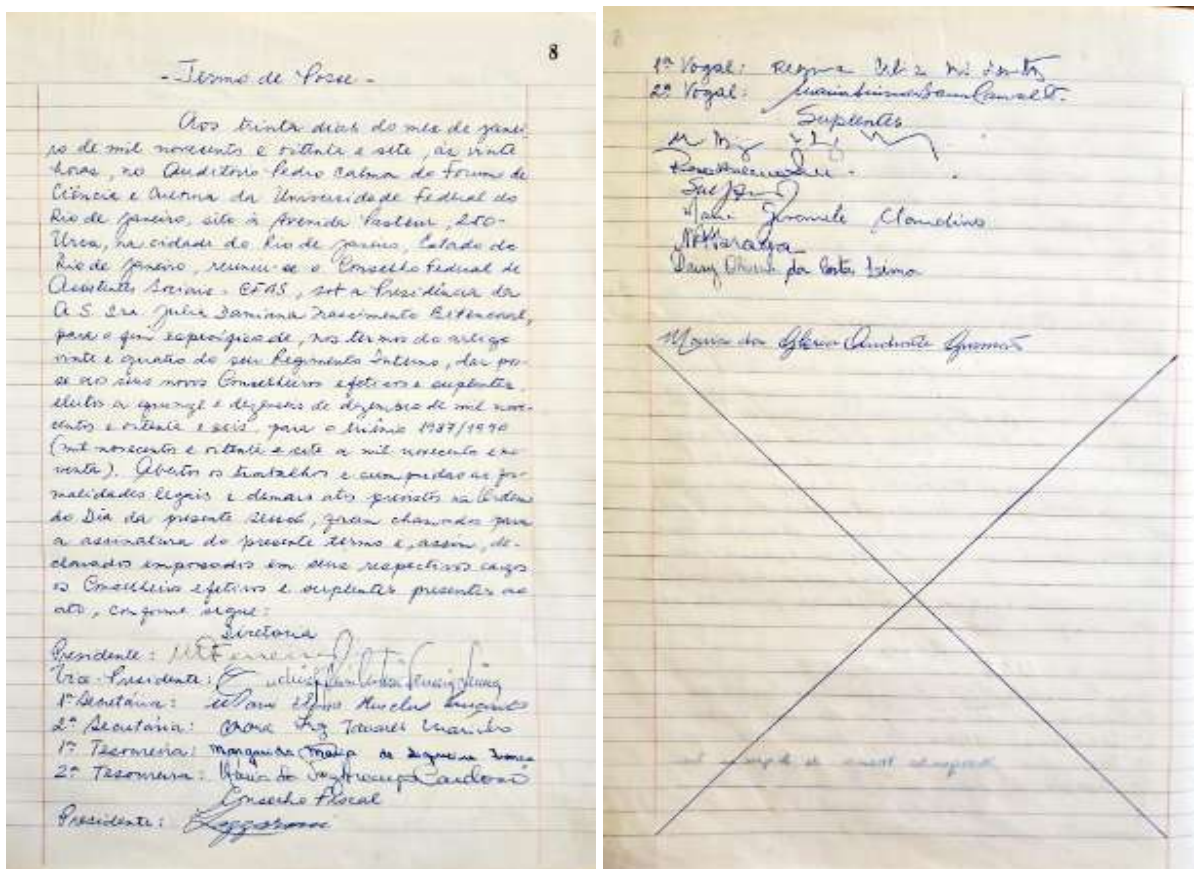
Sina Ceilde Pessoa de Almeida

Uiracy de Fátima de Almeida

FONTE: ACERVO CFESS

Assim sendo, no dia 30 de janeiro de 1987 foi dado posse à primeira mesa diretora do CFAS eleita por voto direto da categoria, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião foram eleitos para a composição do CFAS os assistentes sociais, conforme o termo abaixo, tendo como presidente a Assistente Social Maria de Fátima de Azevedo Ferreira:

IMAGEM 5 - TERMO DE POSSE DO CONSELHO PLENO DO CFAS TRIÊNIO 1987-1989



FONTE: ACERVO CFESS

Se os anos 1980 demarcaram a virada crítica e a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, é nos anos 1990 que essa cultura político-profissional se consolida. No fim dos anos de 1980 o Brasil irá viver seu período de redemocratização e em 1988 será promulgada a Constituição Federal de 1988 que ficou conhecida como a “Constituição cidadã”. O cenário de efervescência e luta política do fim da década de 1980 contribuiu para a conquista de significativos direitos para a classe trabalhadora, constitucionalmente reconhecidos. Os assistentes sociais participaram ativamente do debate sobre a elaboração da constituinte, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, especialmente da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993).

Contraditoriamente, vale lembrar que o Brasil, na entrada dos anos de 1990, logo após os avanços alcançados na CF 1988, vai sofrer um forte impacto no cenário político e econômico com a incidência e aprofundamento do neoliberalismo. Assiste-se a uma profunda inflexão na política econômica do país, produto do contexto internacional marcado pela globalização. O Brasil se insere nesse cenário internacional de maneira passiva e subordinada. A dívida estatal herdada do período em que o país viveu em regime militar, impôs medidas fiscais como a abertura comercial, imposta pela política neoliberal, a

desnacionalização do parque produtivo, além de uma especialização da produção brasileira, fazendo com que o país volte à divisão internacional do trabalho dos anos 1930, isto é, um país exportador de bens intensivos em mão-de-obra e de recursos naturais e importador de bens intensivos em tecnologia e de capital (Vazquez, [et.al.](#) 2016).

É importante destacar que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as primeiras eleições diretas aconteceram num contexto de disputa eleitoral entre candidatos com projetos, radicalmente diferentes, de um lado Luiz Inácio Lula da Silva que trazia pautas relativas aos direitos dos trabalhadores, e do outro Fernando Collor de Mello com a promessa de "Caçar os Marajás". O processo eleitoral na época foi bastante conturbado e influenciado diretamente pela burguesia e pela mídia brasileira (Ferrarez, 2022).

A vitória de Fernando Collor em 1989 foi, decisivamente, importante para a retomada do poder político da supremacia da burguesia nacional, visto que, ele adotará as recomendações de ajuste fiscal e de abertura comercial, dadas pelo Consenso de Washington.

Assim, a política econômica nos dois anos de governo Collor pautou-se por uma adequação destrutiva ao reordenamento mundial. Não houve qualquer ação mais ousada em relação ao problema do endividamento, sem o que é impensável uma perspectiva de investimento e de crescimento, somando elementos ao processo de desarticulação progressiva do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, em especial na capacidade do setor público. Cano (1994: 54-55) faz uma síntese da política econômica de corte neoliberal que Collor imprimiu: na política antiinflacionária, evitou a hiperinflação por algum tempo, mas sem sustentabilidade; implementou uma reforma administrativa desastrosa, sob o argumento de diminuir o setor público, desarticulando-o; seu plano de privatização foi desenhado sem objetivos consequentes; realizou uma liberação comercial voluntarista, sem medir o impacto sobre a diversificada e complexa estrutura industrial brasileira; e cortou subsídios agrícolas que levaram o caos à safra 1990-91. (Behring, 2003, p. 41)

Inúmeras denúncias de corrupção foram realizadas durante o governo Collor o que acabou resultando em um processo de impeachment e, consequentemente, derrubando o primeiro presidente eleito por voto direto após a promulgação da Constituição. Dois anos após sua posse (1990), o ex-presidente deixa o governo marcado por escândalos, corrupção e isolamento político. Além de não recuperar a legitimidade governamental abalada desde a ditadura militar, o governo Collor de Mello aprofundou ainda mais a crise política que o país vivia desde os anos de 1970 (Oliveira, 2011). Sendo assim, assume o governo o então vice-presidente, Itamar Franco (1992-1994). O governo Itamar teve um forte recorte populista, clientelista e assistencialista, com parcos no que se refere a legislação social (promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social). O mais significativo em seu governo

foi a implementação do plano Real juntamente com seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Ferrarez, 2022).

O governo de Itamar foi ainda responsável pela redução de recursos que eram originalmente previstos para a área social, aprovando a desvinculação de receitas. Esse mecanismo, que tomou o nome à época de Fundo Social de Emergência, foi mais tarde rebatizado como Fundo de Estabilização Fiscal e hoje é conhecido como Desvinculação de Receitas da União (DRU) (Druck; Filgueiras, 2007, p. 29 *apud* Ferrarez, 2022).

A partir de 1995, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), eleito para a partir de uma coalizão liderada pelo PSDB e pelo PFL, alçado pelo sucesso do Plano Real. O governo FHC ficou marcado, especialmente pela sua orientação neoliberal, de recorte clientelista, balizada na eficiência do Estado. A prioridade da agenda governamental foi a economia e a “reforma gerencial do Estado”, especialmente no que se refere à estabilidade da inflação que já era muito instável desde os anos de 1950. Dessa forma, O Plano Diretor da Reforma do Estado fomentou a depreciação do setor público e superdimensionou o mercado financeiro (Oliveira, 2011). O projeto “Reformista” do então presidente foi capitaneado pelo grande capital internacional, inaugurando uma nova ofensiva contra os direitos sociais conquistados em 1988.

Amparado pela popularidade e legitimidade adquiridas nas urnas, o novo Presidente inicia o seu governo organizando uma ampla reforma nas políticas e nos aparelhos do Estado pretendendo reduzir o “custo Brasil”, solucionar a crise da economia brasileira e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada (Cardoso, 1998). Com esse objetivo, enquanto empreende uma luta ideológica que apresenta os direitos sociais como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico, promove a desregulação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas. (Silva, 2001, p.84)

Nesse mote, a ofensiva neoliberal avançou cada vez mais sobre os direitos conquistados pelas lutas da classe trabalhadora infringidas nas três décadas anteriores. Um dos principais aspectos da política neoliberal é que sua incidência não se deu apenas no campo político-econômico, mas se embrenhou na trama societária atingindo, através do campo ideológico, a consciência coletiva social com a valorização do individualismo e por consequência a negação dos projetos coletivos, promoveu um profundo ataque às organizações dos trabalhadores, a demonização do poder público pelo discurso da ineficiência e a necessidade de enxugamento da máquina pública, levando ao aprofundamento da lógica da mercantilização dos direitos sociais.

A partir da segunda metade dos anos de 1990 o quadro social brasileiro, sob comando de FHC foi marcado pelo alto índice de desemprego e o aprofundamento da pobreza. A agenda governamental impulsionou a reestruturação produtiva com leis que restringiram os direitos trabalhistas, como por exemplo, a do contrato de trabalho por tempo determinado, a lei das terceirizações, além do incentivo às demissões dos servidores públicos pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) (Silva, 2018).

Mas a contrarreforma do Estado brasileiro não parou por aí, realizou-se ainda um amplo processo de privatização das empresas estatais, imprimindo no seio da administração pública modelos gerenciais de bases mercadológicas. Outro retrocesso em relação à CF 1988 foi a legalização das transferências orçamentárias para as Organizações Sociais de Interesse Público (Oscip's), com o discurso da solidariedade e da necessidade de participação social. As políticas de educação, Saúde, Previdência e Assistência Social foram duramente atacadas, além do reforço da invasão do mercado sobre os direitos sociais.

O modelo neoliberal do governo FHC se expressou pela fiel observância/obediência às diretrizes do Consenso de Washington, pelos acordos com o Fundo Monetário Internacional, em torno da política econômica de austeridade fiscal, além de obediência às diretrizes do Banco Mundial (Silva, 2018, p.136). Do ponto de vista das políticas sociais, além do desmantelamento das mesmas, houve ainda um movimento de desresponsabilização do Estado no que tange às garantias a direitos sociais básicos da classe trabalhadora, além de uma valorização do papel do terceiro setor na prestação de serviços sociais públicos numa clara ofensiva à própria ideia de proteção social.

Paralelo à este quadro social, o Serviço Social na entrada da década de 1990 encontra-se num processo de amadurecimento teórico, apropriando-se com mais rigor e qualidade da teoria social crítica, principalmente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, cujas pesquisas e estudos sobre a profissão encontravam-se em expansão em todo o país. Para tanto, se afirmamos que a cultura profissional é reflexo da sociedade onde tal profissão se insere, o Serviço Social vinha de um processo de acúmulo teórico e, principalmente político, dada a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho em maior número no âmbito do Estado e, especialmente, sua aproximação e vinculação à diferentes frentes de luta social desde três décadas anteriores, além das influências do Movimento de Reconceitualização Latino-americano (como já aqui discutido).

Neste período (anos de 1990) o debate nos diferentes espaços de organização política da profissão, como conjunto CFAS/CRAS, ABESS, Sindicatos e outros, se concentrou na discussão, posicionamento e luta contra o neoliberalismo (Abramides, 2016). Esse debate

esteve (e está ainda) presente na agenda política das entidades representativas da categoria, não sendo diferente no CFAS. Sendo assim, historicamente as entidades foram se constituindo como espaços de debates teórico-políticos, bem como de lutas e direcionamentos conjuntos que colocaram em cena os limites e contradições da sociedade burguesa. Dessa forma, tanto o CFAS quanto às demais entidades contribuíram para a construção do projeto ético-político profissional que irá se consolidar e assumir a hegemonia na profissão nos anos de 1990. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que a ação política e o protagonismo destas entidades, e aqui nos interessa, especialmente, o CFAS, contribuíram para a construção, visibilidade e espraio do projeto ético-político profissional amadurecimento neste período (Ramos, 2005, p.78).

É válido destacar que a chapa eleita para a composição do CFAS em 1990, para o triênio 1990-1993 foi composta por assistentes sociais que estavam na vanguarda da direção crítica da profissão. Como se pode observar na Figura 6, a chapa foi composta pelos assistentes sociais: Presidente, Marlise Vinagre Silva - RJ; Vice-Presidente Umbelina Maria Urias Novais - PE; 1ª Secretária, Laura R. M. F. Lemos Duarte - DF; 2ª Secretária, Eda Gomes de Barros Lima - DF; 1ª Tesoureiro, Carlos Magno Nunes - RS; 2º Tesoureira, Valéria Maria de Massarani Gonelli - GO; já no Conselho fiscal permaneceram Maria Isabel Nobre Fernandes - SP, Clarissa Andrade Carvalho - SE, Maria Lúcia da Fonseca - RN. A chapa contou ainda como conselheiras suplentes as assistentes sociais Maria Inês Bertão - SP, Dilséa Adeodata Bonetti - SP, Maria Carmelita Yazbek - SP, Maria da Graça Soares Prola - AM, Lina Sandra Ferreira de Lemos - MG, Célia Maria Campos - SC, Eliana de Oliveira - GO.

Vários desses profissionais vinham de uma trajetória profissional vinculada à militância política e também à atividades acadêmicas, como é o caso da presidente, Marlise Vinagre Silva, foi professora da UFRJ; Carlos Magno Nunes, que já havia sido presidente do CRAS - RS; Clarissa Andrade Carvalho, que mais tarde (1996) se tornaria professora da UFPE; além de Maria Carmelita Yazbek e Dilséa Bonetti, grandes intelectuais da profissão.

Profissional de 1986, entendendo que o documento anterior possuía “uma série de lacunas devido ao pouco amadurecimento teórico-filosófico que pudesse discernir a dimensão ética da dimensão política da profissão, que se articulam, mas possuem natureza própria” (Abramides, 2016, p.468). Esta pauta entrou na tarefa do dia para a gestão (1990-1993) que em novembro de 1992, articulou o II Seminário Nacional de Ética, envolvendo, além do conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ANAS e a SESSUNE. A Comissão que elaborou a proposta do novo Código era composta pela presidente do CFESS, Marlise Vinagre, pelo professor José Paulo Netto e pelas professoras Maria Lucia Barroco, Beatriz Paiva, Mione Apolinário e pela assessora jurídica Sylvia Helena Terra (Barroco, 2023). O processo de aprovação contou com a ativa participação de assistentes sociais de todo o território nacional, que assegurou este novo Código (1993), produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressando as aspirações coletivas dos/as profissionais brasileiros/as (Brasil, 2012, p.21).

Em 1993 o atual Código de Ética Profissional é aprovado. O mesmo representou alguns avanços teóricos em relação ao documento de 1986, uma vez que a categoria já vinha entendendo, desde o fim da década de 1980, a necessidade de revisão deste último (Ibidem). Assim, o Código de 1993 reafirmou os valores fundantes, como a defesa da liberdade e a justiça social, tomando a democracia como valor ético-político central. Dessa forma, tratou de objetivar de forma mais rigorosa as implicações dos princípios conquistados e plasmados no documento de 1986, fundando mais adequadamente os seus parâmetros éticos, permitindo uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional (Brasil, 2012, p. 22).

A aprovação do novo Código de 1993 ganhou impulso no interior das lutas por direitos repercutindo em uma série de debates nacionais, promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS e pelas demais entidades: ABEPSS, ANAS e ENESSO, com a participação massiva da categoria profissional. Este processo, revelou a luta pela hegemonia entre projetos profissionais e sociais no interior do Serviço Social, evidenciando as tendências que buscavam preservar as conquistas do Código de 1986 e as que pretendiam a sua regressão. (Barroco, 2023, p.15)

Ainda neste mesmo ano foi sancionada a lei de regulamentação da profissão, Lei 8662/1993, a partir de um acúmulo e amadurecimento sobre as atribuições privativas e competências profissionais, que já vinham sendo revistas e reconstruídas nas três últimas décadas anteriores. Neste sentido, a lei reconhece o exercício profissional das/os assistentes sociais brasileiras a partir de uma visão e compreensão de mundo mais crítica. Consolidada e balizada pelas bases teóricas e políticas do Serviço Social pós movimento de reconceitualização/renovação, a regulamentação possibilitou uma maior compreensão do papel

do assistente social tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista político, ao reafirmar a direção social dos compromissos com o processo de redemocratização da sociedade brasileira (CRESS-SE, 2023).

Destarte, as discussões, deliberações e ações do Conjunto CFAS-CRAS passam a ter congruência com as concepções políticas e profissionais construídas e implementadas coletivamente nos anos de 1980 e aprofundadas na década de 1990, com a direção dos princípios fundamentais que balizam o projeto ético-político do Serviço Social presentes no Código de Ética, aprovado em 1993. Este novo desenho da entidade é reproduzido, dentre outras questões, pela alteração, em 1993, do nome da entidade de CFAS-CRAS para CFESS-CRESS, a partir da nova Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93. Tal modificação revela uma direção que rompe com o corporativismo profissional, entendendo que os Conselhos existem para defender a profissão e não os assistentes sociais (CFESS, 2016, p.2). Dessa forma a Lei 8662/93 demonstra em seu artigo 6º:

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). (Brasil, 2012)

Estes diferentes instrumentos normativos da profissão o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, somados as Diretrizes Curriculares de 1996 que serão aprovadas pela ABEPSS, comporão o arcabouço direcionador do que se convencionou chamar de Projeto Ético-político do Serviço Social (PEP), ou seja, um projeto profissional, hegemônico no seio da profissão, que assumiu um compromisso histórico com as classes subalternas e com a construção de uma nova ordem societária. Netto (2006, p.4) pontua que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização

compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

A partir destas indicações, inferimos que o conjunto CFESS/CRESS, juntamente com as demais entidades representativas da categoria, se constituem como *locus* privilegiado de organização política dos assistentes sociais, bem como de formação e espraio da cultura político-profissional. O conjunto, por seu legado histórico, vem, ao longo dos últimos 40 anos, mais especificamente, articulando, aglutinando, construindo e fortalecendo a identidade da profissão a partir de uma perspectiva crítica da sociedade capitalista. Não sem disputas, não sem contradições, não sem atropelos, mas numa marcha contínua de luta pela defesa dos princípios éticos e políticos da profissão. Convocando os assistentes sociais não só a se somarem às diferentes lutas pelos interesses mais gerais das classes subalternas, mas também os convocando a rever, reconfigurar e reequacionar as rotas da profissão quando esta colide com a liberdade e a radicalidade democrática.

O conjunto CFESS/CRESS no última década do século XX e início do século XXI se constituiu como um nicho preponderante de organização dos assistentes sociais, promovendo diversos espaços de articulação e discussão dos mais diferentes temas que atravessam o cotidiano profissional, além da constante construção/consolidação do Projeto profissional. Especialmente, a partir do início da década de 1990 quando o Serviço Social braisleir faz sua opção histórica em se organizar sindicalmente através de sindicatos por ramos e não mais por categoria, o CFESS, juntamente com os CRESS irão protagonizar a organização política dos Assistentes Sociais, no Brasil, “a partir de dentro”.

O quadro sócio-histórico brasileiro pós-anos 1990 ficou marcado por dois fatores importantes situados no contexto de crise e rearranjo do capitalismo global financeirizado: a era de acumulação flexível e os ajustes estatais neoliberais que passarão a vigorar como regra desde então com poucas possibilidades de respiro para a classe trabalhadora (Duriguetto, 2014, p. 178). Neste sentido, essa conjuntura é marcada também pela regressividade das organizações e das lutas da classe trabalhadora, seja no campo sindical, seja dos movimentos sociais, num processo que tem implicações não apenas nas organizações e lutas coletivas, como também acirram a fragmentação no nível objetivo das relações de trabalho e no plano da consciência de classe tendo como consequência a dessolidarização de classes (Mattos, 2009, *apud* Duriguetto, 2014, p. 180).

Tal cenário não se assentou sem resistência. Muitas têm sido as formas organizativas de luta e, em se tratando de Brasil, temos os exemplos do que foi as jornadas de junho, o aumento no número de greves pelo país e diferentes formas de organização e reivindicação da

classe trabalhadora brasileira (Duriguetto, 2014). Neste plano, o Serviço Social tem se organizado politicamente através de suas diferentes entidades representativas como a ABEPSS, no campo da formação, a ENESSO, na organização discente e o conjunto CFESS/CRESS que vem orientando a direção do Projeto Ético-político profissional numa perspectiva crítica, cujos valores fundam-se na liberdade como elemento central, tendo como pressuposto a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (Netto, 2006).

Nessa perspectiva o conjunto CFESS/CRESS, não só, tem protagonizado a organização política da categoria, como também tem garantido a identidade da profissão vinculada à um projeto societário emancipatório a partir de diferentes bandeiras de lutas e distintas lutas políticas. O conjunto também é o grande responsável pela hegemonia crítica da profissão, sendo o balizador e difusor da cultura política profissional.

A seguir, nos deteremos em analisar como se deu a virada crítica no Serviço Social mineiro e qual a sua incidência no cenário nacional.

4. CAPÍTULO 3 - A VIRADA CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL MINEIRO

Neste capítulo nos deteremos em analisar o que foi o processo de virada crítica profissional, tendo como cenário o estado de Minas Gerais. No ano de 2024, comemorou-se 50 anos do Projeto da Escola de Belo Horizonte que ficou conhecido como “Método BH” e se tornou o “embrião” para o processo da virada crítica do Serviço Social no Brasil.

Sendo assim, nosso interesse é realizar um minucioso levantamento documental sobre a historicidade do Serviço Social mineiro entre os anos de 1970 e 1990, na tentativa de desvendar como os assistentes sociais destas terras se organizaram politicamente e como a cultura política profissional se consolidou. Para tanto, utilizaremos documentos fornecidos pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte - PUC/BH, bem como, da documentação fornecida pelo CRESS-MG e demais documentos e publicações historiográficas.

Esclareço (e aqui faço este esclarecimento no singular por se tratar de total responsabilidade da pesquisadora), de antemão, que reconheço que esta análise é apenas um recorte do processo de virada crítica da profissão em Minas. Este é um estado com dimensões gigantescas, sendo o 4º maior estado do país em termos de dimensões territoriais, o 2º mais populoso, de acordo com o IBGE (2022) e o estado com o maior número de municípios, sendo 853 ao todo. Além disso, Minas tem importantes escolas de Serviço Social como é o

caso da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais ESSUC-MG, bem como, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, a qual sobre esta última tenho o mais profundo apreço, uma vez que fui aluna do mestrado e sou do doutorado da mesma, além dos cursos que são mais recentes em outras Universidades Federais no estado como da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, da Universidade Federal de Viçosa - UFV, além das unidades das escolas estaduais as UEMGs e a Unimontes.

Desse modo, a pesquisa sobre a virada crítica do Serviço Social Minas Gerais se concentrou nos processos no interior das entidades organizativas da profissão como o sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais e do CRESS-MG. Assim, a ênfase dada à ESS da UCMG se refere especialmente à sua importância na construção do projeto que ficou conhecido como, “Método BH”, visto que, este tem uma importância ímpar no processo de virada crítica do Serviço Social brasileiro, dada sua experiência seminal. Isto posto, nos deteremos mais efusivamente nos fatos ocorridos na capital mineira, vez que, conforme discorrido no parágrafo anterior, diante da extensão de Minas Gerais, acredito que tais fatos são capazes de elucidar como foi o processo de virada crítica aqui nessas terras.

Para a análise que aqui almejamos (e aqui me permito retomar o pronome nós), dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira faremos uma breve análise sobre o contexto sócio-político de Minas Gerais entre os anos de 1960 a 1990, para que esta introdução possa esclarecer as particularidades da organização e cultura política dos assistentes sociais mineiros. Finalmente, na segunda parte deste capítulo, trataremos do que foi a virada crítica do Serviço Social mineiro, considerando a cultura político-profissional na época e as formas em que se operaram as principais entidades organizativas em Minas, nos detendo sobre a análise do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais e, posteriormente, no CRESS-MG.

4.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO EM MINAS GERAIS ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1990

Reafirmamos aqui, que não é possível a apreensão do Serviço Social como profissão, descolado do concreto social em que se insere. Dessa maneira, entendemos a necessidade de contextualizar qual era o cenário social e político de Minas Gerais, no período entre a década de 1960 e 1990.

É verdade que Minas Gerais possui uma formação sócio-histórica e territorial bastante atípica em relação aos outros estados brasileiros, haja vista o fato de ter 853 municípios, sendo o estado com o maior número de municípios do Brasil, seguido de São Paulo com 645 municípios a menos. Essa discrepância em Minas se deve ao fato de o estado ter tido um papel central durante o ciclo do ouro (1690-1750)²¹ no período colonial no país. A exploração do ouro e de pedras preciosas desencadearam o rápido povoamento das Minas Gerais e também estimularam o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras (Moraes, 2005). Este elemento contribuiu para que o processo de urbanização viesse a ocorrer de forma mais intensa e efetiva. Dessa forma, a população nas minas será predominantemente urbana e plural (Furtado, 2007).

Dada essa particularidade, podemos afirmar que este estado é formado de muitas “Minas Gerais” e, para tanto, a diversidade econômica, cultural e política traz um pluralismo de identidades políticas bastante considerável. Todavia, nos interessa aqui traçar as particularidades do processo de virada crítica do Serviço Social mineiro, tratando, especialmente de como a cultura e organização política dos assistentes sociais mineiros irá contribuir para que este estado assuma uma relevante participação na virada crítica da profissão em nível nacional. Neste sentido, entendendo que as dimensões territoriais de Minas são gigantescas e que somos o 2º maior CRESS do país com um contingente de mais de 33 mil profissionais e mais de 23 mil com inscrição ativa, o limite desta tese não nos permite uma pesquisa de larga extensão. Em razão disso, o CRESS-MG possui três seccionais - Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros - com características distintas entre si.

Dessa forma, optamos por nos concentrarmos na verificação do que foi o processo de virada nos limites da capital mineira, sendo que Belo Horizonte foi palco do embrião da virada, quando a Escola de Serviço Social da Universidade Católica, fundada em 17 de Julho de 1946, propõe um projeto, bastante ousado na época, que ficou conhecido como o “Método BH”. Este projeto é considerado o embrião da virada crítica profissional que terá ressonância em todo o país. Os outros cursos de Serviço Social em Minas Gerais só viriam mais tarde, sendo que a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, por exemplo, só foi fundada em maio de 1958.

Nos deteremos mais sobre o famigerado “Método BH” num segundo momento. Por agora nos interessa detalhar em que contexto social e político esse processo acontece, na

²¹ O Ciclo do Ouro ocorreu no século XVIII e se concentrou, especialmente, em Minas Gerais. Foi o ciclo econômico no qual a mineração foi a principal atividade econômica do Brasil. Este período da história nacional já foi amplamente debatido por diversos autores brasileiros, entre eles: Caio Prado Júnior. (2011), Fernando Novais (1986), Laura de Mello e Souza (1986), Manolo Florentino (2005) .

medida em que, “as Minas Gerais possuem um universo ideológico próprio e distinto que foi percebido, considerado e intensamente utilizado pelos conspiradores de 1964” (Starling, 1986, p. 15). Este fato, conformou determinada cultura política no estado que terá rebatimentos diretos na profissão.

O cenário social e político anterior ao golpe de 1964 foi permeado pelo adensamento das lutas de classe em torno do modo de produção e reprodução da vida, ou seja, a disputa se dava pelo que, como e para quem produzir. Diferentes alternativas de direção nacional encontravam-se em jogo, com ou sem progresso social, isto é, incluindo ou excluindo a classe trabalhadora da tomada de decisões. Tratava-se, portanto, de decisões que afetavam e interessavam diretamente o conjunto de trabalhadores do país (Cotrim, 2019). É necessário enfatizar que o golpe civil-militar instaurado no Brasil, tratou-se de uma “manobra” política (lembrando que, historicamente a burguesia nacional em nenhum momento assumiu um caráter revolucionário) para a manutenção da exclusão socioeconômica e política e da subalternização da classe trabalhadora no país.

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em abril de 1964, o estado de Minas Gerais vivia um momento de grande fervor político e social, tanto do ponto de vista das forças que apoiavam o projeto trabalhista e as reformas de base de João Goulart, quanto, na organização de forças políticas que o combatiam. Minas, que era um dos principais estados da região sudeste do país, e onde se iniciou o processo que culminou no golpe militar. Houve uma forte e articulada organização das elites locais, no sentido de desestabilizar o governo e o projeto nacional-desenvolvimentista de João Goulart (Nunes, 2013).

Tal organização ocorreu por meio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)²², que, tendo sua organização concentrada especialmente no eixo Rio-São Paulo, para alcançar seus objetivos precisava se espalhar pelos demais estados brasileiros. O IPES-MG reuniu os setores mais “modernos” do setor econômico mineiro, vinculados ao capital multinacional, os setores mais tradicionais da economia local e a classe média conservadora (Ibidem). De acordo com Starling (1986), esta associação de diferentes atores resultou numa entidade, em

²² O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais foi fundado em 1961 por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, diretamente envolvidos com multinacional-associados, juntamente com oficiais militares da ESG que, unidos em torno do projeto de readequação e reformulação do Estado nos moldes pelo setor multinacional-associado, procuraram estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política brasileira. Tinham como objetivo não só a derrubada do governo João Goulart, como também estabelecer-se no poder de Estado, para dali realizar o seu projeto de classe. (Starling, 1986, p.42). Em sua campanha o IPES agregou formas ideológicas típicas da classe média como a defesa dos valores de instituições sociais fundamentais como a família, a propriedade e a religião. A rigor o IPES foi capaz de construir um conjunto de interpelações que, nucleadas por um apelo ideológico básico - a “ameaça comunista” e a “defesa da democracia” - eram dirigidas às diversas camadas que compunham a classe média. (Ibidem, p. 196)

Minas Gerais, chamada os “Novos Inconfidentes” unificados pelo posicionamento anticomunista.

Essa entidade era formada pelos mais diversos atores, dentre eles os militares das forças armadas, tanto da reserva, quanto da ativa, pela Polícia Militar e delegados da Polícia Civil, por diferentes setores da classe média, a saber profissionais liberais e estudantes universitários, pelos latifundiários e ainda por setores conservadores da Igreja e empresários, principalmente do setor mais tradicional da economia mineira (Ibidem). O IPES, segundo Starling (2001), era uma organização de ingresso, seletivo e controlado, marcada por uma atuação dual. Publicamente, apresentava-se como uma instituição de orientação política conservadora, dedicada a estudos e debates sobre a realidade brasileira. Seus membros estavam envolvidos em atividades de produção intelectual e divulgação, que incluíam desde a publicação, edição, tradução e distribuição de livros, revistas e folhetos, até a produção e veiculação de filmes de propaganda e documentários, além da promoção de palestras e pesquisas referentes à realidade nacional.

Ademais, o IPES possuía também uma estrutura de organização clandestina e desempenhou um papel ativo na articulação contra o governo de João Goulart. A organização operou em duas frentes principais: a primeira baseou na preparação e execução de um esforço coordenado para desestabilizar o governo, o que envolveu o financiamento de uma intensa campanha de propaganda anticomunista. Além disso, a instituição apoiou financeiramente manifestações públicas de cunho antigovernista e forneceu recursos para grupos e associações oposicionistas, incluindo aqueles alinhados com a extrema direita (Ibidem). “Esse organismo significava, na prática, a constituição de uma frente conservadora-oposicionista em Minas Gerais, altamente heterogênea mas com forte ascendência em seus interior de ‘elite tradicional’ do estado” (Idem, 1986, p. 90).

Não só os “Novos Inconfidentes” como também outros setores da classe média - médicos, advogados, militares, estudantes -, além das mulheres da elite conservadora mineira, se uniram para tomar as ruas e desestabilizar o governo de João Goulart. Debaixo do guarda-chuva do IPES atuavam os grupos de mulheres politicamente organizadas – Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), União Cívica Radical (São Paulo), Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais), grupos responsáveis por desencadear as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Vale lembrar que em 13 maio de 1964, ou seja, logo após o golpe, as senhoras mineiras tomaram as ruas de Belo Horizonte na “Marcha da Família com Deus pela liberdade” que reuniu cerca de 200 mil pessoas. Elas se organizaram na Liga da Mulher Democrática (LIMDE), que encabeçou várias manifestações. De acordo com Simões

(1985) citado por Nunes (2013), as mulheres mineiras se destacaram nacionalmente, quando impediram um comício do líder trabalhista Leonel Brizola, pelas “reformas de base”, que aconteceria em Minas, no dia 25 de fevereiro de 1964. Estas mulheres utilizaram o “rosário de Nossa Senhora” para combater a “foice e o martelo”, símbolo do comunismo. O exemplo das mineiras foi seguido por outras organizações similares de mulheres no país (Ibidem). Cabe ressaltar que o forte apoio da FIEMG à deposição de João Goulart, ficou explícita no editorial de março/abril de 1964 em sua publicação oficial. O editorial trazia um panorama negativo sobre a economia brasileira e mineira em suas páginas. O quadro da sociedade mineira, naquela ocasião, era caracterizado por uma renda per capita inferior à média brasileira, além de uma população majoritariamente rural (Costa, 2024).

Uma das primeiras categorias de classe média que se mobilizou contra o governo de João Goulart, em Minas Gerais, foi a dos médicos, que exigiam “proteção” para as instituições vigentes, a Constituição da República de 1946 - que, diga-se de passagem tinha um caráter altamente excludente frente às camadas subalternas -, o Congresso, etc. De acordo com Starling, (1986, p.199) os médicos mineiros “atuaram como o primeiro segmento organizado das classes médias no estado a apelar publicamente a favor da intervenção militar e, como decorrência, a se posicionar, de forma pública, favoravelmente ao golpe no Estado”. Não obstante, a maior parte dos segmentos sociais que compunham as classes médias urbanas, voltaram-se, decididamente para a oposição burguesa contra o governo de João Goulart (Ibidem).

Além disso, setores da Igreja Católica como “O Movimento para um Mundos Cristão” liderado pelo padre João Botelho e a “Escola de Líderes Operários” (ELO) do padre Ari de Freitas também participaram ativamente do apoio ao regime ditatorial (Nunes, 2013), ambos os movimentos tinham um caráter bastante reacionário. É importante ressaltar que as relações entre a Igreja católica e o Estado brasileiro não são e nunca foram lineares, tendo sido marcadas por momentos de aproximação e divergência de interesses. Essas dinâmicas acabaram por envolver tanto os altos escalões hierárquicos quanto às ordens e movimentos religiosos em diferentes contextos. Esses conflitos se tornaram especialmente evidentes no contexto do golpe militar de 1964, quando a sociedade, e consequentemente a Igreja Católica, se polarizou diante da situação política do país (Minas Gerais, 2017). Grande parte da hierarquia eclesial apoiaria o golpe militar, como foi o caso de “Dom João Rezende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, que abençoava sob sigilo a rebelião do governador Magalhães Pinto.” (Ibidem, p. 874). Além disso, em várias paróquias do interior de Minas Gerais aconteceram manifestações de apoio ao golpe.

Mas que tipo de discurso político-ideológico foi capaz de mobilizar tantos e tão diversos atores no campo da sociedade civil para a adesão ao golpe? Qual era a cultura política da época que permitiu que Minas Gerais apoiasse e aderisse tanto política, como socialmente à instauração do Golpe de 1964? Segundo Starling (1986, p.142), não seria em nome do projeto de reordenação capitalista apenas que os segmentos “tradicionais” mineiros fariam adesão à luta política em oposição à Goulart mas, sobretudo, foi necessário que a elite “modernizante” incorporasse em seu discurso os apelos ideológicos retirados do universo cultural “tradicional” de tal modo que parecesse às forças sociais tradicionais do estado, um único e uníssono discurso.

Dessa forma, a elite “modernizante” apelou para a defesa de determinados valores gerais, profundamente arraigados na cultura mineira, que estariam, supostamente ameaçados pelo comunismo, quais seriam? Deus, Pátria e Família! Esse discurso reforçava o sentimento anticomunista e antipopulista entre os mineiros, conformando uma cultura política conservadora e reacionária. O reforço desses sentimentos na tradicional sociedade mineira, foram habilmente dirigidos de modo a atingir em profundo, seus maiores temores: “a reivindicação de cidadania por parte das camadas subalternas que principiaram em transbordar os limites da tutela política imposta pelas elites” (Ibidem, p.142).

Sendo assim, o discurso das elites foi capaz de cooptar cada um dos segmentos oposicionistas mineiros, revestindo-os de um conteúdo ideológico específico. Neste sentido, tanto os profissionais liberais, quanto as mulheres, quanto o clero, os proprietários de terras, e os parlamentares, tinham no sentimento anticomunista um dos elos de sua unidade política (Ibidem). A incorporação desse discurso pela sociedade mineira, não tardou, bem como seu espraiamento. O imaginário anticomunista e antipopulista formou uma cultura de medo no seio da sociedade mineira, construindo uma ideia de universalização de interesses, ocultando as particularidades dos verdadeiros desejos da elite multinacional-associada que estava na utilização do aparelho estatal para a adequação de seu projeto de classe.

Ou seja, aquilo que se constitui na função implícita ou explícita da ideologia: a tentativa de fazer “com que o ponto de vista particular da classe que exerce a dominação, apareça para todos os sujeitos sociais e políticos como universal e não como interesse particular de uma determinada classe (Chauí, 1982, p.20 apud Starling, 1986, p. 143)

Com efeito, ainda que a prerrogativa anticomunista e antipopulista se constituíssem como elos ideológicos básicos, ela se manifestava e se refletia em temores particulares em cada grupo. Desse modo era necessário ainda, um componente que pudesse amalgamar esses recursos, para trazer o sentimento de unidade, identidade e homogeneidade frente às

diferentes forças conservadoras-oposicionistas mineiras. Assim, o apelo ideológico que o IPES lançara, deveria incidir diretamente sobre um conjunto de representações normativas da vida coletiva, através do qual, tanto as elites (modernizantes e tradicionais) quanto os segmentos tradicionais da sociedade mineira pudessem confluir sua identidade e ter suas particularidades representadas. Ou seja: “o universo de representações e valores concebidos pela ‘mineiridade’²³ enquanto fulcro ideológico pelo qual a sociedade mineira construiu sua imagem e simbolizou sua origem” (Starling, 1986, p.143).

Toda sociedade constrói uma forma de representar-se e explicar-se ao mundo. Neste sentido, a “mineiridade” entendida como cultura de uma determinada sociedade (a mineira, no caso), outorga identidade a seus membros e dá significado aos distintos papéis sociais, condensando as heranças e experiências coletivas no imaginário social, que dão aos sujeitos o sentimento de pertença. Portanto, a “mineiridade”, concebida aqui como um complexo de representações simbólicas que particularizam a cultura mineira e permitem que a população reconheça a si mesma e reconheça aquilo o que lhe é próprio, foi devidamente utilizada como o amálgama social, como um anestésico para o escamoteamento do real, dito de outro modo, foi utilizada como tentativa de transformar o interesse particular de uma determinada classe social no interesse coletivo de toda uma sociedade (Ibidem).

É fato que a cultura mineira e a personalidade do mineiro já foram alvo dos mais variados tratamentos, de Guimarães Rosa a Drummond, as diversas expressões tanto culturais quanto sociais e políticas tratariam, segundo Dulci (1985), de configurar a “mineiridade”. Sendo assim, um dos traços mais marcantes da mineiridade, segundo o autor é de que a família e a comunidade imediata são fatores essenciais na vida social mineira, assim, por este traço o personalismo se defende da massificação, por outro lado, referenciado em Amoroso Lima, Dulci defende que o mineiro tem uma “tendência democrática natural” que é própria do processo de formação social do estado que, diferente de outras partes do país, se pluraliza no ciclo do outro e permite certa aproximação das classes, uma vez que, o comércio aurífero em Minas permitiu uma diversidade comercial nas pequenas vilas que se assentavam em várias partes do estado. Não obstante à esse fator, Minas é hoje o estado com o maior número de municípios no país, resquício do período imperial que permitiu que o estado formasse

²³ Segundo Starling (1986, p. 148) “a mineiridade corresponde à construção de um mundo imaginário descolado do mundo real, de onde a sociedade mineira extrai os símbolos capazes de explicar sua origem e de definir sua identidade. Por essa razão, o espelho da mineiridade não reflete jamais a face antagônica da sociedade mineira, e sim as diferentes dimensões de uma harmoniosa autoimagem, por intermédio da qual a sociedade pode representar-se a si mesma e, ao mesmo tempo, expressar sua identidade frente ao corpo da nação. Como decorrência, a mineiridade transformou-se em uma concepção comum às elites mineiras, tornando-se o código que as une, que aproxima seus membros, definindo sua identidade e seus critérios.”

inúmeras vilas ao longo da “estrada real”, caminho pelo qual o ouro era levado de Minas para o Rio de Janeiro, a capital imperial (Dulci, 1985).

Dessa forma, ao ser apropriada pelas elites mineiras, a “mineiridade” cumpre a função de ocultar o conflito e dissimular a dominação (Ibidem), em outros termos, cumpre um papel político. Se concebemos a política como categoria relativa à organização do poder e onde se adotam decisões que têm projeção social, portanto, os valores que orientam, especificamente, o campo político, ou seja, o conjunto de elementos que configuram a percepção subjetiva que tem uma população a respeito do poder, à isto podemos dar o nome de cultura política (Peschard, 2001).

No que diz respeito à cultura política em Minas Gerais, Dulci elenca 6 características que a qualificam e singularizam:

- 1) o apego à tradição e ao senso de continuidade;
- 2) a valorização da ordem, a estabilidade e a prudência nas iniciativas;
- 3) o senso de naturalidade, configurando uma visão evolucionista da sociedade e da histórica;
- 4) o centrismo, a aversão aos extremos, ao radicalismo, a busca do meio termo, da solução moderada;
- 5) o realismo, o pragmatismo a acomodação às circunstâncias associados à capacidade de transação e acomodação de interesses;
- 6) a perspicácia, a habilidade, a paciência, como meio de lograr objetivos políticos com menor custo. (Dulci, 1985, p. 9)

Sem preocupação com o rigor ou com a ordem dos fatores, essa imagem era muito cultivada e reivindicada pela própria elite política mineira que, vendo-se como portadora de tais atributos difundia sua autoimagem a partir de uma “especificidade”, qual seja: **a mineiridade**. Dessa forma, a mineiridade se torna um código que une os mineiros, sendo este código difundido e criando certa identidade a partir dos critérios decididos por tais elites, repercutindo diretamente em interesses desses determinados sujeitos. Assim, a fita mineiridade cumpre aí também, uma função ideológica tanto no sentido de unificar as elites, quanto de difundir e justificar sua hegemonia sobre o restante da sociedade (Dulci, 1985, p. 10).

Neste sentido a cultura do povo mineiro foi utilizada, neste caso, como instrumento político, garantindo um caráter universalizante às demandas das elites, constituindo um poderoso instrumento de unificação social e, conseqüentemente, de dominação das classes subalternas. Este código subjetivo colaborou na conformação da cultura política da época e direcionou desde as crenças, convicções e concepções da vida política mineira, até os valores, inclinações relativas aos fins desejados pelo sistema político (Ibidem).

Assim, cumprida a tarefa de unificar as forças oposicionistas em um objetivo comum pelo IPES, as elites e os segmentos “tradicionais” da sociedade mineira colocam-se na arena política em 1964, reafirmando a sua identidade comum, reafirmando os valores e normas de conduta que compõem a mineiridade, supostamente ameaçados, naquele momento, pela anarquia. Em nome da tradição e dos bons costumes, as forças oposicionistas se uniram para se manifestarem politicamente em 1964, os sentimentos anticomunistas e anti populistas foram revestidos de tons belicosos na defesa da ordem e restauração.

Neste sentido, os primeiros passos para o desencadeamento do Golpe Civil-militar no país, foram iniciados nas terras mineiras. Na madrugada de 31 de Março de 1964, na cidade de Juiz de Fora, o então general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, apoiado por tropas enviadas de Belo Horizonte, declarava insurreição e marchava com seus regimentos em direção ao Rio de Janeiro, com a intenção de depor o presidente democraticamente eleito, João Goulart. Com o passar das horas após a movimentação inicial, a adesão ao golpe por outras divisões das forças armadas cresceu a tal ponto que, no 1º de abril, os golpistas já controlavam a maior parte do Brasil (Costa, Chaves, Marques, 2024).

Uma questão foi notória nesse processo: a falta de reação do governo de João Goulart, bem como de seus apoiadores. Não obteve êxito na articulação com os militares da linha mais legalista que não apoiaram o Golpe, além disso, a greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em apoio ao governo, também fracassou. No dia 1º de abril de 1964, buscando garantir sua segurança, o presidente João Goulart deslocou-se do Rio de Janeiro para Brasília e, posteriormente, para Porto Alegre. Já na capital gaúcha, Leonel Brizola, então deputado federal, tentava organizar a resistência com o apoio de oficiais legalistas, numa tentativa de replicar o movimento que havia garantido a posse de Goulart em 1961. Contudo, mesmo com a insistência de Brizola, Goulart optou por evitar o confronto militar com os golpistas e exilou-se no Uruguai. Ele jamais retornaria ao Brasil em vida, vindo a ser sepultado em território nacional apenas em 1976 (Castro, 2021).

Como já sublinhou Netto (1991, 2014), Dreifuss (1981) e outros autores, o golpe de 1964 que instaurou o regime ditatorial no país tinha natureza política, militar e civil. A associação das formas civis e militares desempenharam um papel organizativo de instauração de um poder de classe autocrático burguês, reorganizando o Estado pós 1964, para atender as necessidades dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e dos grupos empresariais associados aos interesses multinacionais (Starling, 2015). A frente, responsável pela instauração do golpe e a deposição de João Goulart em 1964 tinha um caráter amplo e heterogêneo e “incluía banqueiros, empresários, industriais, proprietários de terras, políticos,

comerciantes, profissionais liberais, setores da imprensa, clero, além de outros grupos sociais provenientes especialmente dos setores médios da sociedade” (Ibidem, p. 40), como assinalado acima. Nesse sentido, observa-se que o golpe civil-militar de 1964 foi desencadeado contra a classe trabalhadora e a esquerda com o objetivo de manter a estrutura econômica vigente, que se encontrava ameaçada pelas lutas de classe e pelas "reformas de base" (Cotrim, 2019).

Entre 1964 e 1985, durante o regime militar, em função da doutrina de segurança nacional, uma nova forma de crime foi reconhecida pelo Estado brasileiro: **crimes políticos internos**, caracterizados pelos termos da subversão e afinidade marxista. Esses crimes foram criados a partir de instrumentos como o Decreto-Lei nº 314, de março de 1967, que instituiu a Lei de Segurança Nacional, com objetivos e políticas totalitárias, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), entre outros (Minas Gerais, 2017). Dessa forma, a doutrina de segurança nacional brasileira, inspirada na francesa adotada principalmente na Guerra da Argélia, se apoiava na visão do inimigo interno que poderia ser qualquer cidadão simpatizante de ideias que se opunham ao regime vigente. Sendo assim, o papel das Forças Armadas e da polícia Militar e Civil se modificaram na promoção da segurança interna do País, utilizando tanto métodos policiais, (interrogatórios à base de torturas), como princípios militares, (cerco estratégico de bases sociais e geográficas)(Ibidem, p.295) .

Essas ferramentas de repressão criaram a figura do preso político, que se tratava de alguma pessoa detida por causa de suas convicções ideológicas ou por se posicionar contrariamente ao regime militar. Tais presos normalmente eram civis submetidos à justiça militar sob a acusação de condutas subversivas (Ibidem). Nas terras mineiras, um dos principais alvos da repressão foi a Ação Popular (AP). A perseguição tem seu início com a invasão do Convento dos Frades Dominicanos, localizado no bairro da Serra, atingindo tanto lideranças religiosas quanto leigas. O diretor do jornal da Ação Popular, Lúcio Nunes, foi alvo de frequentes interrogatórios, sendo pressionado a deixar Belo Horizonte. O padre Francisco Lage Pessoa, que desempenhou um papel relevante no processo de sindicalização rural, foi alvo de repressão, particularmente violenta.

Todos os perseguidos pelo regime ditatorial que se instaurou, foram denunciados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Ainda nos primeiros dias pós golpe, uma violenta repressão atingiu, de forma severa, os setores mais mobilizados à esquerda no espectro político, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) em todo o país (Ibidem). Isso não se deu de maneira diferente

em Minas Gerais onde milhares de pessoas foram arbitrariamente presas, e os relatos de casos de tortura tornaram-se recorrentes. Outra entidade católica fortemente reprimida no contexto pós-golpe foi a Ação Católica (AC). No dia 1º de abril de 1964, a sede da Juventude Operária Católica (JOC) foi invadida pelo grupo paramilitar conhecido como “Novos Inconfidentes”, e seu fundador e assistente eclesiástico, padre William Silva, foi indiciado em um IPM (Nunes, 2013; Starling, 1986). Neste contexto, tanto a Ação Católica quanto a Ação Popular pagaram um alto preço não apenas por seu alinhamento com o bloco nacional-populista, mas principalmente por terem, em Minas Gerais, enfrentado publicamente a força representada pelo IPES – os “Novos Inconfidentes” – sem plena consciência do poder político e econômico de seu adversário (Nunes, 2013, p. 82).

O movimento estudantil foi uma das maiores forças oposicionistas ao regime militar no país, especialmente pela sua capacidade de mobilização e organização popular. Este sofreu, imediatamente após o golpe, medidas duras de repressão, como, por exemplo, o corte das verbas oficiais aprovadas pela Câmara dos Deputados para as entidades estudantis e, ainda, a repressão à ideologia e às iniciativas tomadas pela UNE e em Minas não foi diferente (Minas Gerais, 2017).

O movimento estudantil mineiro representava um foco diversificado de luta e de resistência às ações repressivas impostas pelo governo autoritário, tendo sido também palco da criação de organizações políticas de resistência com um papel significativo, como, por exemplo: a Ação Popular (AP); a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e, logo depois, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. (Minas Gerais, 2017, p. 1207)

No que diz respeito ao plano político, em Minas Gerais, entretanto, a Assembleia Legislativa (ALMG) sequer esperou as definições da nova ordem legislativa do país e, já em 03/04/1964, foi protocolado requerimento para a cassação dos mandatos dos deputados estaduais Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta e Clodsmidt Riani, com a alegação de ofensa ao decoro parlamentar. Após um processo sumário e secreto na ALMG, aprovou-se a Resolução nº 580, que definiu a cassação dos mandatos dos referidos parlamentares (Minas Gerais, 2017, p. 309). Em 13/06/1964, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), a suspensão dos direitos políticos destes deputados, com base no AI-1. Ainda nesse mesmo dia também foi publicada a suspensão dos direitos políticos do deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Armando Ziller, cujo mandato havia sido cassado em 1948 em decorrência da extinção do seu Partido. Além destes, outros representantes políticos também tiveram seus direitos políticos cassados durante os anos de ditadura, no âmbito do estado,

assim como no Congresso Nacional, nas câmaras municipais e em prefeituras (Minas Gerais, 2017)

Outra forma utilizada pelo regime militar na repressão da luta popular pela democracia naquele período foi a perseguição feita aos servidores públicos, funcionários de autarquias ou de empresas estatais. Através de atos institucionais, o servidor ou funcionário que se manifestasse contra a ditadura era demitido, exonerado ou aposentado compulsoriamente. Tais medidas foram usadas contra os militantes, mas serviram também para perseguições políticas, muitas vezes de natureza pessoal (Ibidem). A violenta repressão ao movimento estudantil, especialmente no período posterior a 1968, se manifesta também sobre o conjunto dos professores universitários, configurando a chamada “modernização autoritária” que marcou a relação do regime militar com as instituições universitárias (Ibidem). Inúmeros professores universitários foram demitidos ou compulsoriamente aposentados.

O regime militar forjou uma intensa perseguição aos trabalhadores, por meio de IPMs abertos em várias cidades no estado de Minas Gerais. O objetivo era investigar pessoas envolvidas em atividades sindicais e políticas consideradas como ameaças ao regime. Um grande número de trabalhadores foram indiciados em IPMs e em processos administrativos, particularmente os vinculados ao movimento sindical, nos primeiros anos do regime militar. O aparato anti operário e antissindical atingiu grande parte do estado submetendo os trabalhadores a constrangimentos, humilhações, vigilâncias, perseguições, prisões e torturas por motivações exclusivamente sindicais e políticas. Muitos trabalhadores tiveram seus direitos cassados e foram indiciados, presos arbitrariamente, torturados, desaparecidos ou assassinados (Minas Gerais, 2017, p. 239).

É notório que houve uma vasta e dirigida operação antiproletária, centrada nas pessoas que tinham alguma militância política e que pudessem representar estorvo ao regime instaurado. Tal política coercitiva, desfechada em nome do combate à “subversão” e ao comunismo, manifestou-se na legião de mandatos cassados e de trabalhadores demitidos, muitos com estabilidade, em óbvia violência contra a dignidade e a sobrevivência de seus familiares. Tais crimes atingiram, sobretudo, os participantes do movimento sindical. (Minas Gerais, 2017, p. 245)

A repressão política foi extremamente dura com os Sindicatos de categorias numerosas e de longa tradição no estado de Minas Gerais, como os mineiros, os tecelões, os metalúrgicos, os bancários e a construção civil, entre outras. todavia, as reais intenções das intervenções tiveram como propósito primeiro, atingir o conjunto de trabalhadores e o próprio movimento sindical. “Ou seja, a massa potencial ou já efetivamente crítica que, se mobilizada, imprimiria à resistência democrática uma força irresistível” (Ibidem, p.236).

Segundo Gorender (1987, p. 141) “de 1964-1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenções. Nos anos 64-65, concentraram-se 70% das intervenções ministerialistas”. Evidencia-se um claro ataque do Regime militar às lutas e organização do movimento operário que se expandia em todo o país. Assim, o governo militar instituiu um amplo aparato legislativo com o objetivo de enfraquecer o movimento sindical no Brasil. A política salarial foi modificada, e o governo assumiu o controle sobre o estabelecimento do índice de reajuste anual dos salários, retirando dos sindicatos a capacidade legal de pressionar os empregadores. Houve também uma restrição significativa ao direito de greve, o que, na prática, resultou em sua proibição, uma vez que cumprir as exigências para a sua realização tornava-se quase inviável e qualquer mobilização nesse sentido passou a ser passível de interpretação como crime contra a Segurança Nacional. Outra medida implementada foi a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que pôs fim à estabilidade no emprego e incentivou a rotatividade da força de trabalho, dificultando a organização sindical (Dellamore, 2020).

Em Minas Gerais, pelo menos 900 pessoas foram presas nos meses de abril, maio e junho seguintes ao golpe. O regime militar institucionalizou a repressão e violência de Estado através do tripé vigilância, censura e repressão, ancorados em uma ampla legislação repressiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e a Constituição de 1967 (Inácio e Silva, 2021). A institucionalização da violência como meio de investigação policial, foi validada e sustentada por uma estrutura montada para acobertá-la enquanto era adotada como estratégia de luta contra os opositores do regime, ao ponto de se tornar uma verdadeira política de Estado (Minas Gerais 2017). Os efeitos de tal violência sobre, não só quem a sofreu, mas também de toda a sociedade, foram devastadores, deixando marcas indeléveis. Mas é preciso reconhecer e recolocar o que foi o processo de resistência ao autoritarismo e à ditadura em Minas Gerais.

No fim do ano de 1964, vários militantes que haviam sido presos nos primeiros meses do golpe militar, saíram da prisão e começaram a articular formas de resistência à ditadura. Em Belo Horizonte, as principais organizações concentraram seus esforços na rearticulação do movimento estudantil. No ano de 1966 a história do movimento estudantil ficará marcada com a reorganização das entidades e a retomada de grandes manifestações. Minas Gerais foi palco central dessa história.

Na primeira quinzena de março de 1966, a União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG) organizou a “Semana do Calouro”, que se tratava de uma programação

unificada para recepcionar os novos universitários das duas maiores universidades da capital, a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estavam previstos eventos culturais e uma manifestação pacífica com trajeto definido. O então governador Israel Pinheiro autorizou a realização do evento, desde que fosse sem cartazes ou faixas contra o regime. Com cartazes nas mãos, os quais discordavam das orientações da polícia, os estudantes denunciavam o regime imposto e marcaram aquela passeata como um ato de resistência. Ainda assim, a manifestação foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar. Sendo assim, as entidades estudantis emitiram nota de repúdio e chamaram uma greve de três dias e ainda programaram outra manifestação, em solidariedade aos estudantes espancados e presos que foi a “Passeata do Silêncio”, também conhecida como “Passeata da Mordaca”, aconteceu em 14/03/1966. Mais uma vez, estudantes foram atacados com bombas de efeito moral (Minas Gerais, 2017, p.74).

Em 1º de julho de 1966, as entidades estudantis decidiram realizar o XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte. O congresso foi proibido pelo secretário estadual de segurança que mobilizou mais de 5 mil homens da Polícia Militar para tentar impedir a realização do evento, sem sucesso. Mesmo com tamanho contingente de policiais militares, trezentos estudantes, representando 13 estados, elegeram os mineiros José Luís Guedes, da Ação Popular (AP) como presidente e Apolo Heringer Lisboa, da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) como vice-presidente da UNE. No mês de setembro deste mesmo ano, manifestações em Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram duramente reprimidas, o que ficou conhecido no meio estudantil como “setembrada” (Ibidem).

Conforme consta no relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais (2017, p.75), com o acirramento da repressão, organizações políticas de esquerda passaram a adotar a luta armada como estratégia de resistência. Durante o congresso da Política Operária (POLOP), acontecido em 1967, os grupos de Minas Gerais e da Guanabara se dissociaram da organização para constituir grupos revolucionários vinculados ao Comando de Libertação Nacional (Colina). Ainda nesse ano, o Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Belo Horizonte deliberou pela necessidade da luta armada contra o regime autoritário, levando ao desligamento de seus membros para a formação da Corrente Revolucionária de Minas. Ademais, a partir de 1968, diversos militantes da Ação Popular (AP) ingressaram na clandestinidade; a maioria direcionou-se ao movimento operário urbano ou migrou para áreas rurais, onde se engajaram junto aos camponeses na preparação para a

guerrilha. Essas três frentes - Colina, Ação Popular e Corrente - irão representar as maiores forças opositoras e de resistência ao regime militar, adotando, como já foi dito, à luta armada.

A fundação da Ação Popular (AP) ocorreu em junho de 1962, durante um congresso realizado em Belo Horizonte. Formada por cristãos progressistas associados à Ação Católica, especialmente a Juventude Universitária Católica (JUC), o coletivo se definia como um "movimento político", fundamentado nas ideias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Mounier e padre Lebret. A AP não só tinha uma vertente católica, mas também incluía elementos de formação protestante progressista e indivíduos de formação marxista sem vínculo religioso. A maioria desses indivíduos incluía intelectuais, jornalistas, artistas, educadores, alunos universitários e ativistas do movimento popular (Vital, 2013, p.41). A AP se inseria, principalmente, em movimentos de massa e suas principais atuações ocorreram junto ao movimento estudantil. No ano de 1965, seus membros reuniram-se clandestinamente na cidade de Niterói - RJ onde confirmou a posição socialista do documento-base de 1963, acrescida da opção pela luta armada de libertação nacional. Em 1968, ativistas do movimento estudantil da AP (Ação Popular) de Minas Gerais entraram para a clandestinidade. Alguns iniciaram suas carreiras em indústrias e outros em empresas, sendo enviados para regiões rurais, como a Mata da Jaíba e regiões adjacentes a Ipatinga e Coronel Fabriciano. A experiência foi breve, resultando na detenção de diversos ativistas em 1969 (Minas Gerais, 2017).

Já o Comando da Libertação Nacional - Colina, no ano de 1967, a POLOP em Minas possuía cerca de 200 membros. Em setembro, aconteceu o seu IV Congresso em Santos. Os coletivos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, descontentes com a liderança nacional, se desligaram da entidade e se uniram para estabelecer o Comando de Libertação Nacional (Colina). Para a organização, era necessário transcender o âmbito teórico e engajar-se na batalha armada. A estrutura organizacional seria segmentada em comandos que operavam com independência. Era um coletivo bastante jovem, com mais da metade dos participantes com menos de 25 anos, composto, em sua maioria, por estudantes universitários. O curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi fonte de muitos militantes do COLINA. O conjunto de Minas Gerais executou seis operações militares (Minas Gerais, 2017, p. 77). Como outros coletivos de resistência à Ditadura, o Colina passou por uma série de prisões, assassinatos e torturas de seus integrantes, que só terminariam em 1979, com a concessão da anistia.

Finalmente o grupo Corrente que foi resultante dos debates anteriores ao VI Congresso do PCB, realizado em 1967. Vale salientar que as discussões no Congresso foram

polarizadas entre duas perspectivas. Em um extremo, o Comitê Central defendia a resistência pacífica à ditadura, enquanto do outro lado estavam os militantes que pleiteavam a luta armada como meio de resistência. A tese vitoriosa foi novamente a de resistência pacífica com intensificação do trabalho de massas. Essas discordâncias provocaram diversas dissidências em todas as regiões do país. O Comitê Municipal do PCB em Belo Horizonte manifestou apoio à corrente mais radical, defendendo uma postura mais combativa e violenta, sendo desligados do partido por este motivo, formando posteriormente um novo grupo em 1967, formando assim Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Vital, 2013; Minas Gerais, 20217). A Corrente Revolucionária de Minas herdou da estrutura partidária do PCB uma base fortificada no movimento estudantil. Sua composição era, principalmente, formada por trabalhadores e estudantes de universidades e ensino secundário. Teve ao menos 86 membros, sendo 37 oriundos do PCB. Destes, 35 estavam engajados no movimento estudantil (Vital, 2013). Ao todo foram nove ações armadas realizadas pela Corrente e em abril de 1969, vários militantes do movimento foram presos. Os militantes que conseguiram sair do estado nesse período se juntaram às fileiras da Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Marighella, que atuavam no eixo Rio-São Paulo (Minas Gerais, 2020).

No campo do trabalho, o golpe de 1964 marcou um novo momento na luta dos trabalhadores no Brasil. Inicialmente, após as perseguições e a forte repressão, o que restou foi a organização silenciosa do chão de fábrica, e foi dessa forma que os operários de Contagem-MG foram se reorganizando depois do golpe e da instauração da ditadura militar (Dellamore, 2020). Em abril e em outubro de 1968, aconteceram as greves de Contagem que tiveram uma importância fundamental, já que foram as primeiras grandes greves operárias no país depois das intervenções do governo junto aos sindicatos. A primeira grande greve foi deflagrada pelos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, no dia 16 de abril de 1968. O movimento durou três dias e ganhou visibilidade nacional, sendo noticiada em vários jornais do país, obrigando o Ministro do Trabalho Coronel Jarbas Passarinho a vir à Minas Gerais negociar diretamente com os grevistas. O Ministro utilizou-se de uma postura ameaçadora diante dos operários e dos representantes dos grevistas e do sindicato o que rendeu-lhe vaias e a adesão de mais trabalhadores à greve que não se intimidaram e mantiveram suas reivindicações. AP, Colina e Corrente estavam presentes na organização das greves (Dellamore, 2020; Minas Gerais, 2017).

Já a greve de outubro de 1968, mobilizou milhares de trabalhadores, mas durou apenas 24 horas. A demissão de muitos operários após a greve de abril, ao contrário do que havia sido acordado com o governo e com os patrões, além das ameaças de demissão por justa causa

que outros operários vinham sofrendo, gerou um clima de medo e insegurança dentro das fábricas. O movimento acabou terminando com a intervenção no sindicato, prisão de sindicalistas e demissão de trabalhadores (Ibidem).

Nos meses seguintes às greves, a repressão se intensificou nacionalmente e em 13/12/1968, em resposta às mobilizações sociais e às várias manifestações estudantis em todo o país, que culminaram na passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, o governo decretou o Ato Institucional nº5, que viria instalar um quadro de terror de Estado em todo o território nacional. Os protestos estudantis ocorridos em 1968 não se limitavam a protestar contra a repressão política, a censura e o fim das eleições diretas, mas também incluíam uma série de pautas e reivindicações relacionadas ao sistema de ensino, que defendiam como público e gratuito. Além do mais, defendiam uma ampla reforma para democratizar o acesso (o que inclui a ampliação do número de vagas), além de mais recursos para pesquisa, com foco em questões específicas do país.

Era crucial que os movimentos sociais permanecessem silenciados - especialmente o movimento sindical - para que o modelo de desenvolvimento dependente e excludente proposto pelos governos militares funcionasse adequadamente. Por isso, a intensificação da repressão foi grande, nesse período. Além disso, aliada à repressão do regime militar estava a repressão e a vigilância das fábricas sobre os trabalhadores. Tornou-se comum a presença constante da polícia militar e de agentes do DOPS dentro das fábricas, inclusive exercendo função de vigilantes. Mesmo neste contexto de insegurança e medo e com a desmobilização do sindicato, o movimento operário em Contagem teve continuidade, de forma clandestina e fragmentada, já que não havia espaço para a luta direta, mas feito de pequenas vitórias diárias (Dellamore, 2020).

O regime militar, implantado em 1964, submeteu a classe trabalhadora aos mais agudos desmandos. Qualquer manifestação em defesa de melhorias das condições de vida do operariado urbano ou dos trabalhadores rurais eram rechaçadas e combatidas com violência. Quanto maior era o alargamento das forças de resistência, maior era a repressão coercitiva. Sendo assim, no ano de 1969, o aumento das forças repressivas atingiu em cheio as organizações mineiras, levando à prisão muitos de seus membros. Na prisão, os militantes encontraram outras formas de resistência e elaboraram os primeiros documentos de denúncia de torturas: as Cartas de Linhares²⁴ (Minas Gerais, 2017).

²⁴ As Cartas de Linhares representam um dos documentos mais importantes sobre a prática da tortura no período militar (Comissão da Verdade de Minas Gerais, 2020).

Após as etapas de interrogatório sob tortura, IPMs e julgamentos, a maioria dos detidos políticos de Minas Gerais foi encaminhada para a Penitenciária José Edson Cavaliéri, também chamada de Penitenciária de Linhares, localizada em Juiz de Fora - MG. Em Linhares, os prisioneiros políticos produziram, pela primeira vez no Brasil, três cartas denunciando as torturas que sofreram, especificando os tipos de torturas, os locais e os nomes dos torturadores. Uma assinada por integrantes da Corrente, outra pelos integrantes da Colina e uma terceira pelos detentos que realizaram uma greve de fome por melhores condições prisionais. As correspondências enviadas para fora de Linhares foram reproduzidas e divulgadas tanto no Brasil quanto no exterior, servindo como base para o relatório publicado pela Anistia Internacional no começo dos anos 1970 (Ibidem, p.76).

O movimento estudantil, que se consolidou como uma força de oposição, vivenciou um período de um intenso autoritarismo cujo objetivo era silenciar o engajamento político dos estudantes e de todos aqueles considerados “subversivos”, pelo regime ditatorial. Assim, o auge da resistência democrática em 1968 experimentou a reação “linha dura” do governo. Diante dessa escalada repressiva, muitos membros do movimento estudantil optaram pela clandestinidade, enxergando nela a única alternativa frente à estrutura coercitiva do regime. Esse aparato estatal, caracterizado como um verdadeiro terrorismo de Estado, foi responsável por graves violações em massa dos direitos humanos e pelo combate sistemático a qualquer forma de contestação popular (Minas Gerais, 2017).

O período que vai de 1969 a 1974 foram, marcadamente, duros. Os “anos de chumbo” da ditadura militar no Brasil e o crescente avanço da política internacional de globalização em um mundo formado e conformado pelos avanços do capitalismo marcaram, severamente, a sociedade brasileira. A partir desse momento, a ação repressiva passou a atingir todas as instituições democráticas, incluindo o fechamento do Congresso Nacional e a paralisação completa das atividades parlamentares. Em 13 de dezembro de 1968, a publicação do decreto AI-5 intensificou a repressão com o cerceamento dos instrumentos de luta, como é o caso dos sindicatos, dos movimentos populares, do movimento estudantil e rural. Em 05/09/1969, foi instituído o AI 13 que ampliou ainda mais a repressão do regime militar, dando competência ao poder executivo de “banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.” (Ibidem, p.187). Todo e qualquer indivíduo considerado “inimigo da nação” tornou-se alvo de prisões arbitrárias, torturas e expulsões do país, facilitadas pelo uso condenável do instituto do crime de banimento, aplicado até mesmo a cidadãos brasileiros natos (Ibidem, p.50). A partir de 1969 o núcleo das operações repressivas passaram a se concentrar na rede DOI/CODI que reuniu

repressores das esferas federal, estadual e municipal, instituindo a tortura sistemática como procedimento padrão e, sem hesitar diante da eliminação física dos adversários, inovou ao criar a figura do “desaparecido político” (Netto, 2014, p.122).

O Estado tratou de garantir a submissão dos trabalhadores ao processo de exploração vigente, assumindo para si a tarefa suja da repressão com prisões, tortura, assassinatos, desaparecimentos, intervenção nos sindicatos, fechamento de partidos, censura à imprensa, vigilância, proibição de manifestações, etc. Nesse cenário, a ordem socioeconômica estabelecida não foi apenas preservada, mas também aprofundada e ampliada, com a implementação de políticas que facilitaram a criação de um novo ciclo de acumulação de capital (Cotrim, 2019). A industrialização do país, nesse período foi capitaneada pela indústria de bens de consumo duráveis, que eram, em sua maioria, de propriedade do capital monopolista internacional (secundado pelo capital monopolista nacional privado e estatal), voltada para uma reduzida parcela do mercado interno. Sendo esta a base do ciclo de acumulação, de curtíssima duração (1968-1973), denominado pelo regime ditatorial de “milagre econômico brasileiro”. Enquanto perdurou o dito “milagre”, o empresariado nacional e também o internacional, além dos setores da classe média beneficiados, apoiou e sustentou integralmente a ditadura militar (Ibidem).

Em Minas Gerais, os anos de 1968 e 1969 não foram diferentes do restante do país. Foram anos, extremamente duros e de aprofundamento da repressão, levando à prisão arbitrária de centenas de mineiros, coordenadas pelo DVS/DOPS em todo o Estado²⁵. Em janeiro de 1969 sete líderes do Colina foram presos e torturados e na sequência cerca de 30 membros também foram presos levando ao desmantelamento dos grupos no estado. As entidades estudantis também foram muito perseguidas no estado, sendo que o movimento estudantil, incluía os secundaristas e universitários. Segundo as fontes do “Brasil Nunca Mais” e “Relatório da Anistia de 1972”, identificou-se que o grupo “estudantes” representou o maior quantitativo de vítimas, conforme mostra o Relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais (2017). O movimento estudantil mineiro foi responsável por organizar protestos, passeatas, congressos e atos públicos contra o governo ditatorial, tidos como subversivos e, portanto, uma ameaça à Segurança Nacional. Nesse viés, os professores também se sobressaem como uma das profissões mais afetadas pelos atos de repressão, uma vez que o ambiente de sala de aula também foi muito vigiado e regulado pelos agentes da

²⁵ Segundo o relatório final da Comissão da Verdade de Minas Gerais (2017), no mandato de Garrastazu Médice que corresponde com a Instituição do AI 5 e do AI 13, verifica-se no estado um aumento significativo, não só no número de prisões, mas, especialmente, no avanço da tortura contra os presos políticos.

ditadura, desde o conteúdo ministrado aos termos que podiam ser usados, evidenciando o alto controle ideológico do saber por parte das autoridades estatais.

A década de 1970 foi, especialmente, turbulenta tanto no cenário nacional, quanto no cenário internacional. Essa década é marcada por avanços e retrocessos nos mais diversos campos da vida social. A América Latina, como um todo, foi cenário de um desenvolvimento contraditório que implicaram na expansão e aprofundamento das ditaduras militares que começaram a se desenhar na década de 1960, bem como na superação desses regimes, na maioria dos países, na década seguinte (Marini, 1991). O capitalismo irá triunfar no cone Sul, mediante a chancela das ditaduras militares, como foi o caso do Chile (1973-1990), onde o regime militar depôs o governo de esquerda de Allende (1970-1973), eleito democraticamente. Tem-se também a experiência do Paraguai (1954-1989), do Brasil (1964-1985), Bolívia (1971-1978), Equador (1972-1979), Uruguai (1973-1985), Argentina (1976-1983), além de quase toda a América Central. Nesse mote, os únicos governos nomeadamente de esquerda são os de Cuba (1959-), Peru (1968-1975) e Bolívia (1970-1971), bem como os do Chile (1970-1973) e da Nicarágua, onde em julho de 1979 os sandinistas conquistam o poder depois de quase quatro anos de guerra civil.

O saldo dos governos ditatoriais para a Latino-américa foi uma ampla ofensiva do capital estruturada no endividamento do Estado, no aprofundamento da exploração da classe trabalhadora resultando num processo de superexploração, na precarização da vida social. Os custos da reprodução social, diga-se para comprar a ração alimentar mínima para o trabalhador brasileiro, por exemplo, saltou de 105 horas e 16 minutos de trabalho em 1967, para 163 horas e 32 minutos em 1974 (Netto, 2014).

Frente a estes desafios, o Serviço Social viu a sua eficácia enquanto intervenção profissional negada, a partir dos próprios resultados que produzia (Netto, 1991, p.143). Abro aqui um rápido parêntese para lembrar que o Serviço Social latino-americano como um todo, desde meados da década de 1960 confrontou-se com um processo de questionamento e contestação de suas práticas tradicionais frente às novas exigências postas ao exercício profissional diante da situação vivenciada pela classe trabalhadora. Os sucessivos processos de violência e superexploração do operariado, provocaram grandes mobilizações que resultaram no tensionamento das estruturas sociais da sociedade burguesa (Ibidem). Neste sentido, o impacto deste contexto produz, no interior da profissão, o questionamento de seu significado social.

Num esforço para romper com o seu conservadorismo basilar, a profissão colocou como direção uma revisão crítica de caráter não só metodológico, mas teórico e político. Esse

movimento de inflexão da profissão acabou culminando no que ficou conhecido como o Movimento de Reconceituação²⁶ do Serviço Social Latino Americano. Na particularidade da América Latina expressou uma crítica ao “Serviço Social tradicional” e se apresentou de formas distintas, trazendo consigo as particularidades da realidade política e social de cada país (Netto, 1991). Para tanto, não se tratou de um processo linear e sem contradições, mas sim de um processo em movimento, orgânico com o contexto sócio-político que se operava entre meados de 1965 e 1975 no cone sul.

De acordo com Silva (2002, p.72)

[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e interesses dos setores populares, que constituem majoritariamente a clientela do Serviço Social. A construção dessa nova proposta supõe todo um processo de discussão e revisão crítica, em nível teórico-metodológico, no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares, tendo como perspectiva a transformação social.

Há que se lembrar, que de um exame mais ampliado, o mundo encontrava-se em pleno contexto de guerra-fria (1947-1991) e a influência norte-americana exercida sobre o cone-sul tensionava a economia e as artes, a religião e a ciência, invadindo e influenciando a intelectualidade e a cultura, numa forte disputa pela direção da organização política da sociedade civil ante a ameaça comunista (Iamamoto, 2007). Nestes quadros se aprofundam o capitalismo dependente na América Latina capitaneado pelas elites locais e que, ao mesmo tempo, garantiam a permanência e exponenciação dos traços coloniais de concentração de riquezas e exclusão social das classes subalternas. Em face deste cenário histórico, os assistentes sociais “(...) não ficaram submersos ou alheios aos desafios dessa quadra histórica. Sacudiram a poeira do passado e deram radicais giros acadêmicos e técnico-profissionais, por meio de uma notável articulação latinoamericana” (Ibidem, p. 164).

Em 1971 aconteceu a refundação da Asociación Latinoamericana de Trabajo Social (ALAETS), por iniciativa de assistentes sociais, contando com recursos provindos de agências internacionais, que representou um marco significativo na consolidação de um projeto crítico

²⁶ O Movimento de Reconceituação Latino Americano (MRLA) que ocorreu entre 1965-1975, tratou-se de um processo de questionamento e contestação da direção teórico-prática e político-ideológica da profissão em busca de um deslocamento profissional de bases críticas e transformadoras (Silva, 2002), frente ao panorama internacional da época, marcado pelo tensionamento das estruturas sociais capitalistas e pela efervescência das lutas sociais com suas expressões contestatórias e “pretensões revolucionárias”, onde tais dinâmicas permearam não apenas a prática política, mas também a vida científica e cultural (Aquin, 2005, p.53 apud Simionatto, 2016, p.7).

no Serviço Social latino-americano. Neste mesmo contexto, foi criado ainda o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), concebido como um organismo de cooperação técnica internacional voltado à articulação entre formação, pesquisa e prática profissional. Essas entidades exerceram um papel estratégico na renovação crítica da profissão, contribuindo para a construção de um pensamento social crítico e comprometido com as demandas históricas e sociais da região. Por meio da formação continuada, do incentivo à produção acadêmica e científica, e da organização de espaços de intercâmbio e debate, ALAETS e CELATS atuaram na superação dos limites impostos pelas fronteiras nacionais, sem negligenciar as particularidades sociopolíticas de cada país (Iamamoto, 2007).

Me remeto ao Movimento de Reconceituação para enfatizar a importância e a influência que este teve sobre a virada crítica do Serviço Social mineiro, como veremos mais à frente. Apesar de o MRLA ser permeado de contradições e ambiguidades²⁷, este representou, para o Serviço Social da América Latina, um *momentum* onde se processou uma nova prática profissional hipotecada nas movimentações sociais reais, embebida pela teoria social crítica, ainda que, de maneira, muitas vezes, incipiente e enviesada. Por certo, o MRLA teve grande ressonância no Serviço Social brasileiro, especialmente no que tange o olhar sobre a própria razão de existir da profissão.

Recuperando o panorama social da segunda quadra do século XX, no que diz respeito ao estado de Minas Gerais, mais especificamente, sob o prisma econômico, Minas viveu na década de 1970 um significativo crescimento, inclusive, acima da média nacional, se beneficiando dos investimentos do governo ditatorial que promoveu neste período um processo de desconcentração industrial da região de São Paulo para o interior. O desenvolvimentismo implementado pelo regime militar através do II Plano nacional de Desenvolvimento (II PND)²⁸ teve como tarefa completar o parque industrial brasileiro e, Minas Gerais sendo um estado de grandes recursos naturais e de localização privilegiada acabou se tornando alvo desses investimentos (Garcia, Andrade, 2007). Isso provocou grande transformação no que diz respeito à estrutura populacional que sofreu profunda modificação ao longo da década. O estado vivenciou um grande êxodo rural, onde no início dos anos de 1970, 47% da população mineira residia na área rural, sendo que ao final da década essa parcela havia se reduzido para algo em torno de 32% (Ibidem, p.164).

²⁷ Netto (1981, p.60) afirma que o MRLA debateu-se numa ambiguidade nunca clarificada, pois “gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional, às demandas institucionais (*modernização*), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (*ruptura*)”

²⁸ Segundo Moraes e Bastos (2002), “O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) (II PND) consistiu em ambicioso programa de reformas e metas de investimento, realizado no governo Ernesto Geisel (1974-1980), cujo objetivo era manter o crescimento econômico a partir de modificações na estrutura industrial”.

Esse processo pode ser explicado em parte pela introdução de novas tecnologias no setor agrícola e também pelo processo de reflorestamento de eucalipto, que obteve incentivos do governo e resultou na concentração da propriedade agrícola. Dentre outras coisas, o trabalhador rural era expulso pela incorporação tecnológica e pela incorporação de novas áreas de reflorestamento. Esse êxodo rural implicou na necessidade de urbanização das principais cidades de atração dessa população e também no processo de emigração da população, sendo SP, RJ e PR os principais destinos. [...] pode-se verificar que Minas Gerais apresentava em 1970 um saldo acumulado de cerca de 2,8 milhões de emigrantes, ou seja, era “expulsador” de população. Ao final dessa década esse saldo se elevou para aproximadamente 3,3 milhões, mesmo com todo o investimento realizado na região. (Garcia, Andrade, 2007, p.164)

A direção dada pelo governo militar ao plano de desenvolvimento econômico do país em nada se aproximava ao atendimento demandas e necessidades básicas do povo brasileiro, ao contrário, centrava-se no investimento, por parte do Estado em setores não lucrativos ou com baixa lucratividade, mas que eram indispensáveis à expansão industrial, que “contemplava a criação de um mercado interno dirigido fundamentalmente para os estratos sociais mais altos (a grande burguesia, seus executivos e quadros gerenciais, camadas urbanas altas e segmentos das camadas médias”, (Netto, 2014, p.130). Em outros termos, tratava-se do investimento do Estado na estrutura necessária para a expansão dos interesses da elite industrial, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora como um todo. Vale lembrar que desde 1966 os militares haviam implantado a política de “arrocho salarial” cujas correções salariais eram efetivadas de acordo com a inflação prevista pelo governo e não mais pela produtividade, o que não permitiu uma reposição salarial, ainda que a produtividade tenha aumentado significativamente²⁹. Esse processo permitiu um aumento devastador da concentração de renda no país (Herman, 2005).

Conforme aponta Netto (2014, p.135) o modelo econômico adotado pelo regime ditatorial composto de elementos como o arrocho salarial, a concentração de riqueza, a garantia de altas taxas de lucro para os monopólios e direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo, em detrimento do mercado interno, dentre outros, irá contribuir severamente para a superexploração do trabalho no Brasil. Estritamente do ponto de vista profissional, o fato mais preponderante sobre o Serviço Social nesse ínterim refere-se ao processo de renovação da profissão (Netto, 1991, p.115). Tal processo se dará em face das

²⁹ Segundo Herman (2005, p.81), em 1966 o Decreto-Lei nº 15 determinou que as correções salariais fossem então calculadas com base na inflação prevista pelo governo que no mesmo ano, por exemplo, o governo previu uma inflação de 10% sendo que a inflação efetiva chegou a 39,1%, bem como o aumento devido à produtividade não era integral, mas equivalente a $\frac{2}{3}$ da taxa de crescimento da produtividade estimada pelo próprio governo. Essa orientação possibilitou, em grande medida, o aumento da concentração de renda no país.

novas demandas colocadas à prática profissional em face dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da época.

É neste contexto de grande efervescência de lutas e resistências que a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) torna-se núcleo de oposição e contestação (Batistoni, 2019), não só do regime ditatorial que governava o país, mas também dos caminhos escolhidos, outrora pela profissão. O projeto da Escola de Serviço Social da UCMG que ficará, posteriormente, conhecido como “Método BH” emerge na primeira metade da década de 1970, logo após a instituição do Ato Institucional número 5 (AI-5), documento este que irá marcar a história do país como símbolo máximo da repressão do Estado e da institucionalização do autoritarismo. É importante ainda lembrar que em fevereiro de 1969 foi publicado o Decreto-Lei nº 477, que proibia manifestações de natureza política e atividades julgadas como subversivas nas universidades. O documento previa a expulsão de estudantes das escolas e demissões imediatas de professores e funcionários que fossem pegos em “atividades de agitação”. Este decreto foi mais um golpe na espinha dorsal do movimento estudantil que já havia sentido os efeitos da violência de Estado no ano anterior.

Consideramos importante ressaltar com maior aprofundamento sobre o que foi e qual a importância da experiência da Escola de Serviço Social da UCMG para a cultura profissional dos assistentes sociais mineiros no processo de virada crítica da profissão. Neste sentido, optamos por dialogar com mais demora sobre este tema.

4.2 A VIRADA CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL MINEIRO: RAÍZES DE UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

O primeiro curso de Serviço Social criado em Minas Gerais foi fundado em 1946, em Belo Horizonte, com a criação da Escola de Serviço Social de Minas Gerais (ESSMG). A Escola foi fundada pelo Padre Agnaldo Leal, em meio à um contexto conturbado de revoluções por toda a América Latina. Ao longo do século XX, o cone sul vivenciou quadros políticos bastante peculiares, que marcaram profunda e diversamente esse período. Presenciou-se grandes insurreições anti oligárquicas, como as do México, 1910; El Salvador, 1932; Bolívia, 1952, além da iniciativa uma modernização social sob regimes ditatoriais por parte de alguns países como no Brasil, Vargas, 1930/1945, e, na Argentina, Perón, 1946-1955; o quadro de guerra civil na Costa Rica em 1948, alguns processos revolucionários que se orientaram ao socialismo, vitoriosos ou não, contra a ordem ou no interior da ordem como

em Cuba, 1959; Nicarágua, 1979; Chile, 1970-1973, lutas guerrilheiras em praticamente todo o subcontinente, nos anos 1960 (Netto, 2012, p. 2).

Sobre a conjuntura nacional, na segunda metade dos anos de 1940 o Brasil vivia um breve período político-democrático (1946-1964), já que havia recém saído da ditadura varguista que durou desde 1937 a 1945. Desse modo, em dezembro de 1945, os eleitores brasileiros foram às urnas e, pelo voto secreto e sob a fiscalização do Poder Judiciário, elegeram o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, além dos deputados federais e senadores. Esta eleição é considerada a primeira, efetivamente democrática ocorrida no Brasil (Ferreira, 2010). Foi a primeira vez que o país experienciou o surgimento e fortalecimento de partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com os trabalhadores. “Não mais se tratava dos partidos da época do Império ou das organizações estaduais da Primeira República, em ambos os casos instrumentos das elites” (Ibidem, p.12).

Todavia, ainda que o cenário parecesse favorável, o conservadorismo da elite brasileira continuava imperando. Durante a presidência de Eurico Dutra o Partido Comunista (PCB) foi posto na ilegalidade, enquanto seus militantes sofreram perseguições e o movimento operário foi cerceado pelo aparato policial repressivo. Ademais, após a promulgação da Constituição de 1947, as relações internacionais foram profundamente alteradas com o advento da Guerra Fria e o Brasil não passou incólume aos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética. Em vários setores da sociedade, irrompeu o sentimento anticomunista. Assim, o PCB teve seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral e forte repressão se abateu sobre o movimento sindical (Ferreira, 2010, p.14).

Em 1947, mesmo em um cenário dito democrático o Estado decretou normas de restrição aos direitos dos trabalhadores e criou as garantias ao aparato repressivo para voltar a perseguir os comunistas: outorgou Decreto Lei Nº. 9.070 que restringia o direito de greve dos trabalhadores, além de colocar o PCB na clandestinidade. O movimento dos trabalhadores se tornava cada vez mais encurralado, na mesma proporção em que recrudescia a repressão aos movimentos grevistas com o controle dos sindicatos e com a perseguição dos comunistas (Silva, 2022).

A consequência foi à exclusão, mais ou menos violenta, das massas urbanas, especialmente a classe trabalhadora, do jogo político, ainda que esta participação estivesse se dando de maneira subordinada. A tentativa de incorporação desses setores populares, implementada por Vargas, foi abruptamente interrompida por seu sucessor, com as intervenções nos sindicatos mais ativos, com o fechamento das organizações intersindiais paralelas, como o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A adesão do conjunto das classes proprietárias brasileiras, inclusive a burguesia industrial, à política

anti operária de Dutra, com seu apoio ativo à cassação da legalidade do Partido e de seus parlamentares, levou os comunistas a afastarem qualquer possibilidade do restabelecimento da consigna de “união nacional”, por eles estabelecida entre os anos de 1945 e 1946. (Buonicore, 1996, p.50)

Do ponto de vista econômico, vale aqui um breve resgate histórico sobre o fato de que no início dos anos 40 do século passado, Minas passou por uma importante alteração do projeto de desenvolvimento regional. É a primeira vez que o estado irá priorizar o desenvolvimento industrial em decorrência de fatores internos e externos ao Brasil. O principal fator interno diz respeito à perda do projeto da grande siderurgia para o Rio de Janeiro, quando o Governo Federal optou pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Em resposta, o Governo de Minas elaborou e executou o projeto de desenvolvimento regional estruturado na centralidade da industrialização. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo (Governo Federal), ampliou a subordinação das economias regionais em face de um projeto para o conjunto do país. Dessa forma, integra-se Minas ao centro dinâmico da economia nacional. Neste período criou-se a cidade industrial de Contagem, o embrião do “sistema de distritos industriais” que foram implantados a partir da década de 50 (Godoy, 2019).

Neste mesmo período, capitaneada pelo então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, com apoio do prefeito de Belo Horizonte, na época, Juscelino Kubitschek, criou-se ainda o primeiro distrito industrial de Minas Gerais, que passou a denominar-se Cidade Industrial Juventino Dias. Para a criação da Cidade Industrial, o governo do estado desapropriou 770 hectares de área e promoveu o loteamento e arruamento deste espaço. Em 1941, as principais indústrias de Belo Horizonte concentravam-se principalmente na Zona Industrial do Barro Preto, localizada dentro da área urbana da capital mineira (Ferreira, 2023, p.87). O momento foi decisivo para acelerar o crescimento de Belo Horizonte, a constituição de um centro econômico capaz de polarizar o território de Minas Gerais. Consolidou-se também o papel central do Estado na promoção do desenvolvimento regional.

Este cenário provocou um intenso fluxo migratório do interior do estado em direção à capital, surgindo assim, bairros periféricos com ocupações irregulares, muitas vezes caracterizadas por condições de moradia precárias e infraestrutura bastante limitada. Além disso, a agitação social nas terras mineiras se fazia sentir, especialmente na capital. O crescimento do operariado urbano, aliado às precárias condições de vida, fazia emergir a organização dos trabalhadores por melhoria nas condições de trabalho e de vida. Um exemplo é a greve desencadeada, em finais de 1949, pelos operários da Companhia de Carris Urbanos

de Belo Horizonte (Silva, 2022). Não obstante, o rápido crescimento demográfico estabeleceu desafios ao desenvolvimento da infraestrutura urbana, trazendo a necessidade de expansão e criação de serviços básicos, tais como água potável, energia elétrica, esgoto e transporte público, para atender às demandas da crescente população (Ferreira, 2023).

Por conseguinte, este cenário impôs diversos desafios relacionados à políticas sociais, em especial à saúde pública e à assistência social, uma vez que a ausência de infraestrutura adequada, como hospitais e centros de saúde, e recursos limitados para lidar com questões sociais, como a pauperização e o abandono infantil, por exemplo, exigiram maior atenção do poder público e de organizações sociais, além do olhar caritativo da Igreja (Ferreira, 2023, p. 87). Tão logo o poder público, a Igreja e as damas da sociedade belo-horizontina trataram de intervir junto às famílias pobres. É neste cenário que se institucionaliza a formação em Serviço Social em Minas Gerais.

A primeira Escola de Serviço Social do estado foi fundada em 17 de julho de 1946 em prédio alugado na Rua Bernardo Guimarães, contando com a colaboração da Liga Brasileira de Assistência (LBA) e seu mobiliário foi doado tanto pela comunidade, quanto pelo Instituto de Educação. A partir de 1947 a sede da Escola passará a funcionar em outro endereço em razão da ausência de espaço para duas turmas, dessa maneira, funda-se o “Instituto de Estudos e Ação Social” e então é adquirida a sede da ESSMG na Rua Antônio Aleixo, onde permanecerá por anos (Ibidem).

Não diferente das outras Escolas de Serviço Social do país, a formação das assistentes sociais em Minas sofreu forte influência da doutrina Católica e o currículo de formação seguia o modelo da Escola de Serviço Social de São Paulo com algumas pequenas modificações feitas pelos docentes da época (Ibidem). Dessa forma, o caldo cultural da profissão que se conformou neste período e irá perdurar de forma hegemônica até os anos de 1960 orientava-se pelo viés da atividade filantrópica, do controle e ajustamento dos sujeitos à sociabilidade burguesa, da naturalização da questão social, conforme os referenciais do pensamento funcionalista (Yazbek, 2009b).

A cultura político-profissional do Serviço Social em Minas Gerais, nada mais era que o reflexo de um quadro político-cultural mais amplo. Na entrada dos anos de 1950, a agenda política e econômica do Estado brasileiro desenvolvimentista, viu-se implicada em incorporar algumas demandas da classe trabalhadora, numa franca tentativa de legitimação. Isso porque a ditadura varguista neutralizou os componentes revolucionários dos setores populares, mas ao mesmo tempo fortaleceu o projeto de estrutura corporativista (Andrade, 2008). O processo de industrialização iniciado nos anos 1930 e expandido nos anos 1940, trouxe um contingente

migratório para a área urbana, impondo a necessidade de enquadramento da população à esta nova realidade. Neste sentido, o surgimento e ampliação das instituições sociais, assistenciais e previdenciárias, que eram parte do projeto reformador do Estado (Ibidem), criaram o nicho ideal para a inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho.

Temos então que em 1950 formam-se as primeiras assistentes sociais de Minas Gerais, egressas da ESSMG. A data quase que coincide com um marco importante para a profissão que foi a promulgação do Decreto lei 859, de 29 de dezembro de 1951, onde o estado de Minas Gerais reestruturou os quadros do funcionalismo público, criando oficialmente o cargo de Assistente Social, cujo provimento do cargo no estado só se daria mediante concurso de títulos, só podendo ser ocupado por diplomatas em cursos, de pelo menos três anos de duração (Ferreira, 2023).

IMAGEM 7 - IMAGEM DA PRIMEIRA SEDE DA ESCOLA DE S.S. DE MINAS GERAIS



Sede da Escola de Serviço Social. Sem data.
Acervo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

FONTE: ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC-MINAS

Vale ressaltar ainda que em 1954 a ESSMG foi incorporada à Universidade Católica de Minas Gerais e no ano seguinte foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura. Dessa forma, a cultura instituída na formação profissional neste período, encontrava-se

alinhada aos ideais de modernização e racionalização da contidas na conjuntura nacional sob influência estadunidense. Desse modo, a categoria se viu diante da necessidade de incorporar e absorver métodos de atuação que coadunassem com os parâmetros de seu tempo e que pudessem avançar para além da mera ação caritativa, ainda que isso não implicasse, necessariamente, em renunciar à mesma por completo (Yazbek, 2009a). A matriz teórico-metodológica que irá direcionar a formação se refere,

No caso do Serviço Social, [...] a qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediatez. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. (Yazbek, 2009a, p.6)

Em 1953 o currículo da Escola de Serviço Social é novamente modificado, de acordo com a direção dada pela ABESS, buscando a adequação da formação com as necessidades sociais postas. A formação de natureza cristã-humanista, irá se fundir à outras matrizes, como o positivismo, bem como ao caráter social da instituição, consolidando as ditas práticas educativas – a exaltação das qualidades humanas, virtudes e energias morais, capazes de potencializar o indivíduo à sua reinserção no sistema. Todavia, a militância no Serviço Social não é mais de caráter meramente religioso, ela passa a ser técnica sem, contudo, abrir mão das posturas anteriores (Andrade, 2008, p.277).

Temos aqui uma cultura político-profissional que evoca a tecnicidade, a laicidade da profissão, incorpora outras matrizes teóricas e metodológicas, sem contudo, contestar as práticas moralizantes, ajustadoras e de enquadramento dos sujeitos, legatárias das matrizes doutrinária-cristãs. à isto Iamamoto (1982) dará o nome de “arranjo teórico-doutrinário”. Destarte, o conjunto de procedimentos racionais adotados, é utilizado no sentido da mudança, do enquadramento e habilita o profissional que os utiliza a ser este indutor das mudanças (Andrade, 2008).

A cultura profissional inspirava a ideia de formação moral com base em princípios cristãos, até porque a Escola de Serviço Social era vinculada à Universidade Católica e à Ação Social da Igreja. Dessa forma, essa era uma característica indispensável para o trabalho da assistente social. Pressupunha-se que essa base ética seria fundamental para uma atuação educativa adequada, essencial para o exercício da profissão (Ferreira, 2023). Vale ressaltar que essa perspectiva refletia os valores e as influências sociais predominantes na época. Para tanto, a personalidade da discente se imbricava ao trabalho de formação da futura profissional,

já que deveria ser edificada sobre uma base de princípios cristãos, pois a atividade profissional exigiria tal perfil (Ibidem, p.105). Cunhava-se aqui o famigerado perfil da “moça boazinha que doa cesta básica”.

No fim dos anos de 1950, mais especificamente em abril de 1958 é instituído o segundo curso de Serviço Social em Minas Gerais, por meio do Decreto nº 43.566 (Brasil, 1958), o curso de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. O curso em seu início era mantido pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (vinculada à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado), encontrava-se alocado em uma instituição de natureza particular, sem fins lucrativos e assim permaneceu até o ano de 1968, quando passou a fazer parte da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que só seria criada em 1960 (UFJF, 2023).

Quando da abertura do curso em Juiz de Fora, as normas regimentais encontravam-se balizadas na Doutrina Social da Igreja (UFJF, 2023). Em 1960 o currículo vai sofrer uma primeira modificação orientada pela ABESS, ampliando o curso para quatro séries, sendo dividido em duas etapas: básico e profissionalizante. “O objetivo do curso centrava-se em uma boa formação de técnicos qualificados no sentido de ajustar os indivíduos à sociedade.” (Ibidem, p.3). A formação em Juiz de Fora seguia os mesmos caminhos da formação em Belo Horizonte e no restante do país, na lógica de ajustamento e disciplinamento da classe trabalhadora.

Esse caldo cultural da formação no Serviço Social, de caráter tecnicista, positivista, instrumental e conservadora, com influência estadunidense em Minas Gerais irá perdurar até o fim da década de 1960, quando o Serviço Social irá se aproximar, de forma mais sistemática, da teoria social crítica, influenciado pelo movimento de reconceituação latino-americano. Em Juiz de Fora, por exemplo, a partir de 1969, com o curso já inserido na UFJF, o currículo foi modificado em algumas disciplinas, extinguindo, por exemplo, as disciplinas de Higiene e Medicina Social. Neste ano, o corpo docente iniciou um processo de reformulação do currículo, acompanhando o movimento nacional das escolas de Serviço Social (UFJF, 2023).

Vale lembrar que na década de 1960, Minas Gerais encontrava-se pronta para a grande alavancada industrial.

A maturação do planejamento, como instrumento de política econômica, o aperfeiçoamento de estrutura institucional, com a multiplicação nas décadas de 50 e 60 de agências governamentais voltadas para o desenvolvimento, a consolidação de um corpo técnico, de uma elite técnica no aparelho de Estado, a definição de modelo de especialização industrial e a maturação de padrão de investimentos que privilegiava capitais públicos nacionais e

privados estrangeiros compuseram quadro favorável à arrancada industrial de Minas Gerais. (Godoy, 2019, p.106)

O quadro descrito acima, compunha um cenário profissional muito favorável ao Serviço Social, permitindo a ampliação de espaços sócio-ocupacionais. Dessa forma, o projeto econômico mineiro na entrada dos anos de 1960, que vinha se desenhando desde 1940, voltava-se para gradual diferenciação das elites tradicionais mineiras, quais sejam a agrária e as elites modernas, as empresariais e técnicas. O surgimento progressivo de divergências de interesses que, em última instância, vão se resolver nas formas habituais cultura política brasileira, ou seja, na direção de uma grande conciliação (Ibidem).

No quadro social e político que se desenha a partir do golpe militar de 1964 em Minas, como já debatido acima no item 4.1 deste capítulo, verifica-se um forte posicionamento social em favor do golpe e uma participação bastante ativa da elite mineira neste contexto. Mas por que destacamos essa passagem? Pelo fato de que o quadro econômico e social do estado irão reverberar diretamente na cultura e organização política dos assistentes sociais mineiros a partir de então.

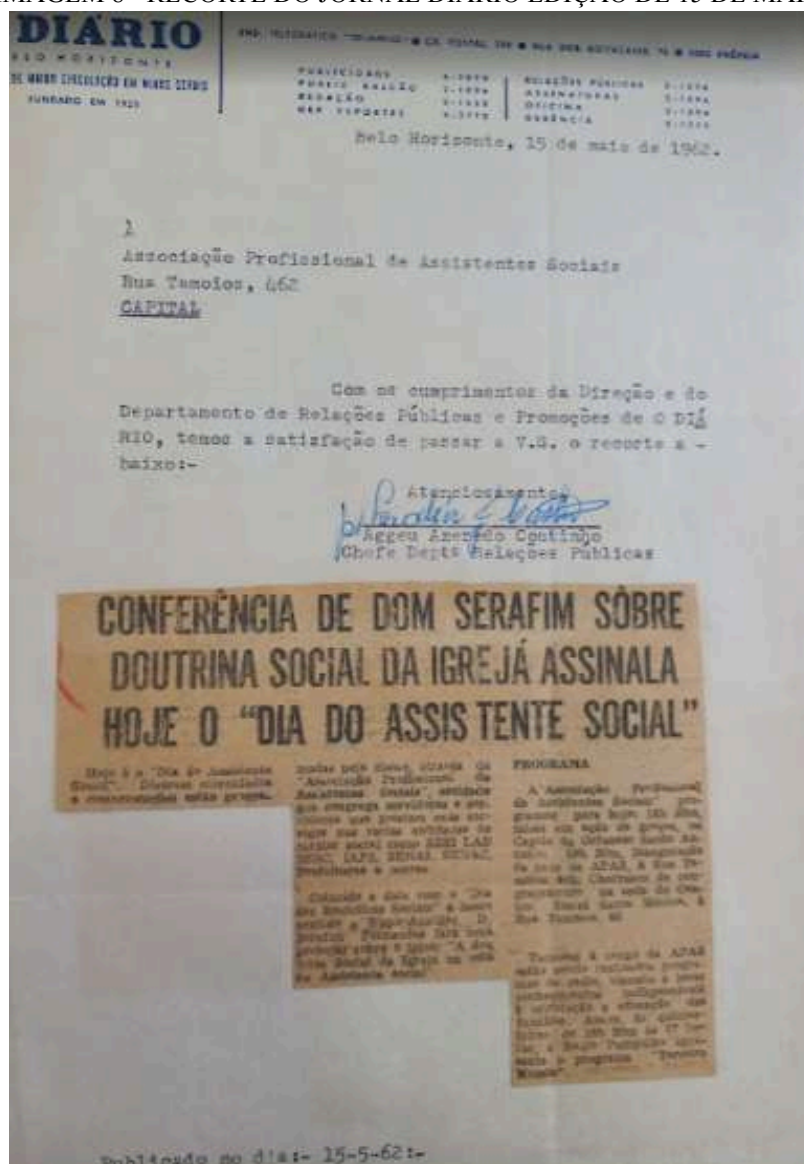
4.2.1 A organização política dos assistentes sociais mineiros a partir dos anos de 1960 e o movimento da profissão pré-virada

Tomamos como objeto de estudo nesta tese duas formas principais de organização política da categoria profissional dos assistentes sociais: o sindicato e o conjunto CFESS/CRESS. Aqui neste tópico nos deteremos em analisar como se deu a organização política em Minas a partir do Sindicato de Assistentes Sociais do estado de Minas Gerais (SASEMG), bem como do CRESS-MG, e como e qual foi a sua contribuição no processo de virada crítica da profissão nessas terras.

A organização política dos assistentes sociais em Minas Gerais teve sua primeira experiência entre o fim da década de 1950 e o início de 1960 com a fundação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Minas Gerais (APAS-MG). A entidade era formada, em sua maioria por profissionais que atuavam no serviço público e em entidades como: SESI, LBA, SESC, IAPS, SENAI, SENAC, prefeituras dentre outras, conforme consta em registro do Jornal Diário na edição de 15 de maio de 1962, como retrata a imagem 8. Neste mesmo dia a APAS-MG inaugurou sua sede situada à Rua Tamoios no número 462 no Centro de Belo Horizonte (Imagem 9).

É válido ressaltar que não foram encontrados nos documentos do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais, que atualmente se encontram em poder do CRESS-MG, informações sobre o processo histórico de organização e atuação da APAS em Minas Gerais. Além disso, muitas de suas participantes já se encontram falecidas, o que trouxe enorme prejuízo para a pesquisa, visto que, a história da entidade em Minas Gerais encontra-se fragmentada pelo que sobrou de documentação. Neste sentido, a recuperação histórica desse período foi realizada com base no que se pôde coletar de documentos do acervo do CRESS-MG, bem como, os paralelos relatados em outros trabalhos bibliográficos, à exemplo da obra de Abramides e Cabral (1985).

IMAGEM 8 - RECORTE DO JORNAL DIÁRIO EDIÇÃO DE 15 DE MAIO DE 1962



FONTE: ACERVO CRESS MG

IMAGEM 9 - INAUGURAÇÃO DA SEDE DA APAS-MG EM BELO HORIZONTE



FONTE: ACERVO CRESS-MG

O Serviço Social mineiro, na entrada da década de 1960, encontrava-se engajado com o movimento do Serviço Social nacional. Por sua vez, montou uma delegação para participar do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que aconteceu em maio de 1961, no Rio de Janeiro e teve como tema geral o “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”. A necessidade de adequar a profissão ao processo de desenvolvimento foi sentida pela categoria profissional e nesse evento foram preponderantes as discussões acerca do tema. O II CBSS contou com 1.479 congressistas. A delegação mineira, dirigida pela assistente social Lucila Alvim Menezes, apresentou como tese “As estruturas político-administrativas e sua adequação às exigências do desenvolvimento”. A tese mineira foi redigida por D. Modesta Lopes, da ESSMG; Ana Adelina Lins, representante da LBA; Elza Tauber, representante da Associação Mineira de Obras de reparo à Maternidade e à Infância (AMOAMI); Edeltrudes Guimarães, representando o Sesi; dentre outros, conforme se verifica na nota de um recorte de Jornal pertencente ao acervo do CRESS-MG (Imagem 10).

IMAGEM 10 - RECORTE DE JORNAL DATADO DE 3 DE MAIO DE 1961



FONTE: ACERVO CRESS-MG

Verifica-se pelo título da tese, a preocupação dos assistentes sociais mineiros, que não se diferia muito da preocupação do conjunto da categoria, naquela época, que se aglutinava em torno da necessidade de qualificar técnica e metodologicamente a profissão para atender às demandas do crescente mercado profissional em torno das necessidades postas pelo capital. A expansão industrial mineira iniciada na década de 1940 e a crescente urbanização do estado impunham aos assistentes sociais que atuavam, em sua grande maioria, como agentes do Estado na execução terminal de políticas sociais.

Neste momento, as discussões profissionais não fazem ainda nenhuma contestação à ordem social vigente e o trabalho profissional resume-se ao atendimento das demandas do empregador. A organização política dos assistentes sociais nos primeiros anos da década de

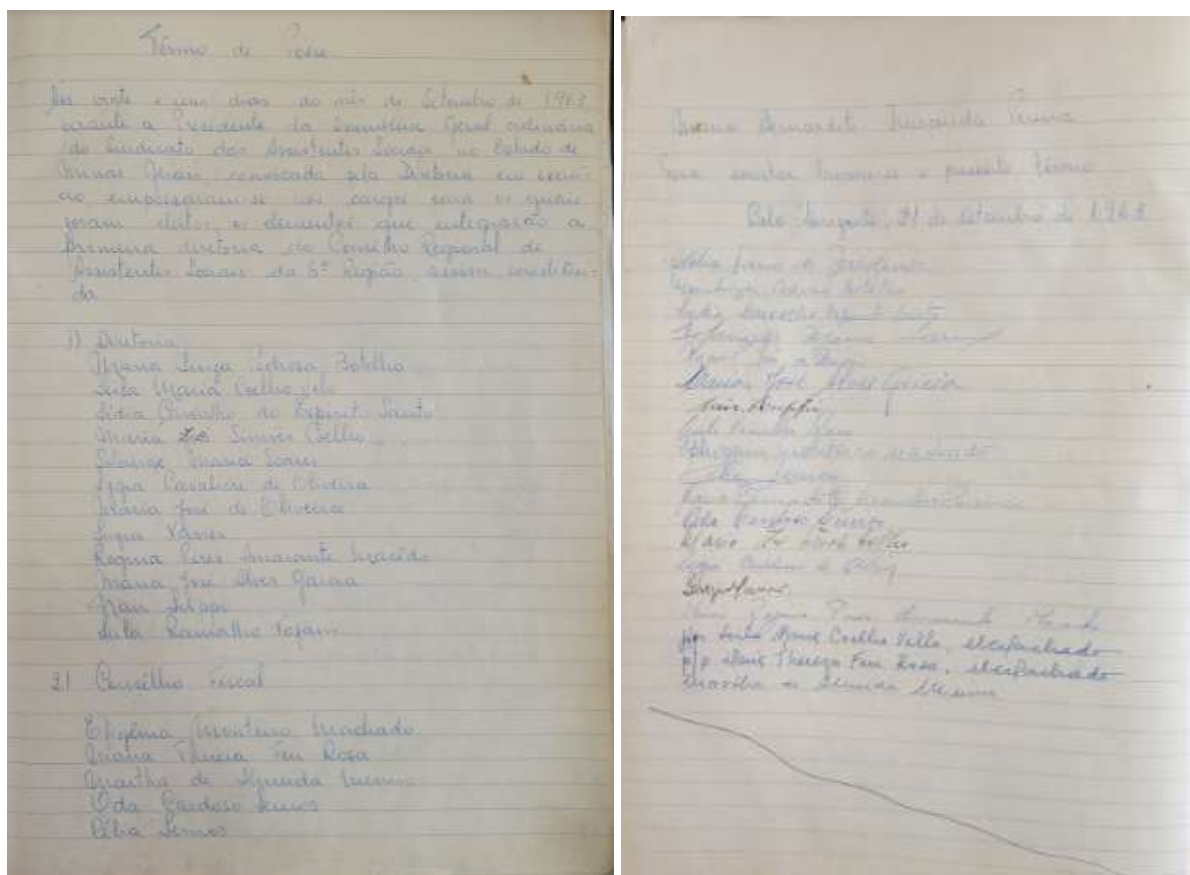
1960 se dará em torno da APAS e também do CRESS 6ª Região³⁰ que foi criado em 1963. Quando da sua criação, o CRESS 6ª Região foi composto tanto pelo estado de Minas Gerais, quanto pelo Espírito Santo que só se emancipou e constituiu o próprio CRESS em 1983.

Após o reconhecimento legal da profissão em 1957 como profissão liberal, fazia-se necessária a organização dos Conselhos profissionais para que pudessem inscrever os profissionais que atuavam no mercado de trabalho, para que assim, pudessem exercer o controle e fiscalização desses profissionais. Dessa forma, aos poucos o conjunto CFESS/CRESS, que na época recebia o nome de CFAS/CRAS, foi se organizando por todo o Brasil. Lembrando que o CFAS tem sua primeira diretoria eleita em 1962, sendo assim, uma vez organizado, a entidade promoveu em todo o Brasil as eleições das Diretorias Regionais no ano de 1963(Botelho, 2013).

A Escola de Serviço Social da PUC de Belo Horizonte recebeu a incumbência de promover a eleição da 1ª Diretoria do CRAS da 6ª Região. Assim, a primeira diretoria foi eleita em 21 de setembro de 1963 sendo composta pelas assistentes sociais: Maria Luiza Pedrosa Botelho, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais; Leila Maria Coelho Velo; Lydia Carvalho do Espírito Santo; Maria José Simões Coelho; Solange Maria Soares; Lygia Cavalieri de Oliveira, Maria José de Oliveira, Luzia Xavier, Regina Pires Amarante Macedo, Maria José Alves Garcia, Nair Luppi e Leila Ramalho Tofani. Além dessas profissionais, compuseram o Conselho Fiscal do CFAS 6ª Região as profissionais: Efigênia Monteiro Machado, Maria Theresa Feu Rosa, Martha de Almeida Menin, Oda Cardoso Lemos e Célia Lemos como pode ser verificado no termo de posse na Imagem 11:

³⁰ Na época de sua criação o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), era conhecido por Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS). Este nome só se modificará na década de 1993, conforme irá prever a Lei 8662/93 de regulamentação da profissão, quando o conjunto CFAS/CRAS passará sua nomenclatura para CFESS/CRESS.

IMAGEM 11 - TERMO DE POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CFAS 6ª REGIÃO



FONTE: ACERVO CRESS-MG

À este grupo de profissionais coube a tarefa de organizar toda a estrutura técnico-operativa do CRAS 6ª região que ia desde o cadastro dos assistentes sociais em atividade em Minas Gerais e no Espírito Santo, até a luta política de reconhecimento da categoria profissional junto à sociedade civil, ao terceiro setor e à administração pública. As pioneiras começaram o trabalho do zero e todo o aparato administrativo do CRAS havia sido doado ou emprestado e era executado pelas profissionais. Tão logo as receitas advindas das anuidades dos profissionais começaram a aumentar, foi alugada uma sala, contratada uma secretária e os móveis da sede do CRAS começaram a ser adquiridos (Botelho, 2013).

Esta gestão foi de 1963 a 1966. O trabalho intenso de organização da entidade era voltado, especialmente, para a atividade burocrática onde se dividiram em plantões para a inscrição das assistentes sociais dos dois estados, além da elaboração do Estatuto do CRAS que exigia reuniões frequentes e demoradas. Em 1965, em parceria com a empresa Mineira de Energia Elétrica - CEMIG, foram impressas cópias do Código de Ética de 1965 e entregue às profissionais que se inscreviam no Conselho (Ibidem). Neste período encontram-se em atuação e organizam a atividade política dos assistentes sociais em Minas Gerais tanto o sindicato, quanto o CRAS 6ª Região. O primeiro numa atividade política mais atuante e mais

consonante com as demandas das profissionais, e o segundo com uma atividade mais burocratizada e fiscalizadora da profissão.

Salientamos que em 1º de abril de 1964, estoura no país o Golpe Civil-militar que dura até 1985, como já discutido acima. É importante retomar que o golpe se inicia em Minas Gerais e, por conta de uma série de questões que podem ser elencadas, algumas merecem destaque, já que irão refletir a cultura político-social presente no estado. Dentre elas podemos destacar a ampla participação da elite mineira, como bem vimos no tópico 4.1, que deixaram de lado suas divergências e uniram-se contra Goulart e a esquerda, tanto as lideranças empresariais e agrárias, quanto as políticas. Temos ainda que, os comandantes do Exército com sede em Minas uniram-se também, dando ao movimento o suporte militar necessário (ao que se agregou uma força policial significativa). Por fim, lembramos a estratégia pendular do governador Magalhães Pinto, que poucos meses antes do golpe, flertava com a esquerda ao abrir-lhe espaço em sua administração, ao mesmo passo mantendo as portas abertas à direita (Motta, 2009, p.1).

A cultura política que se tinha organizado em Minas Gerais, não diferente do restante do país, encontrava-se polarizada e, mesmo depois do Golpe, Magalhães Pinto continuou com sua postura dúbia, mas favorável aos militares. O mesmo ainda defendia a necessidade de reformas e evitava o discurso mais duro anticomunista, todavia, no alvorecer do golpe, não diferente do resto do país, Minas viu deslanchar uma operação que prendeu aproximadamente 3 mil pessoas nos primeiros dias, para averiguações.

Ainda nos primeiros meses do golpe, o General Carlos Luís Guedes, principal comandante do Exército em Minas, decretou intervenção militar na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em julho de 1964. Desde abril, Guedes vinha tentando “limpar” a UFMG, mas esbarrou na falta de colaboração dos dirigentes daquela instituição. Não obstante muitos professores tenham apoiado o golpe, acompanhando sentimento comum às classes média e alta, não havia ali espaços para ingerências militares. Dessa maneira, uma comissão de sindicância interna à UFMG, instalada por ordem do Ministério da Educação em abril de 1964, não conseguiu encontrar subversivos entre seus quadros. “Esse episódio, aliado ao fato do Reitor Aluísio Pimenta ser considerado homem de esquerda, levou Guedes à decisão de destituí-lo, nomeando um Tenente-Coronel do Exército para assumir o controle da UFMG” (Motta, 2009, p.5). O conservadorismo de apelo à mineiridade no contexto do pré-golpe, cujo discurso enfatizava alguns valores específicos, entre os quais a defesa da “tradicional família mineira” continuariam a reverberar por toda a trama da sociedade. Assim, não estaria o Serviço Social, na década de 1960, imune à este caldo cultural.

Todavia, não se pode generalizar essa expressão político-cultural nem para dentro do Serviço Social, nem para dentro da sociedade mineira. Houve sim resistência! Houve resistência à ditadura. Houve resistência por parte dos mineiros e também por parte da categoria profissional. Não se tratava de um todo, mas se tratava de uma parte significativa. Se a mineiridade foi instrumentalizada pela elite, para o assentamento de seus interesses, também as características que compõem a mineiridade foram responsáveis por colocar o Estado na vanguarda da intenção de ruptura. Se assumimos que a mineiridade tem um caldo cultural e político de interlocução e conciliação (Dulci, 1985), temos também que desde a entrada dos anos de 1960, o Serviço Social mineiro também vinha se intercambiando com o Serviço Social Latinoamericano e, para tanto, desenhando a ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo da profissão.

A título de um breve resgate, no início da década de 1960 o Serviço Social tradicional³¹ entrará em crise na América Latina, num contexto marcado por profundas crises políticas, ideológicas, culturais, econômicas e sociais, como já demarcado neste trabalho. Dessa forma, a interlocução da profissão com os movimentos sociais mais progressistas e revolucionários, coloca em cheque suas bases tradicionais, na medida em que aproxima a profissão da teoria social crítica. Em meio à essa conjuntura, o Serviço Social, em meados de 1960, no cone sul deflagra um processo de revisão de suas bases político-ideológicas e teórico-práticas, num movimento que se tornou um marco a formação de consciência crítica e de uma nova cultura político-profissional no campo das questões cruciais do exercício da profissão nas sociedades dependentes e profundamente desiguais da América Latina, vale ainda destacar expressivo protagonismo do Serviço social brasileiro nesse movimento, especialmente, no que se refere a organização político-acadêmica do grande e ativo coletivo profissional no continente (Lopes, 2016).

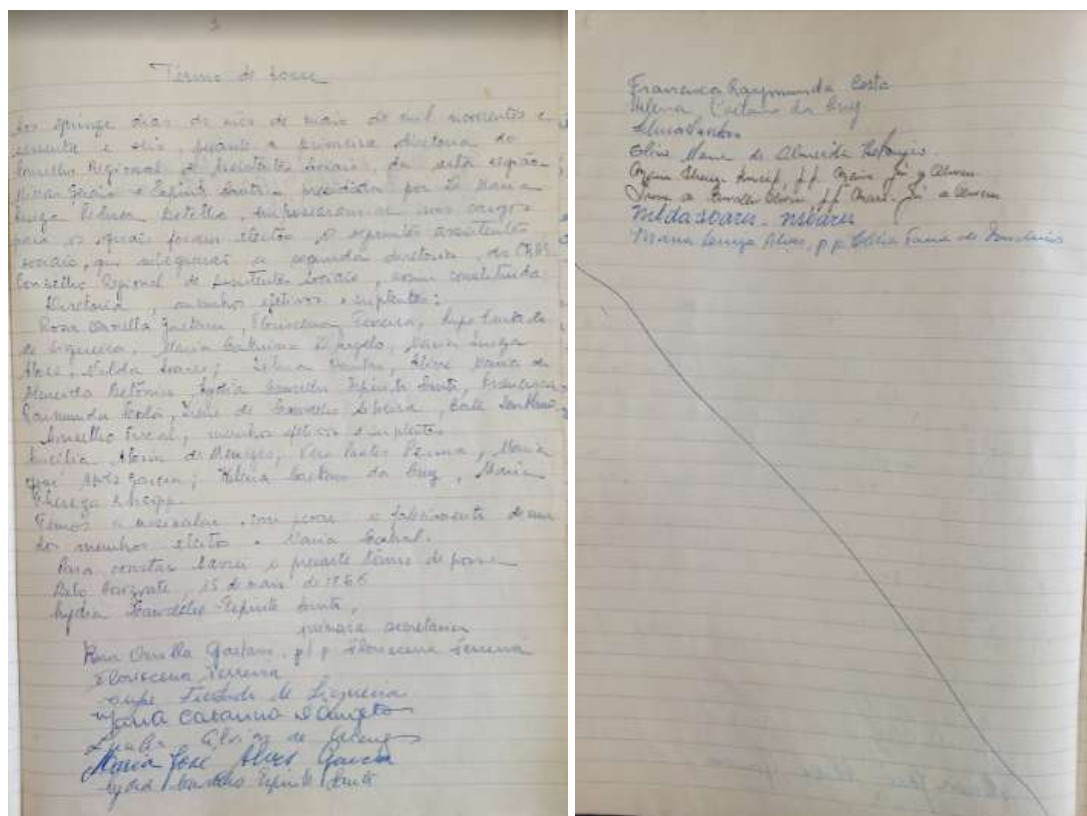
Com um arcabouço teórico-metodológico eclético, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano foi desencadeado no Cone Sul da América Latina, mais especificamente no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile entre os anos 1965-1975 e, inicialmente, polarizado pelas teorias desenvolvimentistas, difundidas na época pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da ONU (Iamamoto, Santos, 2016). Lopes (2016) afirma que o movimento que vinha sendo gestado ao longo da

³¹ De acordo com Netto (1991, p.117-118) o Serviço Social tradicional refere-se à prática profissional “empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada [...] parametrada por uma ética liberal-burguesa, cuja a teleologia consiste na correção - desde o ponto de vista claramente funcionalista - de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis”.

década, foi deflagrado em 1965 durante o “I Seminário de Serviço Social face às mudanças na América Latina”, realizado no Brasil em Porto Alegre. Este evento foi um marco fundante sobre a necessidade de sobre a necessidade de construção de uma alternativa crítica no Serviço Social.

É dentro deste contexto que a segunda diretoria do CRAS 6ª Região toma posse em 15 de maio de 1966 para o triênio 1966-1969 a segunda diretoria composta pelas assistentes sociais: Rosa Ornella Gaetani, Floriscena Ferreira, Lupe Furtado de Siqueira, Maria Catarina Dangelo, Maria Luiza Alves, Nilda Soares, Selma Dantas, Eline de Almeida Botânico, Lydia Carvalho do Espírito Santo, Francisca Raimunda Costa, Irene de Carvalho Silveira e Berta Semblano. Para o Conselho Fiscal foram eleitas: Lucilia Alvim de Menezes, Vera Prates Penna, Maria José Alves Garcia, Helena Caetano de Levy e Maria Thereza Kneip, conforme consta em imagem abaixo:

IMAGEM 12 – TERMO DE POSSE SEGUNDA DIRETORIA DO CFAS 6ª REGIÃO (1966)

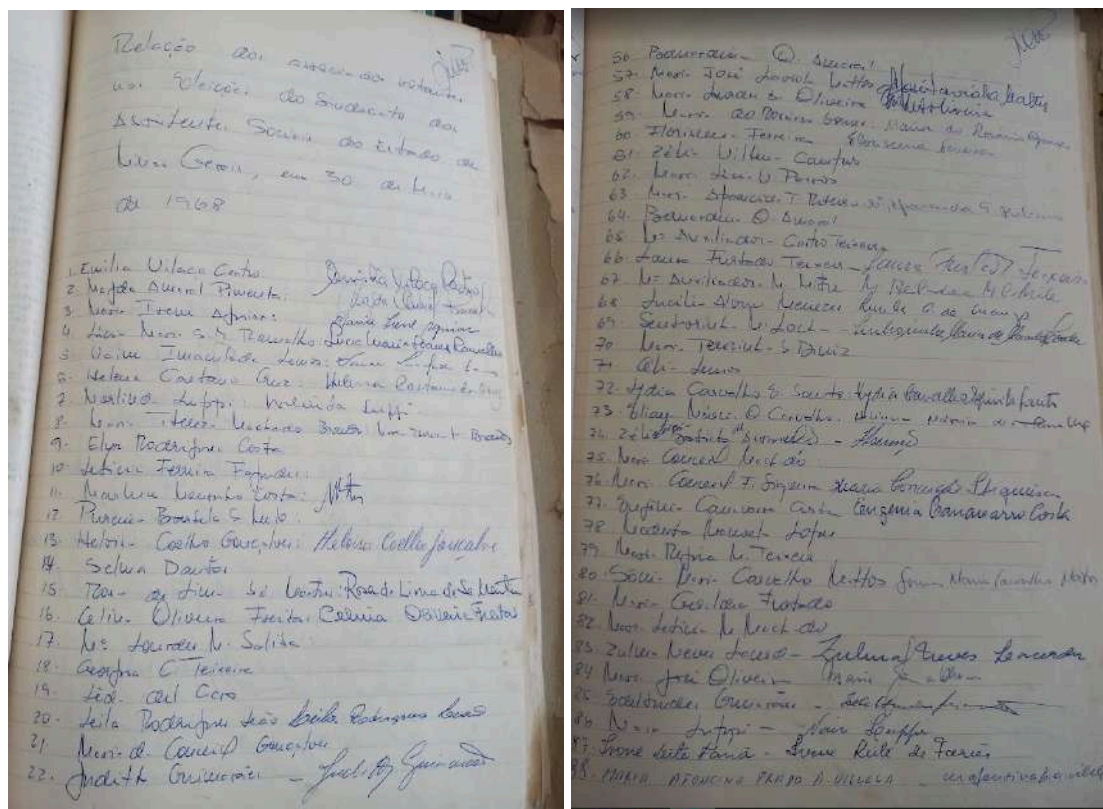


FONTE - ACERVO CRESS - MG

Várias das conselheiras eleitas em 1966 para a composição do CFAS eram filiadas ao Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais como é o caso de Floriscena Ferreira, Lydia Carvalho do Espírito Santo, Lupe Furtado de Siqueira, Lucilia Alvim de Menezes, Maria Catarina Dangelo, Nilda Soares e Irene de Carvalho Silveira assim como algumas das

conselheiras do primeiro mandato também faziam parte do sindicato sendo elas: Nair Luppi, Maria José de Oliveira, Célia Lemos, além de Lydia Carvalho do Espírito Santos que foi reconduzida para o segundo mandato, como se pode verificar nas listas de presenças de assembleias sindicais, conforme imagens abaixo:

IMAGEM 13 - RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS NO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS - ELEIÇÕES 1968



FONTE: ACERVO CRESS - MG

IMAGEM 14 - LISTA DE VOTANTES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS 1971

LISTA DOS VOTANTES PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM 06/05/1971		
Nº	Matrícula	Nome
1	111	Ana Adelina Idm
2	74	Alice R. Camassanta
3	7	Alice Viotti
4	76	Menedita B. Pinheiro
5	82	Cláudia de C. Freitas
6	46	Cláudia Maria Medeiros
7	129	Deisy Bráulio Carvalho
8	8	Rugônia Canavarro Costa
9	9	Elília Vilasça Castro
10	73	Elyr Rodrigues Costa
11	115	Edeltrudes Guimarães
12	155	Filza Neves Tenasser
13	29	Florileusa Ferreira
14	96	Georgina Cândida Castro Teixeira
15	75	Meliana Maria C. Carvalho
16	90	Melotias Osalino Gonçalves
17	5	Ivone Leite da Maria
18	14	Ivone Muscarelhas Corrêa
19	2	Lydia C. Espírito Santo
20	66	Leura Partido Teixeira
21	59	Lupe Partido Siqueira
22	4	Lucília Alvin de Medeiros
23	22	Lêda Afonso Borges
24	127	Mariuzo Nossinho Costa
25	1	Moderata Marcela Lopes
26	103	Maria José de Oliveira

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS 06/05/1971		
Nº	Matrícula	Nome
27	145	Maria Adela V. A. Feres
28	161	Maria de Lourdes F. Valadão
29	118	Maria do Rosário T.O. Pinto
30	17	Maria Elvira Araújo
31	80	Maria Eugênia M. Teixeira
32	149	Maria Auxiliadora M.C. Brito
33	15	Martha Honia
34	56	Maria Geralda Partido
35	11	Maria José Lúcio Mattos
36	16	Maria do Rosário Gomes
37	116	Maria Conceição V. Sampaio
38	161	Maria Auxiliadora de Castro Teixeira
39	199	Meliana Maria Honon
40	164	Maria Beatriz R.O. Gonçalves
41	170	Maria Aparecida P. Ribeiro
42	121	Maria Afonso Vilela
43	195	Maria Stella Dias
44	37	Maria Conceição Machado
45	13	Maria Catarina D'Ángelo
46	27	Maíra Lippi
47	193	Maria Augusta Gostinho Pass
48	60	Martha Aguiar Coimbra
49	158	Megda Amaral Pineta
50	91	Maria Amélia dos R. Ponte Boa
51	62	Maria de Lourdes M. Saliba
52	178	Maria de Lourdes Maia
53	28	Morinda Lippi
54	200	Neuma Batista
55	88	Reza de Lima Sá Martins
56	167	Raquel Martins Gonçalves
57	48	Sônia Maria Carvalho Mattos

FONTE: ACERVO CRESS-MG

É importante destacar que em meados da década de 1960, o movimento sindical dos trabalhadores no Brasil se expandiu consideravelmente no breve período de respiro democrático que durou entre 1945-1964. A organização dos trabalhadores ganhou forte projeção entre os anos de 1950 e 1960, quando as democracias populistas ancoraram-se nas massas para alcançarem legitimidade. O sindicalismo brasileiro se expandiu nesse período, especialmente durante o período governado por Goulart. Mas vale lembrar que as organizações sindicais da época carregavam resquícios da lógica sindical corporativa³², caudatárias do período varguista, onde os sindicatos, muitas vezes incorporados pelo Estado, assumiam atividades intensamente burocráticas, sem grandes enfrentamentos com o patronato. Essa forma sindical burocrática, atrelada ao Estado ficou conhecida como o “peleguismo varguista”, sendo dirigido pela chamada corrente pelega histórica (Arcary, 2011).

³² Segundo Rodrigues (2009, p. 52) um aspecto importante que caracteriza o sindicalismo corporativo, é “o papel desempenhado pelo Estado no estabelecimento das estruturas sindicais e na organização compulsória das “classes produtoras”. O Estado não faz das entidades associativas órgãos de sua administração, como poderia acontecer nas formas estatais de socialismo, mas confere-lhes representatividade e estabelece as modalidades de funcionamento. Os sindicatos são incorporados às “leis da República”, mas não são organismos estatais. Mais precisamente, o Estado concede aos sindicatos (de empregados e empregadores) o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, quer dizer, das categorias. Trata-se, pois, de uma representatividade legal, em que as normas de funcionamento das associações são fixadas pelo poder público.”

Neste sentido, o sindicato dos assistentes sociais em Minas Gerais, até o fim da década de 1960 organizou-se ainda dentro dessa perspectiva.

Do ponto de vista teórico-político, a profissão que até o momento vinculava-se, essencialmente à literatura europeia e estadunidense e de manuais de orientação prática, a partir de 1969, inaugura suas primeiras aproximações à extensa e diversificada tradição marxista - alheia à cultura do Serviço Social na América Latina - e ao diálogo com outras vertentes teóricas e doutrinárias (Iamamoto e Santos, 2016, p.11). Dessa maneira, verifica-se forte influência da Teologia de Libertação da Igreja Católica, de propostas de Paulo Freire, e de uma sociologia assentada na história da América Latina, com destaque à elaborações da “Teoria da Dependência”. Nesse ínterim, o Serviço Social latino-americano apropria-se da rica e diversificada tradição marxista, de caráter manualesco, sem uma rigorosa leitura dos textos de Marx, incorporando de certa forma um “marxismo sem Marx” (Iamamoto, Santos, 2016).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano (MRLA) teve como principal *locus*, segundo Iamamoto e Santos (2016), as instituições de ensino superior com maior abertura ao debate, ante a repressão imposta pelo poder ditatorial. “As experiências de prática de Serviço Social da Reconceituação ocorrem predominantemente por meio de projetos de extensão universitária em convênios ou não com instituições públicas e privadas, ainda que variem nos distintos países” (Ibidem, p.12). Verifica-se daí, em grande medida, o protagonismo que assumiram os intelectuais da profissão, vinculados a instituições de formação acadêmico-profissional, com destaque no Brasil à Consuelo Quiroga, Seno Cornely, Vicente de Paula Faleiros e Leila Lima Santos (Lopes, 2016), sendo esta última membro docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESSUC-MG).

Na entrada dos anos de 1970, no auge da repressão instaurada pelo regime militar, a ESSUC-MG colocou-se um núcleo de oposição e contestação, sob as mudanças acadêmico-profissionais da impelidas pela Reconceituação, tal como nos países de língua hispânica, “tornando-se a formulação inicial e abrangente da perspectiva renovadora de intenção de ruptura no Brasil” (Batistoni, 2017, p.136). Apesar de o campo da formação profissional não ser o nosso objeto de estudo, vale abrir um parêntese para tratar, ainda que rapidamente, do que foi a experiência da ESSUC-MG, que ficou conhecida como “Método-BH”, tendo em vista que, essa proposta é amplamente reconhecida dentro do Serviço Social (Netto, 1991, Batistoni, 2017, Yazbek, 2009) como o “embrião da virada crítica” do Serviço Social brasileiro. Para tanto, consideramos relevante tratar dessa

experiência, dada a sua incidência e importância na cultura política da profissão em Minas Gerais e no Brasil.

4.2.2 A experiência de Belo Horizonte: o Método BH no horizonte das possibilidades de ruptura

Tratar das bases sócio-políticas do Serviço Social em sua virada crítica, sem tratar do que foi o “Método BH” e a importância que este teve para a consolidação de uma cultura crítica entre os assistentes sociais mineiros e brasileiros, é incorrer em uma abreviatura histórica, quase profana. A elaboração do grupo de Belo Horizonte foi um marco no desenvolvimento do Serviço Social no país, a partir dos anos de 1960. Esta experiência foi responsável por testar a cultura político-profissional da categoria em Minas Gerais e no país.

Com equívocos maiores ou menores, este trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. (Netto, 1991, p. 275)

A experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que ficou nacionalmente conhecida como “Método BH”, se deu no início dos anos de 1970 em meio ao ápice da repressão da ditadura militar e dos influxos do capital sobre a classe trabalhadora, como já abordado anteriormente. Naquele período, mesmo a autocracia burguesa tendo estabelecido eficientes dispositivos de controle e encontrado formas de modelar a escola de acordo com seu projeto “modernizador”, no tocante às universidades, o regime autocrático burguês deflagrou processos de resistência e oposição, tendo como um de seus resultantes nos anos 1970, a emergência de uma nova crítica sobre a educação (Netto, 1991, p.102).

A explosão de resistência e de caráter contestador criaram solo para o florescimento de uma cultura predominantemente de esquerda, nas mais diversas expressões (na literatura, no cinema, na música, na emergência de movimentos culturais), reverberando na particularidade da conjuntura nacional os processos dos países capitalistas centrais e da periferia latino-americana (Batistoni, 2019, p. 542). Tais processos permitiram o desenvolvimento de experiências e práticas alternativas, comprometidas com os interesses mais gerais da classe trabalhadora, mesmo em um contexto de acirramento da ditadura (Paula, 2019).

Não obstante Minas sendo um estado conservador, cujas elites reacionárias foram articuladoras do golpe militar, na contra-mão de tais fatos, a região metropolitana de Belo Horizonte, que se encontrava em amplo processo de industrialização e modernização desde meados dos anos de 1950, foi palco de importantes movimentos populares e sindicais e com uma forte tradição do movimento estudantil de perspectivas revolucionárias e socialistas, cuja vinculação dessa militância ao projeto da ESSUC-MG, cunhou marcas (Batistoni, 2019).

Cabe lembrar que no ano de 1968 irrompe-se a greve operária de Contagem, no cinturão industrial da capital, além de outras lutas operárias ocorridas no quadrilátero ferrífero, em aberto confronto tanto com o regime ditatorial que cerceava a liberdade e a autonomia sindical, quanto com a política econômica fundada na superexploração do trabalho. Os operários reivindicavam aumento salarial acima dos índices oficiais, surpreendendo o governo militar, que foi obrigado a ceder. O movimento grevista foi apoiado pelos estudantes, intelectuais, quadros da Igreja católica, além da ação dos grupos da esquerda (Ibidem). Esse contexto sociopolítico contribuiu “para tornar Belo Horizonte um tópos adequado à expressão inicial do projeto profissional da ruptura” (Netto, 1991, p. 262 apud Batistoni, 2019, p. 543).

Neste período o Serviço Social brasileiro encontrava-se num processo de renovação (como também já tratado no capítulo anterior), condicionado pelas novas exigências impostas pelo processo de reestruturação produtiva pelo qual o país passava. As bases tradicionais da profissão já não respondiam mais a realidade histórica daquele período e exigiam um reposicionamento profissional tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quanto do ponto de vista técnico-operativo e ético-político. Esse contexto possibilitou ao Serviço Social a inauguração da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão, através da experiência desenvolvida na Escola de Serviço Social de Minas Gerais – que se tornou, posteriormente, a PUC Minas, em Belo Horizonte (Ibidem).

O “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa de práticas próprias do tradicionalismo, envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (Netto, 1991, p. 276)

Se concordamos que não se faz a análise da profissão sem colocá-la em seu devido chão histórico, vinculando-a ao movimento da realidade concreta, também admitimos que esta análise prescinde de uma vista além-muros que considere também o movimento de toda a América Latina e do mundo, já que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro encontra-se umbilicalmente vinculado ao Movimento de Reconceituação Latino-americano

(MRLA). Não poderia ser diferente o modo de análise da virada crítica profissional do Serviço Social mineiro, que teve um papel preponderante no processo de renovação crítica da profissão no país e sofrerá forte influência do MRLA.

O MRLA se engendra num contexto de intensificação das lutas sociais no continente, a partir da experiência cubana de 1959³³. Tal experiência incluiu na agenda a perspectiva da revolução socialista e, no contexto geopolítico da Guerra Fria, ampliou o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Esse processo foi desencadeado pelo cenário de efervescência das lutas e movimentos sociais e incidiu diretamente nos Estados nacionais, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura (Batistoni, 2017, p.138-139).

Essa conjuntura geopolítica reverberou no Serviço Social provocando “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina (Netto, 1991) resultando num amplo questionamento dos fundamentos, finalidade, compromisso ético e político, formação profissional e procedimentos operativos do Serviço Social, guardadas as particularidades e diferenças de cada país. Sendo assim, expressou uma ampla articulação político-profissional continental, direcionada pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social e pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Celats-Alaets), “soldando uma unidade de diversidades nacionais” (Iamamoto, 2015, p.4 apud Batistoni, 2017, p. 139).

Conforme sinaliza Batistoni (2021, p.72), o “Método BH” foi elaborado no contexto de maior adensamento da repressão militar e se originou em uma inédita reestruturação curricular da formação de assistentes sociais que resultou no desenho de um projeto acadêmico profissional, global, alternativo e abrangente que inaugurou a trajetória da intenção de ruptura com os marcos do tradicionalismo do Serviço Social brasileiro. Uma de suas principais idealizadoras foi a professora Leila Lima Santos que junto com outras colegas, como as professoras Ana Maria Quiroga e Consuelo Quiroga, elaboraram uma proposta de formação profissional de direção crítico-metodológica, se assim podemos chamar, como reforça Consuelo Quiroga em entrevista concedida para esta pesquisa, no dia 14 de agosto de 2025:

³³ A revolução cubana entra na cena política mundial no panorama de um movimento comunista internacional que, aos poucos, mas irremediavelmente, perdia o seu caráter monolítico, dessa forma, a revolução causou um grande impacto sobre as esquerdas latino-americanas nos anos 1960 e 1970. Uma vez vitoriosa em 1959, passou a representar um marco na história do socialismo e das lutas revolucionárias latino-americanas. Michael Löwy (1999), ao fazer uma periodização da história do marxismo no continente, colocou a revolução cubana como ponto de referência para a abertura de um terceiro período revolucionário, o qual se destaca pela ascensão de correntes radicais que tinham em comum a defesa da natureza socialista da revolução e a legitimidade da luta armada (Sales, 2011, p. 91).

[...] o “Método BH”, ele vem em função de tentar criar uma alternativa sobre a compreensão (do Serviço Social) de caso grupo e comunidade, enquanto uma compreensão metodológica. [...] a gente começou a pensar como que o Serviço Social poderia intervir e que tipo de compreensão ele tinha que ter, sem ser algo isolado, como era o (Serviço Social de) caso de grupo e comunidade. (Quiroga, 2025)

Este grupo de professoras estabeleceu um diálogo inédito e inimaginável num contexto de forte repressão, com segmentos organizados de profissionais que integravam o Movimento de Reconceituação Latinoamericano. Esse diálogo teve seu início quando professoras da capital mineira participaram de diversos seminários organizados pelo Instituto de Solidariedade Internacional (ISIS).

Nós fomos em alguns seminários que aconteciam a partir do ISIS-Instituto de Solidariedade Internacional que tinha sede em Lima. Vários de nós aqui do serviço social (Professores da ESSUC-MG) participamos desses seminários, mas já com alguma proposta [...] porque a escola já tinha uma efervescência política, a ponto que nós fomos nessa discussão de método de intervenção profissional. Fomos para discutir com os chilenos, com a Colômbia, que já tinha também alguns pensadores e nós já fomos (para esses seminários) para contribuir com essa interlocução. (Quiroga, 2025)

As professoras, ao retornarem para a Escola de Minas Gerais trazendo consigo o manuscrito “Método Básico”, elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Santiago, no Chile, especialmente pelo grupo chileno de assistentes sociais que liderava o Movimento de Reconceituação, foram sistematicamente estudados, discutidos e tidos como novas fontes teóricas, na Escola de Minas Gerais (Ibidem). De acordo com as informações fornecidas por Quiroga:

[...] a partir daí a gente começou a ter uma interlocução com essa América Latina de língua espanhola, especialmente, pessoal do Chile. Tivemos influência do método básico do Chile, o nosso método que depois ficou (conhecido como) “Método BH” como nome, mas na verdade a grande influência (se deu a partir) do pessoal da Universidade Católica do Chile. Teresa Queiroz, Diego Palma, enfim, que eles já vinham trabalhando nesta proposta, até porque eles já haviam vivido a experiência do governo Allende, que caiu em 1973 [...] e já tinham vivido antes também, uma influência social democrata, aliás, de democracia cristã, de Eduardo Frei, que foi o presidente anterior ao Allende, que já era uma figura já conservadora, sem dúvida, mas já com a compreensão de direitos sociais. Então, o Chile já vinha com avanço, a ponto que as ciências sociais, que na verdade já tinha a influência do CLACSO³⁴.

³⁴ O CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais foi criado em 1967 por cientistas sociais de 35 instituições. Durante as ditaduras militares que se espalharam pelo continente nos anos 1960 e 1970, o Clacso cumpriu um papel fundamental de preservação da autonomia e da capacidade de investigação científica regional, abrigando intelectuais exilados e proporcionando sua recolocação institucional. Sua fundação constituiu um momento importante das ciências sociais da região, que alcançaram um alto nível de elaboração com a formulação da problemática do desenvolvimento e da dependência. Seu primeiro secretário-executivo foi Aldo Ferrer (1967-70).

Dessa forma, influenciadas pelos documentos chilenos, o corpo docente realizou uma avaliação do currículo básico e do processo de formação da ESSUC-MG. “E, a partir dessa avaliação, elaborou-se uma estrutura curricular que, implantada em 1971, mudou radicalmente todo o processo de ensino. Nessa reorganização estava, também, a semente que iria produzir o Método BH” (Barbosa, 1997, p. 26 apud Paula, 2019, p. 2).

Neste sentido, a perspectiva do “método” adotado pela ESSUC-MG era não só de uma crítica ideológica e da denúncia epistemológica e metodológica, mas também da recusa de práticas próprias do tradicionalismo. Dessa forma, procurou ultrapassar o tradicionalismo a partir do esboço de um novo e amplo projeto profissional que firmava, inclusive um conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos assistentes sociais (Netto (1991). O projeto foi construído com a preocupação de que sua elaboração contasse com ampla participação coletiva e um processo contínuo de revisão e autocrítica³⁵.

Netto (1991, p.277) vai indicar dois aspectos relevantes nas formulações da ESS da UC-MG sendo o primeiro referente à natureza institucional das elaborações teórico-metodológicas e interventivas que se deram através de projetos de extensão da universidade, envolvendo o poder público através de parcerias com prefeituras, LBA, etc. e o segundo aspecto é referente à interiorização desses projetos, já que a escola buscou executá-los tanto na capital (Belo Horizonte), quanto em cidades do interior como Contagem, Itabira, João Monlevade e Formiga. Essas formulações estabeleceram-se a partir das primeiras aproximações com a tradição marxista e do diálogo com outros campos do saber, em consonância com a perspectiva de compromisso com os interesses e as lutas das classes subalternas, influenciadas pelo Movimento de Reconceituação na América Latina (Batistoni, 2001).

O “Método BH” resultou em uma proposta bastante avançada de ruptura da profissão com o seu conservadorismo histórico, além de uma proposta crítica avançada e abrangente, rechaçando qualquer postura asséptica ou transclassista, considerando o objeto de trabalho do assistente social como “a ação social da classe oprimida” e que à ela se sincronizam os objetivos profissionais (Netto, 1991, p. 279). Posto isto, podemos inferir no que foi a representatividade do “Método BH” no que tange a sua incidência e herança na cultura político-profissional da época.

³⁵ Conforme consta no documento da “Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG” redigido em 1974, o projeto foi amplamente discutido entre professores e alunos no que se refere aos problemas metodológicos, teóricos e práticos nele contidos, além de um contínuo processo de revisão e avaliação no sentido de buscar uma adequação profissional às exigências e necessidades da realidade da época.

O que se pretende deixar remarcado é que explicitando uma proposição global de alternativa ao tradicionalismo ele inaugurou - enquanto formulação de um projeto profissional que, respondendo a particularidade da conjuntura brasileira, estava sintonizado com as vanguardas renovadoras mais críticas da América Latina - a perspectiva da intenção de ruptura enfrentando as questões mais candentes da configuração teórica, ideológica e operativa que constituem uma profissionalidade como a do Serviço Social. (Netto, 1991, p.289)

Contudo, o fato de o “Método BH” ter acontecido no momento em que o terror de estado se institucionalizava enquanto política dada pelo regime militar, impediu que este tivesse ressonância e difusão para outros cantos do país, permanecendo como uma expressão isolada da Reconceituação latino-americana até fins da década de 1970, ainda que tenha ganhado ampla visibilidade nas universidades Latino-americanas afirmando-se como uma referência (Batistoni, 2019). O projeto foi interrompido em 1975 frente à uma crise interna que resultou no pedido de demissão de todo o corpo docente da ESSUC-MG, o que foi acatado pela direção da entidade, inviabilizando sua continuidade naquele momento e espaço. “O resgate do projeto da escola reapareceu para segmentos do Serviço Social brasileiro no final da década de 1970 e início da seguinte, sob novas bases sociais e políticas do país, com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica” (Ibidem, 2019, p.540).

Não há dúvidas de que a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que ficou conhecida como “Método BH”, se coloca na vanguarda da virada crítica do Serviço Social brasileiro, deixando um legado ídeo-político na profissão no estado de Minas Gerais e em todo o país.

A partir dessas acepções podemos afirmar que o Serviço Social mineiro realizou sua virada crítica profissional antes do restante do país?

4.2.3 Dos anos de 1970, a década da virada, à 1990 a, década da consolidação

No plano da organização política, os anos de 1970 foram muito intensos para o Serviço Social em Minas Gerais. Em maio de 1971 ocorreu mais uma eleição para a presidência do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. Todavia, havia pouca mobilização para a direção da entidade como se verifica no documento de “Normas necessárias para eleição da chapa de 1971”, onde a presidente na época, a assistente social Marluce Mousinho Costa, redige o seguinte texto, conforme imagem 15:

Prezados Colegas,
Estamos enviando, para seu conhecimento, as normas necessárias à vocês de serem realizadas as eleições da NOVA DIRETORIA do sindicato. Sabemos que todos dispõem de pouco tempo para se dedicarem às atividades

sindicais. Entretanto, dada a significação e importância, para a classe, da existência deste órgão representativo, desejamos informar-lhes sobre as próximas eleições, para que haja grande mobilização no nosso meio.

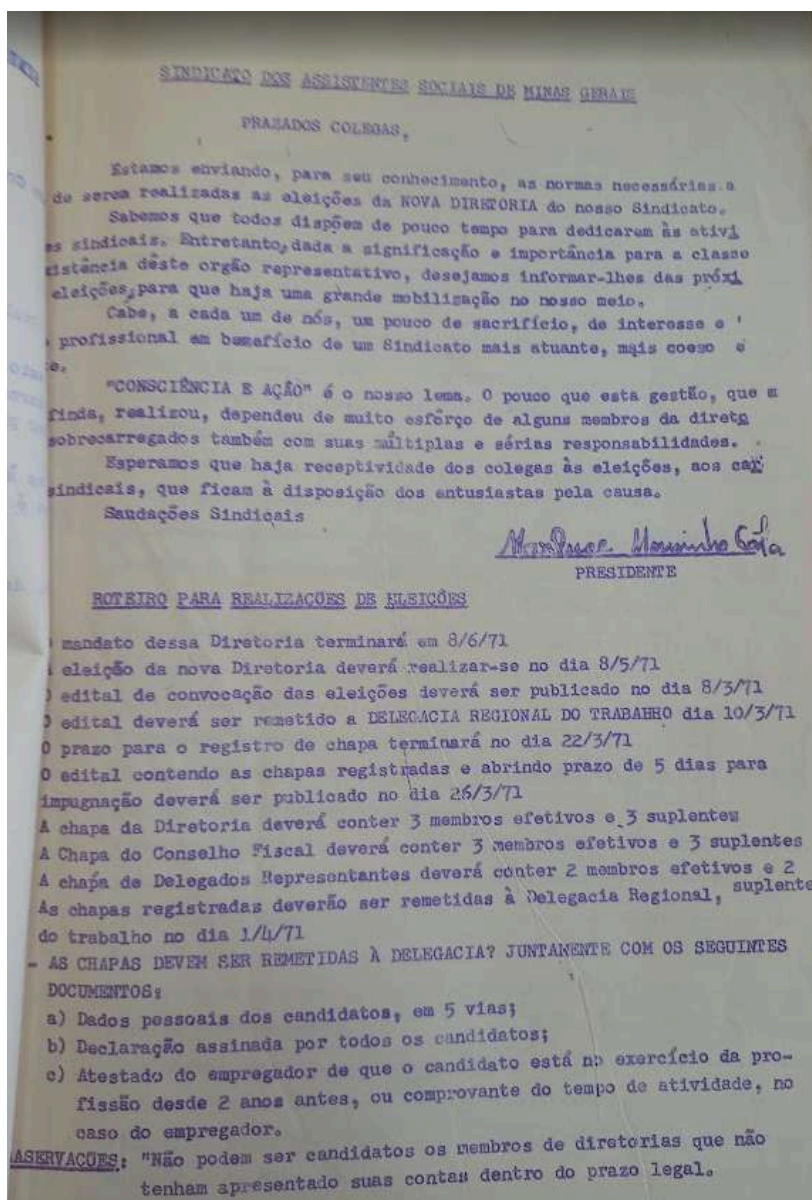
Cabe a cada um de nós um pouco de sacrifício, de interesse e compromisso profissional em benefício de um sindicato mais atuante, mais coeso e forte.

“CONSCIÊNCIA E AÇÃO” é o nosso lema. O pouco que esta gestão, que se finda, conquistou, realizou dependeu de muito esforço de alguns membros da diretoria, sobrecarregados também com as suas múltiplas e sérias responsabilidades.

Esperamos que haja receptividade dos colegas às eleições, aos cargos sindicais, que ficam à disposição dos entusiastas pela causa. (Imagem 15)

Saudações sindicais.

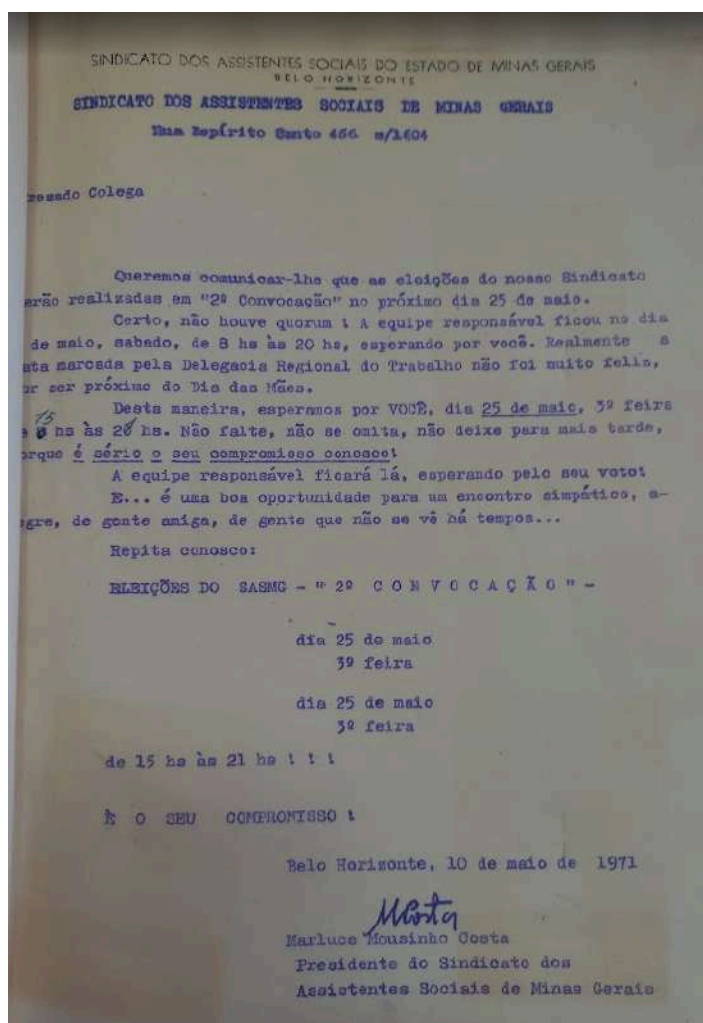
IMAGEM 15 - NORMAS DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS PARA A ELEIÇÃO SINDICAL 1971



FONTE: ACERVO CRESS-MG

Lembrando que se tratava de um período de acirramento da repressão ditatorial e a mobilização da classe trabalhadora como um todo encontrava-se rarefeita e, não diferente das demais categorias profissionais, os assistentes sociais que atuavam em “linha de frente” também encontravam-se desmobilizados. A cultura política profissional de resistência e enfrentamento das contradições da sociedade burguesa manifestaram-se de forma mais coesa e organizada dentro do campo acadêmico. No campo da atuação profissional mais direta, de atendimento às demandas sociais, a organização política encontrava-se desmobilizada. A eleição para a composição da diretoria sindical e da comissão de fiscalização, que ocorreria no dia 8 de maio, não obteve o quórum mínimo necessário, sendo assim, foi redigida uma carta direcionada aos profissionais a fim de mobilizá-los para a segunda convocação das eleições, conforme se verifica na Imagem 16:

IMAGEM 16 - CARTA DE 2ª CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS 1971



FONTE - ACERVO CRESS MG

À época, a assistente social Lucia Maria Ramalho Azevedo foi eleita presidente do sindicato, em 25 de maio de 1971, após a segunda convocação para as eleições, onde compareceram 43 profissionais dos 73 em condições de votar (Imagem 17). As eleições ocorreram com a candidatura de chapa única e foram eleitas como representantes do Sindicato das Assistentes Sociais de Minas Gerais para compor o Conselho da Federação Nacional de Assistentes Sociais - FENAS, Wandy Figueiredo Ferreira e Maria Auxiliadora Mitre (Imagem 18).

IMAGEM 17 - ATA GERAL DE APURAÇÃO DE ELEIÇÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS

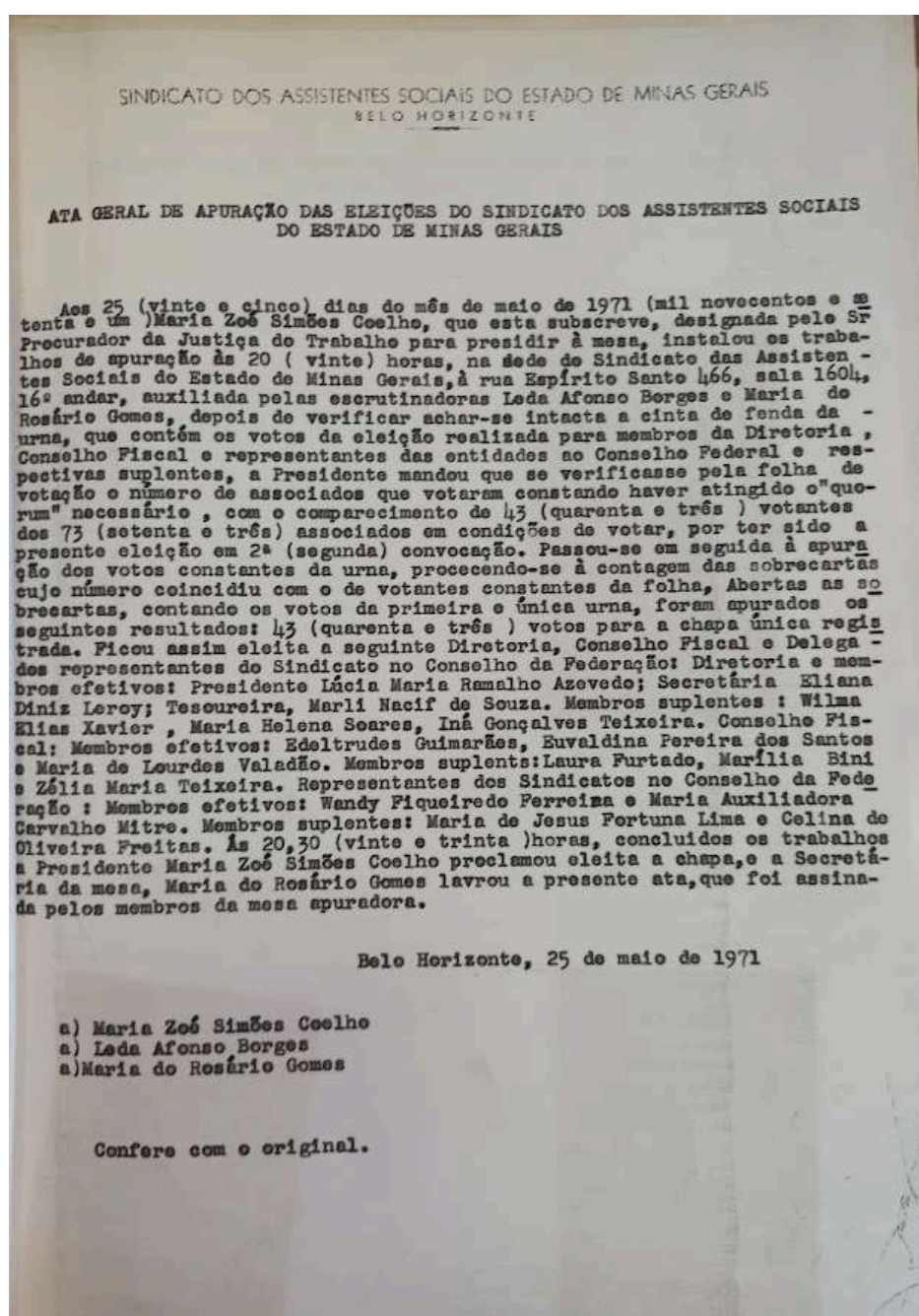
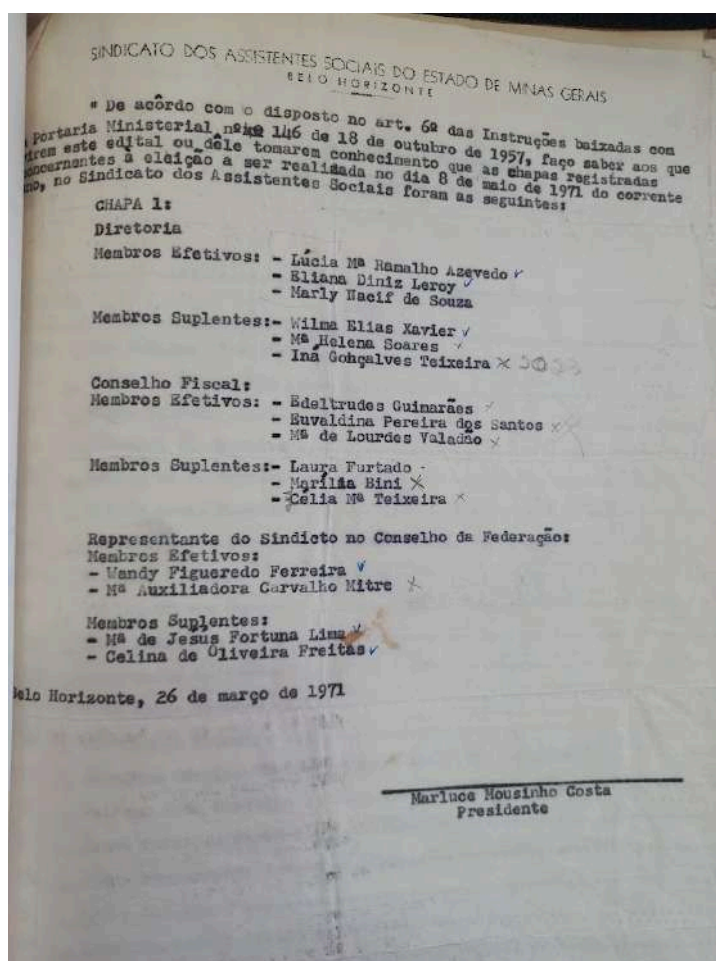


IMAGEM 18 - INSCRIÇÃO CHAPA SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS 1971



FONTE: ACERVO CRESS-MG

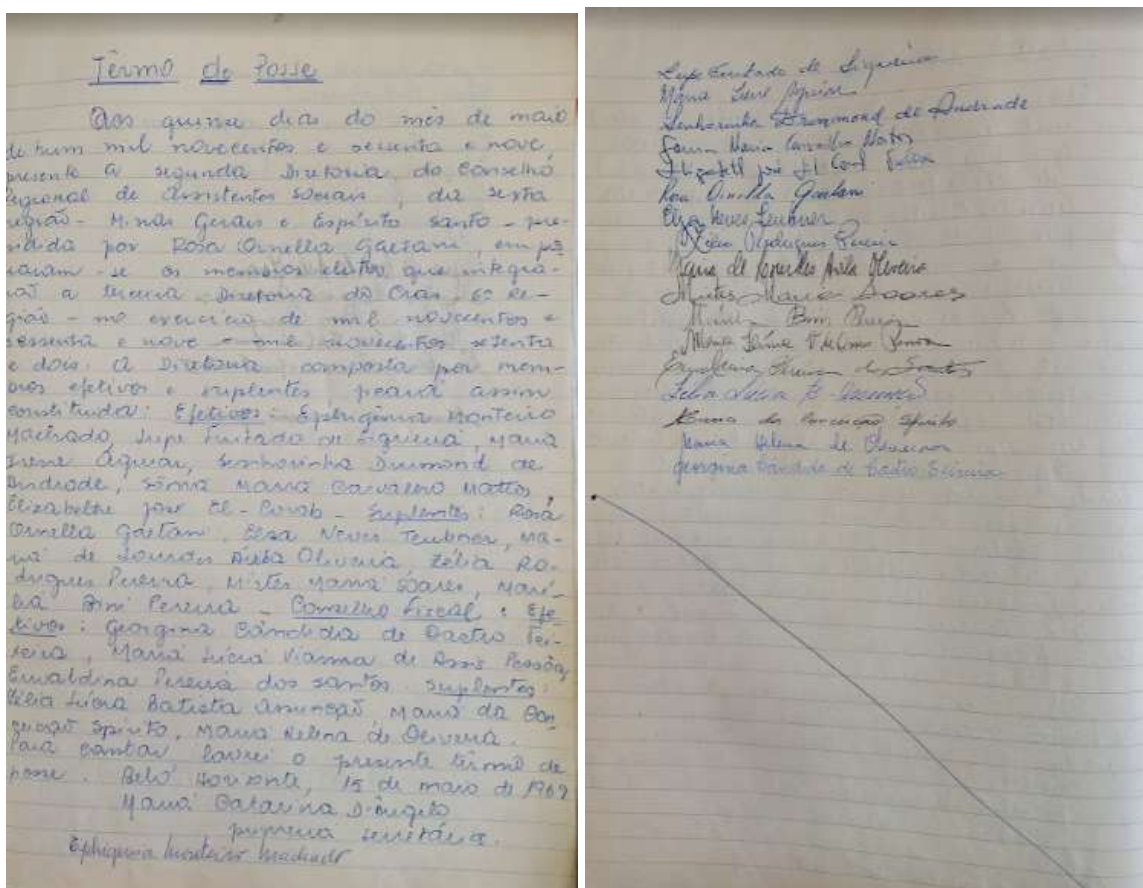
É importante relembrar que os sindicatos no país foram duramente atacados durante o regime ditatorial e várias foram as tentativas de “domesticar” essa força. Uma vez bloqueada a ação sindical, interrompe-se um ascenso dos movimentos que vinham crescendo e se organizando desde a década de 1960. A estrutura sindical, nos anos de 1970, que resultou deste processo, se acomodou aos interesses dos militares e das empresas. Assim, se inicialmente os motivos do desmonte do movimento sindical cumpria o objetivo de evitar reações ao golpe, logo tais objetivos passaram a ser o de conter os salários (Navarro, 2017). A autocracia burguesa não só desmantelou os sindicatos e as organizações paralelas, como buscou intervir nas estruturas pelo estímulo da formação de novos quadros, procurando limitar a atuação sindical à ações de caráter assistencial e cartorial (Oliveira, 2002).

Este cenário do início da década de 1970, obviamente, teve impacto na organização política do Serviço Social mineiro que, no âmbito das duas maiores entidades de representação política da categoria no estado (CRESS e sindicato), movimentava-se ainda timidamente, no sentido de composição de uma massa crítica hegemônica. A própria estrutura

sindical da época se organizava em torno de questões mais assistenciais com uma forte característica do que Boito Júnior (1991) irá chamar de “Sindicalismo de Estado”³⁶.

Em 15 de maio de 1969 tomou posse a terceira diretoria do então CRAS 6ª Região para o triênio 1969-1972 composta pelos membros efetivos: Elizabeth José El-Corab (presidente), Ephigênia Monteiro Machado, Lupe Furtado de Siqueira, Maria Irene Aguiar, Senhorinha Drummond de Andrade, Sônia Maria Carvalho Matos; suplentes: Rosa Ornella Gaetani (antiga presidente), Elsa Neves Teubner, Maria de Lourdes Ávila Oliveira, Zélia Rodrigues Pereira, Mirtes M. Soares, Marília Bini Pereira, além das componentes do Conselho Fiscal, efetivas: Georgina Cândida de Castro Teixeira, Mari Lucia Vianna de Assis Pessoa, Ernaldina Pereira dos Santos; Suplentes: Zélia Lúcia Batista Assunção, Maria da Conceição Spirito e Maria Helena de Oliveira.

IMAGEM 19 - TERMO DE POSSE DA TERCEIRA DIRETORIA DO CRAS 6ª REGIÃO



FONTE: CRESS-MG

³⁶ Segundo Armando Boito Júnior (1991) o Sindicalismo de Estado é marcado por uma teia de relações entre burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores. Esses atores mantêm entre si uma relação imbricada para a formação de uma totalidade estruturada e que se dá no âmbito aparelho estatal, quais sejam os sindicatos oficiais, as federações e confederações, bem como na Justiça do Trabalho. Essa forma de organização imposta pelo Estado pressupõe a submissão dos sindicatos à cúpula estatal, de modo que não se poderia por fim à essa estrutura sem a destruição dos órgãos oficiais.

Enfatizo que a grande maioria das componentes da terceira diretoria do CRAS 6ª Região também eram filiadas ao Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, o que mostra uma organicidade entre as duas entidades que irá perdurar até a extinção do sindicato no fim dos anos 1990, como salientou a assistente social Lea Lúcia Cacílio Braga em entrevista concedida para esta pesquisa em 30 de Julho de 2025. A mesma argumentou que: “Nós (sindicato) tínhamos em Minas Gerais um diálogo muito bom e muito aproximado com o CRAS na época [...] Nós tínhamos o debate de unificação das agendas”.

Dessa forma, verifica-se através da pesquisa documental realizada que durante todo o período de existência de ambas as organizações haverá uma alternância de participação e direção nas duas entidades que, inclusive nasceram, praticamente, juntas, sendo o Sindicato em 1962 e o CRAS 6ª Região em 1963. Neste sentido, salvo algumas exceções, a cultura político-profissional difundida pelas principais instâncias de organização da categoria dos assistentes sociais mineiros caminhava em sintonia, numa mesma direção ídeo-política.

Em 1973, no auge da repressão ditatorial, o Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais foi fechado em razão da baixa adesão sindical dos profissionais. Na época, como ainda hoje, grande maioria do corpo profissional da época, cerca de 62,5%, trabalhavam em instituições públicas e recebiam punição, visto que, de acordo com a Convenção das Leis Trabalhistas (CLT) em vigor na época, a sindicalização era proibida ao funcionalismo público (SASEMG, 1987).

Se no início da década de 1970 o cenário político no Brasil e em Minas Gerais eram de extrema hostilidade para a classe trabalhadora e para a possibilidade de organização política, não tardou para que a reação acontecesse. Se, por um lado, a estrutura sindical ficou “domesticada”, por outro lado, a sociedade civil passou a exigir a redemocratização do país e a participar das lutas mais gerais” (Navarro 2017, p. 3). Na primeira quadra dos anos 70, as promessas do governo ditatorial de um “Brasil, grande potência”, desfez-se em poucos anos. A crise do capital atingiu diretamente o “milagre brasileiro”, expondo a realidade de uma dívida externa crescente e sem alternativa de soluções (Falcão, 2008).

Em Minas Gerais, em 1968 explodiram as primeiras greves fabris no polo industrial de Contagem com a adesão de cerca de 15 mil trabalhadores que exigiam, entre outras coisas, o aumento de salário acima dos índices oficiais. As greves do operariado mineiro e do operariado paulista que aconteceram também em 1968 em Osasco, pegou o governo de surpresa, obrigando-o a recuar. Essas greves marcaram a saída da classe operária da posição de defensiva, onde foi posta desde o golpe, para uma luta aberta de oposição e resistência contra o regime. O resultado do levante dos operários foi o recrudescimento da repressão com

invasões policiais e prisões nas fábricas e nos sindicatos, intervenções sindicais, cassações e prisões das lideranças (Batistoni, 2017b).

Contudo, a intensa repressão e violência estatal, que se adensa nos anos seguintes, encontrará seus limites. O regime já não conseguia se legitimar frente a crise econômica que se desenhava e aumento do custo de vida da classe trabalhadora. Desse modo, com a intensificação das lutas sociais de resistência e oposição ao regime, bem como por melhorias das condições gerais de vida, a Ditadura militar começa a dar sinais de esgotamento. Assim, o Governo Geisel (1974-1979) inicia com o discurso da necessidade de se transitar para a abertura política de forma “lenta, segura e gradual” no que ele denominou como “processo de distensão”.

O discurso de Geisel era de se realizar uma “transição controlada”, em um processo gradual de liberalização do regime que fosse aos poucos suprimindo os instrumentos de exceção, e assim encaminhasse o país a uma progressiva institucionalização. Todavia, o que se observou foi uma constante alternância entre a utilização dos mecanismos de repressão e a introdução de outros menos ostensivos (Reis, 2010). Este processo se deu em meio à disputas e conflitos tanto para “dentro” quanto para “fora” do governo.

Para “dentro”, o que se tinham eram sérias resistências do meio militar ao projeto de distensão proposto pelo grupo “castelista” (como eram identificados os militares que idealizaram a distensão), sendo as mais explícitas provenientes dos setores ligados à chamada “linha-dura” do regime, para quem o poder militar, em nome da segurança nacional e do combate à subversão e ao comunismo, deveria se manter inalterado (Reis, 2010, p.222). Já para “fora” do governo, estava o maior desafio de todos - o controle das massas e a legitimação do poder estatal.

A pura coerção mostrou-se inepta (Netto, 1991) para a solução da grande crise social em curso. O que o bando “castelista” não contava era com a tomada das ruas e praças do país pelos diversos movimentos de protesto e de contestação às políticas do regime militar, obrigando o governo, e também a oposição liberal, a ampliar a agenda política relacionada com os rumos da redemocratização do país. Com efeito, a chamada sociedade civil, que, afastada dos espaços decisórios da “grande política”, se organiza numa ação coletiva, colocando na cena política um conjunto de questões relacionadas às demandas mais gerais da classe trabalhadora, ocupando praças, igrejas, bares, escolas, e transformando-os, em espaços públicos de “reorganização política e de oposição à autocracia burguesa (Reis, 2010, p. 223).

O Serviço Social não irá passar ao largo de toda essa conjuntura histórica. A profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 1982), vivencia a pungência da

reorganização da classe trabalhadora no Brasil a partir de meados dos anos 1970 em um duplo movimento: tanto na sua própria condição de classe trabalhadora, como no reconhecimento das demandas mais gerais da classe trabalhadora como objeto de ação profissional.

É nessa conjuntura de efervescência social que segmentos de vanguarda da categoria passam a repensar a função da profissão em face das contradições sociais e se sintonizam com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. (Guazzelli, et al, 2024, p. 15)

O cenário de intensas lutas sociais na década de 1970 aproximou segmentos profissionais do Serviço Social dos movimentos sociais, bem como, os vinculou aos projetos societários das classes subalternas. Tal vinculação se deu através da inserção dessas frações de profissionais em movimentos sociais, sindicais e organizações político-partidárias, tanto através da militância e participação, quanto por mediações sócio-ocupacionais e acadêmicas que atuavam como instâncias mediadoras entre estes projetos societários e os projetos profissionais em disputa. Dessa forma, as ações profissionais desenvolvidas junto à processos de mobilização e de organização popular, impactaram a dinâmica interna da profissão na direção da ruptura com o conservadorismo (Ibidem, p. 17). Muitos assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na época foram duramente perseguidos, presos e torturados pelo regime militar em Minas Gerais, especialmente aqueles que vinculavam-se organicamente à partidos de esquerda e à militância em movimentos sociais ou estudantis. Temos o exemplo de José Paulo Netto, Marilda Villela Iamamoto, Maria Rosângela Batistoni e tantos outros.

Em Minas Gerais, a experiência da ESSUC-MG, já trabalhada anteriormente, teve forte impacto em toda uma geração de profissionais, que se concentravam na região metropolitana do estado. É inegável o caldo político-cultural que essa experiência deixou para o Serviço Social mineiro. Sob a coordenação da professora e assistente social, Leila Lima Santos, o método representou um “pólo de oposição à modernização tecnocrática e conservadora do Serviço Social no país, nos anos duros da ditadura militar” (Iamamoto, 2007, p.164).

Nessa experiência, se desenvolve uma original proposta de formação profissional que inaugurou os processos de ruptura com os marcos do tradicionalismo na profissão no Brasil. Suas formulações assentaram-se nas primeiras aproximações aos aportes da tradição marxista e da interlocução com outras áreas do conhecimento, aliadas à perspectiva do compromisso com os interesses e lutas das classes subalternas. (Guazzelli, et al, 2024, p. 18)

IMAGEM 22 - PÁGINA DE JORNAL REFERENTE À COLUNA DE ROBERTO ARAÚJO SOBRE SITUAÇÃO DE EMPREGO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL EM 1981



171

que, ou encontravam-se fechados ou tinham a questão assistencial como linha de ação. Dado este cenário, nesse panorama ressurgem também as associações de categorias como passo inicial exigido pela estrutura vigente para a fundação de sindicatos³⁷ (SASEMG, 1987). Esse movimento ocorreu em quase todas as categorias profissionais do país, e foi similar no Serviço Social.

Neste sentido, as aproximações de parte do corpo profissional com a militância política e social mediada pelos espaços sócio-ocupacionais e acadêmica começava a ser absorvida para dentro do sindicato. No fim da década de 1970, a categoria irá reorganizar sua ação político-sindical vinculando-se ao sindicalismo classista, autônomo e de lutas que irá se denominar de “novo sindicalismo”³⁸, embebida da conjuntura social da época (Abramides, Cabral, 2009).

IMAGEM 20 - LISTA DE PRESENÇA REUNIÕES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS - 1978

Presença dos associados do SASEMG, participantes da Assembleia Geral Extraordinária de 06/12/78, realizada em casa do jornalista de Minas, às 18 horas, em 1ª reunião convocada.	
Nº de ordem	Nome do associado (assinatura)
001	procurador
002	procurador
003	procurador
004	procurador
005	procurador
006	procurador
007	procurador

Presença dos associados do SASEMG, participantes da Assembleia Geral Extraordinária de 09/03/78, realizada em casa do jornalista de Minas, às 19h30, em 2ª reunião convocada.	
Nº de ordem	Nome do associado (assinatura)
001	procurador
002	procurador
003	procurador
004	procurador
005	procurador
006	procurador
007	procurador
008	procurador
009	procurador
010	procurador

FONTE: ACERVO CRESS-MG

³⁷ Conforme sinaliza Abramides (2009, p.52) para transformar as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) em Sindicatos, era necessário 20% de profissionais filiados/as à entidade. Isso porque, na década de 1970, a abertura de sindicatos, no Brasil, estava sujeita a um rígido controle estatal, seguindo as diretrizes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para que um sindicato pudesse ser criado, exigia-se uma série de requisitos formais, além do registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ademais, a estrutura sindical era corporativa, com sindicatos únicos por categoria e com forte influência do Estado.

³⁸ “Segundo Abramides e Cabral (1995, p. 15) o novo sindicalismo se manifesta no âmbito da independência e autonomia de classe em relação ao Estado e ao patronato e se direciona à um sindicalismo de lutas, de massas de base, que rompe com a estrutura sindical vertical prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e constrói a nova estrutura sindical a partir da CUT”.

No cenário nacional, inicia-se, nesse período uma série de lutas pela reposição salarial em razão da falsificação dos dados referentes ao aumento do custo de vida, cometidas pelo então ministro Delfim Neto, dessa maneira, em setembro de 1977 os metalúrgicos de São Bernardo realizam uma assembleia para organizar as lutas e o evento contará com cerca de 5 mil trabalhadores, nascem ali, o novo sindicalismo no Brasil (Abramides, Cabral, 1995). Em maio de 1978 eclodiu no ABC paulista, principal complexo industrial do país, uma insurreição do operariado contra o arrocho salarial. As greves dos metalúrgicos do ABC paulista desafiaram as leis existentes e serviram de referência política para uma série de movimentos grevistas em todo o país, abrangendo várias categorias de trabalhadores. Neste cenário, os movimentos de organização dos trabalhadores retomam a cena política, reivindicando o retorno da democracia política e social, denunciando o “modelo” de desenvolvimento capitalista no país e a superexploração da força de trabalho (Alves, 2000).

A partir de 1978, o cenário político e social é rico em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões. É uma luta salarial, de caráter generalizante, que envolve uma série de categorias assalariadas. Surge uma série de fóruns intersindicais. (Ibidem, p. 112)

Em maio de 1979 as greves já atingiam mais de 3 milhões de trabalhadores, se mantendo no ano seguinte e se espalhando, atingindo também os trabalhadores do campo (CEAS, 1985). Ampliaram-se as iniciativas no interior do movimento sindical que indicavam uma renovação de concepções e experiências. Dessa forma, nascem novas práticas sindicais com maior vinculação com as bases e despontam novas lideranças menos dependentes das tradições pelegas ou das organizações políticas tradicionais (CEAS, 1985, p.45). Emergia no cenário nacional uma nova estrutura sindical que ficaria conhecida como “novo sindicalismo”.

Inspirados nas greves que aconteciam no ABC paulista, os operários da construção civil, após uma assembleia sindical ocorrida em julho de 1979, se rebelaram contra as péssimas condições de trabalho e ocuparam as ruas de Belo Horizonte, enfrentando as forças policiais. Confrontos violentos ocorreram nas ruas entre os operários e a polícia militar, levando à morte um trabalhador. Logo em seguida, os metalúrgicos da Mannesmann pararam a fábrica durante 10 dias, e a greve se alastrou por todo o cinturão industrial da região (Alberto, 2021, p.15).

“A efervescência sindical no movimento operário se expandiu para outras categorias de trabalhadores que retomaram seus sindicatos e associações pré-sindicais. Entre esses trabalhadores estavam os assistentes sociais com um amplo processo de organização e lutas”

(Abramides, 2016, p.8). Neste sentido, no processo de reorganização e rearticulação das entidades sindicais da categoria que acontecem por volta de 1977, as direções, majoritariamente, se alinham aos setores de esquerda do movimento operário e popular que se organizavam naquele momento em torno da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) 1977 a 1979 e, posteriormente, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir de sua fundação em 1983 (Abramides, Cabral, 2009, p. 56).

A inserção das entidades sindicais da categoria, nessa concepção e prática sindical classista, a partir de 1977, é constitutivamente determinante na construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social Brasileiro, assim denominado nos anos 90, que se consolida no processo de ruptura com o conservadorismo. (Abramides, Cabral, 2009, p. 56)

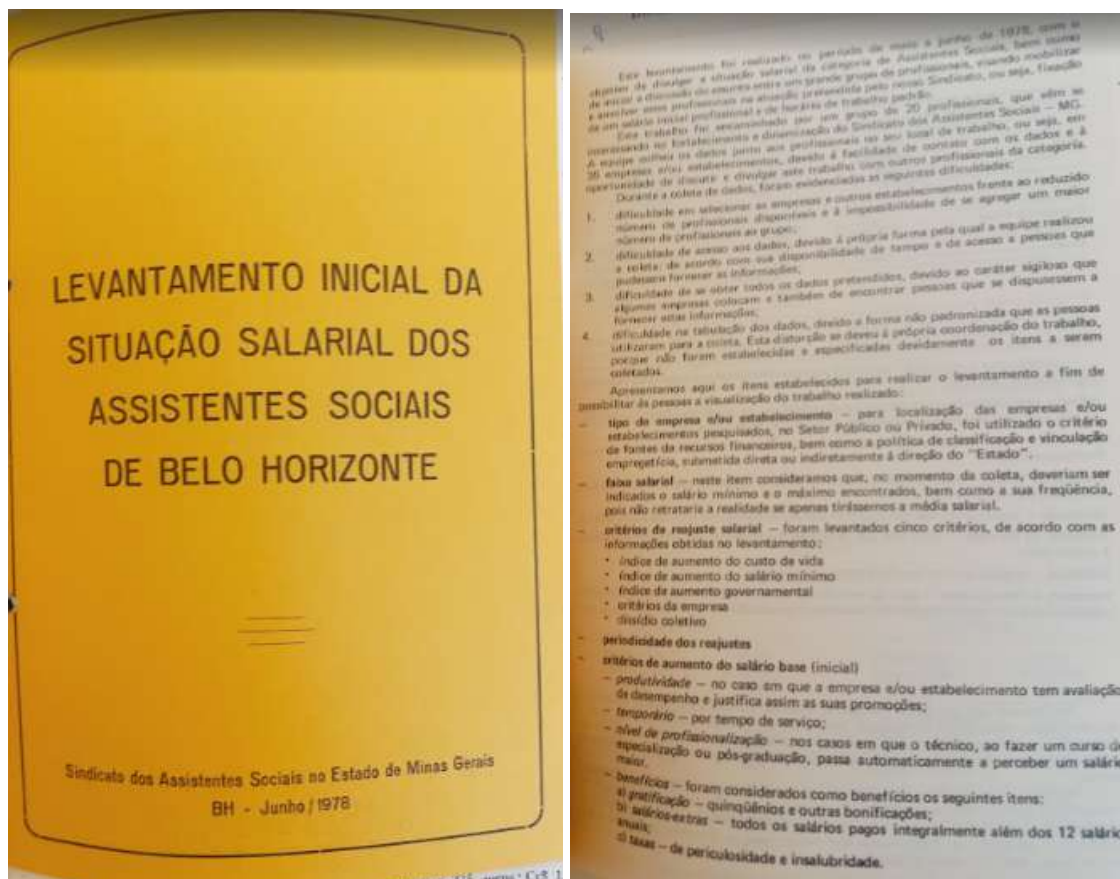
Nesse transcurso, o Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais (SASEMG) terá um papel de vanguarda quando, a partir de 1978 mapeia, localiza, convoca e incentiva os sindicatos já existentes, bem como, as associações pré-sindicais em funcionamento, os núcleos e embriões de assistentes sociais combativos nas mais diferentes regiões do país, à organização em lutas tanto específicas da categoria, quanto gerais dos trabalhadores brasileiros (SASEMG, 1987).

A luta por melhoria salarial já era uma demanda antiga dos assistentes sociais mineiros, contudo, como se tratava de uma pauta nacional, era necessário articular-se com as organizações sindicais da categoria de outros estados para que se pudesse construir uma pauta conjunta de luta pelo “salário mínimo profissional”. Dessa maneira, tendo por base o “Levantamento inicial da situação salarial dos assistentes sociais de Belo Horizonte” (Imagem 21), o debate identificou que o fator salarial era um fator de aproximação e de trabalho conjunto de toda a categoria. Assim, o Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais (SASEMG) propôs um encontro amplo com outras entidades sindicais da categoria de outros estados para que se pudesse discutir e ampliar a luta em nível nacional.

Em 25 e 26 de agosto de 1978, a categoria realizou o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais com a presença de quatro entidades: as Apas (Associação Profissional dos Assistentes Sociais) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Minas Gerais. O encontro só foi possível graças ao apoio financeiro do Centro Latino Americano de Trabalho Social - CELATS, que tem neste momento um projeto em conjunto com o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais (Abramides, Cabral, 1995, p.121). Tal projeto referia-se ao projeto de investigação: História do Serviço Social na América Latina sob a responsabilidade acadêmica de Manuel Manrique Castro e Marilda Villela Iamamoto. Vale lembrar que, neste período, a direção do CELATS estava a cargo da de Leila

Lima Santos, mineira e ex-docente da ESSUC-MG, uma das idealizadoras do “Método-BH” (Iamamoto, 2012, p.119). Nessa perspectiva, o CELATS contribuiu ativamente na organização política da categoria em Minas Gerais e no Brasil.

IMAGEM 21 - PESQUISA REALIZADA PELO SASEMG SOBRE A SITUAÇÃO SALARIAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE BELO HORIZONTE



FONTE: ACERVO CRESS-MG

O I Encontro reuniu os dirigentes das quatro entidades presentes e, como era aberto às bases, contou com ampla participação dos assistentes sociais mineiros. Com a reativação das organizações sindicais da categoria por todo o país, sentiu-se a necessidade de uma articulação em nível nacional. Neste sentido, o encontro impulsionou um amplo processo de rearticulação das entidades sindicais de assistentes sociais no Brasil (Abramides, 1995, 2016). Os objetivos do primeiro encontro foram o de reunir os profissionais que eram representantes de sindicato e de associações pré-sindicais para discutir, não só as questões referentes à questão salarial da categoria, como conhecer a realidade dos sindicatos no país e estabelecer uma rearticulação entre essas entidades (Abramides, Cabral, 1995).

A pauta da questão salarial esteve muito presente nas lutas encampadas pelo Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, bem como, nas demais organizações sindicais da

categoria, especialmente no que se refere ao estabelecimento de um piso salarial. Neste sentido, “As principais deliberações desse encontro dizem respeito à questão salarial, entendida no interior da luta por melhores condições de salário e trabalho levada pelo movimento sindical mais amplo” (Ibidem, p. 122).

Já neste I Encontro, encabeçado pelo SASEMG, verifica-se uma cultura político-profissional vinculada à perspectiva de classe, para dentro das organizações sindicais. É possível inferir tal fato, visto que, no trecho das conclusões do evento realizado em Belo Horizonte, é colocado:

Foi constatada a necessidade de um trabalho conjunto com todas as agremiações da categoria, bem como de uma atuação intersindical junto às demais entidades sindicais de diferentes categorias. E por isto, a superação de tais contradições é de responsabilidade do conjunto da classe trabalhadora (SASEMG, 1987, n.p.)

No mesmo ano foi realizado após 3 meses o II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais também em Belo Horizonte que ocorreu nos dias 2, 3 e 4 de novembro de 1978 com a presença de um número maior de entidades sendo elas: Sindicatos dos Assistentes Sociais de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Grande do Norte e Ceará; APAS de São Paulo, Bahia e Goiás; ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais) de Sergipe; ARAS (Associação Regional de Assistentes Sociais) de Ribeirão Preto (SP). Ao todo 10 entidades de organização política da categoria participaram deste evento.

Os objetivos do II encontro foram o de fortalecer as entidades sindicais e o trabalho intersindical, firmando o evento como uma instância de debate político para aprofundamento de uma articulação nacional e assim, unificar as lutas da categoria, especialmente no que se referia ao piso salarial (Ibidem). Neste II encontro, influenciada pelos debates, que já aconteciam em outros países sob a luz do Movimento de Reconceituação da profissão, tendo em vista a inserção direta dos Assistentes Sociais mineiros no ALEITS e no CELATS que também participaram do encontro colaborando na direção das formulações, a categoria já começava a discutir sobre a necessidade da inserção sindical no movimento mais geral da luta dos trabalhadores, bem como sobre a necessidade do fortalecimento das agremiações sindicais da categoria, ou seja, a necessidade de fortalecer a organização política da categoria. Desse modo, o II encontro deliberou sobre a elaboração de um documento político para subsidiar a discussão sobre “Unidade Sindical”³⁹ nos estados e declarou apoio às oposições sindicais que não eram reconhecidas pelos reformistas e “pelegos” (Abramides, Cabral, 1995).

³⁹ Abramides e Cabral (1995, p.24) informam que a perspectiva de “Unidade Sindical” pressupõe uma articulação entre os vários segmentos do movimento sindical, que como articulação ampla teve pouca duração, aglutinando posteriormente reformistas e pelegos.

Observa-se aqui, como Minas Gerais já vinha impulsionando, juntamente com outras forças sindicais da categoria, especialmente as de São Paulo, a aproximação do Serviço Social com as lutas mais gerais e os interesses da classe trabalhadora. Os profissionais que encontravam-se na direção sindical já se movimentavam, influenciados política e ideologicamente pelas lutas sociais e as aproximações com a teoria marxista já mais ressonantes neste momento⁴⁰. Verifica-se aqui, como em Minas Gerais vai sendo gestado o giro crítico da profissão não só no estado, como em nível nacional, a partir do debate traçado tanto no I quanto na continuidade que se deu no II encontro.

Ficou expresso nos debates ocorridos no II encontro, à necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre a realidade social, para a partir daí traçar uma definição política mais clara na organização sindical. Neste sentido, o plano de lutas apresentado no documento-síntese do II encontro indica a necessidade de participação das categorias de profissionais liberais, como é o caso do Serviço Social, no acompanhamento e encaminhamento das lutas travadas pelos trabalhadores em geral, além da necessidade de mobilização para a ampla participação da categoria nos espaços de organização política. Assim, a partir dos desafios e necessidades apontadas, a direção do documento previa como eixo da organização político-sindical, o caráter de combatividade, expresso nas lutas imediatas e específicas da categoria (como é o caso da luta pelo piso salarial do assistente social), bem como, a participação na luta mais geral da classe trabalhadora que se expressava na luta pela redemocratização, pela anistia e na arena sindical, na construção de um sindicalismo autêntico e de luta (Abramides, Cabral, 1995, p. 126).

Verifica-se a filiação ídeo-política dos sindicatos da categoria à perspectiva de um sindicalismo classista. A partir do II Encontro, as dirigentes sindicais viajaram de norte a sul do país, por deliberação coletiva do fórum das entidades, com a finalidade de apoiar a organização sindical dos/as assistentes sociais nos estados. Assim, foram promovidas várias reuniões com a categoria para a mobilização e fortalecimento da organização (Abramides, 2012). Em Minas Gerais, além da militância em torno da organização política da categoria, o SASEMG assumiu, na prática, o compromisso de aproximação e fortalecimento tanto da categoria, quanto das lutas gerais dos trabalhadores. A direção do sindicato respondeu prontamente a todos os convites para palestras e debates relativos à organização dos

⁴⁰ A aproximação do Serviço Social com a teoria marxista que se inicia na década de 1960, alcança maior ressonância no fim da década de 1970 tanto pela aproximação da profissão com outras ciências sociais, quanto pela ampliação dos programas de pós-graduação e ainda pela influência do Movimento de Reconceituação Latino Americano (Iamamoto, 1985, Netto, 1991)

sindicatos de Assistentes Sociais pelo país, além das intervenções em nível estadual para atendimento das demandas das assistentes sociais filiadas.

Já em 1979, a entidade participou da organização das comemorações do 1º de maio junto aos demais sindicatos de trabalhadores existentes naquele momento, sendo que, referente à representações de trabalhadores que não eram ligados diretamente à produção, somente os assistentes sociais e professores se fizeram presentes. Além disso, o SASEMG também participou da organização do fundo de greve para os trabalhadores do ABC, da Comissão provisória pró-fundo de greve unificado e permanente e emitiu notas de apoio aos trabalhadores em lutas salariais, pela autonomia sindical e estabilidade do emprego e pelo direito à greve (SASEMG, 1987).

Entre 21 e 23 de setembro de 1979 ocorreu em São Paulo o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais. Neste encontro participaram 22 entidades sindicais e pré-sindicais, oposições sindicais, núcleos pró-associação e associações culturais nas capitais e interior dos estados em todo o país da categoria, fruto de um amplo processo de mobilização realizado pelas diretorias sindicais (Ibidem), dentre elas, o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, representado por 11 profissionais, dentre eles estavam membros da diretoria do SASEMG e profissionais sindicalizados, da base, eleitos em duas assembleias preparatórias para o III encontro, realizadas pelo SASEMG (SASEMG 1980).

O III encontro serviu como preparatório para o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) - “O Congresso da Virada” que aconteceu (dos dias 23 a 27 de setembro de 1979) no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo. Estrategicamente marcado para às vésperas do III CBAS, o III encontro tinha como pauta a Análise de conjuntura da sociedade brasileira, as lutas nacionais da categoria, especialmente a luta pelo “salário mínimo profissional”, as questões mais organizativas, como a transformação das APAS em sindicatos e por fim, o III CBAS.

Por ocasião deste III encontro foi criada a CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, que se tratava de uma articulação para encaminhar os assuntos de interesse da categoria, dado o estágio de organização da categoria em nível nacional, na época (Abramides, Cabral, 1995). A CENEAS não possuía caráter deliberativo e foi composta por 4 estados: Ceará, Bahia, São Paulo, Porto Alegre e pelo Distrito Federal (SASEMG, 1980). O III encontro também ficou marcado pela disputa política interna onde, posicionaram-se naquele momento, 33 entidades que compunham a CENEAS contra a continuidade do processo de criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais -

FENAS, iniciado por um grupo de profissionais do Rio de Janeiro, não participante desse novo movimento sindical que emergia.

Segundo o SASEMG (1987, n.p) o posicionamento contrário das 33 entidades se deu em razão de 4 questões principais:

- o processo de criação da FENAS não havia sido discutido amplamente pela base da categoria;
- a FNAS se tratava de um organismo que só representaria os sindicatos, excluindo assim a participação e representação do conjunto de Associações Profissionais (APAS), que na época compunham a grande maioria de organismos de articulação e organização política da categoria;
- os próprios sindicatos que comporiam a FENAS, ficaram à margem da construção da mesma;
- havia a necessidade de se fortalecer as entidades sindicais de caráter municipal e estadual, para que posteriormente se criasse uma entidade nacional e seu processo de criação deveria ser construído com a participação da ampla maioria de profissionais do Serviço Social e, para tanto, a diretoria deveria ser eleita pelas bases.

Neste sentido, a plenária do III Encontro elegeu a coordenação nacional da CENEAS, que coube à APAS de São Paulo, eleita para encaminhar as demandas da categoria, de caráter nacional. A plenária deliberou ainda por uma intervenção política conjunta das entidades sindicais no III CBAS por meio da CENEAS, em razão de que o CFAS excluiu a categoria da preparação para o evento (Local, temário e dinâmica) e ainda fez o convite a representantes oficiais do governo da ditadura militar para compor a comissão de honra, mesa de abertura e encerramento (Abramides e Cabral, 1995).

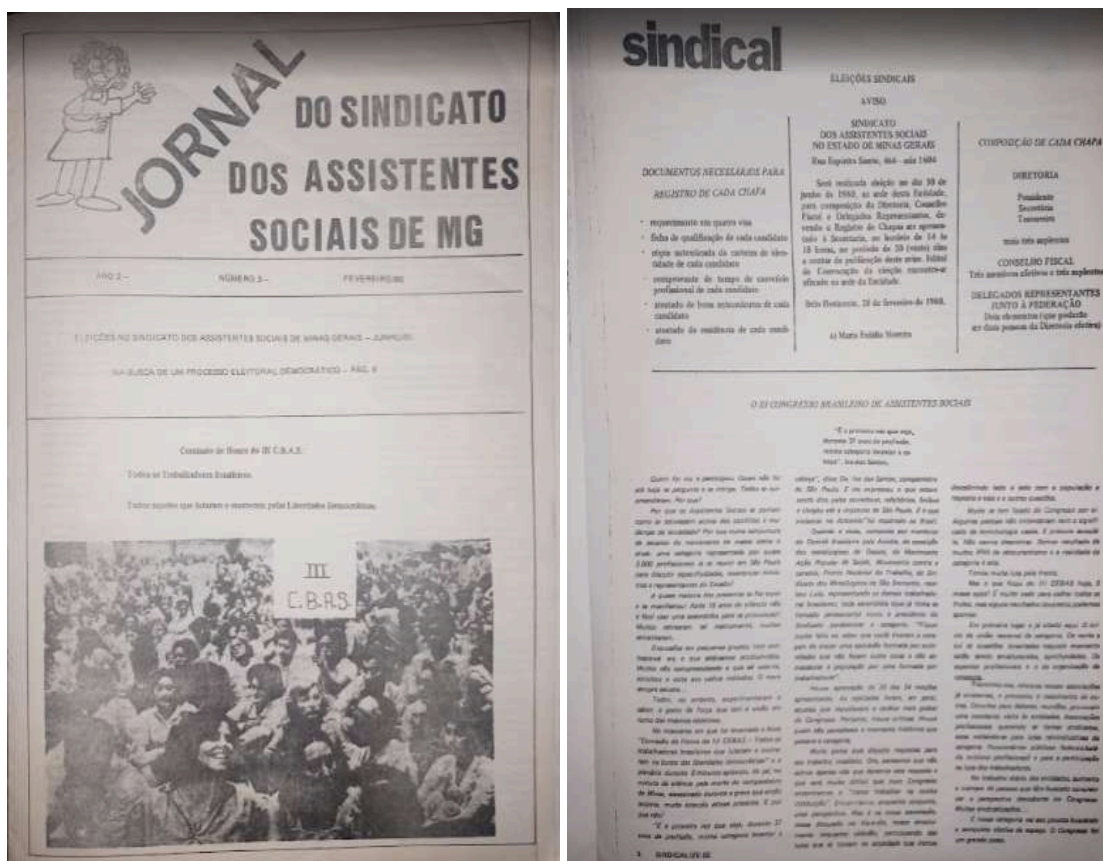
Diante deste cenário, a organização política dos assistentes sociais que pertenciam às instâncias sindicais e pré-sindicais, bem como a cultura política instaurada dentro desses espaços de luta fez frente ao conservadorismo profissional que se refletia para dentro do CFAS. A CENEAS se colocou como instância aglutinadora das insatisfações dos assistentes sociais presentes no congresso e fez ressoar uma nova direção política para dentro do principal evento da categoria. Estava aqui, historicamente marcada, a hegemonia de uma nova cultura política profissional: O Serviço Social crítico.

O III CBAS, como já analisado neste trabalho, se tornou um marco para a virada crítica da profissão. O congresso reverberou para assistentes sociais de todo o país, presentes no evento, uma nova direção ídeo-política da profissão que vinha sendo construída desde a década anterior, por muitas mãos: a perspectiva crítica da sociedade burguesa e a necessidade

de se somar às lutas mais gerais da classe trabalhadora. Este evento marcou a tomada da direção hegemônica da profissão pela vanguarda profissional alinhada ao pensamento crítico e, para tanto, a virada crítica da profissão que irá amadurecer ao longo dos anos 1980 e se consolidar ao longo dos anos 1990.

Em Minas Gerais o III CBAS repercutiu de forma intensa dentro dos espaços de organização política da categoria profissional que já se compunha de uma vanguarda crítica, como já ressaltado. O Jornal do Sindicato dos Assistentes Sociais de fevereiro de 1980 dedicou uma sessão para comentar sobre o evento.

IMAGEM 22 - JORNAL DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS ANO 2, Nº 3, FEVEREIRO DE 1980



FONTE: ACERVO CRESS-MG

O impresso fez duras críticas ao posicionamento conservador de parte da categoria e destacou a importância ímpar do evento como marco inicial e um grande passo para a unificação das lutas da categoria em torno dos interesses gerais da classe trabalhadora, como se percebe nos trechos a seguir:

Por que os Assistentes Sociais se portam como se estivessem acima dos conflitos e mudanças da sociedade? Por que numa conjuntura de ascenso do movimento de massa como o atual, uma categoria representada por quase 3.000 profissionais ia se reunir em São Paulo para discutir especificidades, reverenciar ministros e representantes do Estado?

A quase maioria dos presentes se fez ouvir e se manifestou! Após 15 anos de silêncio não é fácil uma assembleia se pronunciar! [...]

Muita gente quis discutir respostas para seu trabalho imediato. Ora pensamos que não somos apenas nós que daremos esta resposta e que será muito difícil que num Congresso encontremos o “como trabalhar na minha instituição”. Encontramos, enquanto conjunto, uma perspectiva. Mas é na nossa associação, nossa discussão no dia-a-dia, nosso envolvimento enquanto cidadão, participando das lutas que se travam na sociedade, que iremos descobrindo lado a lado com a população a resposta a essa e outras questões. [...]

Mas o que ficou do III CBAS hoje, 5 meses após? É muito cedo para colher todos os frutos, mas alguns resultados concretos podemos apontar. Em primeiro lugar o já citado aqui. O início da união nacional da categoria. De norte a sul as questões levantadas naquele momento estão sendo amadurecidas, aprofundadas. Os aspectos profissionais e o da organização da categoria.

Reunirmo-nos, reforçou nossas associações já existentes e provocou o nascimento de outras; [...] Associações profissionais querendo se tornar sindicatos, estes voltando-se para lutas reivindicatórias da categoria (funcionários públicos federais/salário mínimo profissional) e para a participação na luta dos trabalhadores.

E nossa categoria vai aos poucos buscando a conquista efetiva de espaço. O congresso foi um grande passo. (SASEMG, 1980, p.5)

A direção política da profissão, alinhada à perspectiva crítica, em Minas Gerais, estava posta. Não sem disputas, não sem resistências e conflitos, como é refletido na própria matéria do Jornal do SASEMG (1980, p.5):

Muito se tem falado do Congresso por aí. Algumas pessoas não nem o significado da terminologia usada. E procura esvaziá-lo. Não vamos desanimar. Somos resultado de muitos anos de obscurantismo e a realidade da categoria é esta.

Contudo, as duas principais instâncias de organização política do estado, o CRAS e o SASEMG, como já ressaltado por Lea Braga, em Minas Gerais o CRAS e o SASEMG sempre mantiveram uma estreita interlocução e suas direções eram compostas por profissionais atuantes nos dois espaços. Isso permitiu que os profissionais que se encontravam à frente de ambas organizações mantivessem certa troca sobre os caminhos e a direção da profissão em Minas Gerais. Contudo, ainda neste momento, o CRAS assumia um caráter quase que, essencialmente cartorial, de emissão de registros e documentos e as pautas políticas ficavam mais a cargo da organização sindical, como nos informa Lea Braga: “Naquele momento quem respondia as questões de organização da categoria era o sindicato. O Cras era muito cartorial, era a inscrição, a carteira, não estava na pauta do nosso conselho, as condições de trabalho, a organização da categoria.”

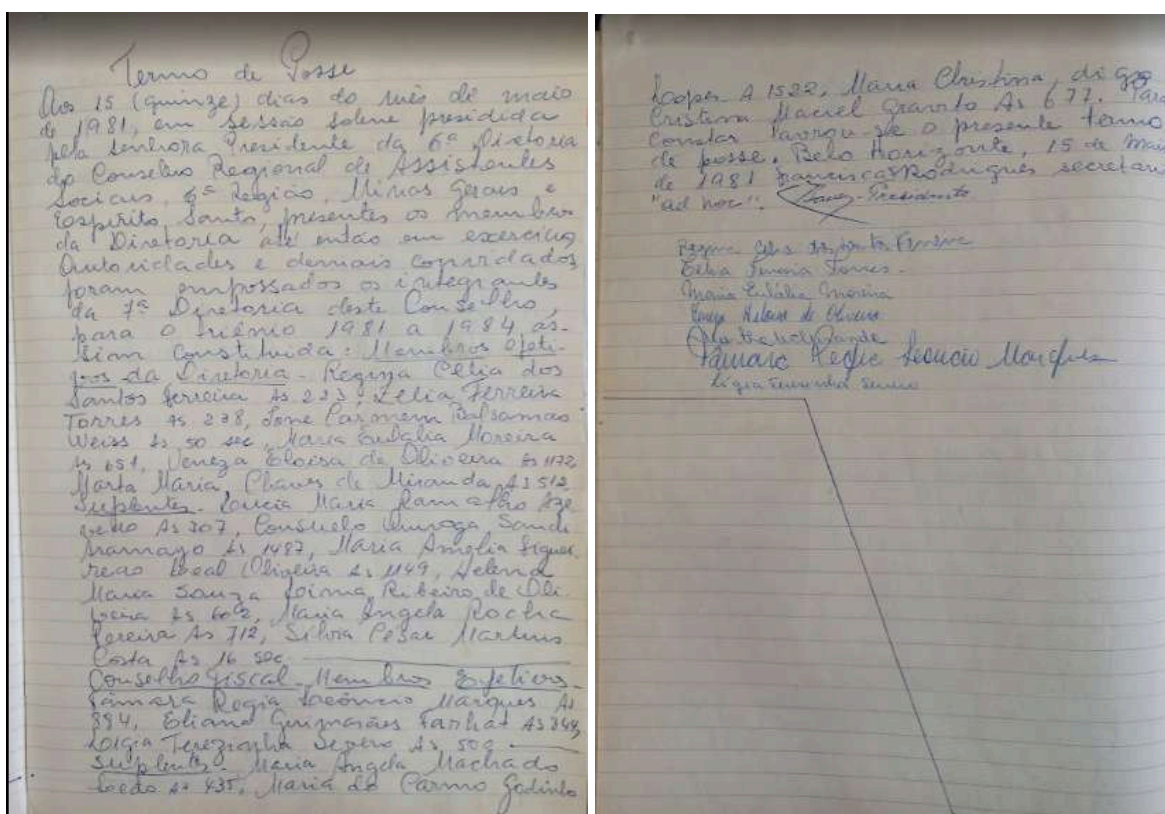
Todavia, o III CBAS, provocou um “reordenamento” também para dentro dos CRAS de todo o Brasil. Dentre outras coisas, uma das resultantes mais importantes deste evento

histórico foi a disputa pela direção do CFAS e dos CRAS, pela vanguarda crítica da profissão. De acordo com Abramides (2016, p.465-466),

O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, [...], no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos CRAS e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas.

Nas eleições do triênio de 1981-1984, a chapa eleita para a diretoria do CRAS 6ª Região era composta por assistentes sociais com perfil bastante heterogêneo, mas já haviam nessa composição profissionais de perfil crítico, com histórico de inserção acadêmica e militância nos movimentos sociais e sindical.

IMAGEM 23 - TERMO DE POSSE CRAS 6ª REGIÃO TRIÊNIO 1981-1984



FONTE: ACERVO CRESS-MG

Conforme pode ser verificado no Termo de posse do triênio 1981-1984, na imagem acima, compuseram a diretoria do CRAS 6ª Região as Assistentes Sociais na condição de membros efetivos: Regina Celia Santos Ferreira, Zélia Ferreira Torres, Ione Carmem B. Weiss, Maria Eulália Moreira, Veneza Heloisa de Oliveira, Marta Chaves de Miranda. Ficaram como suplentes: Lucia Maria Ramalho Azevedo, Consuelo Quiroga, Maria Amelia Figueiredo Leal Oliveira, Helena Maria S. L. Ribeiro de Oliveira, Maria Angela Rocha

Pereira e Silvia Martins Rocha. No Conselho Fiscal ficaram como efetivas: Tâmara Regia Leoncio Marques, Eliana Guimarães Farhat, Ligia Terezinha Severo, Maria Angela Machado Ledo, Maria do Carmo Godinho Lopes, Christina Maciel Gravito. Desse grupo, algumas assistentes sociais encontravam-se inseridas no campo acadêmico, como era o caso de Consuelo Quiroga que, inclusive participou no projeto da ESS da UCMG, o “Método BH” e ainda as assistentes sociais que também já tinham um histórico de participação ativa no SASEMG como Maria Eulalia Moreira.

Ainda que o CRAS 6ª Região começasse a organizar-se internamente com assistentes sociais de perfil mais combativo, a direção social da profissão⁴¹, neste momento, era conduzida pela organização sindical. É o SASEMG a instância que irá pautar a organização política, bem como a cultura política da profissão em Minas Gerais no sentido de estabelecer enfrentamentos ao conservadorismo profissional e dar a direção rumo a consolidação da virada crítica do Serviço Social mineiro ao longo dos anos de 1980.

Em entrevista concedida para esse trabalho realizada no dia 14 de agosto de 2025 à Consuelo Quiroga, a mesma afirma, assim como Lea Braga, que o CRAS 6º Região e o SASEMG sempre mantiveram uma relação orgânica e que a compreensão sobre o significado social da profissão era comum entre os pares de ambas as entidades, até porque as diretorias de ambas discutiam com frequência sobre as questões que permeavam o cotidiano profissional. Neste ponto, ambas têm acordo sobre o que diz respeito à composição do SASEMG e CRAS 6ª Região. Todavia, o ponto de divergência entre as duas entrevistadas se dá sobre a função de organização política das entidades.

Para Quiroga, a “inoperância” do CRAS 6ª Região a respeito da organização política da categoria e, seu não posicionamento em relação às lutas mais gerais da classe trabalhadora, se davam pela própria característica jurídico/institucional da autarquia. A função dos Conselhos Regionais e Conselhos Federais de profissões estaria no campo da fiscalização

⁴¹ Abramides (2016, p. 465-466) afirma que a “direção social da profissão” encontra-se ancorada num conjunto de determinações, como o reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, o compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, a práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores aos movimentos sociais, a articulação da CENEAS, sindicatos e APAS com a ABESS, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, a defesa do serviço público de qualidade, a luta pela democratização das instituições, a articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganizara, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos Cras e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas; a retomada da articulação latino-americana por meio da Alaets e Celats; a ação conjunta da Ceneas, Abess, Sessune (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE) no período de 1979 a 1982; a incorporação do conjunto CFAS/Cras no IV CBAS em 1982, já parcialmente renovado pelo processo dedemocratização, que se ampliou na década de 1990.

profissional e da regulação da profissão, realmente, em razão do próprio caráter institucional dos Conselhos de profissões, enquanto as entidades sindicais, por serem organizações de caráter mais livre e independente, teriam a função de dar direção social e política para a profissão.

Nas eleições para o SASEMG, acontecida em 30 de junho de 1980 para a gestão do triênio 1980-1983, a chapa eleita⁴², tinha como programa pautas como o fortalecimento do movimento sindical autêntico e participação nas lutas de todos os trabalhadores, a liberdade e autonomia sindical e defendiam a necessidade de ampliação dos laços já existentes entre os sindicatos de diversas categorias, visando a formação de uma Central Única de Trabalhadores (CUT) independente do Estado. Também defendiam a aproximação e interlocução com os movimentos sociais na cidade e no campo. Além disso, para dentro da profissão faziam a defesa da ampla sindicalização dos Assistentes Sociais, do reconhecimento e fortalecimento da CENEAS, da defesa do salário mínimo profissional e as melhorias das condições de vida e trabalho dos profissionais de Serviço Social, dentre outras coisas (SASEMG, 1980).

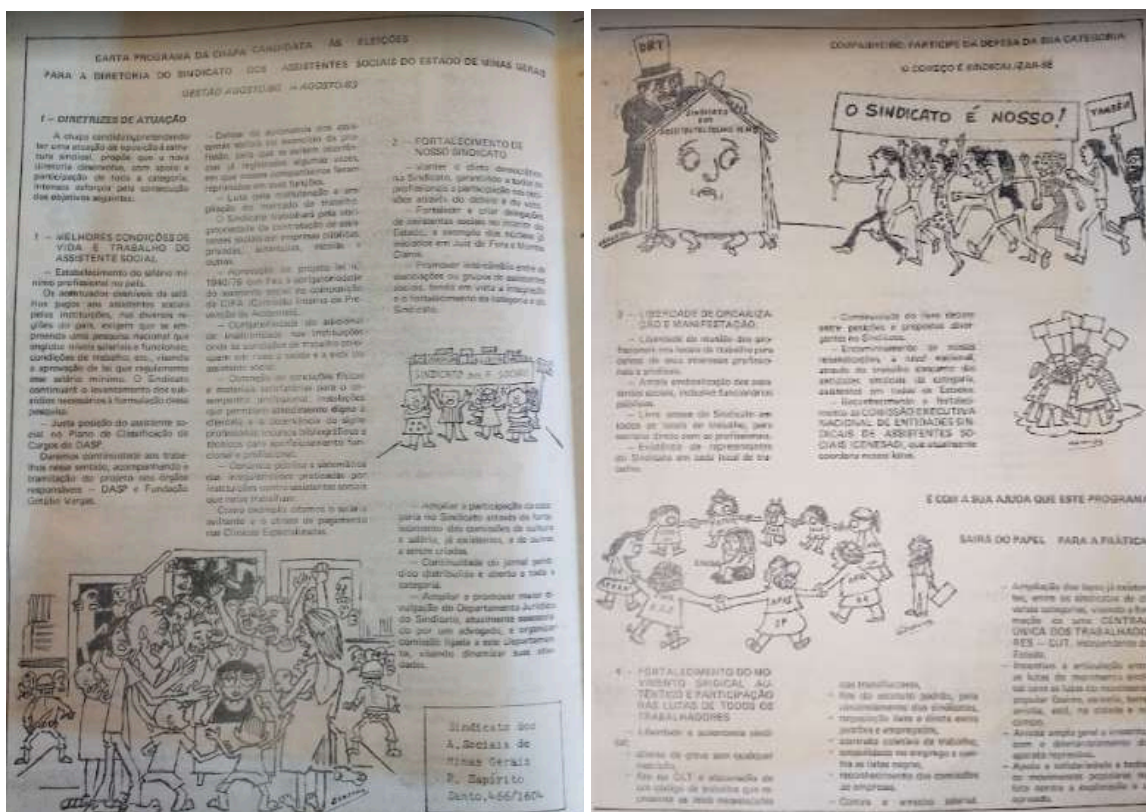
IMAGEM 24 - CAPA DE PANFLETO DE PROGRAMA DA CHAPA ÚNICA PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS DE 1980



FONTE: ACERVO CRESS-MG

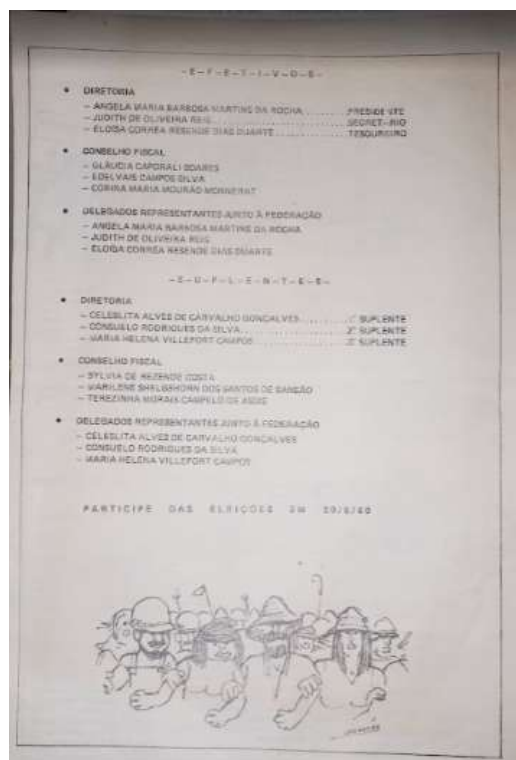
⁴² A chapa eleita em 1980 era composta por: Angela Maria Barbosa Martins da Rocha, Judith de Oliveira Reis, Eloisa Correa Resende Dias Duarte, Glaucia Corporali Soares, Edelvais Campos Silva, Corina Maria Mourão Monerat, como titulares e Celeslita Alves de Carvalho Gonçalves, Consuelo Rodrigues da Silva, Maria Helena Villefort Campos, Sylvia de Resende Costa, Marilene Shelgshorn dos Santos de Sansão e Terezinha Moraes Campelo de Assis vide IMAGEM 26.

IMAGEM 25 - PROGRAMA DA CHAPA ÚNICA PARA AS ELEIÇÕES DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS DE 1980



FONTE: ACERVO CRESS-MG

IMAGEM 26 - CHAPA ÚNICA CONCORRENTE ÀS ELEIÇÕES DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS TRIÊNIO 1980-1983



FONTE: ACERVO CRESS-MG

Ao longo dos anos de 1980 o Serviço Social brasileiro, avançou a passos largos no processo de ruptura com o conservadorismo da profissão. Tal fato irá se expressar objetiva e subjetivamente em diferentes frentes. Objetivamente podemos citar as lutas encampadas no campo da organização política da profissão por melhores condições salariais e de trabalho, por reconhecimento profissional; na articulação e soma com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, na aproximação e participação da categoria junto aos movimentos sociais. No âmbito da subjetividade temos a crescente produção teórica, reflexo da ampliação dos cursos de pós-graduação em todo o país, a aproximação com a teoria marxista e marxiana e ainda a revisão dos currículos acadêmicos, alinhados ao currículo elaborado pela ABESS em 1982 (Abramides, 2016), o que irá refletir numa maior politização da profissão.

Se a virada crítica da profissão se gesta nos anos de 1960 e 1970, sem dúvida ela se hegemoniza e se consolida nos anos 1980 e 1990. Especialmente, os anos de 1980 foram permeados por eventos que irão marcar, de forma indelével, o Serviço Social brasileiro. Em fevereiro de 1981, ocorreu em Goiás o IV Encontro Nacional de Entidades Sindicais em Goiás e contou com a presença de 16 entidades, sendo 3 sindicatos, 12 APAS e uma associação cultural. Este encontro foi bastante significativo por dois motivos: o primeiro é que, após a deliberação do III CBAS de que o próximo CBAS ocorresse sob a coordenação das entidades sindicais - no caso aqui, representadas pela CENEAS - ficou definido que o evento contaria com a construção coletiva da categoria, garantindo ampla participação dos assistentes sociais nas escolhas referentes ao temário, local, painéis e data do evento. Dessa maneira, foi realizada uma consulta em nível nacional, ficando a cargo das entidades estaduais a função de fazer chegar até os profissionais o levantamento das opiniões (Abramides e Cabral, 1995, p.130).

Outra questão importante a respeito do IV Encontro se refere ao fato do direcionamento dado de que as APAS deveriam se organizar e transformarem-se em sindicatos. Este encontro irá demarcar no Serviço Social brasileiro a importância da organização política da categoria no âmbito sindical para a composição de lutas tanto para dentro quanto para fora da profissão. Além disso, o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais foi eleito para assumir a coordenação nacional da CENEAS (Ibidem).

Em setembro de 1982 ocorreu o V Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em Belo Horizonte, onde o número de entidades participantes já foi significativamente mais expressivo. Compareceram 4 sindicatos e 17 APAS, num total de 21 entidades. Este encontro ocorreu num momento onde as divergências e disputas encontravam-se mais acirradas para dentro da do movimento sindical da categoria.

Lembrando que essas disputas foram tratadas de forma mais detalhada no capítulo 2 deste trabalho, se tratava da disputa entre os assistentes sociais do polo combativo, e os da unidade sindical. Ademais, tratava-se de período eleitoral o que acirrou ainda mais a polarização dentro da categoria.

Essa polarização se expressa no decorrer da discussão sobre análise de conjuntura que evidencia dois grandes blocos políticos. Um deles aponta a necessidade de aliança entre todos os setores da sociedade para a conquista do espaço democrático. O outro aponta para a importância da luta e organização dos trabalhadores no campo de independência de classe. A segunda posição política é majoritária no interior da CENEAS, constituindo-se em norte político de orientação sindical nacional. (Abramides, Cabral, 1995, p. 131)

Posição esta que o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais irá defender até a sua dissolução, anos depois. O V Encontro teve como objetivo central a finalização dos preparativos do IV CBAS e ocorreu semanas antes do mesmo. Dessa forma foi eleita uma comissão organizadora para dar andamento às questões do congresso, comissão esta composta pelos sindicatos de Assistentes Sociais de Minas Gerais e Rio de Janeiro e pelas APAS de São Paulo, Goiás e Espírito Santo. A comissão responsabilizou-se pela escolha dos painelistas do IV CBAS, reserva de local e demais questões administrativas referentes ao evento (Ibidem).

Sendo assim, entre os dias 11 e 15 de outubro de 1982 aconteceu o IV CBAS, no Rio de Janeiro e, diferente dos CBAS anteriores (I, II e III), este acontecerá sob a direção não do CFAS, mas das entidades sindicais representadas ali pela CENEAS e teve como tema “Serviço Social na realidade brasileira: análise de conjuntura, movimento sindical e popular e organização sindical da categoria”. Tanto o tema, quanto o local e a formatação do encontro contou com ampla participação da categoria, já que o mesmo foi precedido por encontros preparatórios e sua organização foi amplamente debatida, como deliberado no IV Encontro Nacional de Entidades Sindicais, a fim de garantir maior democratização nas decisões à respeito do maior evento, de caráter periódico, da categoria (SASEMG, 1987; Abramides e Cabral, 1995).

O IV CBAS reuniu no Clube Municipal da Tijuca, no Rio de Janeiro, cerca de 3 mil profissionais e estudantes do Serviço Social. Pelo fato da direção do Congresso ter sido assumida pela CENEAS, o evento teve uma direção política voltada para a análise crítica da sociedade brasileira e no compromisso profissional dos assistentes sociais com os movimentos mais gerais da classe trabalhadora e na luta por autonomia e liberdade sindical. Dessa forma, as principais discussões se deram em torno da organização política da categoria através de suas entidades sindicais. Neste sentido, “O IV CBAS é um congresso bastante

sindical e retrata o momento de transição da categoria na construção de sua entidade sindical nacional” (Abramides, Cabral, p. 177).

Assim sendo, em razão dos debates que vinham ocorrendo no interior da categoria desde a criação da CENEAS, avaliou-se a necessidade de se buscar uma nova estrutura que fosse deliberativa e agilizasse a organização; que garantisse a democracia e que, na prática, continuasse negando a estrutura sindical vigente (SASEMG, 1987). Posto isto, duas deliberações importantes ocorridas no CBAS irão pautar a direção sindical majoritária na profissão a partir de então. A primeira se trata da aprovação da realização de uma assembleia nacional com representação através de delegados eleitos nos estados em assembleias de acordo com a proporcionalidade e, a segunda foi sobre o compromisso das entidades sindicais com a construção da CUT independente e democrática (Abramides, Cabral, 1995).

Verifica-se que o IV CBAS veio reafirmar a cultura político-profissional que emergiu no III CBAS, reiterando o compromisso da profissão com a lutas mais gerais da classe trabalhadora, reafirmando a prática profissional como prática social contida nas relações sociais, direcionadas e articuladas ao projeto histórico da luta de classes (Ibidem). Ainda, pelo caráter democrático da CENEAS, esta posicionou-se em favor de que os próximos Congressos fossem fruto de diálogo e construção coletiva e, para tanto, fossem organizados pelo conjunto das entidades representativas da categoria, bem como dos estudantes de Serviço Social em âmbito nacional em articulação com a CENEAS, CFAS, ABESS, ENESS, inclusive propondo a criação de uma comissão compostas por representantes de todas essas entidades para a reformulação do Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais. (SASEMG, 1987; Abramides e Cabral, 1995).

No ano seguinte, em outubro de 1983 foi fundada a ANAS (Pró-Federação Nacional de Assistentes Sociais) em uma conjuntura nacional importante marcada pela fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), onde as entidades sindicais do Serviço Social atuaram diretamente no apoio à esta. Para tanto, em outubro de 1983 aconteceu em Salvador - BA a I ANAS contando com a presença de aproximadamente 400 delegados, representando 27 entidades sindicais. A fundação da ANAS significou a solidificação do movimento nacional dos Assistentes Sociais, representando um avanço na quebra da estrutura sindical vigente quando garantiu em seus estatutos a participação de sindicatos e associações pré sindicais, enquanto a legislação vigente na época, exigia a participação somente de sindicatos (SASEMG, 1987). Com esta formação, diferentemente de outras federações de categorias que se instituíram nos marcos da legislação vigente, a ANAS, desde sua criação, foi construída de

forma independente e autônoma e sua legitimação se dá, inicialmente pelo reconhecimento da categoria profissional em relação à importância desta instância (Abramides, Cabral, 1995).

O movimento interno que o Serviço Social vinha fazendo no início dos anos 1980, como as novas definições teóricas e a formulação de um novo projeto profissional vinculado aos interesses de classe, influenciaram e foram influenciados por uma organização sindical assentada em um projeto classista de organização sindical dos trabalhadores. A construção da ANAS pautou-se, desde seu início, pela democracia interna e por sua mais ampla representatividade, aglutinando em poucos anos, praticamente todas as entidades sindicais existentes no país (Sindaseg, 1986).

O sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais atuou ativamente na fundação e na consolidação da ANAS. O SASEMG posicionava-se em favor da filiação da ANAS à Central Única dos Trabalhadores (CUT), portanto o SASEMG pertencia ao pólo cutista, dentro da ANAS. A cultura política dentro do SASEMG partia da perspectiva de que os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados e espoliados dos seus direitos, tanto quanto qualquer outro trabalhador, não poderiam se isolar e marginalizar da luta de todos os trabalhadores. Destarte, defendiam a CUT como a “maior arma dos trabalhadores nos avanços de suas conquistas” (SASEMG, 1987, n.p.) e representante da luta contra a estrutura sindical vigente na época. Sendo assim, o Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais também filiou-se à CUT e propunha a análise da organização política dos Assistentes Sociais em Minas Gerais à luz da nova estrutura sindical, autônoma, livre e sem “peleguismo” (Ibidem).

Nos chama a atenção aqui, como a organização sindical da categoria balizou e teve um papel preponderante, ao longo da década de 1980, na construção de uma cultura político-profissional crítica da sociedade capitalista, comprometida com os interesses gerais da classe trabalhadora. Obviamente, não estamos colocando em segundo plano a importância das outras entidades da categoria como o CFAS/CRAS e a ABESS, especialmente por que a revisão no processo de formação dos assistentes sociais será responsável pela construção de toda uma contracultura que irá negar e combater o conservadorismo profissional. A verdade é que, nenhum movimento histórico de contestação e rompimento, como foi o caso do Serviço Social brasileiro e Latino-americano, acontece de forma isolada. Qualquer processo revolucionário - e, consideramos a virada crítica da profissão como a revolução do Serviço Social em suas próprias bases - é um processo multifacetado, onde um conjunto de complexos torna possível o movimento de virada.

O CFAS e os CRAS de todo o Brasil, ao longo dos anos de 1980 passaram por um processo de redefinição de seu posicionamento ídeo-político. Segundo relatou Lea Braga

(2025), o CRAS 6ª Região e o SASEMG, na segunda metade dos anos de 1980 já vinham se articulando no sentido de manter uma agenda conjunta de lutas. Portanto, a organização e cultura política dos assistentes sociais em Minas Gerais na segunda metade da década de 1980 se organizava em torno dessas duas entidades que mantinham grande sintonia a respeito das pautas de luta. Todavia, conforme sinaliza Consuelo Quiroga em sua entrevista, o caráter institucional do CRAS 6ª Região, o colocava em outro lugar na organização política dos assistentes sociais mineiros. Suas ações se organizavam, especialmente, nas demandas mais imediatas da categoria como as questões mais pertinentes à regulamentação do exercício profissional dos assistentes sociais.

Vale lembrar, que as entidades são feitas pelos sujeitos históricos nelas inseridos, dessa maneira, considerando que estes sujeitos são influenciados por diferentes direções éticas, políticas, ideológicas que se dão a partir das suas mediações com o mundo, é necessário considerar, que quando falamos aqui sobre a cultura política dos assistentes sociais em Minas Gerais, neste trabalho, falamos do que se coloca de forma hegemônica. Para tanto, não estamos homogeneizando o conjunto da categoria e afirmando que em Minas Gerais os processos de virada crítica e ruptura com o conservadorismo da profissão se deu de forma linear e consensuada entre os profissionais. Ao contrário, as disputas por direção do Projeto Ético-político Profissional (PEP) são travadas cotidianamente e o conservadorismo permeia a profissão o tempo todo.

Para tanto, contar a história da virada crítica do Serviço Social mineiro, a partir da organização e cultura política da profissão, exige mergulhar na história do Serviço Social brasileiro a partir das suas principais entidades representativas. Exige ainda, ressaltar o que caracteriza a hegemonia da profissão, naquele momento, confrontando-as com as particularidades do território mineiro. Desse modo, para não correr o risco de cair no endogenismo, nossa análise nos provoca a saltos para dentro e fora do Serviço Social mineiro e para dentro e fora do Serviço Social como profissão.

Assim, quero lembrar que, na segunda metade da década de 1980 está em curso no Brasil o processo de redemocratização política com o fim do regime ditatorial em 1985, quando acontecerão as primeiras eleições diretas. Toda a conjuntura nacional de lutas e politização da classe trabalhadora são absorvidas pelo Serviço Social, que desde o Congresso da Virada, a perspectiva democrática passou a impregnar a cultura política dessa profissão (Ortiz, 2022) em todas as suas entranhas, haja vista as questões discutidas acima a respeito dos eventos da categoria, bem como, a lógica de organização de suas entidades na construção do significado social da profissão.

A II ANAS ocorreu em dezembro de 1985 e o debate ocorrido neste evento girou em torno da conjuntura político-social pela qual o país atravessava e pelo posicionamento contrário ao governo da Nova República que defendiam os interesses da burguesia em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, além da defesa pela Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática, eleita especificamente para este fim. Também foi discutida e deliberada a filiação da ANAS à CUT.

Desse modo, o compromisso com a radicalidade democrática irá se expressar, inclusive no Código de Ética Profissional de 1986. Obviamente, o amadurecimento da profissão e seu processo de ruptura com o conservadorismo e virada crítica, é fruto, como já afirmamos, de um conjunto de processos políticos, econômicos e sociais que incidirão em toda a trama social, da qual, o Serviço Social não escapa, nem enquanto sujeito coletivo, nem nas suas representações individuais em cada profissional.

Dessa maneira, a adesão político-ideológica que, hegemonicamente a categoria e suas entidades realizam nos anos de 1980, ficou expressa na própria introdução do Código de ética de 1986:

A sociedade brasileira no atual momento histórico impõe modificações profundas em todos os processos da vida material e espiritual. [...] Inserido neste movimento, a categoria de assistentes sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CFAS, 1986, p.)

O Código de ética de 1986 condensou os compromissos que a profissão firmou em seu processo de virada crítica. Este documento sintetiza e traduz a cultura política da profissão, neste momento, marcando, definitivamente, seu rompimento com a neutralidade, com o conservadorismo, com as concepções positivistas moralizantes e culpabilizadoras dos sujeitos. Ficou expresso neste código de ética o compromisso histórico que a profissão, corajosamente, firmou com um lado da história: o lado da classe trabalhadora. Esse giro político e ideológico da profissão irá amadurecer durante toda a década de 1980 influenciado pelas mais diferentes determinações, seja pela experiência na organização político-sindical da categoria e sua filiação à CUT, seja nas experiências e vivências cotidianas da década de 1980, com o cenário político, econômico e social vividos no Brasil, em pleno processo de redemocratização, seja pela aproximação e apropriação da teoria marxista/marxiana pelo Serviço Social que irá

amadurecer na década de 1980, do qual, não se pode deixar de citar a importância do trabalho de Iamamoto e Carvalho (1982).

A aproximação com a tradição marxista (mesmo que por vezes limitada e enviesada) e a incorporação de sua perspectiva teórica e filosófica permitiram ao Serviço Social o enfrentamento crítico dos fundamentos positivistas e neotomistas, permitindo assim a consolidação de uma nítida posição política. O reconhecimento do assistente social, enquanto partícipe da divisão sócio-técnica do trabalho (Iamamoto, 1982), por parte da categoria, permitiu sua identificação como trabalhador assalariado, bem como, a identificação dos usuários das políticas e serviços sociais, como sujeitos históricos. A partir destas aproximações e recebendo os influxos dos debates que se colocavam no âmbito da tradição marxista – que em Minas Gerais terá forte incidência no “Método BH” e será responsável pela orientação de formação de toda uma geração de profissionais –, observa-se entre as/os profissionais e as entidades representativas da categoria, o entendimento de que o caráter burguês do Estado e das políticas sociais não impedem que este seja também um espaço de disputa entre as classes sociais fundamentais (Ortiz, 2022, p.67).

No fim da década de 1980 e início da década de 1990, o Serviço Social mineiro já apontava para a necessidade de unificação das lutas pelas entidades representativas da categoria. Em 1987 o SASEMG promoveu um encontro com os pólos e núcleos sindicais no interior de Minas Gerais e apontou que, durante o encontro verificou-se o esvaziamento de certas entidades, cujas lideranças encontravam-se também comprometidas com entidades de âmbito mais localizado. Além disso, o perfil profissional em Minas Gerais que era majoritariamente feminino (94,2%), encontrava-se bastante pulverizado sendo 20% no âmbito federal, 21,8% no âmbito estadual, 14,4% no âmbito municipal e 30,8% no terceiro setor e em empresas privadas. Esta característica se tornou um dificultador para o SASEMG, já que os profissionais representados pelo sindicato tinham demandas muito específicas de seus locais de trabalho, situações estas que eram assimiladas mais facilmente pela entidade sindical mais próxima a seu local de trabalho. Desse modo, o esvaziamento da organização sindical em Minas Gerais - que não se diferenciava de grande parte das entidades sindicais de assistentes sociais de outras partes do país - levou o SASEMG a promover o debate desde então sobre a opção de sindicalização por ramo de atividade ou por categoria profissional. (SASEMG, 1987).

Na III ANAS que ocorreu em outubro de 1987 em Belo Horizonte, e contou com a presença de 466 delegados representantes de 25 das 27 entidades afiliadas (Abramides, Cabral, 1995, p.139). Neste evento o SASEMG apresentou sua tese, que dentre outras coisas

destacava a importância de se repensar a organização sindical por categoria indicando o seguinte:

É mais compreensível que o profissional se vincule à entidade que lhe é mais próxima e que lhe represente junto aos demais companheiros que participam coletivamente daquele processo de trabalho. O domínio das questões político-sindicais que perpassam por aquele setor é mais compreensível por tais entidades, do que, pelas entidades de profissionais liberais. Além do que é mais fácil de se estabelecer entre tais profissionais e trabalhadores um sentimento de identidade, de união, a partir da referência de trabalharem em um mesmo local, vinculados a um mesmo patrão (SASEMG, 1987, p.11).

Neste sentido o SASEMG colocou em pauta na III ANAS a necessidade de se aprofundar o debate no sentido de caminhar para a sindicalização dos assistentes sociais não mais por categoria profissional, mas por ramo de atividade. Ocorre que a opção pela sindicalização por ramo de atividades ocorre por três razões basicamente:

- a primeira pela compreensão da categoria sobre sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e, para tanto, suas lutas fazem parte das lutas gerais da classe trabalhadora;
- a segunda, como já colocado na citação acima, pela própria pulverização profissional, o que tornava as atividades sindicais na defesa de especificidades de demandas profissionais uma tarefa bastante difícil, provocando, inclusive um esvaziamento do sindicato, dada a despolitização da base da profissão;
- a terceira é em razão de que o conjunto CFESS/CRESS, que possuía grande capilaridade dentro da profissão, até mesmo pelo seu caráter institucional, deveria assumir a organização e direção política da profissão, garantindo assim, uma maior unicidade profissional.

Na entrevista, Lea Braga afirma que:

No final da década de 80, a própria ANAS já estava muito desgastada, primeiro pelo debate de novos quadros que era um debate muito forte naquele momento de que o nosso conselho (CFESS/CRESS) precisava virar a página para de fato também assumir a questão da organização política da categoria [...] com uma base profissional despolitizada, e nós (sindicato) também ainda herdamos essa fatura da despolitização da categoria, pro sindicato era mais difícil ainda, porque o sindicato é por adesão, já o conselho era por obrigação, tinha se inscrever para para ser um profissional. E o sindicato não era por ele iria por militância mesmo. Do ponto de vista das cobranças, a pauta e pressão para o sindicato era muito maior.

O debate sobre a opção pela sindicalização por Ramo e não por categoria foi amplamente discutido em Minas Gerais pelas lideranças sindicais na época, que promoveram diversos encontros por todo o estado, com o objetivo de esclarecer os motivos de tal

posicionamento, bem como as implicações e repercussões para dentro da categoria. A discussão foi permeada de disputas e polêmicas e, já no início dos anos de 1990 o SASEMG deixará de existir. Conforme nos informou Lea Braga, a discussão foi realizada,

[...] onde tinha núcleos, a gente articulava o núcleo, propunha reunião, íamos, levávamos toda a discussão e ouvíamos os profissionais, o que eles achavam e se a gente deveria manter a sindicalização por categoria. Não foi um uma pauta fechada, foi disputa para tomada de decisões. E eu viajei muito nesse momento, por condições específicas. Fui para o Sul (de Minas Gerais), para o Triângulo, fui pro Norte (de Minas Gerais). E, sempre onde não tinha núcleo, a gente fazia contato com os assistentes sociais, pedíamos apoio e eles se mobilizavam e a gente ia fazendo a conversa. [...] Então, a representação era do pensamento do serviço social mineiro naquele momento para ouvir os assistentes sociais, o que que eles pensavam, que pauta eles traziam e como a gente poderia pensar nesse futuro com um Conselho Regional não só cartorial, não só para produção, para inscrição dos profissionais, para entregar as carteirinhas, mas sim que pudesse entrar nessa pauta.

A ANAS desde sua origem esteve identificada com a luta pela superação da estrutura sindical de Estado, de caráter corporativista com relações verticais que contribuía para o fracionamento das organizações nos locais de trabalho. Esta perspectiva foi fundamental para que as APAS e entidades pré-sindicais fossem conquistadas pelo pólo combativo, contrário ao sindicalismo conciliador e “pelego” (Sindaseg, 1991). Neste sentido, a ANAS pautava-se nos princípios da liberdade e autonomia sindical e, para tanto, várias entidades sindicais partícipes da ANAS defendiam a inserção da categoria por ramo de atividade. Dessa maneira, durante a IV ANAS ocorrida em 1989, deliberou-se sobre a extinção da entidade sob a perspectiva classista, já bastante fortalecida pelo pólo cutista, da necessidade de inserir a categoria nas lutas dos trabalhadores por ramo de atividade.

Neste sentido, foi necessário estabelecer um processo de “transitoriedade” para dentro da categoria, que pudesse dar conta da reorganização política do Serviço Social, agora orientada sob a luz de um projeto político-profissional coletivo e hegemônico, que pudesse assegurar ao mesmo tempo, a inserção sindical dos profissionais em sindicatos existentes nos ramos de trabalho e a plena articulação entre as principais entidades representativas da categoria - ANAS, ABESS, CFAS/CRAS, ENESS - para a formação de um espaço unitário, onde se pudesse discutir as questões referentes à profissão e garantir assim, uma identidade ao Serviço Social (Abramides, Cabral, 1995). Esse processo foi marcado por intensas disputas no interior da profissão, como aponta a tese produzida pelo Sindicato de Assistentes Sociais de Goiás (1991):

Portanto, a compreensão do processo de TRANSITORIEDADE, pressupõe concebê-la como dimensões de um movimento que é processo da categoria e

dos trabalhadores organizados na CUT. Soma-se a este aspecto a percepção da reorganização da categoria enquanto explicitação de um projeto coletivo que, sendo hegemônico, tem assegurada a articulação entre ANAS, ABESS, CFAS. No entanto, ainda não há um desdobramento e predomínio desta concepção nas relações estaduais. Não é novidade as profundas dificuldades existentes entre Escolas que não reconhecem as entidades de representação, entidades que divergem ao ponto de inviabilizar qualquer nível de articulação local.

Vale ressaltar que a categoria, por não possuir um todo homogêneo e monolítico, expressa-se através de diferentes projetos políticos que confrontam e disputam os espaços de formação profissional, do exercício profissional e da organização político-sindical. Se esta disputa não passa por um período de efervescência e confrontação permanente não se pode, ingenuamente, crer na sua inexistência. (Sindaseng, 1991, n.p., grifos do autor)

A virada crítica do Serviço Social brasileiro foi permeada por muitas viradas internas, dentre elas, a reorganização política da categoria nos anos 1990, não mais de forma fragmentada na separação de pautas entre entidades sindicais e conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, mas pela articulação e unicidade da direção político-profissional assumida hegemonicamente pela categoria e incorporada e espraiada pelas entidades organizativas do Serviço Social. Vale lembrar que o Serviço Social mineiro terá um papel ativo nesses direcionamentos. A diretoria da ANAS que inicia o processo de Transitoriedade para a dissolução das entidades sindicais, contava com a presença de Lea Braga, que na época encontrava-se na diretoria do SASEMG e, assumirá a vice-presidência do CFESS na gestão 1999-2002 e a presidência na gestão 2002-2005.

Com a proposta de dissolução das entidades sindicais da categoria, orientada pela ANAS, a partir de 1989, a categoria deu início a um processo amplo de discussão sobre sua nova estrutura organizativa a partir de três eixos fundamentais: Formação profissional, garantia do exercício profissional (fiscalização, orientação e disciplina) e lutas sindicais (Ibidem). No início da década de 1990, o CFAS e os CRAS que a partir de 1993 passarão a ser chamados de CFESS e CRESS⁴³, imprimiram novas diretrizes para seu funcionamento. Vale lembrar que, desde a década de 1980 e nos anos 1990,

sintonizada com as lutas pela democratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa as direções dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional. (CFESS, 2008, p. 163, apud Santos, et al., 2010, p. 153)

A década de 1990 foi marcada pelo processo de reestruturação produtiva e pela incidência da política neoliberal no Estado brasileiro e acontece exatamente no momento em

⁴³ A partir daqui iremos nos referir ao conjunto como CFESS e CRESS.

que o país vive a abertura democrática e consegue aprovar a Constituição Federal de 1988, que por seu caráter de construção coletiva ganhou o apelido de “Constituição cidadã”. Contraditoriamente, é também neste momento em que se inicia uma “reforma” estatal de cunho neoliberal que terá profundo impacto na reprodução da vida da classe trabalhadora brasileira. Dessa forma, os profissionais que encontravam-se engajados comprometidos com as lutas democráticas do conjunto da classe trabalhadora passaram a disputar, desde os anos de 1980 o espaço dos conselhos profissionais do Serviço Social, imprimindo uma nova direção política em seu interior, articulada aos movimentos sociais e de outras categorias (Ibidem, p. 154). Assim, nos anos 1990, o conjunto CFESS/CRESS já se encontra mais amadurecido e fortalecido, no sentido de garantir na sua direção uma hegemonia política de base crítica, comprometida com um projeto profissional que vinha sendo construído desde a última década, num esforço coletivo da categoria, vinculado aos interesses mais gerais da classe trabalhadora, perspectivado em um projeto de sociedade crítico do capital e comprometido com uma nova ordem social. Este projeto profissional crítico ficará conhecido como Projeto Ético-político do Serviço Social (Netto, 2006).

A virada crítica do Serviço Social brasileiro ocorrida na década anterior, vai provocando ondas sucessivas de viradas⁴⁴ modifica as bases funcionais dos Conselhos da profissão. Ao longo da década de 1980, num movimento conjunto, o CFESS e os CRESS, iniciam um processo de organização do serviço de fiscalização profissional (sua função precípua) aprimorando a configuração do cadastro e inscrição dos profissionais, bem como seus espaços de trabalho. Dessa forma, promoveu-se a instituição das Comissões de Orientação e Fiscalização, estruturando a forma de fiscalização dos espaços ocupacionais com o mapeamento destes espaços de trabalho. Ademais, buscou a profissionalização pela contratação de agentes fiscais, e unificação de procedimentos. (Silveira, 2007).

Essa reorganização de sua atuação, para além da atividade meramente cartorial e fiscalizadora, impulsionou um conjunto de mudanças dentro do CFESS/CRESS, que passaram a assumir, neste momento, não só a responsabilidade pela regulação da profissão, mas também a sua direção e organização política em torno das pautas de interesse da categoria.

Diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no campo dos direitos sociais, o conjunto CFESS/Cress desencadeia debates para impulsionar a reformulação da legislação profissional, como forma de garantir o comprometimento de uma profissão voltada para os princípios da

⁴⁴ Afirmamos que o processo de virada crítica do Serviço Social se deu em ondas sucessivas de virada posteriores, sendo elas na refuncionalização do conjunto CFESS/CRESS, na revisão curricular da formação em Serviço Social e na reorientação ideológica do projeto profissional.

equidade social e da defesa intransigente dos direitos. Desta maneira, é a partir da década de 1990 que o projeto ético-político do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o novo Código de Ética Profissional (1993) e a nova Lei de Regulamentação da profissão (1993). (Santos, et. al., 2010, p.153)

O conjunto CFESS/CRESS, nesse período, ampliou suas atribuições e, a partir da fiscalização do exercício profissional, passou “a investir na qualificação teórico-política dos profissionais, na defesa das políticas públicas e na preocupação com a qualidade dos serviços prestados aos usuários” (Ibidem, p. 154). As propostas e ações do conjunto voltaram-se ao aprimoramento dos instrumentos normativos, necessários à regulamentação e à fiscalização do exercício profissional. Para mais, investiu-se na participação da categoria em fóruns de discussão, formulação e controle social das políticas públicas, além da articulação com os movimentos sociais (Santos, et al, 2010).

Em Minas Gerais, a gestão do CRESS 6ª Região nos anos 1990, encontrava-se intensamente articulada às demais organizações da categoria como a ANAS e ABEPSS. Desde o fim da década de 1980 e, continuando pela década de 1990, o CRESS Minas e o SASEMG passaram a promover reuniões e construir pautas conjuntas. Essa relação se estreitou e se fortaleceu nos anos 1990 e, foi tamanha a proximidade, que o SASEMG e o CRESS-MG passaram, inclusive, a dividir, não só, o mesmo espaço físico, mas também as mesmas pautas de luta e reivindicação da categoria. Assim, a dissolução do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais que já vinha sendo amadurecida dentro da perspectiva de opção pela sindicalização por ramo de atividade, foi acontecendo de forma gradual, na medida em que, as pautas políticas e a organização da categoria vai sendo absorvida pelo CRESS. Sobre este processo, nos informa Léa Lúcia Cecílio Braga (2025):

Nós fizemos uma aproximação da direção do sindicato com a direção do CRESS-MG, para levarmos a discussão rumo a finalizar a sindicalização por categoria e confirmar a sindicalização por ramo e também fazer pautas conjuntas, utilizando inclusive o mesmo espaço físico. Então nós passamos a ter as atividades do sindicato na sede do CRESS-MG lá na Guajajaras. E essa sala pequenininha do sindicato, que ainda existe até hoje, serviu de apoio e retaguarda física para as nossas atividades, para guarda de material e para algumas reuniões. A diretoria do sindicato e a diretoria do CRESS-MG, se reuniam no mesmo espaço. A gente conversava e combinávamos sobre as nossas agendas e nós passamos a ter então um trabalho integrado e no momento nacional, estava em discussão a chamada entidade única. Então a gente, na verdade, tentou fazer esse experimento para ver se daria certo, porque tínhamos um bom diálogo e aproximação dos profissionais que estavam no sindicato com os que estavam no Conselho Regional. Tínhamos as mesmas ideias sobre a sindicalização por categoria sobre termos uma organização política dentro dos nossos conselhos que pensasse a valorização da profissão, as condições de trabalho numa perspectiva única pro serviço social. (Braga, 2025)

Entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais - SASEMG é dissolvido sob o entendimento de que a organização sindical deveria acontecer somada às lutas dos trabalhadores por ramo de atividade. Não se tratou de uma decisão isolada, mas de uma decisão coletiva dos assistentes sociais mineiros, sob a direção, construída nacionalmente, pela categoria profissional. Dessa maneira, o CRESS-MG consolidou-se como o principal espaço de organização política da categoria em Minas Gerais e, desde então, vem implementando esforços no sentido de garantir a direção política, bem como o espraio da cultura política da profissão em consonância com o Projeto ético-político Profissional hegemônico no serviço Social brasileiro.

A análise de qualquer processo histórico é trabalho árduo que exige do pesquisador a escolha - às vezes feliz, outras nem tanto - de pincelar pontos, dentre um emaranhado de acontecimentos. Para tanto, analisar o processo de virada crítica do Serviço Social mineiro, obrigou-nos à fazer escolhas de onde lançaríamos luz e, sendo assim, outros tantos pontos importantes foram deixados à sombra. Mas seria muita pretensão nossa darmos conta da totalidade deste processo. E, é justamente aí, que se encontra a beleza da pesquisa. Não se trata de um processo que se encerra, mas sim um processo que inaugura novos questionamentos e, conseqüentemente, novos caminhos possíveis.

O Serviço Social mineiro, sem dúvida, manteve-se na vanguarda crítica da profissão ao longo da história da virada do Serviço Social brasileiro. E sobre a pergunta feita na página 161, se o Serviço Social mineiro realizou a virada crítica antes do restante do país, estou convicta de que sim!! Minas Gerais realizou a virada crítica antes!

5 CONCLUSÕES

Nesta tese analisamos a trajetória da organização política e da cultura política do Serviço Social brasileiro e mineiro desde a década de 1960, anos onde se gestam as bases sociais, políticas e culturais para a virada crítica da profissão tanto no Brasil, quanto na América Latina, passando pelos anos de 1970 onde o adensamento das lutas operárias coloca em cheque a função social da profissão e cria o solo fértil para a crítica do tradicionalismo profissional e, finalmente, nos anos de 1980 quando o Serviço Social rompe política, teórica e ideologicamente com o conservadorismo de seus primórdios, selando o compromisso histórico da profissão com a perspectiva da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Neste caminho, buscamos apreender as particularidades do processo vivenciado no campo da

organização política profissional e da cultura política formada na profissão durante esse período em Minas Gerais, onde acreditamos ter se gestado uma parte importante e, por que não dizer, imprescindível da virada crítica do Serviço Social brasileiro.

Verificamos que a profissão, uma vez inscrita na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista e que participa do processo de reprodução social, reproduzindo as contradições próprias desta sociedade (Iamamoto, 1982), é permeada e atravessada pela conjuntura societal da realidade na qual se insere. Neste sentido, o movimento da profissão na história não se dá em paralelo ou livre das determinações ídeo-políticas ou sócio-históricas da sociedade burguesa, ao contrário, se introduz e incorpora sua dinâmica de reprodução ora a reforçando, ora a negando.

Dessa forma, o Serviço Social redefine-se teórica, política e organizacionalmente diante das transformações societais ocorridas ao longo de sua história. Nossa análise centrou-se no período entre 1960 e 1990 por entendermos que este foi o período de giro das bases ídeo-políticas da profissão, provocados por uma conjuntura social e política de efervescência de lutas da classe trabalhadora, com impacto direto na cultura político-profissional e na organização política do Serviço Social a partir de então, em Minas Gerais e no Brasil. Portanto, é imperativo ressaltar que as mudanças configuradas na transição do Serviço Social tradicional para o processo de ruptura com o conservadorismo, não constituíram um processo isolado no interior da profissão, mas estavam diretamente articuladas ao movimento mais geral da luta de classes no país (Monteiro, 2020).

Para desvendar a complexidade desse processo, foi fundamental as entrevistas realizadas com Lea Lucia Cecílio Braga e Consuelo Quiroga, sendo estas, duas profissionais que, não só participaram ativa e diretamente da virada crítica do Serviço Social em Minas Gerais, mas estiveram entre suas protagonistas. Nos encontramos diante de duas profissionais que vivenciaram experiências distintas e, para tanto, possuem também pontos de vista distintos em relação aos rumos que a organização política dos assistentes sociais de Minas Gerais tomaram.

Lea Braga compreende que a organização política da profissão deve se organizar por meio das entidades representativas da categoria, em especial, do conjunto CFESS/CRESS, por entender que, dada a capilaridade das entidades entre os assistentes sociais, uma vez que a inscrição no Conselho é obrigatória, esta possui maior condição de espraiamento de uma cultura política profissional uníssona, bem como de articular a organização política por meio da defesa dos interesses da profissão, pautando suas bandeiras de lutas e balizando sua direção ético-política. Já o sindicato, sendo um órgão de vinculação por adesão, permaneceu

esvaziado em Minas Gerais durante sua existência e a inserção e, portanto, organização sindical dos assistentes sociais deveria acontecer junto aos trabalhadores do ramo onde o profissional atua.

Consuelo Quiroga, por sua vez, possui o entendimento de que os Conselhos profissionais possuem uma atuação limitada frente à defesa dos interesses dos assistentes sociais, até pela própria característica institucional da entidade. Dessa forma, a organização sindical seria mais livre e, dada a natureza da organização sindical, sua incidência nas lutas dos interesses dos assistentes sociais no campo do trabalho seria mais efetiva, diante das questões que não podem ser apropriadas pelo conjunto CFESS/CRESS por não serem de sua competência.

Já a pesquisa documental realizada para esta tese contribuiu enormemente para a construção de uma linha temporal e histórica do processo de virada crítica do Serviço Social em Minas Gerais, ainda que, diante da ausência de documentos de alguns períodos, especialmente, do acervo documental do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. A análise documental, permitiu reconhecer como se construiu a cultura política da profissão no processo de virada, bem como os condicionantes que a vincularam aos interesses mais gerais da classe trabalhadora.

Ressaltamos que reconhecemos, em absoluto, a importância da ABESS/ABEPSS para o processo da virada crítica do Serviço Social em Minas Gerais e no Brasil. Reconhecemos ainda o fato de que a aproximação da profissão à teoria marxista e a reorganização dos currículos e do processo de formação profissional do Serviço Social, bem como o amadurecimento teórico-acadêmico da profissão reconfigurou as bases de toda uma geração posterior ao processo da virada. Assim a articulação das entidades foi fundamental para a virada da profissão de forma global. No entanto, o foco deste trabalho limitou-se à análise da organização sindical e a atuação do conjunto CFESS/CRESS pelo entendimento de que estes dois campos possuíam uma diversidade profissional maior.

Dessa forma, optamos pela análise dos processos que induziram e conformaram a cultura política e a organização política da profissão, traçados no percurso histórico do Serviço Social no Brasil. Assim, no primeiro capítulo verificamos que desde a gênese da partir da década de 1930 até a década de 1960 a cultura política da profissão terá um caráter bastante conservador alinhada aos preceitos cristãos, dada sua formação vinculada à Igreja Católica num primeiro momento, o que contribuiu para uma perspectiva despolitizada da questão social. A análise destacou as particularidades do capitalismo tardio no Brasil, com sua formação social e política marcada pelo escravismo, clientelismo e patrimonialismo, que

aprofundaram a questão social e impuseram desafios singulares à profissão em sua emergência. Verificamos que o Serviço Social movimenta-se na história para atender as necessidades impostas pelo capitalismo e, orienta-se pela ausência da crítica à sociabilidade burguesa e na necessidade de imprimir maior tecnicidade alinhando-se às teorias positivistas e funcionalistas nos anos de 1950.

A virada crítica, que se inicia na década de 1960 influenciada pelo Movimento de Reconceituação Latinoamericano (1965-1975), representou um processo de aproximação da profissão com a teoria social crítica, culminando no movimento de "Renovação crítica do Serviço Social". No caso de Minas Gerais, apesar das características conservadoras do estado, o Serviço Social mineiro teve um papel preponderante nesse processo, onde o projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, conhecido como "Método BH" (1972-1975) constituiu-se como um germen para a ruptura com o conservadorismo, apesar de, num primeiro momento, ter se mantido como uma experiência localizada, ganhando ressonância por todo o país anos mais tarde.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre as instâncias de organização política que protagonizaram a virada crítica do Serviço Social brasileiro e mineiro: os sindicatos de assistentes sociais e o conjunto CFESS/CRESS. A investigação do percurso histórico dessas entidades nos possibilitou apreender as disputas internas, as opções políticas e a importância desses espaços na consolidação e difusão da cultura política profissional de perspectiva crítica. A aproximação da profissão com as lutas mais gerais da classe trabalhadora se deu, além de outros determinantes, num contexto de intensa efervescência da organização do proletariado nos grandes centros urbanos, num cenário político de autoritarismo e superexploração da força de trabalho instituído pelo regime ditatorial. A experiência de militância das entidades de organização sindical dos Assistentes Sociais levou ao reconhecimento da importância de se somar à diferentes lutas e, sendo assim, a profissão faz a opção e defesa do “novo sindicalismo” onde as entidades sindicais fossem livres, autônomas e autossuficientes sem subordinação aos ditames do Estado. Dessa maneira, os sindicatos se constituíram como espaços de militância político-organizativa, promovendo grande politização dos assistentes sociais à eles vinculados. Essas instâncias foram de tamanha importância, que, ao nosso ver, foram as grandes protagonistas, no campo da organização política, do processo de virada crítica do Serviço Social brasileiro. Por outro lado, o conjunto CFESS/CRESS assume o papel de principal articulador e impulsionador da construção, consolidação e espraio de um projeto profissional crítico que amadurece durante os

anos 1980 e se consolida nos anos 1990, sendo reconhecido na profissão como Projeto ético-político Profissional do Serviço Social.

Por fim, no terceiro capítulo nos dedicamos, especificamente, à virada crítica do Serviço Social mineiro. Assim, foi analisado o contexto sócio-histórico e político de Minas Gerais entre 1960 e 1990, bem como as raízes do processo de transformação na profissão dentro do estado em articulação com o restante do país. A organização política dos assistentes sociais mineiros, desde os anos 1960, e o processo pré-virada, com destaque para a experiência de Belo Horizonte e o "Método BH", foram cruciais para o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, que irá se desdobrar em todo o território nacional. Destacamos que a década de 1970 foi a década da virada, onde os assistentes sociais mineiros em interlocução com o restante do país organizaram vários eventos para a discussão, questionamento e construção da direção política da profissão. Na década de 1980, a articulação entre Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais e o CRAS 6ª Região (que só irá receber o nome de CRESS-MG em 1993), foi fundamental para coletivização de uma cultura política na profissão vinculada aos interesses da classe trabalhadora e crítica da sociedade capitalista. Já a década de 1990, foi a década da consolidação da virada. Nos anos de 1990 o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais é dissolvido em uma decisão coletiva da categoria que faz a opção de se sindicalizar por ramo e, não mais por categoria, e o CRESS-MG passa a assumir a organização e direção política da profissão. Neste capítulo, evidenciamos o protagonismo mineiro em diversos momentos cruciais do processo de virada crítica nacional.

Em síntese, esta tese possibilitou a verificação de que o Serviço Social mineiro não apenas participou, mas protagonizou diversos momentos da virada crítica da profissão no Brasil. A análise sobre a cultura política e a organização política dos assistentes sociais em Minas Gerais revelou como, em um estado com fortes traços conservadores, a categoria foi capaz de construir uma cultura política crítica sólida e engajada, superando as bases conservadoras e o tradicionalismo da profissão. Este debate nos permitiu compreender as mediações sócio-históricas e políticas que conformaram a atual direção política da profissão, materializada no Projeto Ético-Político Profissional (PEP). Ao "escovar a história a contrapelo", este trabalho buscou desvendar como a organização e articulação política dos assistentes sociais mineiros resultaram na subversão e superação das bases conservadoras, forjando uma identidade profissional vinculada à teoria social crítica e aos interesses da classe trabalhadora.

A pesquisa reforça a ideia de que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não se encontra a lejo dos processos sociais, ao contrário, encontra-se também condicionado pelas lutas hegemônicas da sociedade. Portanto, a virada crítica da profissão demonstra a capacidade que o Serviço Social tem de se reconstruir diante dos desafios impostos pela sociedade capitalista. Mesmo a direção crítica da profissão não sendo homogênea, mas plural, sua hegemonia é fruto de um longo e complexo processo coletivo de renovação. O desvendamento desses desdobramentos em Minas Gerais, um estado com características tão singulares, abre espaço para novos debates, novos questionamentos e novas possibilidades de reavaliação do significado social da profissão que, ao nosso ver, não se encontra completamente fechado, mas é caminho aberto para novas tecituras.

Dessa forma, concluímos que a organização política dos assistentes sociais mineiros foi crucial para a consolidação de um projeto profissional crítico e emancipador, garantindo assim a conformação de uma cultura política crítica, na profissão. O legado da "virada" se manifesta na identidade e na auto-imagem atual da profissão, que busca superar o conservadorismo e se comprometer com um projeto societário que vise à transformação social e à defesa dos interesses da classe trabalhadora. A história, nesse sentido, não é apenas um relato do passado, mas uma ferramenta para compreender o presente e projetar o futuro da profissão, permitindo que os assistentes sociais continuem a construir uma prática profissional consciente e engajada, capaz de imprimir, na sua intervenção, uma direção social coerente com os princípios ético-políticos que hoje balizam a categoria.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C.. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, p. 181–186, jan. 2017.

_____. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: *Serviço Social & Sociedade*, p. 456-475, 2016.

_____. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.) *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. *Seminário Nacional do Congresso da Virada. 30 anos. 1979-2009*. Brasília: CFESS, 2012. p. 51-60

_____. Histórico da Organização dos Trabalhadores In: *Revista Em Foco*. Organização sindical dos assistentes sociais. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO Rio de Janeiro Ed. 7, Rio de Janeiro. 2011. p. 20-24

_____. CABRAL, M. S. R A Organização Política do Serviço Social e o Papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. In: *30 Anos do Congresso da Virada*. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). – Brasília, 2009. p. 55-80

_____. CABRAL, M. S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço social*: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ALBERTO, P. C. F. *Lutas operárias na região metropolitana de Belo Horizonte entre os anos 1970 e 1990*: memórias individuais e coletivas. Orientador: Geraldo Márcio Alves dos Santos. 2021. Dissertação (Programa de Pós Graduação de Educação e Docência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ALENCAR, A. C. R. *O controle exercido sobre os conselhos de fiscalização do exercício profissional*. 2013. 51 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, A. (coord.); SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 332-333. v. 4

ALMEIDA, A. de. *Lutas, organização coletiva e cotidiano*: Cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista-1930-1980. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1996.

ALVES, G.. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 111–124, nov. 2000.

ANDRADE, M. A. R. A. de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ARCARY, V. Histórico da Organização dos Trabalhadores. In: *Revista Em Foco*. Ed. nº 7 - Setembro de 2011. ISBN 978-85-60593-02-6. Rio de Janeiro: Gráfica Mestre, 2011.

BARROCO, M. L. Ética e política entre a ruptura e o conservadorismo. In: *Revista Inscrita*, Brasília (DF), ano 9, n. 12, p. 31-40, nov. 2009.

_____. Memória e conquistas históricas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, p. 178–180, jan. 2017.

_____. 30 anos do Código de Ética do/a Assistente Social brasileiro/a!. *Temporalis*, v. 23, n. 46, p. 13-23, 2023.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Revista Em Pauta*, n. 40, v. 15, 2017a. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

_____. Depoimento Maria Rosangela Batistoni. In: DINIZ, Tânia Maria Ramos Godoi et al. *Serviço social, memórias e resistências contra a ditadura*. Brasília: Cfess, 2017b. p. 1-54.

_____. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serviço Social & Sociedade*, n. 136, p. 538-558, set. 2019.

_____. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs) *A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021.

BATTINI, O. Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil-80 anos. *Serviço Social em Revista*, v. 19, n. 1, p. 155-170, 2016.

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. Notas sobre a organização política e sindical dos Assistentes Sociais. In: *Revista PRAIAVERMELHA*, v. 21, nº2, p. 97-107, Jan-Jul 2012.

BENJAMIN, W. Teses sobre o conceito de história. In: LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix Editora. 1986.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N., & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.

BOITO JUNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Unicamp/Hucitec, 1991.

BONETTI, D. A.; SILVA, M. V.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (orgs.) *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2001.

BOSCHETTI, Ivanete. CFESS: O Projeto Ético-Político Profissional trinta anos depois: sentido e desafios. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, 2009. p.145-155.

BOTELHO, M. L. P. Sobre o CRESS-MG. [Entrevista concedida a] Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Dez. 2013. Disponível em:
<<https://www.cress-mg.org.br/sobre-o-cress-mg/>> Acessado em: 18 de março de 2025.

BRASIL. Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957. *Regulamenta o exercício da profissão de assistente social*.

_____. Decreto nº 43.566, de 24 de abril de 1958. *Concede autorização para o funcionamento do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43566-24-abril-1958-382549-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 janeiro de 2025.

_____. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual- Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-,DECRETO%20DO%20CONSELHO%20DE%20MINISTROS%20N%C2%BA%20994%2C%20DE%2015%20DE,da%20profiss%C3%A3o%20de%20Assistente%20Social>>. Acesso em: 22 de julho de 2024.

BRITES, C. M.; SALES, M. A. Ética e prática profissional. *Módulo 2 do Curso de capacitação para agentes multiplicadores do Projeto Ética em Movimento*. Brasília, 2000.

BUONICORE, A. C. *Sindicalismo Vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP. Campinas, 1996.

CAMARGOS, Júlia Letícia. Polícia Política em Minas Gerais: Fabricação de crimes políticos e imaginário anticomunista no regime militar de 1964. *Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História, [S. l.]*, v. 5, 2016. Disponível em:
<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23330>> . Acesso em: 25 jul. 2024.

CARVALHO, T. S. P. *Potencialidades, desafios e limites do exercício profissional do assistente social na linha de frente: creas como palco*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Serviço Social) - Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. In: *FGV CPDOC*, 2021. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/artigos/golpe-1964>> Acesso em: 21 de out. 2024.

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. A luta por uma nova organização sindical. *Cadernos do CEAS*, nº100, nov/dez. 1985

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais. *Código de Ética do Assistente Social*. São

Paulo: CFAS, 1986.

CFESS. *O CFESS*. [s.d.]. Disponível em
<<https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>> Acesso em 22 de julho de 2024.

_____. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional dos assistentes sociais 1947 Brasília: CFESS. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1947.pdf>.
Acesso em: 4 set. 2024.

_____. *Diretrizes Nacionais acerca da interiorização das ações políticas dos CRESS*. 2017. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/DiretrizesInteriorizacao2017.pdf>>
Acessado em 09/07/2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, A. L. P.; CHAVES, L.G.F.; MARQUES, T. A. 60 anos do golpe: a ditadura militar e a região Metropolitana de Belo Horizonte. *Espaço do conhecimento UFMG*. Belo Horizonte, 01 de abril de 2024. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/60-anos-do-golpe/>> Acesso em 11 de out. 2024

COSTA, J. T. É a hora e a vez dos mineiros: FIEMG e BDMG nos anos do “milagre econômico” (1968-1974). In: 20º Seminário de Diamantina, 2024, CEDEPLAR, Diamantina. *Minas Gerais e o Brasil em um mundo em transformações: formação do pensamento crítico para os desafios do mundo contemporâneo*. Diamantina: UFVJM, 2024. Disponível em:
<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2024/D20_304.pdf>
Acessado em 12 de fevereiro de 2025.

COTRIM, L. C. A. *A autorreforma da Ditadura Militar- a reiteração da autocracia burguesa*. In: Revista Eletrônica Arma da Crítica, Fortaleza, ano 9, n. 12, p.13-34, nov. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. — Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRESS-SE. *30 anos da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão do/a Assistente Social*. Aracaju, 07 de junho de 2023. Disponível em:
<<https://cress-se.org.br/cress-se-destaca-30-anos-da-lei-8662-93-que-regulamenta-a-profissao-do-a-assistente-social/>> Acessado em 08 de julho de 2024.

DAL MORO, M.; MARQUES, M. G. *A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade*. *Temporalis*, v. 11, n. 21, p. 13-47, 2011.

DELLAMORE, C. Operárias e comunistas: memórias da militância política e da resistência contra a ditadura militar. *La resistencia de las mujeres en gobiernos autoritarios: Argentina y Brasil (1955-1968)*, p. 34-49. 2020. Disponível em: <
https://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1435629220_ARQUIVO_CarinaDellamore-Resistenciaoperariaeditaduramilitar.pdf> Acesso em 31 de out. 2024

DE SÁ, Israel. As comissões de verdade e a ‘política dos restos’: entre a produção de memórias e a formação do autoritarismo contemporâneo. *Revista da Anpoll*, v. 53, n. 2, p. 160-175, 2022.

DIAS, R. F. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. In: *Temporalidades*, v. 7, n. 3, p. 249-274, 2015.

DULCI, Otavio S. As Elites Mineiras e a Conciliação: a Mineiridade como Ideologia. In: *VII Reunião Anual da ANPOCS*, 1984, Águas de São Pedro. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez, 1984. v. VII. p. 7-32.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, p. 177-194, 2014.

ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa qualitativa em Educação: fundamentos e tradições*. Trad. Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FALCÃO, Frederico José. Resgate de uma Década: A Conjuntura Político-Social Brasileira dos Anos 80. *Libertas*, v. 8, n. 1, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. O congresso brasileiro de assistentes sociais na conjuntura dos anos 70. In CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da virada*. Brasília: CFESS, 2012, p. 43-54.

FELIPPE, J. M. S. O processo legislativo e a regulamentação do Serviço Social no Brasil: uma análise documental. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 131, p. 29-50, jan./abr. 2018.

FERNANDES F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

_____. *A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FERRAREZ, C. S. *A contrarreforma do estado brasileiro e seus impactos nas políticas sociais*. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, XVII. Rio de Janeiro. **Anais eletrônico** [...] 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00187.pdf> Acesso em 02/04/2025.

FERREIRA, J. 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. In: *Revista Tempo*, v. 14, n. 28, p. 11-18, 2010.

FERREIRA, K. R. *A institucionalização da formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais*. 2023. 128f. Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

FURTADO, Bernardo Alves. Evolução da divisão territorial de Minas Gerais: *os limites municipais desde 1711*. Geografia, v. 32, n. 1, p. 199-213, 2007.

GARCIA, J. R.; ANDRADE, D. C. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000). *LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA*, Campinas, Vol.9, p. 155-182, jan. 2006/dez. 2007.

GODOY, M. M. Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento. *Cadernos da Escola do Legislativo*, [S. l.], v. 11, n. 16, p. 89 – 116, 2019. Disponível em: <<https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/308>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GOENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. v.1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. *Scritti giovanili* (1914-1918). Turin: Einaudi, 1972.

GUEDES, Olegna de Souza. Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947e 1965. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), [S. l.], v. 15, n. 1, p. 43–58, 2016. DOI: 10.15448/1677-9509.2016.1.24058. Disponível em: <<https://pucrs.emnuvens.com.br/fass/article/view/24058>> . Acesso em: 2 jun. 2025.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

GUAZZELLI, A., ADRIANO, A. L., COSTA, M. B., DURIGUETTO, M. L., BATISTONI, M. R., MAIA, S. M. A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990: um esforço coletivo de investigação sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional. *Revista Eleuthera*, Vol. 26, n.º 2, jul-dez. 2024, p. 13-28.

HERMANN, J. Reforma, endividamento externo e o 'milagre' econômico (1964/1973). In GIAMBIAGI, F., VILLELA, A., BARROS DE CASTRO, L., HERMANN, J. (orgs.), *Economia Brasileira Contemporânea*. Campus, Rio de Janeiro. 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 1ª ed. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A.; SILVA, M. V.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (orgs.) *Serviço Social e Ética*: convite a uma nova práxis. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2001. p. 87-104.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Serviço social na América Latina: 1970-1980. Entrevista Memória com Leila Lima Santos. *Revista em Pauta*, n. 20, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/167/193>> Acessado em 25/01/2025.

_____. *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Palestra. 30 anos do Congresso da Virada. In: Conselho Federal de Serviço Social. *Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada* / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília : CFESS, 2012.

_____.; SANTOS, C. M.. A pesquisa em rede “O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”. 2016a.

_____. Quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e a contribuição de Carlos Nelson Coutinho. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 26, n. especial, p. 61-89, 2016b.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social & Sociedade*, nº136. São Paulo: Cortez. p. 439-461, 2019.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Imperialismo e cultura. In: CHASIN, J. *Revista Ensaio 14*. São Paulo: Ensaio, 119-128, 1985.

INÁCIO, T. V. P.; SILVA, M. O Regime Militar Brasileiro e o autoritarismo: uma revisão sobre a institucionalização da repressão política e a “Democracia Controlada”. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, p. e-496101624088-e496101624088, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24088/20969>> Acesso em: 31 de out. 2024

KOIKE, Mª Marieta dos Santos. Jubileu de Ouro In: *Cadernos ABESS Nº 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021

LEMO, E. L. S; ELPÍDIO, M. H.; IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R. *A reconceituação do Serviço Social na América Latina e a pesquisa acadêmica no CELATS*. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, 2018, Vitória - ES. Anais. p. 1-16.

LENA JÚNIOR, H. *Uma reflexão acerca do conceito de cultura política*. Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 12, n. 1, p. 156-176, 2012.

LENIN, V. I.. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. Expressão Popular, 2003.

_____. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LOPES, J. B. *50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA*: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 311-344. 2016.

LUKÁCS, G. *Velha e Nova Cultura*. 1920. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>> Acessado em 20 de outubro de 2023.

MARANHÃO, F. E. *Programa Nacional de Alfabetização de 1964 no Brasil com Flora El-Jaick Maranhão*. Youtube, 12 de abril de 2024. 31min46s. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=e3ca9I5oVnc><https://www.youtube.com/watch?v=e3ca9I5oVnc>> Acessado em 02 de Junho de 2025.

MARINI, R. M. Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990. *Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México*. Recuperado de https://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html, 1991. Disponível em:
<https://archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/05br/maurini_brasil00004.pdf> Acesso em 13 de fevereiro de 2025

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____, ENGELS, F. *A ideologia alemã* : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo : Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I.. *A crise estrutural do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, L. F. *Marx e a ciência política*. 2018. Disponível em:
<<https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/07/marx-e-a-ciencia-politica/>> Acessado em 14 de fevereiro de 2024.

MINAS GERAIS. Comissão da Verdade em Minas Gerais. Relatório. Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em:
<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/comisso-da-verdade-em-minas-gerais_relatrio-final_2017-compressed.pdf> Acesso em: 10 de out. 2024.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009

MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M.; EIRAS, A. A., O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional. In: *Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da*

realidade de Juiz de Fora/Carina Berta Moljo e Maria Lúcia Duriguetto (organizadoras) -Juiz de Fora: Ed. UFJF, p. 105-144, 2012.

_____.; DOMINGUES, P. L. A dimensão da pesquisa no serviço social e nas ciências sociais: O trabalho com história oral e trajetórias. In: *Comunidades sostenibles: dilemas y retos desde el trabajo social*. Thomson Reuters Aranzadi, 2017. p. 1352-1359.

MOLJO, C. B.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, A. L. A. de; BRAVO, M. I. S. Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 41-54, jan./ abr., 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>> Acesso em 22 de agosto de 2025.

MONTAÑO, C. *A Natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre a gênese, a especificidade* e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na América Latina e o debate no Brasil. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 22, p. 133-148, 2008.

MONTEIRO, Maria da Guia da Silva et al. *O legado histórico da organização política do serviço social brasileiro e seus desafios na atualidade*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, p.162, 2020.

MORAES, R.; BASTOS, P. P. Z. O Estado em disputa: os objetivos do II PND e os interesses dos industriais. *Nova Economia*, v. 32, p. 181-204, 2022.

MORAES, F. B. Urdiduras da rede urbana das Minas Gerais setecentistas. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 11. Salvador, Anais eletrônicos [...]. Salvador: ANPUR, 2005. Disponível em <http://www.xienanpur.ufba.br/561.pdf>. Acesso em: 09 de out. de 2024.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M.. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 199–212, maio 2020.

MOTTA, R. P. S. . O Golpe, o Regime Militar e a Elite Mineira: 1964-1985. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, p. 193 - 208, 07 jun. 2009.

NAVARRO, E. O papel da formação sindical na redemocratização do país (1978 – 1985). In: *Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia*, 29, 2017. Brasília. *Anais eletrônicos* [...] 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501639175_ARQUIVO_OpapelDaFormacaoSindicalNaRedemocratizacaoDoPais.pdf> Acessado em 01/08/2024.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *Revista Acción Crítica*, v. 9, Lima: Celats, 1981.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O movimento de Reconceituação - 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social e Saúde*, v. 4, p. 141-160, 2006.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2009a.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 650-678, 2009b.

_____. Notas sobre o marxismo na América Latina. In: *Novos Temas*, Salvador/São Paulo, v. 5, p. 6, 2012.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira* [livro eletrônico] : (1964-1985). 1. ed. São Paulo : Cortez, 2014.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. 1. Golpe Civil-Militar e Repressão no Imediato Pós-Golpe em Minas Gerais. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 12, 2013.

OLIVEIRA, M. A. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da era Vargas ao governo FHC*. 2002. 364 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1592046. Acesso em: 1 ago. 2025.

OLIVEIRA, R. F. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. In: *Revista Urutágua*, [s.l.], n. 24, p. 132-146, 2011.

OLIVEIRA, E. M. A. P. DE .; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, p. 143–163, jan. 2017.

ORTIZ, F. G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos da sua imagem social e autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. Serviço Social e democracia: perspectiva e princípio ético-político. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ. n. 50, v. 20, jul/dez. 2022. p. 61–74.

PAULA, L. G. P. O “Método BH”: o embrião da virada do Serviço Social. *Boletim Conexão Gerais*. CRESS - 6ª Região, ano 4, nº 14. p. 5-6, abr./mai./jun. 2019. Disponível em: <<https://cress-mg.org.br/Upload/Pics/52/52085ea8-ed2c-4875-9665-2ec58d7a7f53.pdf>> Acessado em 30 de jul. 2024.

PESCHARD, J. La cultura política: Los conceptos fundamentales. In: *J. Peschard, La cultura política democrática*, México: Instituto Federal Electoral, 2001. p. 9-13

QUELER, J.J.. OS SENTIDOS DO QUEREMISMO: disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945. *História* (São Paulo), v. 35, p. e104, 2016.

RAMOS, S. R.. *A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. Tese de Doutorado. Recife, PE: 2005, p.16-113.

_____. A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas. In: Encontro Nacional CFESS/CRESS, 37º. 2008, Brasília. *Anais* [2008] Brasília: CFESS, 2008. p. 28-47.

REIS, J. R. F. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, CF e FALLEIROS, I. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FioCruz/COC, p. 219-236, 2010.

RODRIGUES, LM. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 38-65. ISBN: 978-85-7982-026-7.

SADER, E. S. Ditaduras militares. In: *Portal contemporâneo da América Latina e Caribe*. [2007]. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-dictaduras-militares>> Acessado em 23 de julho de 2024.

SALES, Jean Rodrigues. A revolução cubana e o debate do movimento comunista internacional nos anos 1960: Europa e América Latina. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 15, n. 1, p. 91-109, 2011.

SANTOS, J. S. et al.. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, n. 101, p. 146–176, jan. 2010.

SANTOS, L. S. Serviço Social na América Latina:1970-1980. Entrevista Memória com Leila Lima Santos. *Revista em Pauta*, n. 20, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/167/193>> Acessado em 25/01/2025.

_____. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: *Jornal do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais*. Ano 2, nº 3, fev/1980, 1980.

SILVA, José Fernando Siqueira da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálisis*, v. 24, p. 7-19, 2021.

SILVA E SILVA, M. O. S. *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. *Lutas Sociais*, n. 7, p. 81-94, 2001.

SILVA, M. L. L. DA .. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. *Serviço Social & Sociedade*, n. 131, p. 130–154, jan. 2018.

SILVA, A. G.. *O Anticomunismo Fardado: um estudo sobre representações anticomunistas, intervenção e repressão na Polícia Militar de Minas Gerais (1947-1954)*. 2022. 254f. Tese

(doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2022.

SILVEIRA, R. J. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79–94, 2000.

SILVEIRA, J. I. Política Nacional de Fiscalização: a centralidade da dimensão político-pedagógica. In: CFESS. *Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social*. Brasília, 2007.

SIMIONATTO, I. Teoria social crítica e serviço social: os 50 anos do Movimento de Reconceituação. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 7-24, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1415>>. Acesso em: 15 maio. 2025.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE GOIÁS. Tese aprovada pelo Sindicato de Assistentes Sociais de Goiás (SINDASEG). Goiás, 1991.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS (SASEMG). *Tese: Nova estrutura sindical X organização dos profissionais liberais*. Belo Horizonte, 1987.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1983.

SOUSA, C. T. *Sigilo profissional e Serviço Social: fundamentos políticos e lógica ética*. 2020. 705f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOUSA, R. B. *A organização política sindical do Serviço Social no Brasil*. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

SOUSA, A. A. S.; NEVES, D. Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura. In: *PRAIA VERMELHA*, v. 2 nº2, 290, Rio de Janeiro: UFRJ. 2012. p. 23-36.

SOUZA, J L. A influência do regime fascista na construção do movimento sindical no Brasil. In: *Revista de Estudos Jurídicos*, 2012.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986

_____. 1. GOLPE Militar de 1964. Brasil Doc. *Arquivo Digital–Projeto República*, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>> Acesso em 21 de out. 2024

_____. Silêncios da ditadura. *Revista Maracanan*, n. 12, p. 37-46, 2015.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista: Princípios de Economia Política Marxista*. 4ª ed. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TONIOLO, C. ZANETTI, M. Prefácio. In: Revista Em Foco. Organização sindical dos assistentes sociais. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO Rio de Janeiro Ed. 7, Rio de Janeiro. 2011

TUPINAMBÁ, G. *Organização e Invenção Política: alguns resultados parciais*. VIII Colóquio Internacional Marx e Engels - Cemarx, Unicamp 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Projeto Político-Pedagógico. Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 26 fevereiro.. 2025.

VAZQUEZ, D. A.; HOFLING, D. M.; CAJUEIRO, J. P. P; MONFREDINI, M. I. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 147–167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643048>. Acesso em: 1 jul. 2024.

VITRAL, T. V. *Corrente revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.158, 2013.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Libertas*, v. 20, n. 2, p. 293-306, 2020.

_____; BRAVO, M.I.; RAICHELIS, R. 40 anos da “Virada” do Serviço Social: história, significados. *Serviço Social & Sociedade*, nº 136. São Paulo: Cortez, 2019, p.407-415.

_____, M. C. *O significado sócio-histórico da profissão*, In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 1-21.

_____, M. C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 143-164.

YONAH, T.Q. *A pesquisa documental como ferramenta metodológica na linguística aplicada*. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada , v. 1, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/delta/a/TBrC4jVzFKm6NYfjHZtR79M/?lang=pt>> Acessado em 16 de julho de 2025.

ZANGELMI, A. J.; OLIVEIRA, F. R. C.; SALES, I. F. O.. Da Sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980). *Revista de Ciências Humanas*, v. 47, n. 2, p. 306-330, 2013.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistada: Lea Lúcia
Cecílio Braga



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa "Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e Memória", sob a coordenação da Prfª Dra. Carina Berta Moljo e financiada pelo CNPq através da bolsa PQ-CNPq. O objetivo geral da pesquisa é "realizar uma construção histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil". Como subtema desta pesquisa estamos investigando através da tese de doutorado de minha autoria e sob a orientação da Professora Dra. Carina Berta Moljo a **"CULTURA POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO: O caso de Minas Gerais"**, que tem como objetivo analisar a cultura e a organização política da categoria profissional dos assistentes sociais no processo de virada crítica da profissão, ocorrido entre as décadas de 1960 a 1990. A pesquisa propiciará o conhecimento da história recente da profissão, contribuindo para a conservação da memória histórica do Serviço Social, bem como para a inspiração no enfrentamento das condições profissionais atuais. Os benefícios da pesquisa são indiretos. Caso você concorde em participar, vamos realizar as seguintes atividades com você: entrevistas que serão filmadas /ou gravadas mediante plataforma on-line. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **"RISCOS mínimos"**, e podem ocorrer no momento da publicização dos dados, ou durante a realização das entrevistas que serão filmadas para compor o Centro de Documentação e memória da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Os riscos que podem ocorrer no momento de aplicação/realização da entrevista são de ordem psicológica/ emocional, devido a situações que podem ser gerada tais como stress, desconforto, cansaço em responder as perguntas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será respeitado momentos de pausa, ou interrupção da entrevista. Assim como manter o sigilo da entrevista, caso opte por manter o anonimato. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). Caso seja da sua vontade não divulgaremos seu nome nem a sua entrevista. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora 30 de Julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
LEA LÚCIA CECÍLIO BRAGA
Data: 25/08/2025 12:05:24-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Participante da pesquisa
Lea Lúcia Cecílio Braga

Documento assinado digitalmente
THAISE SEIXAS PEIXOTO DE CARVALHO
Data: 26/08/2025 11:46:27-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisador
Thaise Seixas Peixoto de Carvalho

Documento assinado digitalmente
CARINA BERTA MOLJO
Data: 25/08/2025 18:27:30-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientadora:
Profª. Dra. Carina Berta Moljo

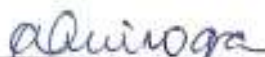
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistada: Consuelo Quiroga



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa "Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e Memória", sob a coordenação da Pr^{fa} Dra. Carina Berta Moljo e financiada pelo CNPq através da bolsa PQ-CNPq. O objetivo geral da pesquisa é "realizar uma construção histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil". Como subtema desta pesquisa estamos investigando através da tese de doutorado de minha autoria e sob a orientação da Professora Dra. Carina Berta Moljo a "**CULTURA POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO: O caso de Minas Gerais**", que tem como objetivo analisar a cultura e a organização política da categoria profissional dos assistentes sociais no processo de virada crítica da profissão, ocorrido entre as décadas de 1960 a 1990. A pesquisa propiciará o conhecimento da história recente da profissão, contribuindo para a conservação da memória histórica do Serviço Social, bem como para a inspiração no enfrentamento das condições profissionais atuais. Os benefícios da pesquisa são indiretos. Caso você concorde em participar, vamos realizar as seguintes atividades com você: entrevistas que serão filmadas /ou gravadas mediante plataforma on-line. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: "**RISCOS mínimos**", e podem ocorrer no momento da publicização dos dados, ou durante a realização das entrevistas que serão filmadas para compor o Centro de Documentação e memória da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Os riscos que podem ocorrer no momento de aplicação/realização da entrevista são de ordem psicológica/ emocional, devido a situações que podem ser gerada tais como stress, desconforto, cansaço em responder as perguntas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será respeitado momentos de pausa, ou interrupção da entrevista. Assim como manter o sigilo da entrevista, caso opte por manter o anonimato. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). Caso seja da sua vontade não divulgaremos seu nome nem a sua entrevista. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora 14 de agosto de 2025.



Participante da pesquisa



Pesquisador

Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho

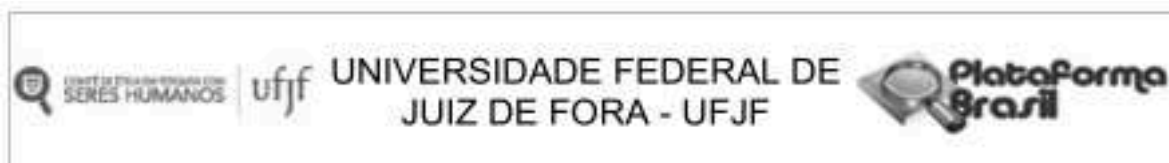


Documento assinado digitalmente
CARINA BERTA MOLJO
Data: 25/08/2025 18:38:33-0300
verifique em <https://validar.25.gov.br>

Orientadora:

Profª. Dra. Carina Berta Moljo

**ANEXO C - Parecer Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos - Pesquisa:
Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e memória - Plataforma Brasil**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e Memória

Pesquisador: Carina Berta Moljo

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67205323.8.0000.5147

Instituição Proponente: Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.056.692

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

"A pesquisa denominada Serviço Social Crítico no Brasil: antecedentes, história e memória, tem como objeto de estudo o processo de Renovação crítica do Serviço Social brasileiro, que se desenvolve no Brasil a partir dos anos 1960, chegando até os dias atuais. A mesma se insere dentro da linha de pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas (PPGSS/UFJF), integrando a linha de pesquisa sobre os Fundamentos Histórico e teórico metodológicos do Serviço Social. Linha de pesquisa na qual venho me desenvolvendo há mais de 30 anos. A mesma conta com financiamento do CNPq (Bolsa de PQ2) e da FAPEMIG edital universal Temos como ponto de partida o importante acervo bibliográfico produzido individual e coletivamente durante os últimos 40 anos buscando descobrir novas angulações deste processo, recuperando a memória e a história daqueles que foram sujeitos protagonistas deste processo. Assim, além da análise do importante acervo histórico e bibliográfico já existente, buscaremos construir novos conhecimentos a partir de novas fontes de informação, destacando a experiências e vozes daqueles sujeitos que estiveram diretamente implicados nesse processo. A metodologia utilizada será a de revisão bibliográfica e história oral. Sintetizando, a nossa pesquisa tem como objeto de estudo a análise da história do Serviço Social

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

CEP: 36.036-900

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.056.692

brasileiro dos anos sessenta até atualidade construindo mediações entre a história social, a história da profissão e as memórias individuais, - que sempre remetem ao coletivo-, recuperando a experiência daqueles que construíram e constroem a perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: Realizar uma reconstrução histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil"

"Objetivo Secundário: -Resgatar os processos históricos que possibilitaram a construção da perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, realizando as mediações entre as histórias coletivas e as histórias singulares. -Aprofundar o conhecimento sobre o passado recente do Serviço Social. -Contribuir para a conservação da memória coletiva. -Apoiar a consolidação da direção social crítica, hoje hegemônica no Brasil-Favorecer para a construção de redes de pesquisas entre os programas de Pós-Graduação em Serviço Social envolvidos neste projeto, apoiando a sua internacionalização; -Construir um centro de Documentação e Memória sobre o Serviço Social em Minas Gerais"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"O risco da pesquisa é considerado risco mínimo e pode ocorrer no momento da publicização dos dados, ou durante a realização das entrevistas que serão filmadas para compor o Centro de Documentação e memória da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Os riscos que podem ocorrer no momento de aplicação realização da entrevista são de ordem psicológica/ emocional, devido a situações que podem ser gerada tais como stress, desconforto, cansaço em responder as perguntas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será respeitado momentos de pausa, ou interrupção da entrevista. Assim como manter o sigilo da entrevista, caso opte por manter o anonimato. Caso ocorra alguma intercorrência ou dano, resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. Esta pesquisa apresenta risco mínimo de desconforto para os participantes, como: emocionar-se ou ficarem constrangidos no momento da coleta dos dados

mediante questionário ou entrevista. Caso isso venha a acontecer, a entrevista será interrompida ou até cancelada. Dessa forma, é importante ressaltar que o participante da pesquisa deve se sentir acolhido pelo pesquisador para evitar desconforto, em consonância com a Resolução 466/12 do CNS Benefícios: Os benefícios são indiretos, uma vez que esta pesquisa propiciará o conhecimento do tempo passado e do tempo presente, contribuindo de forma significativa conservação da memória histórica do Serviço Social brasileiro"

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788

CEP: 36.036-900

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.056.692

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEPs.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: dezembro de 2026.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

CEP: 35.036-900

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.056.682

modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2085757.pdf	11/05/2023 10:33:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	maio.pdf	11/05/2023 10:32:09	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	11/05/2023 08:02:39	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Thaise.pdf	09/02/2023 18:03:08	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Silmai.pdf	09/02/2023 18:02:14	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Daniela.pdf	09/02/2023 18:01:38	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Ana.pdf	09/02/2023 18:01:17	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Jhony.pdf	09/02/2023 17:59:40	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Geovanna.pdf	09/02/2023 17:59:07	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	07/02/2023 16:23:38	Carina Berta Moljo	Aceito
Outros	Lattes.pdf	07/02/2023 16:10:28	Carina Berta Moljo	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	termo.pdf	07/02/2023 16:08:36	Carina Berta Moljo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/02/2023 16:04:52	Carina Berta Moljo	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	07/02/2023 15:59:07	Carina Berta Moljo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 6.056-692

JUIZ DE FORA, 12 de Maio de 2023

Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SÃO PEDRO

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

CEP: 36.036-900

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br